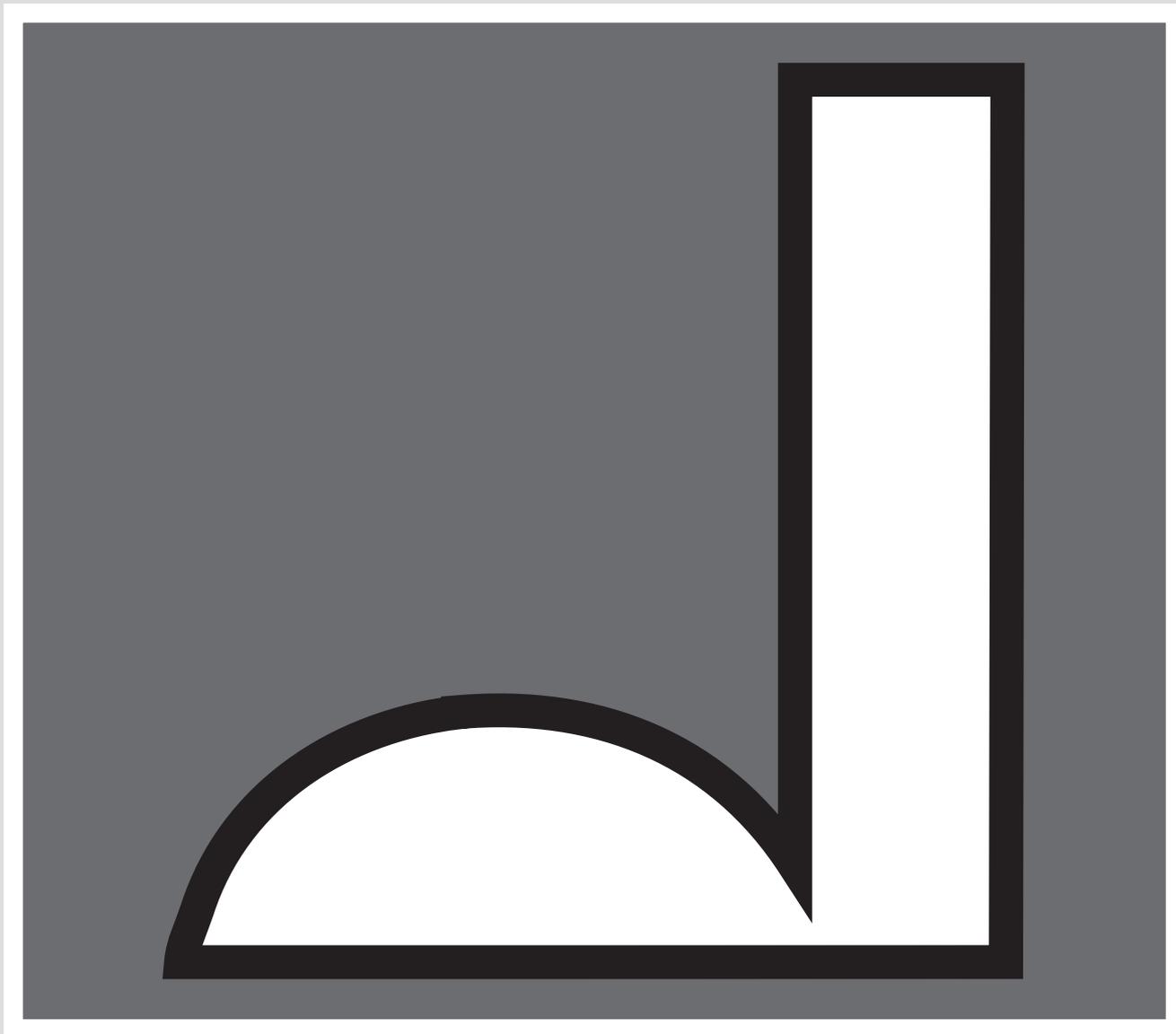




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LX - Nº 179 - QUARTA-FEIRA, 2 DE NOVEMBRO DE 2005 - BRASÍLIA-DF

MESA**Presidente**

Renan Calheiros – PMDB – AL

1º Vice-Presidente

Tião Viana – BLOCO – PT – AC

2º Vice-Presidente

Antero Paes de Barros – PSDB – MT

1º Secretário

Efraim Morais – PFL – PB

2º Secretário

João Alberto Souza – PMDB – MA

3º Secretário

Paulo Octávio – PFL – DF

4º Secretário

Eduardo Siqueira Campos – PSDB – TO

Suplentes de Secretário

1º Serys Silhessarenko – BLOCO – PT – MT

2º Papaléo Paes – PSDB – AP

3º Alvaro Dias – PSDB – PR

4º Aelton Freitas – PL – MG

LIDERANÇAS**MAIORIA (PMDB) – 21****LÍDER****Ney Suassuna****Vice-Líderes**Garibaldi Alves Filho
(vago)Gilberto Mestrinho
(vago)Amir Lando
(vago)**LÍDER DO PMDB – 21**

Ney Suassuna

Vice-Líderes do PMDB

(vago)

(vago)

Luiz Otávio

Gerson Camata

(vago)

Wellington Salgado de Oliveira
Valdir Raupp**LÍDER DO PTB – 4****Mozarildo Cavalcanti****Vice-Líder DO PTB**

Sérgio Zambiasi

LÍDER DO PDT – 4**Osmar Dias****Vice-Líder do PDT**

(vago)

**BLOCO DE APOIO AO GOVERNO
(PT/PL/PSB) – 17****LÍDER****Delcídio Amaral – PT****Vice-Líderes**

Sibá Machado – PT

Antônio Carlos Valadares – PSB

LÍDER DO PT – 12**Delcídio Amaral****Vice-Líderes do PT**

Roberto Saturnino

Ana Júlia Carepa

Flávio Arns

Fátima Cleide

LÍDER DO PL – 3**João Ribeiro****Vice-Líder do PL**

Aeton Freitas

LÍDER DO PSB – 2**Antonio Carlos Valadares****Vice-Líder do PSB**

(vago)

LÍDER DO P-SOL – 2**Heloísa Helena****Vice-Líder do P-SOL**

Geraldo Mesquita Junior

**LIDERANÇA PARLAMENTAR DA
MINORIA****(PFL/ PSDB) – 31****LÍDER****José Jorge****Vice-Líderes**

Álvaro Dias – PSDB

Tasso Gereissati – PSDB

César Borges – PFL

Eduardo Azeredo – PSDB

Rodolpho Tourinho – PFL

Demóstenes Torres – PFL

LÍDER DO PFL – 16**José Agripino****Vice-Líderes do PFL**

Demóstenes Torres

César Borges

Rodolpho Tourinho

Maria do Carmo Alves

Romeu Tuma

(vago)

LÍDER DO PSDB – 15**Arthur Virgílio****Vice-Líder do PSDB**

Lúcia Vânia

Leonel Pavan

(vago)

Flexa Ribeiro

LÍDER DO GOVERNO**Aloízio Mercadante – PT****Vice-Líderes do Governo**

Romero Jucá – PMDB

Ideli Salvatti – PT

Garibaldi Alves Filho – PMDB

(vago)

Fernando Bezerra – PTB

Patrícia Saboya Gomes – PSB

EXPEDIENTE**Agaciel da Silva Maia**

Diretor-Geral do Senado Federal

Júlio Werner Pedrosa

Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações

José Farias Maranhão

Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ronald Cavalcante Gonçalves

Diretor da Subsecretaria de Ata

Denise Ortega de Baere

Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 193ª SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 1º DE NOVEMBRO DE 2005

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de requerimentos

Nº 1.222, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney e dos Senadores Edison Lobão e João Alberto Souza, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Eduardo Carvalho Feitosa, ocorrido no dia 28 de outubro último. 37899

Nº 1.223, de 2005, de autoria do Senador Antonio Carlos Magalhães, solicitando voto de congratulações ao Governo do Estado da Bahia e ao Empresário Dionísio Pestana, pela inauguração da Pousada de Portugal, no Centro Histórico de Salvador. 37899

Nº 1.224, de 2005, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando ao Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União as informações que menciona. 37899

Nº 1.225, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando voto de aplauso à jornalista Mírian Leitão, pelo recebimento do prêmio Maria Moors Cabot, da Universidade de Columbia. 37900

Nº 1.226, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à jornalista Eliane Brum contemplada com o Prêmio de Excelência em Jornalismo, com a reportagem da SIP, e com o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos. 37900

Nº 1.227, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao pesquisador Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, pelos seus livros sobre a História de Manaus. 37900

Nº 1.228, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo falecimento do escritor e jornalista Roberto Múrcia Moura, ocorrido no Rio de Janeiro, em 26 de outubro último. 37901

Nº 1.229, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de pesar pelo fale-

cimento do poeta Moacyr Felix, ocorrido no Rio de Janeiro, em 25 de outubro último. 37901

Nº 1.230, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso às jornalistas Cristiane Segatto, Gisela Anauate e Maíra Termero, autoras da reportagem Super-remédios a quem?, contemplada com o Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde, publicada na Revista **Época**, em 2 de maio último. 37901

Nº 1.231, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso a Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte. 37901

Nº 1.232, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à educadora Creuza Ferreira Barbosa, que coordenou no Amazonas o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil. 37902

Nº 1.233, de 2005, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso ao cientista Carlos de Souza Jr., do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia – IMAZON, pelo desenvolvimento de sistema de sensoriamento remoto para detectar a devastação na floresta amazônica. 37902

Nº 1.234, de 2005, de autoria do Senador Sérgio Zambiasi, solicitando voto de aplauso ao brasileiro Sylas Silveira, cidadão do município de São Jerônimo (RS), nascido em São Félix do Araguaia (MT), filho de gaúchos, que viaja o mundo no auxílio de missões de resgate a vítimas de catástrofes naturais. 37902

Nº 1.235, de 2005, de autoria do Senador Romeu Tuma, solicitando que o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2005, seja também apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. 37903

1.2.2 – Leitura de projetos

Projeto de Lei do Senado nº 373, de 2005, de autoria da Senadora Roseana Sarney, que autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências. 37903

Projeto de Lei do Senado nº 374, de 2005, de autoria do Senador João Alberto Souza, que altera o Código de Processo Penal para determinar, no caso

de apreensão de dinheiro, o seu depósito imediato em conta bancária remunerada.....	37904	482 e 483 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para configurar o assédio sexual como justa causa para a rescisão do contrato de trabalho.....	37960
1.2.3 – Comunicações da Presidência			
Redistribuição do Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2003, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa.....	37905	Projeto de Lei da Câmara nº 107, de 2005 (nº 5.128/2001, na Casa de origem), que denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.....	37962
Recebimento dos Ofícios nºs S/44 e S/45, de 2005 (nºs 93 e 94/2005, na origem), de 27 de outubro do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 432722 e 433233, que declarou a inconstitucionalidade do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (valor da Gratificação Complementar de Vencimento não será inferior ao salário mínimo).	37905	Projeto de Lei da Câmara nº 108, de 2005 (nº 6.990/2002, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro (dispõe sobre a composição do Cetran e do Contrandife, valores de multa e recurso relacionado à infrações de trânsito).....	37962
1.2.4 – Mensagens do Presidente da República			
Nº 248, de 2005 (nº 728/2005, na origem), de 24 de outubro passado, submetendo à apreciação do Senado o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.....	37905	Projeto de Lei da Câmara nº 109, de 2005 (nº 433/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.....	37965
Nº 249, de 2005 (nº 732/2005, na origem), de 26 de outubro passado, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o de Embaixador do Brasil junto ao Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o <i>agrément</i> do governo desse país.	37920	Projeto de Lei da Câmara nº 110, de 2005 (nº 3.685/2004, na Casa de origem), que altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil (altera dispositivos referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação).	37967
Nº 250, de 2005 (nº 733/2005, na origem), de 26 de outubro passado, submetendo à apreciação do Senado a indicação do Senhor Pedro Luiz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República do Niger, na República do Chade e na República de Benin, desde que obtidos os <i>agréments</i> dos governos desses países.	37934	Projeto de Lei da Câmara nº 111, de 2005 (nº 3.796/2004, na Casa de origem), que dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.	37968
1.2.5 – Projetos recebidos da Câmara dos Deputados			
Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005 (nº 2.619/2003, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.	37959	1.2.6 – Ofícios	
Projeto de Lei da Câmara nº 106, de 2005 (nº 62/99, na Casa de origem), que altera os arts. 468,		Nº 543/2005, de 26 de outubro último, do Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados, comunicando a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 233, de 2001, e envio à sanção naquela data.....	37969
		Nº 128/2005, de 27 de outubro último, do Senador Eduardo Siqueira Campos, solicitando a retificação de seu voto referente ao Projeto de Lei de Conversão nº 28, de 2005, pelo motivo exposto.	37970
		Nº 25/2005-CN (nº 1.068/2005, na origem), de 28 de outubro último, do Presidente do Superior Tribunal de Justiça, comunicando que não há, na Proposta Orçamentária de 2006 daquela Corte, obra cujo valor total ultrapasse R\$10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).	37970
		Nº 417/2005, de 1º do corrente, da Liderança do PMDB no Senado Federal, de substituição de membro na CPMI do ‘Mensalão’.....	37970
		Nº 318/2005, de 1º do corrente, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado	

Federal, de indicação de membro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. *Designação do Senador Magno Malta para integrar a referida Comissão.*..... 37971

1.2.7 – Discursos do Expediente

SENADOR MÃO SANTA – Greve dos professores das universidades federais. Crítica à atuação do Ministro da Educação, Fernando Haddad, nas negociações com os professores e servidores técnicos. 37971

SENADOR PAULO PAIM – Greve dos professores das universidades federais. Cumprimentos ao Senado Federal e ao país, pela campanha de doação de sangue. Registro de visita que fez ao Instituto do Coração do Distrito Federal (INCOR-DF). Criação da Comissão Mista Especial do Salário Mínimo. Anúncio do lançamento do livro “Salário Mínimo: Uma história de luta”, na Feira do Livro de Porto Alegre, no próximo dia 11. 37973

SENADOR NEY SUASSUNA, como Líder – A seca no Nordeste..... 37977

SENADOR JOSÉ JORGE – Críticas ao governo federal, pela falta de investimentos em áreas essenciais, especialmente na área da educação. 37978

SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, como Líder – Denúncia de irregularidades praticadas pelo governo federal na gestão dos recursos dos fundos de pensão das estatais, conforme relatório do Tribunal de Contas da União. ... 37980

SENADOR FLEXA RIBEIRO – Alerta que relatório elaborado por ONG estrangeira dedicada a avaliar o desempenho dos países na área social, constata que o Brasil é um país de baixo nível de desenvolvimento social..... 37982

SENADORA LUCIA VÂNIA – Alerta para a grave crise vivida pela maioria dos municípios brasileiros..... 37983

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Comentário ao pronunciamento proferido pelo Senador Arthur Virgílio na sessão de ontem..... 37985

1.2.8 – Ofício do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Nº 146/2005, de 26 de outubro último, comunicando a aprovação, naquela data, do Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para disciplinar o voto do eleitor que se encontrar fora de seu domicílio eleitoral (Tramitando em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 195, de 2002; e 339 e 361, de 2004.) 37991

1.2.9 – Comunicação da Presidência

Referente ao prazo para oferecimento de emendas ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004, junto à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. 37991

1.3 – ORDEM DO DIA

Item 1 (Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)

Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Apreciação sobrestada em virtude de não haver acordo entre as Lideranças partidárias.** 37992

Item 2 (Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005. **Apreciação sobrestada.** 37992

Item 3

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia). (Votação nominal) **Apreciação sobrestada.** 37992

Item 4

Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios). (Votação nominal) **Apreciação sobrestada.** 37992

Item 5

Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia. (Votação nominal) **Apreciação sobrestada.** 37992

Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira. (Votação nominal) **Apreciação sobrestada.** 37992

Item 7

Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto

Botelho, que dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação. Apreciação sobrestada.	37993	aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.	
Item 8		Apreciação sobrestada.	37994
Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o seguro de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência. Apreciação sobrestada.	37993	Item 16 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	
Item 9		Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal The New York Times , presa por defender a liberdade de imprensa.	
Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra. Apreciação sobrestada.	37993	Apreciação sobrestada.	37994
Item 10		Item 17 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	
Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional). Apreciação sobrestada.	37993	Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas. Apreciação sobrestada.	37994
Item 11		Item 18 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)	
Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí. Apreciação sobrestada.	37993	Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação. Apreciação sobrestada.	37994
Item 12		Item 19	
Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará. Apreciação sobrestada.	37993	Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania. Apreciação sobrestada.	37994
Item 13		1.3.1 – Discursos após a Ordem do Dia	
Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia. Apreciação sobrestada.	37993	SENADORA HELOÍSA HELENA – Falsa polêmica criada em torno da matéria da revista Veja sobre a suposta doação de Cuba à campanha eleitoral do PT em 2002. Considerações sobre o papel da direita e da esquerda no país.	37994
Item 14		SENADOR PEDRO SIMON – Referências ao pronunciamento da Senadora Heloísa Helena. Considerações sobre como irá se comportar os partidos políticos na campanha eleitoral de 2006.	37996
Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria. Apreciação sobrestada.	37994	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO , como Líder – Resposta ao pronunciamento do Senador Eduardo Suplicy.	37999
Item 15		SENADOR EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS – Surpresa com o recebimento de voto de repúdio assinado por deputados estaduais do Tocantins, motivado por suas denúncias contra o governador do estado, Marcelo Miranda.	38004
Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que		SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES , como Líder – Comentários a artigo para valoriza-	

ção do processo democrático, publicada na revista Carta Capital	38007	<i>decide notificar José Dirceu</i> ”, publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 20 de outubro do corrente.....	38016
SENADOR CRISTOVAM BUARQUE – Encaminhamento de projeto de lei que versa sobre reforma das universidades.	38009	SENADOR REGINALDO DUARTE – Comentário sobre matéria intitulada <i>“Marinho é acusado de ir a orgia paga pela VW”</i> , publicada no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 21 de outubro do corrente.	38017
SENADOR ROMEU TUMA – Apresentação de Proposta de Emenda à Constituição, pelo Senador Renan Calheiro tratando de verba permanente ao sistema de segurança.....	38009	SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO – Seca na Amazônia. Pirataria de produtos eletrônicos no Brasil. Comentários ao discurso do Prefeito José Serra, proferido em 24 de outubro de 2005, em defesa da ética na política.....	38018
SENADOR ALBERTO SILVA – Propostas para reconstrução das estradas brasileiras. Plantação de mamona para produção de Biodiesel.....	38010	1.3.6 – Comunicação da Presidência Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária na próxima quinta-feira, dia 3, às 14 horas, com Ordem do Dia designada.	38021
SENADOR JOÃO BATISTA MOTTA – Votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania de proposta de emenda à Constituição que corta 50% dos benefícios da Lei Kandir.	38012	1.4 – ENCERRAMENTO 2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÃO ANTERIOR Do Senador Arthur Virgílio, proferidos na sessão de 31 de outubro de 2005.....	38024
1.3.2 – Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados Nº 1.960/2005, de 27 de outubro último, que solicita a realização de sessão solene do Congresso Nacional no dia 23 de novembro de 2005, quarta-feira, destinada a homenagear o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher, nos termos de requerimentos apresentados pelas Deputadas Laura Carneiro, Jandira Feghali e Sandra Rosado.	38013	3 – EMENDAS Republicação das Emendas de nºs 1 a 19, apresentadas à Medida Provisória nº 262, de 2005.....	38044
1.3.3 – Leitura de requerimento Nº 1.236, de 2005, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko e outros Srs. Senadores, solicitando a convocação de sessão solene do Congresso Nacional, destinada a comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.....	38013	SENADO FEDERAL 4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL – 52ª LEGISLATURA 5 – SECRETARIA DE COMISSÕES 6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES 8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR 9 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR 10 – PROCURADORIA PARLAMENTAR 11 – CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ	
1.3.4 – Comunicação da Presidência Convocação de sessão solene do Congresso Nacional, a realizar-se no dia 23 de novembro de 2005, às 10 horas, no Plenário do Senado Federal, destinada a comemorar a passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.....	38014	CONGRESSO NACIONAL 12 – CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL 13 – CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL 14 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira) 15 – COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA (CCAI) 16 – CONSELHO DO DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY RIBEIRO	
1.3.5 – Discursos encaminhados à publicação SENADOR LEONEL PAVAN – Registro do artigo intitulado <i>“Palhaçada”</i> , de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal Folha de S.Paulo , edição de 13 de outubro do corrente.....	38014		
SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA – Comentário sobre o artigo intitulado <i>“O pior do brasileiro”</i> , de autoria da colunista Dora Kramer, publicado no jornal O Estado de S. Paulo , edição de 18 de outubro do corrente.	38015		
SENADOR ANTERO PAES DE BARROS – Registro de matéria intitulada <i>“Receita Federal</i>			

Ata da 193ª Sessão Deliberativa Ordinária, em 1º de novembro de 2005

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 52ª Legislatura

Presidência dos Srs. João Alberto Souza e Leonel Pavan.

ÀS 14 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES AS SRAS. E OS SRS. SENADORES.

SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14:00 HORAS

Período : 1/11/2005 07:47:34 até 1/11/2005 19:37:13

Partido	UF	Nome	Pres	Voto	Partido	UF	Nome	Pres	Voto
Bloco-PL	MG	AELTON FREITAS		X					
PMDB	PI	ALBERTO SILVA		X					
PSDB	PR	ALVARO DIAS		X					
PMDB	RO	AMIR LANDO		X					
Bloco-PT	PA	ANA JÚLIA CAREPA		X					
PFL	BA	ANTONIO CARLOS MAGALHÃES		X					
Bloco-PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES		X					
PSDB	AM	ARTHUR VIRGÍLIO		X					
PDT	RR	AUGUSTO BOTELHO		X					
PDT	DF	CRISTOVAM BUARQUE		X					
Bloco-PT	MS	DELÍDIO AMARAL		X					
PFL	GO	DEMÓSTENES TORRES		X					
PFL	MA	EDISON LOBÃO		X					
PSDB	MG	EDUARDO AZEREDO		X					
PSDB	TO	EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS		X					
Bloco-PT	SP	EDUARDO SUPLICY		X					
Bloco-PT	RO	FÁTIMA CLEIDE		X					
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO		X					
P-SOL	AC	GERALDO MÉSQUITA JÚNIOR		X					
PMDB	AM	GILBERTO MESTRINHO		X					
P-SOL	AL	HELOISA HELENA		X					
Bloco-PT	SC	IDELI SALVATTI		X					
PMDB	MA	JÓÃO ALBERTO SOUZA		X					
PSDB	ES	JÓÃO BATISTA MOTTA		X					
Bloco-PSB	AP	JÓÃO CAPIBERIBE		X					
Bloco-PL	TO	JÓÃO RIBEIRO		X					
PFL	PE	JÓSE JORGE		X					
PMDB	AP	JÓSE SARNEY		X					
PSDB	MS	JUVÊNCIO DA FONSECA		X					
PCdoB	TO	LÉOMAR QUINTANILHA		X					
PSDB	SC	LÉONEL PAVAN		X					
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA		X					
PMDB	PA	LUIZ OTÁVIO		X					
PMDB	PI	MÃO SANTA		X					
PFL	PE	MARCO MACIEL		X					
PFL	SE	MARIA DO CARMO ALVES		X					
PMDB	PB	NEY SUASSUNA		X					
PSDB	AP	PAPALÉO PAES		X					
PFL	DF	PAULO OCTÁVIO		X					
Bloco-PT	RS	PAULO PAIM		X					
PMDB	RS	PEDRO SIMON		X					
PFL	BA	RÓDOLPHO TOURINHO		X					
PFL	SP	ROMEU TUMA		X					
PFL	MA	ROSEANA SARNEY		X					
PTB	RS	SÉRGIO ZAMBIASI		X					
Bloco-PT	MT	SÉRY S SHLESSARENKO		X					
PSDB	CE	TASSO JEREISSATI		X					
PMDB	RO	VALDIR RAUPP		X					
PTB	DF	VALMIR AMARAL		X					
PMDB	MG	WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA		X					

Compareceram: 50 Senadores

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A lista de presença acusa o comparecimento de 50 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.222, DE 2005

Senhor Presidente,

Pelo brutal assassinato do empresário José Eduardo Carvalho Feitosa, ocorrido no dia 28 de outubro último, requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno, e de acordo com as tradições da Casa, as seguintes homenagens:

- Inserção em ata de voto de profundo pesar;
- Apresentação de condolências à família;
- Apresentação de condolências ao Prefeito e a Câmara Municipal da cidade de Balsas, Estado do Maranhão;
- Apresentação de condolências ao Prefeito Câmara Municipal da cidade de São Raimundo das Mangabeiras, Estado do Maranhão.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005. – **Roseana Sarney – Edison Lobão – João Alberto.**

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência encaminhará o voto de pesar solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.223, DE 2005

Requeremos, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, sejam encaminhados Votos de Congratulações ao Governo do Estado da Bahia e ao empresário Dionísio Pestana, presidente do grupo Pestana, pela inauguração da Pousada de Portugal, no tradicional Convento do Carmo, localizado no Centro Histórico da capital baiana, nos termos da justificação.

Justificação

O Governo do Estado da Bahia festeja a inauguração, neste fim-de-semana, de mais um arrojado empreendimento turístico no Estado.

Trata-se da Pousada de Portugal, no tradicional Convento do Carmo.

Localizado no Centro Histórico da capital baiana, o Convento do Carmo. O local passa a abrigar o primeiro empreendimento internacional da Rede Pousadas de Portugal, do grupo Pestana, que administra 42 hotéis de luxo em castelos, fortalezas, mosteiros e conventos tradicionais.

No total, foram investidos R\$20 milhões nas obras de restauração e adaptação do projeto da pousada, que foram supervisionadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

O prédio construído entre 1586 e 1730 reúne igreja, museu e dois claustros, um para visitas e o outro para hóspedes, e conta com 79 apartamentos e suítes, além de um acervo de 1.500 peças, entre imagens sacras, objetos de ouro e prataria, que serão utilizados na decoração da pousada.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– **Antonio Carlos Magalhães.**

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência encaminhará os votos de congratulações solicitados.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.224, DE 2005

Solicita informações ao Sr. Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União sobre as denúncias de irregularidades no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216, inciso I, do Regimento Interno, requeiro que, ouvida a Mesa, seja solicitada ao Sr. Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União cópia de relatório e das diligências que foram feitas no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, e que apuraram irregularidades e falta de controle na questão do meio ambiente.

Justificação

A revista **Época** de 17 de outubro do corrente publicou nota intitulada “Queimada na serra”, informando que diligências da Controladoria-Geral da União – CGU feitas no Iama descobriram irregularidades e falta de controle na questão do meio ambiente.

Assim, o objetivo deste requerimento é acompanhar as iniciativas da CGU no que diz respeito às ações do Iama na questão ambiental.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– Senador **Flexa Ribeiro**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O requerimento que acaba de ser lido será despachado à Mesa para decisão, nos termos do inciso III do art. 206 do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.225, DE 2005

Com fulcro no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a inserção em ata de voto de aplauso a jornalista Mírian Leitão pelo recebimento quinta-feira à noite da Universidade de Columbia, em Nova York, o prêmio Maria Moors Cabot, um dos mais importantes dos Estados Unidos.

Justificação

Mírian Leitão é colunista do GLOBO, da rádio CBN e da TV Globo. Foi a primeira mulher brasileira agraciada com o prêmio, que há 66 anos homenageia os latino-americanos de destaque na mídia. Entre os brasileiros, figuras históricas já foram premiadas, como Assis Chateaubriand, Alceu Amoroso Lima, Carlos Lacerda e Roberto Marinho.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– **Serys Sihessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência encaminhará o voto de aplauso solicitado.

O requerimento que acaba de ser lido vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.226, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à jornalista Eliane Brum contemplada com o Prêmio de Excelência em Jornalismo, com a reportagem da SIP, e com o Prêmio Vladimir Herzog de Anistia e Direitos Humanos.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à jornalista Eliane Brum, vencedora de dois Prêmios de Reportagem: de Excelência Jornalística, da Sociedade Interamericana de Imprensa, e Vladimir Herzog, de Anistia e Direitos Humanos.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada e à direção da Sociedade Interamericana de Imprensa.

Justificação

Eliane Brum, da Revista **Época**, vencedora de dois prêmios de reportagem o Prêmio de Excelência em Jornalismo, da Sociedade Interamericana de imprensa, dia 11 de outubro de 2005, em Indianápolis, EUA; e Vladimir Herzog, de Anistia e Direitos Humanos, no dia 25 de outubro de 2005, em São Paulo. Merece, assim, o Voto de Aplauso que proponho ao Plenário do Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O requerimento que acaba de ser lido vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.227, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao pesquisador Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas – IGHA, pelos seus livros sobre a História de Manaus.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao pesquisador amazonense Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, pelo seu trabalho de levantamento da história de Manaus.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento do homenageado e ao Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas.

Justificação

Em entrevista publicada na edição de 31 de outubro de 2005 do jornal **O Estado do Amazonas**, Manaus e o Estado ficaram conhecendo dados significativos sobre a vida e o trabalho do pesquisador Roberto Mendonça, do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas -IGHA. A matéria revela, inclusive, o exaustivo empenho do pesquisador para mostrar facetas pouco conhecidas da História de Manaus, como as de Adolpho Lisboa, patrono do Mercado Municipal da cidade. É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que requeiro ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.228, DE 2005

Requer Voto de Pesar pela morte do escritor e jornalista Roberto Múrcia Moura, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 26 de outubro de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a em ata de Voto de Pesar pela morte do escritor, e jornalista e crítico musical Roberto Múrcia Moura, ocorrido no dia 26 de outubro de 2005, no Rio de Janeiro.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Roberto Múrcia.

Justificação

Roberto Múrcia Moura, jornalista, escritor e crítico musical, foi um profundo conhecedor e analista do Samba, tema de diversos livros, entre eles Carnaval, da Redentora à Praça do Apocalipse e Praça Onze.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.229, DE 2005

Requer Voto de Pesar pela morte do poeta Moacyr Félix, ocorrido no Rio de Janeiro, no dia 25 de outubro de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 218, do Regimento Interno, a inserção em ata, de Voto de Pesar pela morte do poeta Moacyr Félix, ocorrido no dia 25 de outubro de 2005, no Rio de Janeiro.

Requeiro, também, que esse Voto de Pesar seja levado ao conhecimento da família de Moacyr Félix.

Justificação

Moacyr Félix foi um dos mais ferrenhos opositores do regime de exceção vivido pelo Brasil por 22 anos e militante convicto das esquerdas. Ele se tornou muito conhecido no Brasil com sua obra O Pão e o Vinho. É, pois, merecedor do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.230, DE 2005

Requer Voto de Aplauso às jornalistas Cristiane Segato Gisela Anauate e Maíra Termero autoras da reportagem Super-remédios a quem?, contemplada com o Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde, publicada na Revista Época em 2 de maio de 2005.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso às jornalistas Cristiane Segatto, Gisela Anauate e Maíra Termero, autoras da reportagem “Super-remédios para quem”, publicada na revista **Época** em 2 de maio de 2005 e que foi vencedora do Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento das homenageadas e à direção da **Revista Época**.

Justificação

Cristiane Segatto, Gisela Anauate e Maíra Termero foram as vencedoras do Prêmio Alexandre Adler de Jornalismo em Saúde, com a reportagem Super-remédios para quem?, publicada pela revista **Época**, em maio último. Duas delas, Cristiano Segatto e Maíra Termero, ganharam, ademais, Menção Honrosa no mesmo concurso, com a reportagem A Guerra das Células-Tronco, também publicada na **Revista Época**, edição de 18 de outubro de 2005. Merecem, assim, o Voto de Aplauso que proponho ao Plenário do Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.231, DE 2005

Requer Voto de Aplauso à Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, em Natal, pelo

trabalho cultural e intelectual que vem desenvolvendo naquele Estado.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da entidade homenageada e a sua Presidente, a poetisa e escritora Zelma Furtado.

Justificação

Uma das poucas entidades que congrega apenas mulheres literatas no País, a Academia Feminina de Letras do Rio Grande do Norte, em Natal, credenciou-se fortemente naquela Capital e no Estado, já sendo inclusive reconhecida como órgão de utilidade pública. Merece, pois, o Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 1.232 DE 2005

Requer Voto de Aplauso à educadora Creuza Ferreira Barbosa, que coordena no Amazonas o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à educadora amazonense Creuza Ferreira Barbosa, que coordena o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil no Amazonas.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da homenageada.

Justificação

Creuza Ferreira Barbosa é uma brava amazonense, cujo projeto de vida é a luta pela erradicação do trabalho infantil, de que, a propósito, foi vítima em sua infância. Determinada, como revelam suas atividades, a Professora Creuza nasceu no distante município de Paraná do Ariaú, é de uma família de oito irmãos, aos dois anos ficou órfã de pai, mudando-se para Manaus. Enfrentou uma vida dura, obrigada a trabalhar desde a madrugada, em regime praticamente de escravidão. Mas venceu. É formada em Letras e em Direito e já é pós-graduada. Atualmente, além do magistério, lecionando em escolas do Estado, coordena o Fórum de Erradicação do Trabalho Infantil. Ela, por tudo isso, é merecedora do Voto de Aplauso que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.

– **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB

REQUERIMENTO Nº 1.233, DE 2005

Requer Voto de Aplauso ao cientista Carlos de Souza Jr., do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia-Imazon, pelo

desenvolvimento de sistema de sensoriamento remoto para detectar a devastação na floresta amazônica.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao cientista do Imazon, o Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, Carlos de Souza Jr. Ele e um grupo de especialistas daquele centro desenvolveram um sistema de sensoriamento remoto de alta precisão para detectar a devastação das florestas.

Requeiro, ademais, que o Voto seja levado ao conhecimento do homenageado, e por seu intermédio, aos demais integrantes do grupo que desenvolveu o sistema, e ao Imazon.

Justificação

O processo desenvolvido pelo Imazon para sensoriamento remoto de florestas é de alta precisão e de grande atualidade, numa fase em que há denúncias de comprometedoras devastações da Floresta Amazônica. O sistema será exposto em artigo científico a ser publicado na revista **Remete Sensing of Enironmente** e já está disponível na Internet. O sistema brasileiro foi reconhecido por técnicos da Universidade de Stanford, nos Estados Unidos, que já operam processo semelhante, mas de precisão inferior, de 86% contra 94% do sistema brasileiro. Por isso, o técnico e demais integrantes do Imazon merecem o Voto que proponho ao Senado da República.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005 – Senador **Arthur Virgílio** Líder do PSDB.

REQUERIMENTO Nº 1.234, DE 2005

Requeiro nos termos do Art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam encaminhados Votos de Aplauso ao brasileiro Syllas Silveira, cidadão do município de São Jerônimo (RS), nascido em São Félix do Araguaia (MT), filho de gaúchos, que viaja o mundo no auxílio de missões de resgate a vítimas de catástrofes naturais.

Iniciou seu trabalho humanitário quando um terremoto varreu a Cidade do México em 1985, depois disso já esteve na Colômbia, Equador, Argélia, Irã, e mais recentemente na região da Caxemira, entre o Paquistão e a Índia. Participou também de missões de resgate no sul da Ásia quando em dezembro de 2004, aquela região foi atingida por uma Tsunami. Viajando sempre às suas próprias expensas, Syllas Silveira é exemplo de serviço altruísta e de solidariedade, merecedor desta justa homenagem.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **Sérgio Zambiasi**.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – A Presidência encaminhará os votos solidificados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.235, DE 2005

Nos termos regimentais, requero que o Projeto de Lei do Senado nº 345, de 2005, seja também apreciado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Senado Federal, 1º de novembro de 2005. – Senador **Romeu Tuma**.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente, nos termos do art. 255, inciso II, alínea c, XII, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 373, DE 2005

Autoriza o Poder Executivo a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte (ADCN), de natureza autárquica, vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com o objetivo de implementar políticas e viabilizar instrumentos para o fortalecimento do desenvolvimento sustentável da região.

Parágrafo único. A ADCN tem sede e foro em Brasília – DF.

Art. 2º A área de atuação da ADCN abrange os Estados da Bahia, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, do Pará, do Piauí e do Tocantins.

Art. 3º As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta de dotações constantes do Orçamento da União.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Corredor Centro-Norte, incorporado efetivamente à nova fronteira agrícola do País, a partir da década de oitenta, constitui, hoje, importante produtor de grãos para o consumo interno e, principalmente, para a exportação.

A região, que abrange parcelas dos territórios dos Estados da Bahia, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins, é responsável por 52% da soja, 89% do algodão, 21% do milho e 35% do arroz produzido no Brasil. Entretanto, apesar da evolução constante da produção e da área plantada, enfrenta sérios problemas de armazenamento e escoamento da safra.

O Corredor Centro-Norte, distante dos portos e das áreas de maior densidade de transportes, mais do que as regiões Sul e Sudeste, vem sofrendo com a falência da logística de transportes e de armazenamento da produção agrícola. Rodovias em estado precário, custos elevados dos pedágios, portos sobrecarregados, número insuficiente de armazéns e falta de investimentos em ferrovias e hidrovias aumentam o custo do transporte, o que provoca queda do prêmio pago pelo produto agrícola e perda de oportunidades de exportação, estimadas em bilhões de dólares.

A importância estratégica do agronegócio para o equilíbrio das contas externas do País e a produção agrícola crescente do Corredor Centro-Norte estão a requerer atenção maior do Governo Federal para a região. É necessário formular e implementar políticas de fomento à produção e ao armazenamento, utilizar infra-estrutura multimodal de transportes para escoamento da safra e articular esforços entre a iniciativa privada e o setor público sob a forma de parcerias público-privadas.

Diversos projetos fundamentais para o aumento da competitividade da região já foram identificados, como é o caso da pavimentação da BR-158, a conclusão da Ferrovia Norte-Sul, a ligação da Ferrovia Norte-Sul com a Estrada de Ferro Carajás, a construção das Eclusas de Tucuruí e Lajeado e a implantação de um corredor multimodal de transportes para integração da Ferrovia Norte-Sul com as hidrovias nos rios Araguaia e Tocantins.

A implementação de tais projetos, de grande dimensão e complexidade, exige a formulação de políticas públicas específicas para a região e a articulação de ações entre os governos federal e estaduais e o setor privado. Tais atribuições devem estar a cargo de uma agência de desenvolvimento especializada, que reúna conhecimento aprofundado dos problemas inerentes ao Corredor Centro-Norte e das ações e projetos necessários para a sua solução.

A formulação e a implementação de políticas de fomento ao desenvolvimento do Corredor Centro-Norte

poderão avançar com maior celeridade com a criação de uma agência de desenvolvimento, responsável pela articulação e coordenação de investimentos do setor público e da iniciativa privada.

A concretização de investimentos fundamentais para o desenvolvimento do Corredor Centro-Norte interessa ao País como um todo, pois o aumento de competitividade da região e o acesso a baixo custo de seus produtos aos mercados doméstico e internacional irão gerar significativo número de empregos e maior aporte de divisas, bem como contribuir para a redução das disparidades regionais.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senadora **Roseana Sarney**.

(Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Desenvolvimento Regional e Turismo, cabendo à última a decisão terminativa.)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 374, DE 2005

Altera o Código de Processo Penal para determinar, no caso de apreensão de dinheiro, o seu depósito imediato em conta bancária remunerada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 120.

§ 2º-A. No caso do dinheiro apreendido, a resolução do incidente reclamante ou do terceiro de boa-fé importará a liberação dos valores depositados e dos acréscimos decorrentes de sua remuneração financeira.

.....

§ 4º-A. Na hipótese do parágrafo anterior, o dinheiro depositado em conta judicial na forma do **caput** do art. 244-A será colocado à disposição do juízo cível.

..... (NR)”

Art. 247-A. Resultando a apreensão de dinheiro, a autoridade policial comunicará o fato ao juiz, que providenciará o seu depósito imediato em conta bancária remunerada, sob pena de responsabilidade.

§ 1º No caso de moeda estrangeira, o juiz colocará o numerário sob a custódia do Banco Central do Brasil, salvo se de pequeno valor.

§ 2º Quando necessário à instrução criminal, o juiz, antes de adotar as medidas previstas no **caput** e no § 1º Poderá determinar a identificação numérica das cédulas e a realização de perícias.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Código de Processo Penal (CPP) trata da apreensão de “coisas” que tenham relação com o crime (ver, por exemplo, o art. 240, § 1º, **b**) sem mencionar especificamente a apreensão de dinheiro. Assim, por estranho que pareça, não existe nenhuma norma processual penal que determine o depósito bancário dos numerários apreendidos, seja em flagrante delito, seja no curso do cumprimento de mandados de busca e apreensão.

As delegacias ou secretarias judiciais não são, definitivamente, o local mais apropriado para retenção e guarda desses valores. Ao contrário, a permanência do dinheiro apreendido nesses locais pode favorecer a corrupção, como sugerem inúmeros casos de extravio já noticiados.

Os juízes mais cautelosos tomam a providência de encaminhar os valores apreendidos para instituições bancárias oficiais, ainda que essa determinação não exista no CPP.

Pretendemos, pois, suprir a lacuna na legislação processual penal e uniformizar as decisões judiciais sobre a custódia do dinheiro apreendido. Para tanto, propusemos introduzir dois novos parágrafos no art. 120 do CPP, além do art. 247-A. A solução que nos parece mais razoável é que o dinheiro apreendido seja imediatamente encaminhado a uma instituição financeira designada pelo magistrado, garantindo-se a sua remuneração.

Destarte, eventuais reclamantes não sofrerão prejuízo em relação à demora na resolução do incidente de restituição, porquanto os valores apreendidos serão remunerados de acordo com as taxas de mercado. No caso de declaração da perda em favor da União, na forma do art. 91, II, do Código Penal, também o Estado não terá prejuízos por desvalorização.

Em se tratando de apreensão de moeda estrangeira, caberá ao juiz colocá-la à disposição do Banco Central do Brasil, salvo na hipótese de pequeno valor.

Se, porventura, o juiz penal tiver dúvida quanto aos direitos de eventuais reclamantes, a conta judicial na qual o dinheiro foi depositado ficará à disposição do juízo cível.

Em suma, estamos propondo a criação de uma sistemática mais segura para a custódia do dinheiro apreendido em ações policiais, definindo regras claras para tal procedimento, sem prejuízo da realização das perícias que o juiz entender necessárias.

Sala das Sessões, 1º de novembro de 2005.
– Senador **João Alberto Souza**.

LEGISLAÇÃO CITADA

DECRETO-LEI Nº 3.689,
DE 3 DE OUTUBRO DE 1941

Código de Processa Penal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta a seguinte lei:

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL

LIVRO I

Do Processo em Geral

CAPÍTULO V

Da Restituição das Coisas Apreendidas

Art. 118. Antes de transitar em julgado a sentença final, as coisas apreendidas não poderão ser restituídas enquanto interessarem ao processo.

Art. 119. As coisas a que se referem os arts. 74 e 100 do Código Penal não poderão ser restituídas, mesmo depois de transitar em julgado a sentença final, salvo se pertencerem ao lesado ou a terceiro de boa fé.

Art. 120. A restituição, quando cabível, poderá ser ordenada pela autoridade policial ou juiz, mediante termo nos autos, desde que não exista dúvida quanto ao direito do reclamante.

§ 1º Se duvidoso esse direito, o pedido de restituição autuar-se-á em apartado, assinando-se ao requerente o prazo de 5 dias para prova. Em tal caso, só o juiz criminal poderá decidir o incidente.

§ 2º O incidente autuar-se-á também em apartado e só a autoridade judicial o resolverá, se as coisas forem apreendidas em poder de terceiro de boa fé, que será intimado para alegar e provar o seu direito, em prazo igual e sucessivo ao do reclamante, tendo um e outro dois dias para arrazoar.

§ 3º Sobre o pedido de restituição será sempre ouvido o Ministério Público.

§ 4º Em caso de dúvida sobre quem seja a verdadeiro dono, o juiz remeterá as partes para o juízo cível, ordenando o depósito das coisas em mãos de depositário ou do próprio terceiro que as detinha, se for pessoa idônea.

§ 5º Tratando-se de coisas facilmente deterioráveis, serão avaliadas e levadas a leilão público, depositando-se o dinheiro apurado, ou entregues ao terceiro que as detinha, se este for pessoa idônea e assinar termo de responsabilidade.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às Comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência comunica ao Plenário que, em obediência à Resolução nº 1, de 2005, redistribuiu o **Projeto de Lei do Senado nº 455, de 2003**, às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo e de Assuntos Econômicos, cabendo a esta última a decisão terminativa, nos termos do inciso I do art. 49 do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– A Presidência recebeu os **Ofícios nºs S/44 e S/45, de 2005** (nºs 93 e 94/2005, na origem), de 27 de outubro do corrente, do Supremo Tribunal Federal, encaminhando, para os fins previstos no art. 52, inciso X, da Constituição Federal, cópia do Parecer da Procuradoria-Geral da República, da versão do registro taquigráfico do julgamento, da certidão de trânsito em julgado e do acórdão proferido por aquela Corte, nos autos dos Recursos Extraordinários nºs 432722 e 433233, que declarou a inconstitucionalidade do § 6º do art. 1º da Lei nº 9.503, de 8 de março de 1994, do Estado de Santa Catarina (valor da Gratificação Complementar de Vencimento não será inferior ao salário mínimo).

Os expedientes vão à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– Sobre a mesa, mensagem que será lida pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 248, DE 2005

(Nº 728/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea f, da Constituição, combinado como art. 10 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, submetto à consideração de Vossas Excelências o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Brasília, 24 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

MARIA CECÍLIA MARTINS BRITO

CURRICULUM VITAE

GOIÂNIA

2005

SUMÁRIO

1- DADOS PESSOAIS

2- FORMAÇÃO ESCOLAR E ACADÊMICA

2.1 Educação Superior – Pós Graduação

3- PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

4- CURSOS MINISTRADOS

4.1 Como Instrutora/Palestrante

4.2 Como Coordenadora

5- CURSOS DE EXTENSÃO

6- ESTÁGIOS

7- ATIVIDADES DOCENTES

7.1 Participação em Congressos, Seminários e outros eventos similares

7.2 Participação em Congressos, Seminários e outros eventos similares como Conferencista/Congressista

8- ATIVIDADES PROFISSIONAIS

9- ATIVIDADES DOCENTES

10- FUNÇÕES ANTERIORES NA SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE

11- TRABALHOS APRESENTADOS

12 HOMENAGEM

13 FUNÇÃO ATUAL

14- FUNÇÕES OCUPADAS

CURRICULUM VITAE

2005

1- DADOS PESSOAIS**Nome: Maria Cecília Martins Brito****Local e data de nascimento: Catalão – Goiás, 16 de dezembro de 1956****Filiação: Jaime Herculano Martins e Maria Jacira Rosa Martins****Nacionalidade: Brasileira****Sexo: Feminino****Estado Civil e números de filhos: Casada, 02 filhos****Carteira de identidade: 525872 – SSP/GO****CPF: 472.350.471-00****Título de eleitor: 139.696.510-07, Seção 0004, Zona 141****Carteira de Trabalho: 20285, fls, 160 Lv. A-38, Catalão-GO****Registro Profissional: CRF - 1482****Endereço Residencial: Rua 10 nº 828, Aptº 902, Setor Oeste****74120-020 – Goiânia-GO****(0xx62) 3215-3601 / 9607-4981****e-mail: ceci14@zipmail.com.br /mcecilgo@hotmail.com****Endereço profissional: Avenida Anhanguera nº 5.195, Setor Coimbra****74043-011 – Goiânia-GO****(0xx62) 3201-4101 / 3201-4141****e-mail: visago@visa.goias.gov.br**

2- FORMAÇÃO ESCOLAR E ACADÊMICA

2.1 EDUCAÇÃO SUPERIOR – PÓS-GRADUAÇÃO

1981 - Farmácia

Universidade Federal de Goiás

1984 - Bioquímica

Universidade Federal de Goiás

1991 - Curso de Especialização em Saúde Pública – UNAERP – Universidade Estadual de Ribeirão Preto-SP.

1996 - Curso de Extensão em Boas Práticas de Fabricação e Controle de Medicamentos – Universidade Federal do Rio de Janeiro – 1996. (Dissertação em Boas Práticas de Manipulação que subsidiou a normatização para farmácia de manipulação no País, pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária, através da RDC nº 33/2000) - Fase I

3- PARTICIPAÇÃO EM CURSOS

1976 - Enzimologia

Universidade Federal de Goiás

Bebidas em Geral

Universidade Federal de Goiás

1979 - Controle de Qualidade

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

1981 - Antibióticos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

1982 - Doenças Tropicais

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

1986 - Procedimentos Laboratoriais em Meningites, Difterias, DST e Leishmaniose.

Laboratório Central de Goiás

1987 - Farmácia Pública

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo



Matéria Prima Farmacêutica

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo

Microbiologia das Doenças Sexualmente Transmissíveis

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo

1989 - Multidrogação

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

Diagnóstico Laboratorial das Micoses

Sociedade Brasileira de Análises Clínicas

Análises Clínicas – AIDS

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo

1994 - Antibióticos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

1995 - Relações Interpessoais

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

1996 - Controle de Medicamentos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

1997 - Curso Básico de Farmácia Hospitalar

Conselho Federal de Farmácia

Registro de Medicamentos

Conselho Regional de Farmácia – São Paulo

Reciclagem de Medicamentos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

I Curso de Extensão em boas Práticas de Fabricação e Controle de Medicamentos

Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – RJ

Curso Reciclagem de Medicamentos

Conselho Regional de Farmácia – Goiânia-GO

1998 - V Curso Básico de Inspeção em Indústria Farmacêutica – PN11FF

Secretaria de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde

Multiplicador em Boas Práticas de Fabricação e Controle em Estabelecimentos**Produtores de Saneantes Domissanitários**

Secretaria de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde; Goiânia-GO

Q

Curso de Multiplicadores em Boas Práticas de Fabricação e Controle em Estabelecimentos Produtores de Saneantes Domissanitários

Ministério da Saúde, Goiânia-GO

1999 - Habilidades Gerenciais Básicas

HIDRA Consultoria – Goiás

Técnicas de Instrução para Agentes Multiplicadores

GUIA Aprendendo a Aprender – Goiás

Qualidade Total de Medicamentos

MEDSUL – São Paulo

Terapia de Nutrição Parenteral e Enteral

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA – Goiás

Controle de Qualidade da Água

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

Planejamento Estratégico para Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

I Oficina de Trabalho e 2ª Assembléia Ordinária do CONASS

Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Brasília-DF

II Oficina de Trabalho do CONASS

Conselho Nacional de Secretários de Saúde; Brasília-DF

III Simpósio Latino Americano em Qualidade Total de Medicamentos- MEDSUL'99

São Paulo-SP

2001 - Farmacovigilância

Conselho Regional de Farmácia – Goiás – 2001

Validação de Processos e Equipamentos em Indústria Farmacêutica

Conselho Regional de Farmácia – Rio de Janeiro

Controle de Qualidade de Fitoterápicos

Conselho Regional de Farmácia – Rio de Janeiro

2º Congresso Brasileiro de Medicamentos Genéricos

Debatedor da Mesa Redonda; Tema: Papel da Vigilância Sanitária, Hoje, na Política de Medicamentos, Goiânia-GO

1ª Conferência Estadual de Vigilância Sanitária



Membro do Comitê Executivo da Comissão Organizadora, Goiânia-GO

Conferência Nacional de Vigilância Sanitária

Membro Convidado, Brasília-DF

Fórum para a Proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos

Ministério da Saúde – Brasília-DF

2002 - Extensão em Planejamento e Orçamento em Vigilância Sanitária

Universidade Federal Bahia – Bahia-Ba

Curso Sobre Princípios de Boas Práticas de Fabricação e Procedimentos de Inspeção

OPAS/ANVISA – Goiás

Good Manufacturing Practice (GMP) and Related Topics FIOCRUZ/ANVISA – Rio de Janeiro

Capacitación conjunta de Inspectores em Buenas Práticas de Fabricación y Control de Medicamentos - Fase II

ANMAT-MERCOSUR- Argentina

I Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária

Integrante da Comissão de Divulgação do I SIMBRAVISA, São Paulo-SP

Seminário Internacional: Os desafios para uma assistência farmacêutica integral

Ministério da Saúde – Brasília-DF

Oficina de Trabalho sobre Assistência Farmacêutica e Medicamentos

Faculdade de Farmácia – UFG – Goiânia-GO

V Congresso Brasileiro de Epidemiologia

Universidade Católica do Paraná, Curitiba-PR

II Curso de Especialização em Toxicologia Profissionalizante

Faculdade Federal de Goiás, Goiânia-GO

2003 - Competências em Vigilância Sanitária nos currículos dos cursos de graduação da área de saúde: quais e como?

Londrina-PR

Oficina de Elaboração de proposta de ação visando a criação e implantação do programa estadual de farmacovigilância

Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz/MS, Rio de Janeiro-RJ



VIII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

Abrasco, Brasília-DF

Seminário Nacional de Plantas Medicinais, Fitoterápicos e Assistência Farmacêutica

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde, Brasília-DF

A Gestão da Vigilância Sanitária no Estado de Goiás – Situação Atual e Desafios

Universidade Federal de Viçosa, Departamento de Alimentos, Viçosa-MG

2004 – 1º Fórum de Saúde de Catalão – Uma Nova Saúde é Possível!...

Administração Regional de Saúde - Estrada de Ferro, Catalão-GO

I FEINVISA – I Fórum Estadual Intersetorial em Vigilância Sanitária

Centro de Convenções – CENTROSUL, Florianópolis-SC

Seminário Temático, Caso Celobar, Atualização em Direito Sanitário (Mesa redonda)

Fiocruz Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro-RJ

Seminário Temático, Caso Celobar, Especialização em Vigilância Sanitária de Medicamentos e de Atualização em Direito Sanitário (Mesa redonda)

Fiocruz Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro-RJ

2005 – Oficina Preparatória de Vigilância Sanitária

Secretaria de Saúde, Natal-RN

III Congresso Brasileiro de Ciências Sociais e Humanas em Saúde

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC

Oficina: Desafios da Contemporaneidade para o Grupo Temático de Vigilância Sanitária

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Florianópolis-SC

4 – CURSOS MINISTRADOS**4.1 Como Instrutora/Palestrante**

1999 - Capacitação para Fiscais de Saúde Pública e Técnicas em Saúde Pública

Secretaria Municipal de Recursos Humanos – Goiás

Planejamento Estratégico para Vigilância Sanitária

Sistema Único de Saúde – Goiás

Controle de Qualidade da Água

Sistema Único de Saúde – Goiás

Terapia de Nutrição Parenteral e Enteral

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Goiás

2002 - IV Treinamento em Baixa Complexidade nas Ações de Vigilância Sanitária

Sistema Único de Saúde – Goiás

II Curso de Especialização em Toxicologia Profissionalizante

Faculdade de Farmácia – UFGO

Atualização de Gerência em Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiânia-GO

IV Treinamento em Baixa Complexidade nas Ações de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiânia-GO

2003 – Congresso Brasileiro de Farmácia

Palácio de Convenções Anhembi – São Paulo-SP

I Mostra de Produtos – Tema: Interfaces da Vigilância Sanitária na Formulação das Políticas Públicas de Saúde

Goiânia-GO

4.2 Como Coordenadora**1999 - Capacitação de Inspeção em B.P.F. em Medicamentos – Fase I – Mercosul**

Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Goiás

VIII Congresso Goiano de Hospitais

Mesa Redonda: Medicamentos: Custos X Qualidade

2000 - Curso de Especialização em Toxicologia Profissionalizante

Universidade Federal de Goiás – 2000

2001 - Capacitação de Inspeção em Boas Práticas de Fabricação em Indústrias de Cosméticos e Saneantes

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

Capacitação Técnica de Fiscais Municipais de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde - Goiás

2002 - Atualização de Gerência em Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

Capacitação Técnica de Fiscais Municipais de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado de Saúde – Goiás

Atualização de Gerência em Vigilância Sanitária

Sistema Único de Saúde – Goiás

2004 - II Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária e I Simpósio Pan-Americano de Vigilância Sanitária

Abrasco, Caldas Novas-GO

5 – CURSOS DE EXTENSÃO

1991 - Treinamento de Prevenção da Cólera

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

1994 - Treinamento em Micro Informática

Empresa de Ciência e Desenvolvimento

1995 - Treinamento para Fiscais de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Goiás

6 - ESTÁGIOS

1981 - Estágio Supervisionado na Indústria Química de Goiás

Indústria Química de Goiás

1984 - Estágio Supervisionado – Laboratório de Análises Clínicas Rômulo Rocha – 800 horas

Universidade Federal de Goiás

7 ATIVIDADES DOCENTES

7.1 Participação em Congressos, Seminários e outros Eventos Similares

1979 - X Congresso Brasileiro de Microbiologia

Universidade Federal do Rio de Janeiro

1985 - Seminário de Atualização em Tuberculose

Secretaria Estadual de Saúde – Goiás

1987 - VI Congresso Paulista de Farmacêuticos

São Paulo

1989 - VII Congresso Paulista de Farmacêuticos

São Paulo

XVI Congresso Brasileiro de Análises Clínicas

Goiás

1997 - X Congresso Paulista de Farmacêuticos

São Paulo

1999 - III Simpósio Latino Americano em Qualidade Total de Medicamentos

Universidade de São Paulo – SP

2000 - XVII Congresso Pan-Americano de Farmacêuticos de Língua Portuguesa

Conselho Regional de Farmácia – RJ – 2001, FEFAPAR/AFPLP - Rio de Janeiro-RJ

IX Semana de Farmácia das Faculdades Objetivo (Mesa Redonda)

Faculdade Objetivo – Goiânia-GO

2001 - 2º Congresso de Ciências Farmacêuticas

Conselho Regional de Farmácia – Rio de Janeiro

Fórum para Proposta de Política Nacional de Plantas Medicinais e Medicamentos Fitoterápicos

Ministério da Saúde – Brasília-DF

2002 - V Congresso Brasileiro de Epidemiologia

ABRASCO – Paraná

Seminário Internacional: Os desafios para uma Assistência Farmacêutica Integral

Ministério da Saúde – Brasília

I Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária

ABRASCO – São Paulo

7.2 Participação em Congressos, Seminários e outros Eventos Similares Como Conferencista/Congressista

1999 - VIII Congresso Goiano de Hospitais

Goiânia-Goiás

I Seminário de Farmácia Hospitalar

Componente da mesa na cerimônia de abertura, Goiânia-GO

2000 - VI Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

Associação Brasileira de Saúde Coletiva – Bahia

XVII Pan Americano Farmácia

Conselho Federal de Farmácia Rio de Janeiro

2001 - 2º Congresso Brasileiro de Medicamentos Genéricos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

I Conferência Estadual de Vigilância Sanitária

Secretaria Estadual de Macció – AL

I Conferência Estadual de Vigilância Sanitária

Secretaria de Estado da Saúde – Rondônia

2º Congresso de Ciências Farmacêuticas

RIOPHARMA ; Rio de Janeiro

2002 - I Congresso Internacional de Farmacêuticos Magistrais - FARMAG - ANFARMAG –

São Paulo-SP

3º Congresso Brasileiro de Medicamentos Genéricos

Conselho Regional de Farmácia – Goiás

Seminário de Vigilância Sanitária “Novos Tempos da VISA do Estado de Rondônia

Sistema Único de Saúde – Rondônia

2003 - V Congresso Nacional da Rede Unida

Londrina-PR

I Fórum Nacional de Redes em Saúde

II Mostra Paranaense de Produção em Saúde da Família

Congressista e Participante da Oficina “Competências em Vigilância Sanitária nos currículos dos cursos de graduação da área de saúde: quais e como?”

2004 – VI Congresso Brasileiro de Epidemiologia e 6ª Reunião Científica da América Latina e Caribe da Associação Internacional de Epidemiologia – IEA

Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva – Abrasco, Recife-PE

8 – ATIVIDADES PROFISSIONAIS

1984 – 1995 Laboratório Cícero Leão – Ceres – Goiás

1984 Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, até a presente data

1986 – 1988 Laboratório Santa Paula – Carmo do Rio Verde – Goiás

1992 – 1993 Farmácia Hospitalar do Hospital Psiquiátrico Professor Wassili Chuc – Anápolis – Goiás

1998 Vitapan Indústria Farmacêutica Ltda – Chefe da Garantia da Qualidade – Julho a Outubro

9 – ATIVIDADES DOCENTES

1976 Professora de Química Orgânica e Inorgânica
Colégio Auxilium – Anápolis – Goiás

10 - FUNÇÕES ANTERIORES NA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

1984 – 1990 Chefe do Laboratório Regional de Análise Clínicas na Cidade de Ceres – GO

1990 – 1994 Farmacêutica Bioquímica – Ambulatório Geral de Anápolis – GO

1994 – 1996 Inspetor de Vigilância Sanitária

1996 – 1998 Chefe da Divisão de Controle de Qualidade – Superintendência de Vigilância Sanitária

Julho a Outubro de 1998 Farmacêutica Bioquímica – Ambulatório Geral de Anápolis

1996 até dezembro de 1998 Inspetora da Divisão de Controle de Qualidade da Superintendência de Vigilância Sanitária do Estado de Goiás, atuando nas inspeções de Cosméticos, Químicos, Correlatos e Importados

A partir de 04 de janeiro de 1999 Superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás, gerenciando ações de vigilância em saúde nas áreas de Saneamento do Meio, Saúde do Trabalhador, Alimentos, Medicamentos, Cosméticos, Correlatos, Centro de Informações Toxicológicas e Estabelecimentos de Saúde.

11- TRABALHOS APRESENTADOS

2003 – Diagnóstico das Condições Sanitárias dos Hospitais do Interior do Estado de Goiás

Modalidade Pôster, durante o VII Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva

2004 – Informação e divulgação no caso celobar: estratégia de prevenção de riscos à saúde

Modalidade Pôster, durante o II Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária; I

Simpósio Pan-Americano de Vigilância Sanitária, Recebendo o **Prêmio de Menção Honrosa**

12 - HOMENAGEM

2003 – Condecorada como Sócio Honorário do Centro Acadêmico de Farmácia, pelo Centro Acadêmico de Farmácia Jaldo de Souza Santos, Anápolis-GO

2005 – Patronesse dos formandos do Curso de **Gestão Sanitária e Ambiental de Anápolis**, Anápolis, 20 abril

Patronesse dos formandos do Curso de **Gestão Sanitária e Ambiental da Universidade Estadual de Goiás**, Goiânia-GO, 22 setembro

13 - FUNÇÃO ATUAL

Reconduzida como Superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado da Saúde de Goiás a partir de 1º de janeiro de 2003, atualmente Superintendência de Vigilância Sanitária e Ambiental, gerenciando ações de vigilância em saúde nas áreas de Saneamento do

Meio, Saúde do Trabalhador, Alimentos, Medicamentos, Cosméticos, Correlatos, Centro de Informações Toxicológicas e Estabelecimentos de Saúde e vigilância ambiental em Saúde.(Decreto de 16 de janeiro de 2003/DOE 22.01.03)

14 – FUNÇÕES OCUPADAS

Membro do Comitê Executivo da Comissão Estadual Organizadora da I Conferência de Vigilância Sanitária

Membro da Câmara Técnica de Vigilância Sanitária do Conselho Nacional de Secretários de Saúde

Membro da Comissão de Divulgação do I Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária

Membro da Comissão de Indústria Farmacêutica do Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás

Membro da Coordenação Estadual de Controle de Infecção Hospitalar

Membro do Comitê Consultivo de Vigilância Sanitária –Grupo Tripartite – ANVISA (Portaria 304 de 09 de agosto de 2002)

Membro do Conselho Administrativo da INDÚSTRIA QUÍMICA DO ESTADO DE GOIÁS – IQUEGO

Membro do Conselho Estadual de Entorpecentes e Psicotrópicos

Membro do Fórum de Defesa do Consumidor e do Usuário dos Serviços Públicos

Suplente do Conselho de Ciência e Tecnologia do Estado de Goiás em Substituição ao Conselheiro Dr. Fernando Passos – Secretário de Estado da Saúde

GOIÂNIA, AGOSTO-2005



Maria Cecília Martins Brito

Aviso nº 1.144 – C. Civil.

Em 24 de outubro de 2005

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora Maria Cecília Martins Brito para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff** Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSTITUIÇÃO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....
Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

.....
III – aprovar previamente, por voto secreto, após arguição pública, a escolha de:

.....
f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

.....
LEI Nº 9.782, DE 26 DE JANEIRO DE 1999

Regulamento

Define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

.....
Art. 10. A gerência e a administração da Agência serão exercidas por uma Diretoria Colegiada, composta por até cinco membros, sendo um deles o seu Diretor-Presidente.

Parágrafo único. Os Diretores serão brasileiros, indicados e nomeados pelo Presidente da República após aprovação prévia do Senado Federal nos termos do art. 52, III, f da Constituição Federal, para cumprimento de mandato de três anos, admitida uma única recondução.

.....
DECRETO Nº 3.029, DE 16 DE ABRIL DE 1999

Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências.

ANEXO

(Decreto nº , de de de 1999)

REGULAMENTO

Agência Nacional de Vigilância Sanitária

.....
Art. 6º A Agência será dirigida por uma Diretoria Colegiada, composta por cinco Diretores, sendo um dos quais o seu Diretor-Presidente.

§ 1º Os Diretores serão brasileiros indicados e nomeados pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal, para cumprir mandatos de três anos, não coincidentes, observado o disposto no art. 29 e seu parágrafo único da Lei nº 9.782. de 1999.

§ 2º Os Diretores poderão ser reconduzidos, uma única vez, pelo prazo de três anos, pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Saúde.

§ 3º Na hipótese de vacância de membros da Diretoria, o novo Diretor será nomeado para cumprir período remanescente do respectivo mandato.

.....
O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Sobre a mesa, mensagens que serão lidas pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidas as seguintes:

MENSAGEM Nº 249, DE 2005

(Nº 732/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Os méritos do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva.**

EM Nº 378 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 20 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o artigo 18 § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986 e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das

Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Almir Franco de Sá Barbuda poderá ser nomeado, também, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil, cumulativamente, no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE ALMIR FRANCO DE SÁ BARBUDA

CPF.: 3832236104

ID.: 3176 MRE/DF

- 1943 Filho de Manuel José Machado Barbuda e de Ignez Franco de Sá Barbuda, nasce em 18 de junho, em Manaus/AM.
- 1965 Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro/RJ
- 1969 CPCD - IRBr
- 1970 Terceiro Secretário em 3 de fevereiro
- 1970 Divisão da Amazônia, assistente
- 1973 Divisão da América Meridional-II, assistente
- 1973 Segundo Secretário, por merecimento, em 9 de novembro
- 1973 Embaixada em Bonn, Segundo Secretário
- 1974 Embaixada em Buenos Aires, Segundo Secretário
- 1976 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário
- 1979 Primeiro Secretário, por merecimento, em 12 de dezembro
- 1981 Divisão do Pessoal, assessor e Chefe substituto
- 1983 Embaixada em Bridgetown, Encarregado de Negócios, missão provisória
- 1984 Conselheiro, por merecimento, em 29 de junho
- 1985 Representação junto à FAO e Organismos Internacionais Conexos, Roma, Conselheiro e Encarregado de Negócios na ausência do titular
- 1986 I Sessão da Comissão de Recursos Fitogenéticos, FAO/Roma, Chefe de delegação
- 1987 VII Sessão do Grupo Intergovernamental de Frutas Cítricas, FAO/Roma, Chefe de delegação
- 1987 VII Sessão do Grupo Intergovernamental de Juta, Kenaf e Fibras Similares, FAO/Roma, Chefe de delegação

- 1988 XII Sessão do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, FAO/Roma, Chefe de delegação
- 1988 Consulado-Geral em Miami, Consul-Geral Adjunto e Encarregado do Consulado
- 1989 CAE - IRBr, A FAO e o Tratamento Internacional das Florestas Tropicais
- 1990 Divisão de Pagamentos do Pessoal, Chefe
- 1991 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 15 de dezembro
- 1992 Delegação Permanente em Genebra, Ministro-Conselheiro
- 1992 Conferência Plenipotenciária Adicional da União Internacional de Telecomunicações, UIT/Genebra, Chefe de delegação
- 1993 Comitê Aberto Ad Hoc sobre a Implementação da Convenção de Basileia sobre Movimentos Transfronteiriços de Resíduos Perigosos, Genebra, Chefe de delegação
- 1993 V Comissão de Recursos Fitogenéticos, FAO/Roma, Chefe de delegação
- 1993 Reunião de Peritos Encarregados da Elaboração de uma Convenção de Combate à Desertificação, Estocolmo, Chefe de delegação
- 1993 IV Reunião das Partes, Protocolo de Montreal, Bangkok, Chefe de delegação
- 1993 I Sessão do Comitê Negociador de uma Convenção sobre Combate à Desertificação, Genebra, Chefe de delegação
- 1994 I Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica, Bahamas, Chefe de delegação
- 1994 Consulado-Geral em Nova York, Consul-Geral Adjunto, Chefe do SECOM e Encarregado do Consulado
- 1997 Escritório Financeiro em Nova York, Chefe
- 1999 Diretor-Geral do Departamento de Administração
- 1999 Ministro de Primeira Classe, por merecimento, em 15 de dezembro
- 2003 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-interino
- 2004 Subsecretaria-Geral do Serviço Exterior, Subsecretário-Geral

Claudia D'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

INFORMAÇÕES SOBRE O REINO DA BÉLGICA

Dados básicos	
Nome oficial	Reino da Bélgica
Superfície	30.158 km ²
Localização	Oeste da Europa
Capital	Bruxelas
Principais cidades	Bruxelas, Antuérpia, Liège, Charleroi
População	10,3 milhões
Idioma oficial	Alemão, francês, neerlandês
PIB (2001)	€ 263.3 bilhões
PIB "per capita" (2001)	€ 25.563
Crescimento real do PIB (2001)	1,0%
Moeda	Euro

Autoridades Governamentais:

Sistema de Governo	Monarquia Parlamentar Constitucional
Chefe de Estado	Rei Albert II
Chefe de Governo	Primeiro Ministro Guy Verhofstadt
Ministro de Negócios Estrangeiros	Karel de Gucht

COMÉRCIO EXTERIOR DO PAÍS (US\$ milhões)

	1997	1998	1999	2000	2001
Exportações (F.O.B.)	171.951	178.461	174.549	184.565	171.264
Importações (C.I.F.)	157.292	163.276	157.842	172.401	175.740
Balança comercial	14.659	15.185	16.707	12.164	-4.476
Intercâmbio comercial	329.243	341.737	332.391	356.966	347.004

Fonte : FMI. Direction of Trade Statistics - Yearbook 2001 e Quarterly June 2002.

Os dados não coincidem, necessariamente, com aqueles apresentados no Balanço de Pagamentos em razão das diferentes modalidades de venda (F.O.B. e cif) e das distintas metodologias de cálculo.

Principais Produtos:

Exportação	<ul style="list-style-type: none"> • Máquinas e equipamentos de transporte; • Produtos manufaturados; • Produtos químicos; • Alimentos e animais vivos; • Óleos minerais e lubrificantes;
------------	--

Importação

- Bebidas e fumo;
- Gorduras, óleos e ceras animais e vegetais;
- Máquinas e equipamentos de transporte;
- Produtos manufaturados;
- Produtos químicos;
- Óleos minerais e lubrificantes;
- Alimentos e animais vivos;
- Bebidas e fumo;
- Gorduras, óleos e ceras animais e vegetais

DIREÇÃO DO COMÉRCIO EXTERIOR (2001):

EXPORTAÇÕES

França	17,6%
Alemanha	16,8%
Países Baixos	11,8%
Reino Unido	9,7%
Itália	6,0%
Estados Unidos	5,7%
Espanha	3,5%
Israel	1,9%
Índia	1,6%
Brasil	0,5%

IMPORTAÇÕES

Países Baixos	16,8%
Alemanha	16,5%
França	12,9%
Reino Unido	7,9%
Estados Unidos	7,6%
Itália	4,3%
Japão	2,6%
Irlanda	2,5%
China	2,2%
Brasil	0,9%

Comércio e investimento

A corrente de comércio em 2004 atingiu o valor de US\$ 2,57 bilhões, o que representa um aumento de cerca de 10% em relação ao ano anterior. Com isso, a Bélgica foi o 7º parceiro mais importante do Brasil na União Européia.

As exportações brasileiras em 2004 atingiram US\$ 1,93 bilhão, um crescimento de 7,6% em relação a 2003, e o segundo maior valor nos últimos vinte anos (em 1998, as exportações atingiram US\$ 2,19 bilhões). Apesar do aumento no valor das exportações, estas representaram apenas 2% do total das exportações brasileiras, o que manteve a tendência de queda observada nos últimos anos. Nos primeiros dois meses de 2005 as exportações apresentaram forte aumento em relação ao mesmo período de 2004 (62%), atingindo o valor US\$ 0,35 bilhão.

As importações brasileiras provenientes da Bélgica registraram o valor de US\$ 0,64 bilhão em 2004, um expressivo crescimento de 24% em relação ao ano

anterior e o terceiro maior valor nos últimos vinte anos. A participação dos produtos provenientes da Bélgica no total geral das importações brasileiras foi de 1,02% em 2004. Apesar de ser um decréscimo em relação à participação em 2003, manteve-se no patamar dos 1%, registrado desde o início da década de 90. A tendência de aumento das importações manteve-se no primeiro bimestre de 2005, quando as importações totalizaram US\$ 0,1 bilhão, um aumento de 15% em relação ao início de 2004.

A exemplo dos últimos 20 anos, o saldo da balança comercial continua favorável ao Brasil. Em 2004, o superávit atingiu US\$ 1,29 bilhão. Para o ano de 2005, o saldo já é favorável em US\$ 0,24 bilhão, levando-se em conta os dois primeiros meses do ano.

INTERCÂMBIO COMERCIAL

(US\$ MIL - FOB)

ANO	EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS (A)	IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS (B)	SALDO (A - B)	INTERCÂMBIO COMERCIAL (A+B)
1996	1.431.624	553.662	877.962	1.985.286
1997	1.483.062	638.323	844.739	2.121.385
1998	2.194.568	717.556	1.477.012	2.912.125
1999	1.817.099	495.492	1.321.607	2.312.592
2000	1.867.041	574.816	1.292.225	2.441.856
2001	1.812.132	584.610	1.227.523	2.396.742
2002	1.892.010	545.967	1.346.043	2.437.976
2003	1.795.080	514.507	1.280.573	2.309.587
2004	1.931.061	640.301	1.290.760	2.571.362
2005	346.955	106.106	240.848	453.062

* os dados computados são do mês de janeiro e fevereiro

Fonte: MDIC/SECEX

Entre os principais produtos/grupos de produtos exportados pelo Brasil, destaca-se o crescimento dos bagaços e outros resíduos sólidos, da extração de óleo de soja (62,2%) e do fumo não manufaturado (80,8%). Em 2005, destaca-se o aumento dos sucos de laranjas (191%) e da pasta química de madeira (107%). Os

principais produtos/grupos de produtos exportados pelo Brasil em 2004, por ordem de participação, foram:

Produtos	Porcentagem
SUCOS DE LARANJAS, CONGELADOS, NÃO FERMENTADOS	16,7%
PASTA QUÍMICA DE MADEIRA DE NÃO CONÍFERAS A SODA/SULFATO, SEMI-BRANQUEADO	10,0%
ALUMÍNIO NÃO LIGADO EM FORMA BRUTA	9,4%
MINÉRIOS DE FERRO NÃO AGLOMERADOS E SEUS CONCENTRADOS	8,2%
CAFÉ NÃO TORRADO, NÃO DESCAFEINADO, EM GRÃO	4,4%
BAGAÇOS E OUTROS RESÍDUOS SÓLIDOS, DA EXTRAÇÃO DO ÓLEO DE SOJA	4,0%
FUMO NÃO MANUFATURADO TOTALMENTE, PARCIALMENTE DESTALADO, FOLHAS SECAS, ETC.VIRGINIA	4,0%
CAULIM	2,9%
OUTRAS MADEIRAS COMPENSADAS, COM FOLHAS DE ESPESSURAS <=6MM	2,5%
OUTROS GRAOS DE SOJA MESMO TRITURADOS	2,0%

Entre as importações, destaca-se o crescimento dos itens vacinas para medicina humana, sulfato de amônio (101%) e teares para tecidos (161%). O sulfato de amônio também apresenta aumento significativo nos primeiros meses de 2005 (70%). Os principais produtos/grupos de produtos importados pelo Brasil em 2004, por ordem de participação, foram:

Produtos	Porcentagem
PARTES PARA AVIÕES OU HELICÓPTEROS	11,5%
VACINAS PARA MEDICINA HUMANA, EM DOSES	9,9%
SULFATO DE AMÔNIO	4,4%
TEARES PARA TECIDOS DE L > 30CM	2,6%
OUTROS INSETICIDAS	1,9%
DIETANOLAMINA E SEUS SAIS	1,8%
MALTE NÃO TORRADO, INTEIRO OU PARTIDO	1,7%

FÓSFORO BRANCO	1,3%
AUTOMÓVEIS C/MOTOR EXPLOSÃO	1,3%
OUTRAS PARTES E ACESSÓRIOS P/	1,2%
TRATORES E VEÍCULOS	

O cruzamento de pauta de exportações indica os seguintes produtos com potencial de crescimento para os exportadores brasileiros:

- Automóveis de passageiros e outros automóveis principalmente concebidos para o transporte de passageiros, incluídos os veículos de uso misto ("station wagons") e os automóveis de corrida;
- Óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos;
- Óleos de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto os brutos;
- Partes e acessórios para veículos;
- Alumínio em formas brutas;
- Aparelhos transmissores (emissores), para radiotelefonia, radiotelegrafia radiofusão ou televisão;
- Calçados com sola exterior de borracha, plástico, couro natural ou reconstituído e parte superior de couro natural;
- Bombas de ar ou de vácuo, compressores de ar ou de outros gases e ventiladores; coifas aspirantes com ventilador incorporado;
- Açúcares de cana ou beterraba e sacarose quimicamente pura, no estado sólido;
- Pneumáticos novo de borracha.

Investimentos

A Bélgica possuía, em 2003, US\$883 milhões em investimentos diretos no Brasil. Esse valor coloca a Bélgica como 10º maior investidor da União Européia no Brasil.

Principais Empresas Brasileiras de Exportação para o país:

- CITROSUCO PAULISTA S/A, Matão – SP;
- ALBRAS ALUMINIO BRASILEIRO S/A, Barcarena – PA;
- CARGILL AGRICOLA S A, São Paulo – SP;
- COINBRA-FRUTESP S.A., Santos – SP;
- CITROVITA AGRO INDUSTRIAL LTDA, Catanduva – SP;
- BHP BILLITON METAIS AS, São Luís – MA;
- CELULOSE NIPO BRASILEIRA S A CENIBRA, Belo Oriente – MG;
- MINERACOES BRASILEIRAS REUNIDAS S A MBR, Rio de Janeiro – RJ;
- COMPANHIA VALE DO RIO DOCE, Itabira – MG;
- JARI CELULOSE AS, Almerim – PA.

Missões Empresariais:

- Esteve em visita à Bélgica, no mês de abril de 2004, missão da Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). A missão participou de encontro no IMEC, em Leuven, de Reunião da Residência da Embaixada seguida de almoço, e de encontro na Comunidade Européia. O IMEC é uma instituição com o objetivo de desenvolver novas tecnologias que poderão ser aproveitadas industrialmente dentro de duas gerações. O membros da missão da SUFRAMA discutiram a possibilidade da realização de um programa de formação de pesquisadores brasileiros sob os auspícios do IMEC.
- Esteve em Bruxelas a missão da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP) da Presidência da República, com o objetivo de participar do evento “European Seafood Exposition/ Seafood Processing Europe”, entre os dias 4 e 6 de maio de 2004.

Histórico das relações com o Brasil

As relações da Bélgica com o Brasil foram iniciadas com o reconhecimento, pelo Império brasileiro, do Reino da Bélgica, que passou a existir como entidade independente em 1830. Um adensamento das relações é atribuído à arbitragem favorável ao Brasil concedida pelo Rei Leopoldo I, em 1863, na espinhosa “questão Christie” com a Grã-Bretanha, bem como ao fornecimento de armamento belga ao Brasil durante a guerra do Paraguai. Apesar de o Imperador D. Pedro II haver estado quatro vezes na Bélgica (1871, 1876, 1877 e 1887) e de ter sido nomeado doutor honoris-cause pela Universidade de Louvain, comenta-se que suas relações pessoais com o Rei Leopoldo II não eram boas, devido às ambições coloniais deste último, que se chocavam com as visões políticas do brasileiro.

Entre 1830 e 1914, cerca de 6000 belgas emigraram para o Brasil: comunidade heterogênea, composta de trabalhadores, pessoas marginalizadas, mas também de empreendedores, intelectuais e artistas.

A partir do final do século XIX, empresários belgas começam a interessar-se pelo Brasil, tendo alguns deles ficado impressionados pelo espírito empreendedor dos paulistas. Companhias belgas participaram da construção de estradas de ferro no Brasil, e outras da instalação da iluminação a gás no Rio de Janeiro.

No início da década de 1920, o interesse belga pelo Brasil aumentou em função do conhecimento que o Brasil dispunha sobre doenças tropicais, que poderia ser aproveitado no Congo, o que aumentou o clima de diálogo e entendimento entre os dois países.

Em 1921, empresários belgas e luxemburgueses assinaram um acordo de associação com os dirigentes da Companhia Siderúrgica Mineira, transformando-a em Companhia Siderúrgica Belgo-Mineira. 95% do capital da parceira européia provinha da Companhia ARBED, sediada em Luxemburgo (em 2001, a belgo-luxemburguesa ARBED, a francesa USINOR e a espanhola ACERALIA fundiram-se para formar a ARCELOR, o maior grupo siderúrgico do mundo). O empreendimento de Sabará foi considerado como a mais arrojada e bem sucedida iniciativa belgo-luxemburguesa na América Latina.

A fundação da Belgo-Mineira foi a principal, mas não a única iniciativa dos investidores belgas no Brasil no período entre-guerras. Câmaras de Comércio belgo-brasileiras foram fundadas em 1911 em Bruxelas (a mais antiga câmara de comércio

bilateral existente na Bélgica), 1918 no Rio de Janeiro e em 1938 em São Paulo. Em 1920, os “Ateliers de Construction Électrique de Charleroi (ACEC)” estabeleceram-se em São Paulo. Nas décadas de 30 e 40, a Electrabel e a Solvay também fincaram raízes no Brasil. Como se verá no quadro mais adiante, os investimentos belgas no país não cessaram de crescer desde então.

Fontes: BrazilTradeNet. MDIC/SECEX, <http://www.belgica.org.br/info.htm>
 DOC/ FRS/PRP

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

INFORMAÇÃO SOBRE LUXEMBURGO

2005

Sumário

<i>Avaliação das relações bilaterais</i>	
<i>Relações econômicas bilaterais</i>	
<i>Economia</i>	
<i>Política</i>	

Avaliação das relações bilaterais

Apesar da diferença de dimensões (Luxemburgo possui área de apenas 2.586 km² e conta com tão-somente 450 mil habitantes, 175 mil dos quais estrangeiros), Brasil e Luxemburgo desenvolvem um relacionamento intenso e produtivo, em especial no plano econômico e com destaque para os setores siderúrgico e financeiro. O país, como se sabe, constitui importante praça financeira internacional e abriga a sede de várias instituições européias. O PIB per capita luxemburguês, de 32 mil euros, é o mais elevado dos 25 países que integram a União Européia.

Brasil e Luxemburgo adotam posições análogas na defesa da igualdade entre os Estados, da prevalência dos direitos humanos, da autodeterminação dos povos, da não-intervenção, das soluções arbitradas e negociadas dos conflitos, do combate ao terrorismo, ao racismo, à discriminação e à exclusão, da cooperação entre o Norte e o Sul e da valorização do multilateralismo e do direito internacional.

Entre os contatos políticos recentes, ressalte-se a visita a Luxemburgo, em outubro de 2004, do Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Antonio Patriota, para conversas a respeito do Conselho de Segurança da ONU, tendo como interlocutor o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Embaixador Georges Santer. A autoridade luxemburguesa manifestou, na oportunidade, percepção positiva em relação ao G-4, integrado por Brasil, Alemanha, Índia e Japão. Por outro lado, o Embaixador Santer considerou o objetivo de um assento europeu como aspiração de médio a longo prazo, que requererá uma convergência maior entre os membros da União Européia em matéria de paz e segurança internacional. O Embaixador Santer manifestou interesse em manter coordenação com o Brasil por intermédio das Missões respectivas em Nova York e antecipou que Luxemburgo estará se candidatando a um assento como membro não-permanente do Conselho de Segurança da ONU para o período 2013/2014.

O Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Luxemburgo, no encontro com o Embaixador Patriota, referiu-se também a outras questões, como a evolução da situação no Oriente Médio, sobretudo o

conflito israelo-palestino (hospitais construídos na Faixa de Gaza com recursos luxemburgueses foram destruídos pela artilharia israelense); a importância da luta contra o narcotráfico; a possibilidade de cooperação trilateral entre Luxemburgo, Brasil e um terceiro país beneficiário (o Grão-Ducado deseja aumentar de 0,8 para 1 por cento do PIB a alocação de recursos para o desenvolvimento); e a intenção luxemburguesa de vir a obter o status de observador na OEA.

Relações econômicas bilaterais

O principal investidor luxemburguês no Brasil é o grupo ARCELOR, com sede na capital do Grão-Ducado. Trata-se do segundo maior grupo siderúrgico do mundo (produção anual de 47 milhões de toneladas), resultante da fusão das empresas ARBED (luxemburguesa), USINOR (francesa) e ACERALIA (espanhola). No Brasil, a ARCELOR controla o conjunto Belgo-Mineira/CST/Acesita, além da Vega do Sul (aços planos para automóveis). Vale notar que o Presidente do Conselho de Administração da ARCELOR, Sr. Joseph Kinsch, exerce a função de Cônsul Honorário do Brasil em Luxemburgo.

Segundo recentes declarações de seu Presidente mundial, Guy Dollé, o grupo ARCELOR planeja investir US\$ 3 bilhões no Brasil no triênio 2005-2007. Os recursos serão usados para expandir a capacidade de produção das usinas que a ARCELOR controla no país e para consolidar suas participações nessas empresas em uma única "holding". Dos três bilhões de dólares, dois bilhões serão utilizados em expansão da capacidade produtiva (dos quais US\$ 1 bilhão já está sendo aplicado na expansão do terceiro alto-forno da CST). Outro US\$ 1 bilhão será destinado à criação da "holding", que fundirá todos os ativos da ARCELOR no Brasil, terá ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e nascerá com valor de mercado de US\$ 7 bilhões a US\$ 8 bilhões. Ao final da expansão da CST, em 2007, o Brasil representará 25% da produção do grupo no mundo e um terço do valor de seus ativos. Ademais, a ARCELOR está analisando a possibilidade de participar de uma usina de placas no Maranhão, em sociedade com a Vale do Rio Doce.

No comércio do Brasil com Luxemburgo, destaca-se, em anos recentes, a venda de dez jatos regionais da EMBRAER (oito ERJ-145 e dois ERJ-135) para a companhia LUXAIR. Segundo dados luxemburgueses (as estatísticas brasileiras de comércio exterior registram apenas valores conjuntos com a Bélgica), as exportações brasileiras para o mercado luxemburguês somaram, em 2004, 11,6 milhões de euros, havendo o Brasil importado de Luxemburgo, no mesmo ano, 24,9 milhões de euros. Entre as exportações brasileiras, destacam-se, segundo a classificação luxemburguesa, (a) máquinas e aparelhos, (b) metais e obras trabalhadas em metal e (c) produtos químicos; já entre as importações brasileiras têm relevo (a) metais e obras trabalhadas em metal, (b) máquinas e aparelhos e (c) matérias plásticas.

Ressalte-se também a existência de ligação aérea direta entre o Brasil e Luxemburgo para o transporte de cargas, o que constitui importante fator de facilitação do intercâmbio. A empresa luxemburguesa CARGOLUX, que conta com treze aviões cargueiros, têm como destinos no Brasil os aeroportos de São Paulo, Campinas, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba e Petrolina.

Ademais, quatro bancos brasileiros mantêm sucursais em Luxemburgo; a saber, Bradesco, Itaú, Safra e Unibanco. Registre-se também a presença em Luxemburgo de uma comunidade brasileira em torno de seiscentas pessoas. Os brasileiros em Luxemburgo exercem atividades principalmente nos setores de hotéis, restaurantes, cafés, de limpeza e de construção civil.

Economia

A economia luxemburguesa tem mantido uma elevada média de crescimento nas duas últimas décadas, bastante acima da média da União Européia. Em 2004, por exemplo, o PIB luxemburguês cresceu 4,5%, para uma média da UE de aproximadamente 2,5%. Para 2005, estima-se que o PIB de Luxemburgo terá um incremento em torno de 3,5%. A taxa de desemprego em Luxemburgo, em 2004, alcançava tão-somente 4,6% (em contraste com a média da União Européia em torno de 9%). O setor de serviços emprega aproximadamente dois terços da população ativa luxemburguesa. O índice de

inflação em 2004 atingiu 2,2%, em parte alimentado pela alta dos preços do petróleo.

Como seria de esperar-se, Luxemburgo possui uma posição fiscal muito confortável. A dívida pública, em queda, é de apenas 5,3% do PIB (o Pacto de Estabilidade e Crescimento da UE tem como teto 60%), e o déficit fiscal em 2004 atingiu tão-somente 1,4% do PIB (o referido Pacto tem como limite 3%). Enfim, pode-se afirmar que Luxemburgo possui uma das economias mais prósperas do mundo, com praticamente todas as principais variáveis macroeconômicas sob controle.

POLÍTICA

A paisagem política luxemburguesa, igualmente de grande estabilidade, tem-se caracterizado, nas últimas quatro décadas, por sucessivos Governos de coalizão, com participação preponderante do centrista Partido Social Cristão (PSC), no poder desde 1937, exceto pelo período de 1974 a 1978. As outras duas grandes agremiações políticas são o Partido Operário Socialista Luxemburguês (POSL) e o Partido Democrático (PD).

Os resultados das últimas eleições, em junho de 2004, apontaram mais uma vez clara vitória do PSC. O Primeiro-Ministro Jean-Claude Juncker - que obteve uma votação pessoal recorde - foi na ocasião novamente reconduzido à chefia do Governo, cargo que ocupa desde janeiro de 1995 e que acumula com a pasta das Finanças.

Adicionalmente, as eleições de junho de 2004 voltaram a conferir ao Partido Operário Socialista Luxemburguês a condição de segunda força política do país. No pleito anterior, em 1999, o POSL tinha perdido essa condição para o Partido Democrático, agremiação de centro-direita. Em consequência, desde meados de 2004, Luxemburgo é governado por uma coalizão entre o Partido Social Cristão e o Partido Operário Socialista Luxemburguês, combinação de forças que de resto já dirigira o país de 1984 a 1999.

Na formação do atual Governo, em agosto de 2004, o líder do PSOL, Jean Asselborn, assumiu os cargos de Vice-Primeiro- Ministro e Ministro dos

Negócios Estrangeiros. Vale o registro que Asselborn, de família operária, começou sua vida profissional aos dezoito anos de idade como trabalhador em fábrica de pneus, havendo logo se engajado em movimentos sindicais. Somente aos 27 anos, freqüentando cursos noturnos, concluiu seus estudos secundários, e, aos 32 anos, formou-se em Direito.

Mencione-se, finalmente, o prestígio de seu regime monárquico como fator adicional para a estabilidade e prosperidade de Luxemburgo. O atual Chefe de Estado, Grão-Duque Henri, foi elevado ao trono em outubro de 2000, em meio a manifestações populares de grande apreço e simpatia, após seu pai, Grão-Duque Jean (que vive), ter abdicado em seu favor em razão da idade.

Aviso nº 1.154 – C. Civil.

Em 26 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Almir Franco de Sá Barbuda, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Reino da Bélgica, e, cumulativamente, o cargo de Embaixador do Brasil no Grão-Ducado de Luxemburgo, desde que obtido o **agrément** do governo desse país.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

(*À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.*)

MENSAGEM Nº 250, DE 2005

(Nº 733/2005, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição e com o disposto no art. 42, § 1º, da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, no art. 18, § 1º, do

Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, e nos arts. 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 5 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha que desejo fazer do Senhor Pedro Luz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República do Níger, na República do Chade e na República de Benin, desde que obtido os **agréments** dos governos desses países.

Os méritos do Senhor Pedro Luiz Rodrigues que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 26 de outubro de 2005. – **Luiz Inácio Lula da Silva**.

EM Nº 377 DP/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 20 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,
De conformidade com o artigo 52, inciso IV, da Constituição Federal, o artigo 42, § 1º da Lei nº 7.501, de 27 de junho de 1986, o artigo 18 § 1º do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986 e os artigos 39 e 59 do Anexo I ao Decreto nº 5.032, de 05 de abril de 2004, submeto à apreciação de Vossa

Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação do Senhor Pedro Luz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria.

2. Caso mereça a aprovação do Senado Federal, o Senhor Pedro Luz Rodrigues poderá ser nomeado, também, para exercer os cargos de Embaixador do Brasil, cumulativamente, na República do Níger, na República

do Chade e na República de Benin, desde que obtidos os **agrément**s dos governos desses países.

3. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os países e **curriculum vitae** Senhor Pedro Luiz Rodrigues que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Samuel Pinheiro Guimarães Neto**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE PEDRO LUIZ RODRIGUES

CPF.: 24112844700

ID.: 7678 MRE/DF

- 1949 Filho de Carlos Octavio Rodrigues e Yedda Leite Rodrigues, nasce em 29 de junho no Rio de Janeiro, RJ
- 1977 Jornalismo, pela Universidade de Brasília/DF, em 12 de dezembro
- 1978 CPCD, IRBr
- 1978 Terceiro Secretário em 16 de outubro
- 1978 Divisão Consular, assistente
- 1979 Embaixada em Dacca, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1980 Embaixada em Bogotá, missão transitória
- 1980 Divisão de Informação Comercial, assistente
- 1980 Segundo Secretário, por antigüidade, em 20 de novembro
- 1981 Ministério da Fazenda, Coordenador de Comunicação Social
- 1982 CAD, IRBr
- 1984 Embaixada em Georgetown, Encarregado de negócios, missão transitória.
- 1985 Departamento de Promoção Comercial, assessor
- 1985 Presidência da República, Secretaria de Imprensa, Subsecretário
- 1985 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário
- 1987 Primeiro Secretário, por merecimento, em 30 de junho
- 1988 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário
- 1991 Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, Assessor Especial
- 1992 Presidência da República. Secretário de Imprensa

- 1992 Ordem de Rio Branco, Comendador
- 1992 Conselheiro, por merecimento em 25 de junho
- 1993 Embaixada em Buenos Aires, Conselheiro
- 1995 Embaixada em Tel-Aviv, Encarregado de Negócios, missão transitória
- 1997 Divisão da Europa-I, Chefe
- 1998 Ministério da Fazenda, Assessor Especial
- 1998 Légion d'Honneur, França, Cavaleiro
- 1999 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Assessor Especial
- 1999 Ministério da Justiça, Chefe de Gabinete
- 2000 Assessoria de Comunicação Social (ACS/SG), Subchefe
- 2001 Vice-Presidência da República, Assessor
- 2001 Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Subchefe
- 2001 Ordem do Mérito de Brasília, Governo do Distrito Federal, Comendador
- 2001 CAE, IRBr, "Opinião Pública e Política Externa"
- 2002 Ministro de Segunda Classe, por merecimento, em 26 de junho
- 2002 Assessoria de Comunicação Social (ACS/SG). Chefe
- 2002 Subsecretaria-Geral de Planejamento Diplomático, Assessor
- 2003 Orden del Aguila Azteca, México, Placa
- 2003 Embaixada em Paris, Ministro-Conselheiro

Claudia d'Angelo
CLAUDIA D'ANGELO

Diretora do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente
Médio
Divisão da África I

NIGÉRIA

A Nigéria situa-se na costa ocidental do continente africano, no Golfo da Guiné, e faz fronteira com o Benin, o Níger, o Chade e o Cameroun. O país tem uma área de 923.768 km² e é o mais populoso da África, com mais de 130 milhões de habitantes. Ali coexistem 250 etnias, nem sempre pacificamente, sendo as principais os hausas-fulanis, os iorubás, os ibos e ijós. Os iorubás predominam na região oeste e estão presentes na administração, comércio e profissões liberais. Os ibos se localizam a leste, e os hausas e os fulanis habitam o norte, onde a religião islâmica é dominante. Da vasta população nigeriana, 50% são islâmicos, 40%, cristãos, e o restante professa religiões animistas. O inglês é o idioma oficial, mas o hausa e o iorubá, entre muitos outros, num total de 505, são também utilizados correntemente.

A geografia física da Nigéria é bastante variada. Os oitocentos quilômetros de litoral são pantanosos, sobretudo no delta do rio Níger, região onde se concentram as reservas de petróleo. Na região Sul do interior, predominam as florestas tropicais. À medida que se caminha para o Norte, o clima vai-se tornando mais árido, em decorrência da aproximação geográfica com o deserto do Saara. A capital, desde 1991, é Abuja, situada na região central do país. As principais cidades são Lagos, antiga capital, Ibadan e Kano.

A Nigéria é uma República presidencialista. O atual Chefe de Estado e de Governo é o Presidente Olusegun Obasanjo, eleito em 1999 e reeleito em 2003. O Ministro dos Negócios Estrangeiros é o Embaixador aposentado Oluyemi Adeniji.

A maior parte do Corpo Diplomático acreditado na Nigéria (cerca de 60 embaixadas) já se transferiu para Abuja, mas permanecem em Lagos o centro econômico, financeiro e cultural do país, bem como as sedes de quinze missões diplomáticas e um número expressivo de representações consulares. O Brasil efetivou a transferência de sua Embaixada em Lagos para Abuja em maio de 2005, deixando um Consulado-Geral em Lagos.

POLÍTICA INTERNA

Passado o período de sucessivos governos militares, a Nigéria inaugura em 1999 um ciclo de abertura democrática. Marco do novo ambiente político que se instaura internamente é representado pelas eleições presidenciais daquele ano que levam ao poder o Presidente Obasanjo.

Seu antecessor, General Abubakar, recebera apoio da comunidade internacional para promover mudanças e abrandar o autoritarismo da ditadura militar. Obasanjo, nos pleitos de 1999 e 2003, consolidou sua liderança no país.

Personalidade de grande projeção internacional, Obasanjo, que ocupara o cargo de Chefe do Governo no período militar (1976-1979), já foi candidato à Secretário-Geral da ONU, integrou a Comissão do Commonwealth contra o Apartheid e é membro permanente da Comissão da UNESCO para a Paz e o Desarmamento. Embora seja de origem iorubá, Obasanjo não compartilha do extremismo comum aos grupos políticos daquela etnia, tampouco do desejo de vingança contra a elite militar dos Hausa-Fulani.

Obasanjo tem procurado implementar políticas voltadas ao combate da corrupção. O Painel Anticorrupção, criado pelo Presidente e chefiado pelo industrial Christopher Kolade, recomendou o cancelamento de contratos que envolviam quase US\$ 1 bilhão, firmados nos últimos meses de governo do General Abubakar. Concessões petrolíferas eram obtidas, muitas vezes, por meio de subornos de empresas estrangeiras a altos burocratas.

Obasanjo cancelou contratos obscuros de telefonia celular e demitiu o corpo dirigente da estatal telefônica NITEL. A estatal petrolífera NNPC publicou seu resultado contábil pela primeira vez.

A violência também representa um grande problema nacional e um desafio para a administração Obasanjo, embora os conflitos étnicos entre iorubás e hausas, tão frequentes em 1999-2001, tenham diminuído. Outro foco de instabilidade é o acirramento das rivalidades entre cristãos e muçulmanos, consequência direta do fato de doze estados do Norte do país terem adotado a lei islâmica – a Sharia – como código penal. A violência política encontra-se em estágio latente, com as reivindicações por autonomia regional e por uma redefinição federativa. Há crescimento da criminalidade urbana.

Muitos organismos internacionais, porém, reconhecem os progressos obtidos pelo país na questão dos Direitos Humanos, sobretudo no que tange à liberdade de expressão e ao fim das perseguições políticas.

No que concerne à vida política nigeriana, cabe mencionar os três maiores partidos políticos locais: People's Democratic Party (PDP), a que pertence o Presidente Obasanjo, All People's Party (APP), de perfil conservador, e Alliance for Democracy (AD), predominantemente formada por iorubás.

A Assembléia Nacional é bicameral, tendo o Senado 109 membros, e a House of Representatives, 360 deputados. Cabe mencionar que o relacionamento entre o Executivo e o Legislativo vem-se caracterizando por tensões e conflitos frequentes, o que gera entraves ao aperfeiçoamento das instituições políticas.

A classe militar, que tanta influência exerceu na história do país, mantém-se discreta em relação aos temas políticos. A associação de alguns seguimentos militares com esquemas de corrupção e desrespeito aos direitos humanos comprometeram sua imagem junto à opinião pública. A Nigéria possui as maiores forças armadas da região: 78.500 homens.

As próximas eleições presidenciais deverão ocorrer no início de 2007. Analistas internacionais acreditam que Olusegun Obasanjo deverá continuar projetando-se como importante estadista internacional e líder das reformas econômicas internas.

ECONOMIA

No ano de 2004, a Nigéria teve um PIB de US\$ 64,9 bilhões, com renda per capita da ordem de US\$ 475 (em 1980, no auge do *boom* do petróleo, a renda per capita alcançou US\$ 800). A indústria nigeriana é responsável por 38,8% do PIB (índice devido basicamente à indústria do petróleo), a agricultura, 37,2%, e os serviços, 24% (2004). Com a alta dos preços internacionais do petróleo, o crescimento do PIB projetado para 2005 é na ordem de 5%. Prevê-se aumento de 7% do total da balança de transações correntes (exportação de petróleo é o item principal) e manutenção da tendência em baixa do déficit fiscal. O setor agropecuário, que ultimamente tem recebido algum impulso, também vem contribuindo para a robusta taxa de crescimento do PIB nigeriano.

A Nigéria tem população economicamente ativa de 54,3 milhões e alta taxa de desemprego, devido à sua dependência do setor produtivo de óleo e gás, que guarda poucos vínculos com o resto da economia e não é gerador intensivo de emprego. Não obstante a tendência inflacionária de dois dígitos, as expectativas são de que a taxa de inflação média de 16%, em 2004, decresça a 11,1%, em 2005.

A Nigéria é o sexto maior produtor mundial de petróleo. O setor concentra a maior parcela do PIB. Em 2001, segundo estatísticas nigerianas oficiais, o setor petrolífero foi responsável por 76,5% das entradas governamentais e mais de 95% da receita das exportações. Em 2003, o setor foi responsável por quase 93% das exportações, e em 2004, o percentual foi de 95%. As reservas de petróleo do país são suficientes para mais 35 anos de produção. O petróleo nigeriano começou a ser explorado em 1958, e a produção atingiu seus níveis mais altos em 1979, com a cifra de 2,3 milhões de barris por dia. Em 2001, atingiu o patamar de 2,08 milhões de barris diários, com receita de US\$ 18,68 bilhões.

As condições de produção são difíceis. As quatro refinarias estão em mal estado. A maior parte das companhias que operam na Nigéria planejava aumentar substancialmente a produção, mas foram prejudicadas por estarem vinculadas a *joint ventures* com a empresa governamental Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) que, longe de preparada para a expansão, está pressionada por atrasados e compromissos anteriormente assumidos. Desde 1979, a NNPC vem operando acordos de participação de *joint ventures* com as principais companhias petrolíferas. No entanto, problemas financeiros vêm impedindo o cumprimento dos prazos e pagamento dos custos estipulados nestes acordos. A empresa sofre, ainda, com ataques esporádicos às instalações petrolíferas, em protesto contra a poluição gerada pela exploração do petróleo no delta do rio Níger, bem como com atos de vandalismo para roubo de combustível. Diante desse cenário, as *majors* petrolíferas estão demonstrando maior interesse na exploração de petróleo em alto mar. Os novos campos apresentam custos elevados de investimento, mas produzem petróleo de alta qualidade e, a partir da assinatura, em 1993, de contratos de risco, é possível desenvolvê-los sem a imposição de participação acionária governamental.

Apesar de ser o maior produtor de petróleo da África subsaariana e situar-se entre os dez maiores do mundo, a Nigéria é obrigada a importar refinados de petróleo para abastecer o mercado doméstico. Da capacidade instalada, de 445.000 barris por dia, as quatro refinarias, pertencentes à NNPC, conseguem destilar apenas 40% do total. O país também dispõe de infra-estrutura de oleodutos, administrada por subsidiária da NNPC, que tampouco logra assegurar o escoamento dos derivados para todas as regiões.

A desregulamentação do setor, destinada a eliminar os subsídios à importação de produtos de petróleo e implementada aos poucos desde 1999, implicou o contínuo aumento dos preços da gasolina e diesel. Na Nigéria, os anúncios de aumento do preço da gasolina costumam ser acompanhados por escassez, bem como por greves de trabalhadores, que chegam a paralisar, às vezes por dias seguidos, as principais cidades do país.

A questão do *downstream* (refinação, distribuição e comercialização) do petróleo pode ser considerada como um dos maiores problemas herdados pelo Governo Obasanjo. As grandes empresas petrolíferas na Nigéria (Shell, Chevron/Texaco, ExxonMobil, Agip e Total finaElf) não têm demonstrado qualquer interesse em investir no setor, de modo que a privatização das refinarias e petroquímicas, anunciada em 2000, até hoje não se concretizou.

A Nigéria teria grande interesse em desenvolver os seguintes aspectos, em matéria de cooperação no setor do *downstream* :

- a) Investimentos em refinação do petróleo, seja na aquisição de refinarias a serem privatizadas, seja na construção de novas;
- b) Capacitação (capacity building) para manutenção de refinarias, bem como para a operação de equipamentos considerados *troublesome*, como as unidades de craqueamento catalítico fluido ou FCC (fluid catalic cracking);
- c) Identificação de fontes estáveis de suprimento de peças de reposição para a indústria petrolífera;
- d) Investimentos ou assistência técnica no escoamento de derivados de petróleo, tanto na infra-estrutura de gasodutos, quanto na de transporte rodoviário, ferroviário ou marítimo costeiro; e
- e) Capacitação (capacity building) para manutenção de depósitos de produtos refinados e equipamentos em geral.

As reservas de gás nigerianas estão entre as maiores do mundo e localizam-se principalmente a leste do delta do Níger. Praticamente metade do gás obtido com a extração do petróleo continua sendo desperdiçada porque a demanda local é insuficiente para cobrir os gastos de separação, processamento e distribuição do produto. A política do Governo é de aumentar a infra-estrutura de utilização de gás. A companhia estatal nigeriana LNG está à frente de um projeto de US\$ 4 bilhões para a liquefação e exportação do gás natural.

A tendência em baixa do déficit fiscal, desde 2001, se deve, primordialmente, a medidas de austeridade aliadas a receitas petrolíferas superiores às expectativas. Instituições financeiras internacionais vêm recomendando, prioritariamente, maior transparência orçamentária, reduções dos altos subsídios governamentais à gasolina e combate à corrupção, que afeta a renda governamental. O governo chegou a gastar em torno de US\$ 2 bilhões ao ano em subsídios para vender o barril de petróleo para consumo interno a US\$ 9,50, enquanto seu preço no mercado internacional atingia US\$ 28,00. A intenção de aumentar o preço do combustível, a fim de eliminar os subsídios, costumava gerar fortes protestos populares, inclusive por meio de greves, elevando o risco de instabilidade interna. O mais recente projeto de greve geral foi suprimido pelas pressões exercidas pelo Governo, que levou à prisão vários sindicalistas e liberou o preço do combustível.

A agricultura é o setor que emprega, formal ou informalmente, a grande maioria da população nigeriana. Várias tentativas de modernizar a agricultura, desde a década de 1970, não surtiram qualquer efeito prático, esbarrando seja na falta de vontade política, seja no contrabando generalizado dos bens ou ainda, nas práticas ineficientes, comuns no setor. De país exportador de gêneros alimentícios, a Nigéria passou a importador. O Presidente Obasanjo procura incentivar a agricultura por meio da proibição de importação de alguns produtos, e, recentemente, alguns resultados vêm-se fazendo notar.

Para cobrir o serviço da dívida, estima-se que a Nigéria tenha que desembolsar nos próximos anos cerca de US\$ 8 bilhões anuais. Os principais credores são membros do Clube de Paris, que têm insistido no cumprimento rigoroso do pagamento das obrigações financeiras. Em sua visita ao país em julho de 2000, o então diretor do FMI, Horst Koenler, concluiu os acordos que permitiriam assinatura de acordo, no ano seguinte, que contemplava um *overdraft* de US\$ 1 bilhão, montante correspondente a 45% dos recursos colocados à disposição do país pelo Fundo, condicionado a certas reformas na economia. Poucos meses depois, o acordo expirou, e a Nigéria, embora recebendo menor assistência bilateral, foi objeto de investimentos estrangeiros maiores no setor petrolífero. O acordo poderia dar maior credibilidade ao Governo Obasanjo em seu esforço para reescalonar a dívida externa junto a credores privados, mas o Governo não dispõe de força suficiente para implementar, em prazo curto, as reformas exigidas pelo FMI (modernização do sistema bancário, eliminação da inflação, solução de problemas regionais sobre a distribuição da receita oriunda da indústria petrolífera). A expectativa mais otimista é de um *debt relief* de 70% em relação aos cerca de US\$ 30 bilhões de dívida (2002). No entanto, esta perspectiva é remota, pois a Nigéria não se enquadra no perfil dos Países Pobres Altamente Endividados, que são beneficiados por um amplo programa para redução de dívida, coordenado pelo Banco Mundial. O Presidente Obasanjo tem, como um dos principais objetivos de seu Governo, assegurar o cancelamento de parte substancial da dívida externa nigeriana.

Com relação ao setor externo, o intercâmbio comercial atingiu, em 2003, US\$ 38,91 bilhões, com exportações de mais de US\$ 24 bilhões e importações de US\$ 14,85 bilhões. As principais exportações consistem de petróleo e derivados, algodão, borracha e cacau. As importações compreendem máquinas, equipamentos de transporte, produtos químicos e bens de consumo. Os principais parceiros comerciais da Nigéria são os EUA, Reino Unido, Espanha, Itália e França.

Indicadores Socioeconômicos	2001	2002	2003	2004*
População (em milhões de habitantes)	126,6	129,9	133,2	136,5
Densidade demográfica (hab/km ²)	137,0	140,6	144,3	147,8
Crescimento real do PIB (%)	4,6	3,7	10,2	4,4
Variação anual do índice de preços ao consumidor (%)	18,1	13,6	14,0	16,3
Reservas internacionais, exclusive ouro (US\$ bilhões)	10,5	7,3	7,1	14,6
Dívida Externa Total (US\$ bilhões)	31,0	30,5	31,3	32,3 ^a
Câmbio(N/US\$)	111,23	120,58	129,22	133,14

Fonte: DIC

Fonte: The Economist Intelligence Unit/ Country Profile for 1999-2000

* Estimativas e/ou dados preliminares.

POLÍTICA EXTERNA

Durante o Governo do General Sani Abacha (1993-1998), a Nigéria foi paulatinamente marginalizada no cenário internacional. O Presidente Obasanjo trabalhou para melhorar a imagem externa de seu país, mediante freqüentes visitas e encontros com outros líderes de Estado e de Governo.

As relações da Nigéria com os países vizinhos têm sido, em geral, boas, embora uma disputa territorial com o Cameroun sobre a península de Bakassi, região rica em petróleo, ainda não tenha chegado a uma solução definitiva. A porosidade da fronteira estimula ações delituosas e a suspeita, por parte do Cameroun, de que interesses nigerianos possam ocasionalmente apoiar tendências separatistas nas duas províncias anglófonas.

O Cameroun submeteu a questão à Corte Internacional de Justiça, que em 10 de outubro de 2002 lhe deu ganho de causa. A Nigéria, entretanto, não cumpriu com sua obrigação de retirar-se do território de Bakassi dentro do prazo que se esgotou em 15 de setembro de 2004, alegando uma aceitação tácita camerunesa de alteração do calendário pertinente. O Cameroun tem evitado situações de confrontação com o poderoso vizinho e assim prosseguem as consultas sobre a execução da decisão da Corte de Haia. Em fevereiro de 2005, celebrou-se a 13ª Reunião da Comissão Mista, nela foi negociada uma nova estratégia de retirada e novo calendário para sua execução.

A Nigéria foi instrumental na criação, em 1975, da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A CEDEAO vem procurando implementar ambiciosos projetos de integração regional, tais como a criação de uma área de livre comércio, harmonização das políticas econômicas e fiscais e a introdução de moeda comum na sub-região, além de ampliar iniciativas de natureza político-militar. O Grupo de Monitoramento da CEDEAO, seu braço militar (ECOMOG), tem sido fundamental nos processos de restabelecimento da paz na região, como nos casos da guerra civil na Libéria (1990) e Serra Leoa (1997), dentre outros conflitos.

Em agosto de 2000, o Presidente Clinton realizou visita oficial à Nigéria. Em linhas gerais, a visita assinalou o apoio de Washington ao regime democrático nigeriano e indicou que os EUA esperavam contar com a Nigéria como aliado para promover a

estabilidade na África Ocidental. Os dois presidentes discutiram longamente questões regionais como Serra Leoa, Libéria e Costa do Marfim. Em maio de 2001, o presidente nigeriano esteve em Washington, tomando-se o primeiro Chefe de Estado africano a visitar os EUA na administração Bush. Na ocasião, o Presidente Bush anunciou que os EUA pretendiam contribuir com US\$ 200 milhões para o fundo global de combate à AIDS e outras doenças contagiosas. De sua parte, Bush retribuiu a visita em julho de 2003, oportunidade na qual aparentemente teriam sido concluídos novos e mais profundos entendimentos de caráter geoestratégico, que abrangeriam, entre outros itens, o petróleo nigeriano e a visão de liderança da Nigéria no continente. Foi anunciado, em outubro de 2003, que a Nigéria reconheceria aos militares norte-americanos imunidade em relação a crimes comuns ou de guerra. Recentemente, a decisão norte-americana de fechar o Consulado-Geral em Lagos, por alegações de que havia ameaças à segurança do pessoal que nele trabalhava, gerou protestos vigorosos do Governo nigeriano e persiste uma certa irritação nas relações bilaterais em consequência da medida.

No cenário multilateral, a Nigéria é membro ativo da ONU, da UA e da CEDEAO. É candidata a ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança, caso este venha a ser ampliado.

RELAÇÕES COM O BRASIL

O Brasil reconheceu a independência da Nigéria em 1960, tendo enviado Missão Especial aos festejos comemorativos. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele mesmo ano, foi criada a Embaixada brasileira em Lagos, hoje instalada em Abuja. A Nigéria estabeleceu Embaixada residente no Brasil em 1966. O relacionamento bilateral tem sido marcado pela fluidez e cordialidade, consequência natural dos fortes laços culturais que unem os dois países. A Nigéria é um dos principais parceiros comerciais do Brasil no continente africano. É relevante observar que não houve interrupção das relações nem mesmo durante períodos de crise na Nigéria, como a intervenção militar de 1966 e a guerra de Biafra (o Brasil não reconheceu aquele movimento secessionista). Em anos recentes, as constantes violações de direitos humanos durante a ditadura do General Sani Abacha acarretaram um relativo esfriamento do relacionamento, sobretudo nas esferas política e de cooperação técnica.

Com a redemocratização, o relacionamento bilateral adquiriu renovado impulso, que já se fez notar com a visita do Presidente Obasanjo a Brasília, em abril de 1999, ainda na condição de Presidente eleito. Em novembro de 2000 o Vice-Presidente nigeriano, Atiku Abubakar, visitou oficialmente o Brasil, tendo presidido a IV Sessão da Comissão Mista Brasil-Nigéria. Abubakar também esteve no Brasil em setembro de 2002, para participar do Congresso Mundial de Petróleo, no Rio de Janeiro.

Visitas de Autoridades Nigerianas ao Brasil

- Janeiro de 1979 – Vice-Presidente da Nigéria, General Shehu Musa Yar'Adua;
- Abril de 1981 – Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas da Nigéria, Contra-Almirante Abduhalli;
- Abril de 1983 – Chefe do Estado-Maior da Armada nigeriana, Almirante Akin Aduwo;
- Junho de 1988 – Chanceler Ike Nwachukwu;
- Novembro de 1996 – Ministro das Comunicações da Nigéria, General Olanrewaju;

- Abril de 1999 – Presidente Eleito da Nigéria, Olusegun Obasanjo;
- Maio de 1999 -- Missão Parlamentar, membros do Comitê de Privatização;
- Novembro de 2000 – Vice-Presidente da Nigéria, Alhaji Atiku Abubakar;
- Setembro de 2002 – Vice-Presidente da Nigéria, Alhaji Atiku Abubakar;
- Setembro/outubro de 2004 – Delegação do Ministério da Defesa da Nigéria.
- Setembro de 2005 – Visita de Estado do Presidente Olesegun Obasanjo .

Visitas de Autoridades Brasileiras à Nigéria

- Novembro de 1972 – Ministro de Estado, Embaixador Mário Gibson Barboza;
- Março de 1981 – Ministro de Estado, Embaixador Ramiro Saraiva Guerreiro;
- Novembro de 1983 – Presidente da República, João Baptista Figueiredo;
- Agosto de 1999 – Ministro das Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto;
- Janeiro de 2005 – Visita do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim;
- Abril de 2005 -- Visita do Senhor Presidente da República ;
- Agosto de 2005 – Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan.

Intercâmbio comercial

O comércio bilateral, que em 2003 não chegou a US\$ 2 bilhões, ultrapassou, em 2004, a cifra de US\$ 4 bilhões e, no primeiro trimestre de 2005 já contava com quase US\$ 2 bilhões. A balança comercial, desfavorável ao Brasil, registrou, em 2004, déficit recorde de US\$ 2,998 bilhões e, no primeiro semestre de 2005, déficit de US\$ 1,1 bilhão. A Nigéria continua a ser o principal parceiro do Brasil no continente africano, ainda não superada pela África do Sul. O Brasil é o quinto maior parceiro comercial da Nigéria, sendo superado apenas pelo Reino Unido, Estados Unidos, França e Alemanha.

Os principais produtos da pauta de exportação do Brasil para a Nigéria são açúcar refinado, açúcar cristal, veículos, papéis e sal marinho. As importações brasileiras oriundas da Nigéria compõem-se principalmente de petróleo e peles de caprinos e ovinos. Uma novidade importante no comércio entre os dois países foi a entrada na pauta de exportações brasileiras do item “aeronaves”, que respondeu por mais de 5% do intercâmbio entre os dois países. De fato, o Governo de um Estado nigeriano efetuou a compra de uma aeronave da Embraer em 2005. O Governo Federal, por sua vez, estuda seguir esse exemplo.

Um óbice a ser superado nas relações comerciais entre os dois países é a proibição da importação de certos produtos, como carnes e frangos, em vigor na Nigéria. Esse tema foi abordado, inclusive, na visita que o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior fez à Nigéria em agosto do 2005. Nessa mesma visita, o Presidente da Nigéria definiu, como razão para ser proibida a importação de certos produtos, deficiências do sistema produtivo nigeriano, o que demandaria o recebimento de assistência técnica e equipamentos no setor pecuário, especialmente no setor granjeiro.

O tema do financiamento às exportações foi recentemente tratado. O Brasil busca apresentar projeto de modelos alternativos de financiamento para importação de produtos brasileiros pela Nigéria, tais como estão sendo efetuados com Angola e países

da América do Sul. O modelo alternativo de financiamento compreenderia a reciprocidade nas preferências de crédito e de pagamentos, de modo a evitar o pagamento de taxas a bancos de terceiros países, que não contemplem benefícios para ambos os países. Importante no processo de viabilização desse mecanismo seria o contrato de fornecimento de petróleo da Nigerian National Petroleum Corporation (NNPC) para a Petrobrás. Na mesma visita do Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil referida anteriormente, o Ministro Furlan apresentou o projeto acima como pleito do Governo brasileiro.

A visita do Presidente Obasanjo ao Brasil em setembro de 2005, representou oportunidade para o Brasil retomar o tema. Por meio de Memorando de Entendimento entre os dois países, assinado pelos Ministros do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil e pela Ministra de Estado das Finanças da Nigéria e pelos Presidentes Lula e Obasanjo, ficou estabelecida a criação de um Comitê Técnico Bilateral de Alto Nível, que, no prazo de sessenta dias após a assinatura do documento, deverá estruturar proposta de acordo contemplando os pontos anteriormente mencionados, para a criação de modelos alternativos de financiamento às importações nigerianas.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NIGÉRIA (2003/05)

Intercâmbio Comercial Brasil-Nigéria (US\$ mil)	2003	2004	2005 (Jan-Jun)
Intercâmbio Comercial	1.964.263	4.008.974	1.959.335
Importações (fob)	1.494.629	3.503.810	1.549.056
Exportações (fob)	469.634	505.164	410.279
Balança comercial	-1.024.995	-2.998.646	-1.138.776

Fonte: MDIC/SECEX / Sistema Alice

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente
Médio

Divisão da África I

REPÚBLICA DO BENIN

A República do Benin, antigo Reino de Daomé, é um país de dimensão territorial reduzida (112,6 mil km²) da África Ocidental, confinando com a Nigéria, Togo, Burkina Faso, Níger e banhado ao sul pelo Atlântico. Possui população estimada (2005) de 7,4 milhões de habitantes, com um PIB per capita da ordem de US\$ 642 (2005). Embora fortemente dependente de suas exportações de algodão, o país é rico em fosfatos, ferro e cromo, dispondo, também, de reservas petrolíferas

O Benin está entre os países que alcançaram cumprir metas de desempenho macroeconômico e pôde, portanto, beneficiar-se, a partir de 2000, de recursos do FMI aos HIPC (*Heavily Indebted Poor Countries*). Nos últimos anos, o Benin vem buscando efetuar reformas econômicas com vistas a reduzir o déficit público e a dinamizar o setor privado.

O Benin é uma república unitária, com um presidente eleito por voto popular para até dois mandatos consecutivos de 5 anos. O atual Chefe de Estado e de Governo é Mathieu Ahmad Kérékou, eleito em março de 1996 e reeleito em março de 2001.

O Poder Legislativo é exercido por uma assembléia nacional unicameral, com 83 representantes eleitos por voto popular para mandatos de 4 anos. A atual constituição do país foi promulgada em dezembro de 1990. O Ministro dos Negócios Estrangeiros é Rogatien Biaou. O Benin celebra sua data nacional no dia da independência, 1º de agosto. O idioma oficial é o francês.

POLÍTICA INTERNA

Durante a ocupação francesa, a partir de 1893, e até a independência, em 1960, o Benin, que integrava o antigo Reino do Daomé, fez parte da Federação Francesa da África Ocidental. O primeiro presidente do país, Hubert Maga, foi eleito em 1960 e deposto por golpe militar em 1963. Ao longo dos anos 60, o país viveu período de golpes frequentes, com o poder se alternando entre juntas militares e governos civis, de efêmera duração.

Dado histórico relevante para o Brasil com relação ao Benin é o fato de que, a partir de 1830, começaram a retornar ao Benin escravos alforriados, procedentes sobretudo da Bahia e Pernambuco, que formaram elite política do país. Quando o país passou a ser colônia da França, em 1893, essa elite foi aproveitada para assessorar a administração francesa. Os retornados, ou “agoudas”, como são chamados, constituíram a classe média da colônia, criaram jornais e muitos, como Casimiro de Almeida, se destacaram como líderes pró-independência.

Em outubro de 1972, o major Mathieu Kérékou deu um golpe de Estado e iniciou ditadura que se prolongou até 1990. Em 1974, Kérékou instituiu o marxismo-leninismo no país, que passou a denominar-se “República Popular do Benin”. O novo regime unipartidário, baseado no Partido da Revolução Popular, estatizou grande número de empresas, bancos e fazendas. Além disso, a religião foi proscrita e os dois principais credos, o catolicismo e o candomblé, passaram a ser perseguidos como “reacionários”.

Na realidade, a sociedade beninense jamais se enquadrou no modelo marxista, fosse por lhe faltarem importantes postulados daquela ideologia, como, por exemplo, uma classe proletária, fosse pela subsistência de importantes laços com a França, da qual o país recebia substancial auxílio, nunca superado pelos modestos índices de assistência recebida da ex-União Soviética.

Durante 1998, várias tentativas de golpe, além de uma sucessão de greves, paralisaram a economia. O colapso do comunismo internacional, no final da década de 80, acelerou o fim do regime, e Kérékou convocou as “forças vivas da nação” para uma “Conferência Nacional”.

A Conferência realizou-se em 1990, tendo sido presidida por um descendente de brasileiros, o Bispo de Cotonou, Dom Isidoro de Souza. Foi votada nova constituição, consagrando os princípios do pluralismo democrático. A nova carta magna fixou o mandato presidencial em 5 anos, com direito a uma única reeleição. O poder legislativo passou a ser exercido por assembléia nacional unicameral, composta de 83 membros eleitos por período de quatro anos. Quanto ao poder judiciário, além da Corte Suprema, criou-se a Corte Constitucional, encarregada de julgar matérias constitucionais. Além disso, o país teve o nome alterado para “República do Benin”, e foram criados numerosos partidos políticos – inclusive o comunista. Estabeleceu-se cronograma para a realização de eleições parlamentares e presidenciais. Os pleitos realizaram-se em 1991, sendo eleito Presidente Nicéphore Soglo, derrotando Kérékou por grande margem de votos.

Apelidado de “camaleão”, pela sua extraordinária capacidade de readaptação à conjuntura política, Kérékou, derrotado, recolheu-se à abstinência política na sua região natal, ao norte do país. O Presidente Soglo, apesar de dinâmico e competente (ex-administrador do Banco Mundial), sofreu sério desgaste no seu quinquênio 1991-96. Acusado de elitista e arrogante, foi gradualmente perdendo o apoio popular. Apesar de sua boa administração, Soglo foi derrotado por Kérékou, que renasceu de suas cinzas nas eleições de fevereiro e março de 1996. Para vencer no segundo turno, o “camaleão” renunciou à sua patente militar, converteu-se ao catolicismo, passou a intitular-se reformista e fez valer, uma vez mais, o seu indiscutível carisma. O apoio de Adrien Houngbedji, líder do *Parti du renouveau démocratique* (PRD), foi fundamental para a vitória de Kérékou. Como recompensa, o Presidente criou o cargo de Primeiro-Ministro e nomeou Houngbedji para ocupá-lo.

Os primeiros dois anos do Governo Kérékou-Houngbedji mostraram fissuras no pacto eleitoral que elevou ambos ao poder. O *Parti du Renouveau Démocratique* (PRD) de Houngbedji retirou-se da Frente Parlamentar “Solidariedade e Progresso” em 1997. Em maio de 1998, o Primeiro-Ministro renunciou ao cargo, pondo fim à coalizão governista.

Nas eleições presidenciais de março de 2001, o Presidente Kérékou disputou, no primeiro turno, com 17 candidatos, dentre os quais, o ex-Presidente Nicéphore Soglo, principal figura da oposição e candidato com as melhores chances de derrotá-lo, Adrien Houngbedji, então Presidente da Assembléia Nacional, e Bruno Amoussou, então Ministro do Planejamento e do Desenvolvimento.

Kérékou obteve 47% dos votos, Soglo 28% e Houngbedji 12,6%. Desistiram, alegando manipulação eleitoral. Declarada oficialmente sua vitória, o presidente eleito tomou posse em 4 de abril de 2001.

O resultado de eleições legislativas, realizadas em março de 2003, levou o Movimento Presidencial, coalizão governista, a ocupar 52 assentos da assembléia nacional, de um total de 83, dotando o governo de confortável apoio parlamentar.

A próxima eleição presidencial está marcada para 2006, na qual Kérékou (72), pelas disposições constitucionais (limite etário de 70 anos e já reeleito uma vez) não poderá concorrer. Rumores de que seria elaborada emenda consitucional de modo a permitir nova candidatura Kérékou foram fortemente rechaçadas pela opinião pública, inclusive em manifestações de rua.

ECONOMIA

A economia do Benin baseia-se predominantemente na agricultura, especificamente na produção de algodão, azeite de dendê, castanhas e madeiras tropicais. O país é rico em fosfatos, ferro e cromo, dispondo, também, de reservas petrolíferas, ainda que modestas. A população economicamente ativa é da ordem de 2 milhões de pessoas, com 60% na agricultura, 2% na indústria e 38% no setor de serviços (transportes, comércio e serviços públicos).

Aproximadamente apenas a terça parte da população do Benin tem acesso a padrões mínimos de saneamento e assistência médico-hospitalar; 20% completaram o curso secundário e somente 60% têm acesso à água potável. Efetivamente, trata-se de um dos países mais pobres do mundo, figurando nos relatórios do PNUD como país da categoria "low human development".

Relatório do FMI, de fins de 2003, indicava que o Benin vinha atingindo, nos últimos anos, metas de desempenho econômico que têm habilitado o país a receber os desembolsos periódicos da instituição.

Comércio Exterior do Benin (US\$ milhões)	2002	2003	2004
Exportações (fob)	241,5	278,7	277,4
Importações (fob)	720,8	1.207,9	1.327,8
Saldo Comercial	-479,3	-1.519,2	-1.059,9
Intercâmbio Comercial	962,3	2.076,6	1.610,7

Fonte: Braziltradenet

*Jan-Set

POLÍTICA EXTERNA

Após ter seguido uma política externa de alinhamento com os países do bloco socialista, sobretudo durante o período de “República Popular”, o Benin hoje se insere pragmaticamente na esfera ocidental, mantendo excelente relacionamento com a França e demais países da União Européia. Com a ex-metrópole, além do intercâmbio comercial, mantém importantes laços no setor de defesa. O Benin, no entanto, não deixou de ter boas relações com os países socialistas, os quais continuam sendo parceiros importantes.

No contexto africano, o Benin é um dos fundadores da CEDEAO, além de integrar outros organismos regionais para o desenvolvimento e a segurança. O país não tem disputas territoriais nem tampouco conflitos étnicos, atuando de modo construtivo no cenário político regional. Desde 1996, o Benin vem intensificando o relacionamento com os países vizinhos, sobretudo com a Nigéria, principal mercado para os seus produtos (existe um dinâmico comércio de contrabando entre os dois países; registre-se que em agosto de 2003, em virtude dos problemas de contrabando e tráfico humano, a Nigéria fechou suas fronteiras com o Benin durante uma semana) . O relacionamento com o Togo, Burkina Faso, Niger e Mali também vem sendo reforçado.

RELAÇÕES COM O BRASIL

Apesar da forte ligação histórica e humana, as relações diplomáticas com o Benin, estabelecidas em 1961 e exercidas cumulativamente com a Embaixada do Brasil em Lagos, têm sido pouco expressivas, limitando-se a algumas visitas de autoridades beninenses ao nosso país, na década dos anos oitenta.

Nos foros multilaterais, o Benin tem com freqüência apoiado as candidaturas brasileiras, havendo confirmado, em abril de 2002, seu voto ao candidato brasileiro na Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A Chancelaria beninense vem procurando promover um relançamento de seu relacionamento com o Brasil, que vem sendo estimulado pela parte brasileira. Em 2004, o então Diretor do DEAF, Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, em périplo pela África Ocidental, incluiu o Benin no roteiro. Naquela visita, foram identificados diversos pontos de interesse mútuo para compor uma nova agenda de cooperação. Ainda em 2004, visitou o Brasil o Embaixador Cyrille Oguin, Embaixador do Benin em Washington (posto que detém a cumulatividade com o Brasil).

Em junho de 2005, o funcionário da Embaixada do Benin em Washington), Conselheiro Emmanuel E. Ohin, visitou Brasília. Além de tomar as primeiras informações sobre os procedimentos necessários para a abertura da Embaixada residente no Brasil, o diplomata submeteu à parte brasileira projetos de acordos de cooperação, de estabelecimento da comissão mista e de isenção de vistos em passaportes diplomáticos e de serviço, que foram assinados durante a visita do Chanceler Rogatien Biaou, ocorrida em 11 de agosto de 2005.

Intercâmbio comercial

A relação de trocas comerciais do Brasil com o país nos últimos anos registra volumes anuais modestos e decrescentes, em razão da diminuição das importações brasileiras. Assim, em 2004, o volume comercial atingiu apenas US\$ 19,77 milhões, contra US\$ 84,3 milhões em 1998.

Os esporádicos saldos favoráveis ao Benin devem-se a um único produto beninense: algodão não cardado nem penteado, de fibra longa e alta qualidade, destinado à indústria têxtil brasileira. Ressalte-se que o Brasil, embora nos últimos anos venha importando menos, é importante parceiro comercial do Benin.

Com relação às exportações brasileiras para o Benin, a pauta resume-se a artigos de bijuteria, tais como brincos, colares, pulseiras de fantasia, etc. Segundo estimativa da Embaixada brasileira na Nigéria, o comércio de contrabando desses artigos pode atingir cifra bem superior àquela registrada pelas estatísticas oficiais. O comércio entre os dois países situa-se bem aquém do seu potencial. O Benin importa bens de capital, alimentos e manufaturados diversos, produtos esses que poderiam ser ofertados pela indústria brasileira. No momento não há registro de empresas brasileiras atuando no Benin. A Construtora Andrade Gutierrez chegou, no passado, a manifestar interesse em alguns projetos de pequeno porte, mas não concretizou qualquer iniciativa.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-BENIN (2003/04)

(em milhões de US\$)	2003	2004
Exportações brasileiras	15,4	18,86
Importações brasileiras	0,026	0,905
Volume	15,426	19,77
Balança	15,37	17,96

Fonte: MDIC/SECEX / Sistema Alice

DAF-I
FCNF/Ago2005

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente
Médio

Divisão da África I

REPÚBLICA DO CHADE

A República do Chade situa-se na região central da África do norte, confinando com a Líbia, Sudão, Níger, República Centro-Africana, Cameroun e Nigéria. A população do país é estimada em 8,6 milhões de habitantes, com renda *per capita* em torno de US\$ 500 (2004) e PIB de US\$ 4,1 bilhões (2004). A economia baseia-se na agricultura, processamento de *cash crops*, tais como algodão e tâmaras, e atividades pastoris. Trata-se de um dos países mais pobres do mundo, com história recente marcada por conflitos internos e má administração econômica.

O Chade é uma república parlamentarista, com um Presidente da República eleito por voto popular para mandato de 5 anos. O atual mandatário é Idriss Déby, no poder desde 1990, eleito em julho de 1996 e reeleito em 2001, vitórias contestadas pela oposição interna e por grupos de oposição no exílio. De acordo com a nova carta constitucional do país, aprovada por referendo nacional em 1996, o Presidente da República só poderá ser reeleito uma única vez. A próxima eleição presidencial deverá ocorrer em março de 2006, e poria termo aos dois mandatos sucessivos de Idriss Déby.

Em 2005, plebiscito garantiu a Idriss Déby a possibilidade de concorrer a mais um mandato, confirmando revisão constitucional adotada em 2004. O Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente com aprovação do Conselho de Ministros, é Pascal Yoadmnađji.

O poder legislativo é exercido por uma Assembléia Nacional unicameral, composta de 155 deputados eleitos por voto popular para mandato de quatro anos.

POLÍTICA INTERNA

O Chade tornou-se independente da França em 1960. A partir de 1965, eclodiu uma guerra civil entre os rebeldes da Frente de Libertação Nacional (Frolinat) e o Governo central. A situação do país deteriorou-se progressivamente, com sucessão de tentativas e golpes de Estado, com envolvimento de potências externas, como Líbia, Sudão, Estados Unidos e França.

Em 1990, Idriss Déby, ex-comandante do Exército, toma o poder depondo Hissène Habré. Estabelece governo de transição que perdura até 1996, quando é aprovada nova constituição do país, saindo-se vitorioso nesse mesmo ano em eleições presidenciais. É reeleito em 2001.

A França endossou os resultados, havendo financiado parte das despesas relativas ao pleito e dado apoio logístico à sua organização, inclusive com aviões.

Em janeiro de 2002, negociações com as forças opositoristas conduziram à assinatura de um acordo de paz com o MTDJ (oposição armada) e, em 2003, com o Exército Nacional de Resistência (ANR).

O regime de Idriss Déby, contestado por militantes organizados no exílio, é acusado de graves violações de direitos humanos. O país tem sido objeto de investigações por parte da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

ECONOMIA

A economia do Chade baseia-se na agricultura e atividades pastoris, setores que representam 40% do PIB e empregam 80% da população economicamente ativa. O setor industrial limita-se ao processamento de algodão, principal produto de exportação do país. Reservas minerais de ouro, urânio e diamantes não têm sido adequadamente exploradas. No início da década de 90, descobriu-se petróleo na região de Doba, com reservas estimadas em 1 bilhão de barris.

Foi construído oleoduto ligando a região petrolífera ao porto de Kribi, no Cameroun. Orçado em US\$ 3 bilhões, o consórcio foi formado pelas empresas *Exxon*, *Shell*, *Elf Aquitaine* e os governos do Chade e do Cameroun, com aporte financeiro do Banco Mundial.

Após longo período de conflitos internos, e não obstante a precariedade da infraestrutura de transportes e comunicações, a economia do país passou a apresentar certo dinamismo, com taxa de crescimento anual médio do PIB de 2,1% entre 1990-99.

Em maio de 2001 o Chade foi admitido no programa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries) do FMI.

A pauta de exportações do país consiste basicamente de algodão (65%) e gado vivo (30%), destinados a Portugal (30%), Alemanha (15%) e Tailândia (8%). As importações consistem de bens de consumo, equipamento de transportes e máquinas, sendo provenientes da França (40%), Nigéria (10%) e Cameroun (8%). Existe um importante fluxo de comércio informal entre o Chade e a Nigéria.

POLÍTICA EXTERNA

A República do Chade integra, dentre outras, as seguintes organizações internacionais: ONU, UA, Organização da Conferência Islâmica, CEMAC (Comunidade Econômica e Monetária dos Estados da África Central), Banco Mundial e FMI. É signatária do Tratado de Lomé. A política externa do país é condicionada pelas necessidades econômicas, sobretudo ajuda financeira e cooperação técnica. O Chade mantém relacionamento privilegiado com a França, que ainda mantém tropas no país, no âmbito de um acordo de defesa mútua entre ambos os países. Em meados de 1998, o contingente militar francês baseado na República Centro-africana foi transferido para o Chade.

No âmbito regional, o país mantém boas relações com os vizinhos Níger, República Centro-Africana e Cameroun. As relações com a Líbia, historicamente tensas, tem melhorado nos últimos anos. Com relação ao conflito na República

Democrática do Congo, o Chade chegou a enviar tropas em apoio ao regime de Kabila (retiradas em abril de 1999, após terem sofrido elevado número de baixas). Com a Nigéria, o relacionamento sofreu desgaste, após incidente armado, em maio de 1997, entre tropas dos dois países. Soldados do Chade teriam retirado a bandeira nigeriana de uma ilha no lago Chade, ação que provocou reação armada de tropas nigerianas. O incidente foi resolvido amigavelmente pelas autoridades militares de ambos os países. Atualmente, as relações são de cordialidade, condicionadas por um dinâmico comércio informal entre os dois países.

RELAÇÕES COM O BRASIL

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Chade foram estabelecidas em outubro de 1996, com a Embaixada do Brasil em N'Djamena cumulativa com a Missão em Iaundé. A partir de 2000, a cumulatividade passou a ser exercida pela Embaixada brasileira na Nigéria. No comunicado conjunto anunciando o estabelecimento de relações, o Chanceler do Chade frisou o alto grau de prioridade atribuído pelo seu Governo ao relacionamento com o Brasil, manifestando o desejo de explorar possibilidades de cooperação técnica, sobretudo no setor petrolífero.

Até o momento, não se materializou nenhum projeto de cooperação técnica com o Chade. Inexistem acordos bilaterais entre os dois países. Na área comercial, a construtora Andrade Gutierrez participou, sem sucesso, da licitação relativa às obras de infra-estrutura do projeto do oleoduto Chade-Cameroun. O comércio bilateral, por sua vez, apresenta números muito modestos e desequilibrados, em favor do Brasil.

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-CHADE (2003/04)

(em milhares de US\$)	2003	2004
Exportações brasileiras	341,25	143,414
Importações brasileiras	23,078	0
Volume	364,328	143,414
Balança	318,172	143,414

Fonte: MDIC/SECEX/ Sistema Alice

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Subsecretaria-Geral Política para África, Ásia, Oceania e Oriente
Médio

Divisão da África I

REPÚBLICA DO NÍGER

A República do Níger situa-se no centro-oeste da África, constituindo um enclave, sem acesso marítimo, confinando com a Líbia, Argélia, Mali, Burkina Faso, Benin, Nigéria e Chade. O país tem uma extensão aproximada de 1,2 milhão de km² e consiste de uma grande planície, ao sul, zona semidesértica denominada Sahel, e uma região desértica ao norte, cobrindo cerca de dois terços do seu território. As terras cultiváveis correspondem a apenas 3% e vêm sofrendo acentuado processo de desertificação.

A capital, Niamei, é o principal centro econômico-comercial do país, que conta com uma população de 11,8 milhões de habitantes (2003 – estimativa Banco Mundial). Com um PIB da ordem de US\$ 2,7 bilhões (2003) e per capita de US\$ 211 (2003), o Níger é um dos países mais pobres do mundo, havendo ocupado em 2004 o penúltimo lugar (176^o) em termos de desenvolvimento humano, de acordo aos critérios do PNUD. Sua economia está baseada na agricultura de subsistência e na mineração de urânio, principal produto de exportação do país.

O Níger é uma República parlamentarista. O Presidente da República e Chefe de Estado é Mamadou Tandja, eleito em 1999 e reeleito em 2004. Hama Amadou, Primeiro-Ministro, nomeado pelo Presidente, ocupa esse cargo desde janeiro de 2000, havendo sido renomeado em 2004.

O poder Legislativo repousa em uma Assembléia Nacional composta de 83 deputados, eleitos para mandatos de cinco anos. A constituição do país, promulgada em maio de 1996 e revista em julho de 1999, estabelece um sistema de governo de executivo forte, com um Presidente da República eleito para mandato de cinco anos, reelegível uma única vez.

POLÍTICA INTERNA

Após tornar-se independente da França em 1960, o Níger continuou sob influência francesa, sendo governado pelo Presidente Diouri Hamani, apoiado pela elite francófona de Niamei. Relegadas a um segundo plano, a etnia Sawaba e a população tuaregue participaram de uma rebelião contra o governo central até 1995. Em 1974, Hamani foi deposto pelo Coronel Seyni Kountché, que estabeleceu o “Conselho Militar Supremo”, com os objetivos de eliminar a corrupção e promover a recuperação econômica do país, em franca deterioração após longo período de seca. O Presidente Kountché iniciou um processo de debate com vistas à implementação de uma “Conferência Nacional” para a democratização do país, processo esse que se estendeu até 1987, quando algumas medidas de cunho liberalizante foram aprovadas em referendo nacional.

O Presidente Kountché morreu em 1987, sendo substituído pelo Coronel Ali Saibou, que em 1989 fez aprovar uma nova constituição, estipulando um regime de governo de partido único. No entanto, crescentes agitações sociais e o desgaste provocado pela insurreição tuaregue levaram o governo a suspender a constituição autoritária de 1989 e permitir, em 1990, o estabelecimento de um regime multipartidário. A transição foi conduzida por uma “Conferência Nacional”, que incumbiu o Primeiro-Ministro, Cheiffou Amadou, de chefiar o governo que prepararia a nova constituição e organizaria eleições multipartidárias.

Durante 1992, o Níger viveu período de constante agitação social, agravada pela revolta tuaregue na região norte. As guarnições militares ali sediadas, sujeitas a freqüentes ataques rebeldes, passaram a operar com violência crescente. Em maio de 1994, a guerrilha tuaregue encontrava-se nas proximidades de Niamei. Em 1995, contudo, graças à mediação da França, Argélia, Chade e Burkina Faso, foi possível chegar-se a um acordo de paz entre o Governo e os rebeldes tuaregues, complementado por protocolos de acordo com os rebeldes toubou, em 1997.

Em 1996, um golpe militar havia levado ao poder o coronel Ibrahim Mainassara, que depusera o Presidente Mahamane Ousmane, eleito em 1993, e suspendera a Constituição e o funcionamento dos partidos. Nesse mesmo ano, Mainassara elege-se Presidente da República mas é deposto em 1999 e executado por membros de sua guarda pessoal. Nova Constituição é aprovada e são marcadas eleições presidenciais, vencidas pelo atual Presidente Mamadou Tandja, coronel reformado e ex-ministro do Interior, reeleito em dezembro de 2004, para novo mandato de cinco anos.

ECONOMIA

A economia do Níger baseia-se na agricultura de subsistência, pecuária e mineração (sobretudo urânio), atividades que, em seu conjunto, representam 39% do PIB e empregam 90% da população economicamente ativa. O setor industrial é incipiente, representando 17,5% do PIB. Limita-se ao processamento de produtos agrícolas e pecuários, além de pequena produção de bebidas, plásticos e materiais de construção. O setor de serviços engloba atividades de comércio, transportes, serviços de

infra-estrutura e funcionalismo público, representando 43,6% do PIB. Em termos gerais, a economia do país é condicionada por fatores climáticos (a região é periodicamente assolada por períodos de seca), pela oscilação de preços do urânio e algodão nos mercados internacionais, e pela generosidade dos doadores de ajuda financeira.

O Níger é um dos países mais pobres do mundo, apresentando escassa viabilidade econômica. As possibilidades de crescimento são seriamente limitadas pela dependência externa (ajuda financeira e comércio), pela falta de infra-estrutura, pela carência de um mercado consumidor, pelas contingências climáticas e pelas características geográficas e geológicas. Em 2004, o PIB per capita correspondeu a apenas US\$ 211.

Medidas impopulares têm sido tomadas pelas autoridades do Níger e gerado revoltas. Em fevereiro de 2001, o governo reprimiu manifestações de estudantes da Universidade de Niamei e do ensino médio, motivadas pelo anúncio do cortes de verba para a educação. Estudantes foram presos sob acusação de assassinato de um policial. Em agosto de 2002, na cidade de Diffa, militares se amotinaram contra os baixos salários. As manifestações se espalharam e foram controladas pelas forças leais ao governo.

Relatório do Banco Mundial informa haver o país cumprido, em finais de 2000, as metas estabelecidas para ser admitido no Programa HIPC (Heavily Indebted Poor Countries) do FMI. Com relação à sua dívida externa, da ordem de US\$ 1 bilhão (em 2000), o país conseguiu, em fevereiro de 2001, sua redução no âmbito do Clube de Paris, em cerca de 50%.

O Banco Mundial está apoiando, com comprometimento total de US\$ 300 milhões, nove projetos visando à redução da pobreza. Daquele total, US\$ 70 milhões são de desembolso rápido, voltados a reformas das finanças públicas, centradas na melhoria da responsabilidade e transparência na gestão de recursos públicos, e US\$ 230 milhões dirigidos para a assistência social.

O comércio internacional em ambos os sentidos atingiu, em 2003 o montante de US\$ 1,1 bilhão, com exportações de US\$ 432 milhões e importações de US\$ 675 milhões. As exportações do Níger consistem basicamente de urânio, algodão e produtos da pecuária. Destinam-se à França (34%), Nigéria (30%), Coréia do Sul (19%) e EUA (30%) – dados de 2001. Com a Nigéria existe volumoso comércio ilegal e não contabilizado pelas estatísticas. As importações compreendem bens de consumo, matérias-primas e combustíveis, sendo provenientes da França (18%), EUA (17%), Côte d'Ivoire (9%), Alemanha (9%) e Nigéria (n.d) – dados de 2001.

Comércio Exterior do Níger (US\$ milhões)	1999	2002	2003
Exportações (fob)	318	334,4	432
Importações (fob)	448	530,2	675
Saldo Comercial	-130	-195,8	-243
Intercâmbio Comercial	766	864,6	1.107

Fonte: Banco Mundial

POLÍTICA EXTERNA

Desde a Independência, o relacionamento privilegiado com a França, principal doador de ajuda financeira, tem sido o eixo central da política externa nigerina. No início da década de 90, o apoio da França foi fundamental para que o Níger obtivesse o aval do Banco Mundial e FMI para a implementação de um programa de reformas econômicas. Nos últimos anos, o país tem procurado estabelecer novas alianças com países da União Européia, Japão e EUA, sempre com o objetivo de obter ajuda financeira.

No âmbito regional, o Níger tem boas relações com a vizinha Nigéria, país que exerce grande influência sobre a economia informal nigerina, e com o qual mantém diálogo especial sobre as questões de integridade territorial e segurança interna.

Com o Togo, as relações são cordiais, assim como é fluido o relacionamento com a Argélia, Chade e Burkina Faso, países que, além da França, foram instrumentais nas negociações de paz entre o Governo e os rebeldes tuaregues. (A França, até 1995, interveio no processo de pacificação, mediando o diálogo entre governo e rebeldes e hoje atua apoiando a reinserção dos antigos guerrilheiros na vida civil).

Já com o Benin, havia controvérsia fronteiriça relativa a umas três dezenas de ilhas situadas no rio Níger. A questão foi levada a arbitragem na Corte Internacional de Justiça em 2002 e decisão da Corte foi exarada em julho de 2005, estabelecendo uma repartição das ilhas entre os dois países, que se comprometeram a acatá-la.

A Líbia, por sua vez, tem mantido com o Níger um relacionamento ambivalente, uma vez que aquele país apoiou, durante muitos anos, a guerrilha tuaregue.

Em 1998, foi criada, sob os auspícios da Líbia, para a “promoção de complementaridade econômica, cultural, política e social”, a “Comunidade dos Estados Sahelo-Saarianos” (CEN-SAD ou COMESSA), que integrava, na época, Líbia, Níger, Mali, Burkina Faso, Sudão e Chade. Hoje compõem a organização por volta de 20 países. Além dos seis iniciais, aderiram à Comunidade: Djibouti, Egito, Eritreia, Gâmbia, Marrocos, Nigéria, Rep. Centro-africana, Senegal, Somália, Togo, Benin, Tunísia, Gana e Serra Leoa. Observadores têm considerado a criação da CEN-SAD como um balão de ensaio do Coronel Khadafi, na busca de apoios às suas teses de panafricanismo. Nos últimos tempos, o líder Khadafi tem insistido na adesão da Argélia à organização.

O Níger integra também a CEDEAO, a UEMOA, a União Africana (UA), havendo um sido dos primeiros países a assinar e ratificar o ato constitutivo dessa última. No quadro da Convenção de Lomé, faz parte do grupo de Estados da África, Caribe e Pacífico (ACP). Nos foros internacionais, o país tem uma postura equilibrada e, de modo geral, tende a seguir as posições francesas.

RELAÇÕES COM O BRASIL

As relações diplomáticas entre o Brasil e a República do Níger foram estabelecidas em janeiro de 1986, com Embaixada brasileira residente em Lomé, até 1997. Atualmente a representação brasileira no Níger é cumulativa com a Embaixada em Abuja. A representação do Níger no Brasil é feita através da Delegação Permanente daquele país junto às Nações Unidas.

O relacionamento bilateral é pouco expressivo. Em 1995, chegou a ser agendada viagem ao Brasil, não concretizada, do Ministro do Desenvolvimento Industrial do Níger. Não há registro de acordos bilaterais nem de iniciativas na área de cooperação técnica.

O intercâmbio comercial apresenta números muito modestos e, em geral, com saldo favorável ao Brasil:

INTERCÂMBIO COMERCIAL BRASIL-NÍGER (2003/04)

(em unidades de US\$)	2003	2004
Exportações brasileiras	1.126.976	2.907.991
Importações brasileiras	1.456	38
Volume	1.128.432	2.908.029
Balança	1.125.520	2.907.953

Fonte: MDIC/SECEX/ Sistema Alice

Aviso nº 1.155 – C. Civil.

Em 26 de outubro de 2005

A Sua Excelência o Senhor
Senador Efraim Morais
Primeiro Secretário do Senado Federal
Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor Pedro Luiz Rodrigues, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador junto à República da Nigéria, e, cumulativamente, os cargos de Embaixador do Brasil na República do Niger, na República do Chade e na República de Benin, desde que obtido os **agrément**s dos governos desses países.

Atenciosamente, – **Dilma Rousseff**, Ministra da Casa Civil da Presidência da República.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)
– As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projetos que serão lidos pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 2005
(Nº 2.619/2003, na Casa de Origem)

Altera a Lei nº 5.359, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 6º-A e o inciso III do **caput** do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º-A.

§ 1º O benefício será concedido ao empregado doméstico que tiver trabalhado nessa ocupação por um período mínimo de 15 (quinze) meses nos últimos 24 (vinte e quatro) meses, contados da data da dispensa sem justa causa.

..... “(NR)

“Art. 6º-B.

.....

III – comprovantes do recolhimento das contribuições previdenciárias durante o período referido no inciso I do **caput** deste artigo, na condição de empregado doméstico;

..... “(NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 2.619, DE 2003

Altera a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, para assegurar a todos os trabalhadores domésticos o direito ao benefício do seguro-desemprego.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O § 1º do art. 6º-A e o inciso III do **caput** do art. 6º-B da Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, com a redação dada pela Lei nº 10.208, de 23 de março de 2001, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art 6º-A.

§ 1º O benefício será concedido ao empregado doméstico que tiver trabalhado nessa ocupação por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses, contados da data da dispensa sem justa causa.”
(NR)

Art. 6º-B.

.....

III – comprovantes do recolhimento das contribuições previdenciárias durante o período referido no inciso I, na condição de empregado doméstico;” (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, havia pouco mais de 6 milhões de trabalhadores domésticos no País em 2002, 93% dos quais mulheres. Uma em cada quatro empregadas domésticas é uma jovem com até 24 anos de idade.

Esse enorme contingente de trabalhadores submete-se a condições de trabalho que são marcadamente piores do que as vividas pelo conjunto de pessoas ocupadas no Brasil. Algumas estatísticas servem para ilustrar essa questão.

Do total de empregados domésticos, apenas 25,8% possuem carteira de trabalho assinada. Os demais, além de não terem direito aos benefícios traba-

listas e previdenciários básicos, têm menos estabilidade em seus empregos:

54% dos empregados domésticos na informalidade permanecem menos de um ano com o mesmo empregador, enquanto 71% dos domésticos formalizados ficam no emprego por mais de um ano.

Finalmente, 95% dos empregados domésticos ganha menos do que dois salários mínimos, embora 40% trabalhem jornadas superiores a 44 horas semanais. A remuneração média dos empregados domésticos, em setembro de 2002, era de apenas R\$ 207,00, praticamente o valor do salário mínimo vigente à época.

Nesse contexto, a Lei nº 10.208, de 2001, constituiu-se em um avanço importante para ampliar os direitos desses milhões de trabalhadores, ao permitir sua inclusão no FGTS e no Programa do Seguro-Desemprego.

Preocupado em não contribuir para aumentar a informalidade entre os empregados domésticos, o legislador preferiu estabelecer que o acesso do empregado doméstico ao FGTS fosse facultativo, mediante requerimento do empregador. No entanto, referida lei falhou, em nosso entendimento, ao vincular a concessão do benefício do seguro-desemprego à inscrição do empregado doméstico no regime do FGTS.

Ora, a nosso ver não se justifica condicionar o direito do seguro-desemprego à existência de conta vinculada do FGTS em nome do empregado doméstico, pois não é o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço que financia o pagamento daquele benefício, e sim o Fundo de Amparo ao Trabalhador, conforme dispõe o art. 2º da Lei nº 10.208, de 2001.

Assim, o presente projeto de lei visa a corrigir essa injustiça, permitindo que todos os empregados domésticos possam ter direito ao benefício do seguro-desemprego, independentemente de possuírem conta vinculada no FGTS.

Ressalte-se que essa medida apenas resgata o disposto no inciso III do **caput** do art. 201 da Carta Magna, que assegura, na forma da lei, a todos os segurados da Previdência Social, a proteção ao trabalhador em situação de desemprego voluntário. Assim, estender o direito ao benefício do seguro-desemprego aos empregados domésticos é forma de cumprir duplamente mandamento constitucional, à medida que o **caput** do art. 7º da Constituição Federal também dispõe que podem ser definidos posteriormente outros direitos trabalhistas que “visem à melhoria da condição social” dos trabalhadores.

Diante do exposto, temos a certeza de contarmos com o apoio dos ilustres Parlamentares à aprovação deste projeto de lei.

Sala das Sessões, 27 de novembro de 2003.
– Deputada **Almerinda de Carvalho**.

LEGISLAÇÃO CITADA
ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 5.859, DE 11 DE DEZEMBRO DE 1972.

Dispõe sobre a profissão de empregado doméstico e dá outras providências.

Art. 6º-A. O empregado doméstico que for dispensado sem justa causa fará jus ao benefício do seguro-desemprego, de que trata a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, no valor de um salário mínimo, por um período máximo de três meses, de forma contínua ou alternada. *(Artigo incluído pela Lei nº 10.208, de 23-3-2001)*

§ 1º O benefício será concedido ao empregado inscrito no FGTS que tiver trabalhado como doméstico por um período mínimo de quinze meses nos últimos vinte e quatro meses contados da dispensa sem justa causa. *(Parágrafo incluído pela Lei nº 10.208, de 23-3-2001)*

Art. 6º-B. Para se habilitar ao benefício, o trabalhador deverá apresentar ao órgão competente do Ministério do Trabalho e Emprego: *(Artigo incluído pela Lei nº 10.208, de 23-3-2001)*

III – comprovantes do recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, durante o período referido no inciso I, na condição de empregado doméstico; *(Inciso incluído pela Lei nº 10.208, de 23-3-2001)*

(À Comissão de Assuntos Sociais.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 106, DE 2005
(Nº 62/1999, na Casa de origem)

Altera os arts. 463, 482 e 483 da Consolidação das Leis do Trabalho -CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, para configurar o assédio sexual como justa causa para a rescisão do contrato de trabalho.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 468 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 2º e 3º, renumerando-se o atual parágrafo único para § 1º:

“Art. 468.

§ 2º Na hipótese de assédio sexual praticado por prepostos do empregador ou por

superior hierárquico do empregado, o empregador facilitará ao assediado a mudança de função ou setor de trabalho.

§ 3º As empresas, com a participação das entidades representativas da categoria profissional e econômica, estabelecerão programas de prevenção ao assédio sexual nas relações de trabalho, bem como determinarão procedimentos internos para o encaminhamento de denúncias.” (NR)

Art. 2º Os arts. 482 e 493 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943, passam a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 482

m) prática de assédio sexual.

Parágrafo único. Considera-se assédio sexual constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se da condição de superior hierárquico ou de ascendência inerentes ao exercício do emprego.”(NR)

“Art. 483

h) for vítima de assédio sexual por parte do empregador, de seus prepostos ou de superior hierárquico.

§ 4º Na hipótese de descaso do empregador diante de denúncias de ocorrência de assédio sexual a seu empregado, cabe a este o direito de pleitear indenização por dano moral.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho.

.....
 Art. 468. Nos contratos individuais de trabalho só é lícita a alteração das respectivas condições por mútuo consentimento, e ainda assim desde que não resultem, direta ou indiretamente, prejuízos ao empregado, sob pena de nulidade da cláusula infringente desta garantia.

Art. 482. Constituem justa causa para rescisão do contrato de trabalho pelo empregador:

- a)** ato de improbidade;
- b)** incontinência de conduta ou mau procedimento;
- c)** negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador, e quando constituir ato de concorrência à empresa para a qual trabalha o empregado, ou for prejudicial ao serviço;
- d)** condenação criminal do empregado, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- e)** desídia no desempenho das respectivas funções;
- f)** embriaguez habitual ou em serviço;
- g)** violação de segredo da empresa;
- h)** ato de indisciplina ou de insubordinação;
- i)** abandono de emprego;

j) ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

k) ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;

l) prática constante de jogos de azar.

Parágrafo único. Constitui igualmente justa causa para dispensa de empregado a prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional. (Incluído pelo Decreto-lei nº 3 de 27.1.1966)

Art. 483. O empregado poderá considerar rescindido o contrato e pleitear a devida indenização quando:

- a)** forem exigidos serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato;
- b)** for tratado pelo empregador ou por seus superiores hierárquicos com rigor excessivo;
- c)** correr perigo manifesto de mal considerável;
- d)** não cumprir o empregador as obrigações do contrato;
- e)** praticar o empregador ou seus prepostos, contra ele ou pessoas de sua família, ato lesivo da honra e boa fama;
- f)** o empregador ou seus prepostos ofenderem-no fisicamente, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- g)** o empregador reduzir o seu trabalho, sendo este por peça ou tarefa, de forma a afetar sensivelmente a importância dos salários.

§ 1º O empregado poderá suspender a prestação dos serviços ou rescindir o contrato, quando tiver de desempenhar obrigações legais, incompatíveis com a continuação do serviço.

§ 2º No caso de morte do empregador constituído em empresa individual, é facultado ao empregado rescindir o contrato de trabalho.

§ 3º Nas hipóteses das letras **d** e **g**, poderá o empregado pleitear a rescisão de seu contrato de trabalho e o pagamento das respectivas indenizações, permanecendo ou não no serviço até final decisão do processo. (Incluído pela Lei nº 4.825, de 5.11.1965)

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 107, DE 2005
(Nº 5.128/2001, na Casa de origem)

Denomina “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco” o aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O Aeroporto de Uberaba, localizado na cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, passa a ser denominado “Aeroporto de Uberaba/MG – Mário de Almeida Franco.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 5.128, DE 2001

Denomina “Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco” o Aeroporto da cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais.

Art. 1º O Aeroporto de Uberaba, na cidade de Uberaba, no Estado de Minas Gerais, passa a ser denominado “Aeroporto de Uberaba – Mário de Almeida Franco.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A história mundial da aviação tem origem com o inventor Santos Dumont, no início do século vinte, mas a aviação comercial brasileira começou no dia 27 de janeiro de 1927, quando o hidroavião Atlântico decolou do Rio de Janeiro com destino a Porto Alegre, onde chegou dois dias e várias escalas depois. Nos primeiros anos, o desenvolvimento dessa atividade esteve ligado ao pioneiríssimo dos arrojados e intrépidos pilotos da nossa história.

Muitos outros homens também foram responsáveis pela popularização dessas belíssimas e complexas máquinas de voar. Um deles é Mário de Almeida Franco que, embora nascido na cidade de Ribeirão Preto – SP, em 1910, mudou-se para Uberaba inda jovem para dedicar-se à atividade agropecuária.

Com a sua perspicácia comercial, Mário tornou-se proprietário rural e exportador de Zebu, mas, apaixonado pela aviação, habitou-se como piloto no Aero Clube de Uberaba, em 1938. Com suporte financeiro suficiente, Mário foi um dos primeiros proprietários de avião nessa cidade, tendo adquiridos vários aparelhos, dentre eles um monomotor modelo PA28, da Piper, e um Stinsons 105. Em Goiás, conseguiu comprar um avião que pertenceu Benito Mussoani, conduzido por um piloto norte-americano, especialmente contratado para esse fim.

Todos os seus aviões eram guardados na sua própria fazenda, onde construiu um hangar e um campo de pouso. Pela sua generosidade, Mário permitia a utilização do campo por alguns pilotos que precisavam cumprir as horas de vôo determinadas por lei, para obtenção do “breve”, visando ingresso nas companhias aéreas de grande porte. Seu interesse pela aviação também motivou a doação de parte da área da Fazenda São Geraldo, de sua propriedade, para a instalação do Aeroporto de Uberaba.

Mário de Almeida Franco faleceu 9 de julho de 1974, aos 84 anos e mais do que justo agora é conferir seu nome ao aeroporto de Uberaba, como merecia homenagem a este grande cidadão, razão pela qual solicitamos aos nobres Parlamentares o apoio para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, 15 de agosto de 2001. – Deputado **Nárcio Rodrigues**.

(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 108, DE 2005
(Nº 6.990/2002, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera os arts. 15, 259, 259, 295 e 289 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 4º:

“Art. 15.
.....

§ 4º À nomeação dos membros do Cetrans e do Contrandife será dada publicidade,

por meio do **Diário Oficial**, indicando-se a representatividade de cada um desses membros.” (NR)

Art. 3º O art. 258 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 258. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em 4 (quatro) categorias:

I – infração de natureza gravíssima, punida com multa de valor correspondente a R\$191,54 (cento e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos);

II – infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a R\$127,69 (cento e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos);

III – infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a R\$85,13 (oitenta e cinco reais e treze centavos);

IV – infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a R\$53,20 (cinquenta e três reais e vinte centavos).

§ 1º (revogado)
..... ” (NR)

Art. 4º o art. 259 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte § 3º:

“Art. 259.
.....

§ 3º O cômputo da pontuação prevista no **caput** deste artigo só será efetivado a partir do não provimento do recurso contra a infração à qual essa pontuação está relacionada.” (NR)

Art. 5º O art. 285 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 285.
.....

§ 3º Se o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade, de ofício ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo.

§ 4º Não sendo o recurso julgado até o limite máximo de 60 (sessenta) dias, o processo será arquivado e proceder-se-á à devolução do valor recolhido da multa.

§ 5º Julgado o recurso, o recorrente deverá ser notificado por remessa postal ou qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure

re a ciência do resultado do julgamento pelo interessado.” (NR)

Art. 6º A alínea **b** do inciso I do **caput** do art. 289 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 289.
I –

b) nos demais casos, por colegiado especial integrado pelo Coordenador-Geral da Jari e por mais 2 (dois) Presidentes de Juntas, excluído o Presidente da Junta que apreciou o recurso;

..... “ (NR)

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 6.990, DE 2002

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera os arts. 15, 258, 259, 285 e 289 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que “institui o Código de Trânsito Brasileiro.”

Art. 2º O art. 15 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 15

§ 3º-A À nomeação dos membros do CETRAN e do CONTRANDIFE será dada publicidade, por meio do **Diário Oficial**, indicando-se a representatividade de cada um desses membros.(AC)”

Art. 3º O art. 258 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 258 As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias;

I – infração de natureza gravíssima, punida com multa de valor correspondente a R\$191,54 (cento e noventa e um reais e cinquenta e quatro centavos); (NR)

II – infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a R\$127,69 (cento e vinte e sete reais e sessenta e nove centavos); (NR)

III – infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a R\$85,13 (oitenta e cinco reais e treze centavos); (NR)

IV – infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a R\$53,20 (cinquenta e três reais e vinte centavos). (NR)

§ 1º Revogado.

Art. 4º O art. 259 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“Art. 259

§ 3º-A O cômputo da pontuação prevista no “caput” deste artigo só será efetivado a partir do não provimento do recurso contra a infração à qual essa pontuação está relacionada. (AC)”

Art. 5º O art. 285 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 285.

§ 3º Se o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade, de ofício, ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo. (NR)”

§ 3º-A Não sendo o recurso julgado até o limite máximo de sessenta dias, o processo será arquivado e proceder-se-á à devolução do valor recolhido da multa. (AC)”

§ 3º-B Julgado o recurso, o recorrente deverá ser notificado por remessa postal ou qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure a ciência do resultado do julgamento pelo interessado. (AC)”

Art. 6º A alínea **b** do inciso I do art. 289 da Lei nº 9.503/97 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 289.

I –

b) nos demais casos, por colegiado especial integrado pelo Coordenador-Geral da JARI e por mais dois Presidentes de Juntas, excluído o Presidente da Junta que apreciou o recurso. (NR)”

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Justificação

O presente projeto de lei tem como objetivo eliminar algumas incoerências e fazer ajustes necessários ao Código de Trânsito Brasileiro. Sem eles, acreditamos que o condutor seguirá sendo lesado, principalmente em decorrência da indústria de multas de trânsito que se pratica atualmente no País.

A maior parte das propostas centra-se na Seção II, “Do Julgamento das Autuações e Penalidades”, do Capítulo XVIII, “Do Processo Administrativo”, do Código.

Com o acúmulo de autuações e, por consequência, de recursos impetradas contra infrações, será preciso defender o condutor contra as arbitrariedades e procedimentos inadequados das repartições de trânsito no que se refere ao encaminhamento e atendimento desses recursos.

Pela importância dessas alterações propostas ao Código de Trânsito Brasileiro, esperamos que os ilustres Deputados aprovelem o projeto de lei que estamos apresentando.

Sala das Sessões, 18 de junho de 2002. – Deputado **João Magno**.

LEGISLAÇÃO CITADA

ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 15. Os presidentes dos Cetran e do Contrandife são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente, e deverão ter reconhecida experiência em matéria de trânsito.

§ 1º Os membros dos Cetran e do Contrandife são nomeados pelos Governadores dos Estados e do Distrito Federal, respectivamente.

§ 2º Os membros do Cetran e do Contrandife deverão ser pessoas de reconhecida experiência em trânsito.

§ 3º O mandato dos membros do Cetran e do Contrandife é de dois anos, admitida a recondução.

Art. 258. As infrações punidas com multa classificam-se, de acordo com sua gravidade, em quatro categorias:

I – infração de natureza gravíssima, punida com multa de valor correspondente a 180 (cento e oitenta) UFIR;

II – infração de natureza grave, punida com multa de valor correspondente a 120 (cento e vinte) UFIR;

III – infração de natureza média, punida com multa de valor correspondente a 80 (oitenta) UFIR;

IV – infração de natureza leve, punida com multa de valor correspondente a 50 (cinquenta) UFIR.

§ 1º Os valores das multas serão corrigidos no primeiro dia útil de cada mês pela variação da UFIA ou outro índice legal de correção dos débitos fiscais.

Art. 259. A cada infração cometida são computados os seguintes números de pontos:

- I – gravíssima – sete pontos;
- II – grave – cinco pontos;
- III – média – quatro pontos;
- IV – leve – três pontos.

§ 1º (VETADO)

§ 2º (VETADO)

.....
 Art. 285.

.....
 § 3º Se, por motivo de força maior, o recurso não for julgado dentro do prazo previsto neste artigo, a autoridade que impôs a penalidade, de ofício, ou por solicitação do recorrente, poderá conceder-lhe efeito suspensivo.

Art. 289.

.....
 I –

b) nos demais casos, por colegiado especial integrado pelo Coordenador-Geral da Jari, pelo Presidente da Junta que apreciou o recurso e por mais um Presidente de Junta;

.....
 (À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 109, DE 2005
 (Nº 433/2003, na Casa de origem)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá diversos aspectos da História e da Cultura que caracteriza a formação da população brasileira, a partir destes 2 (dois) grupos étnicos, tais como: a luta de negros e índios no Brasil; a participação, sobretudo cultural, na formação da sociedade nacional, resgatando as suas

contribuições nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e à Cultura serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

..... ”(NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 433-B, DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir, no currículo oficial da Rede de Ensino, a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O artigo 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a Vigorar com a seguinte redação:

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá diversos aspectos da História e da Cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir destes 2 (dois) grupos étnicos, tais como: a luta de negros e índios, no Brasil; a participação, sobretudo cultural, na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições, nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e à Cultura serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.”

Art. 2º Esta lei entra em Vigor na data de sua publicação.

Justificação

A sociedade saudou, recentemente, a sanção presidencial à lei que tornou obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficial e particular.

Referida lei foi criticada, no entanto, pela comunidade indígena, que não foi contemplada com a previsão de disciplinas para os alunos conhecerem a realidade indígena do País.

É inegável a participação dos índios, ao lado de negros e brancos, na formação da população brasileira, fato reconhecido por estudiosos do assunto, como Vera Lúcia Romariz Correia de Araújo, Doutora em Literatura Brasileira – Universidade Federal de Alagoas (UFAL):

“Cultura Brasileira: A África e a Índia Dentro de Nós. Quando Adonias Filho representa o complexo cultural brasileiro, seu olhar incide sobre a cidade americana iletrada¹, seu patrimônio de oralidade e manifestações de um sagrado voltado para a natureza, “o teísmo silvestre” apontado por Bernardo Bernardi (op. cit.: 396), na antiga cultura oral grega. De forma subsidiária, aparecem manifestações laicas, no cenário urbano, quando o autor representa elementos da cultura popular brasileira. O autor escolhe as representações africanas² e indígenas como interfaces básicas de nossa identidade cultural de quem o interlocutor seria a alteridade européia. A cada passo de sua narrativa, inferimos que essas culturas integrariam o interior de nosso complexo cultural, mediadas, sobretudo, pelo sagrado e pela oralidade.”

in, Especulo, Revista de estudios literários. Universidad Complutense de Madrid.

Sendo assim, nosso intuito, com esse projeto de lei, é corrigir essa lacuna, propondo essa alteração à Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, a fim de que se torne obrigatório, também, o ensino da cultura indígena, no currículo escolar do sistema público e particular de ensino do nosso País.

Registre-se a manifestação de povos indígenas do Estado do Acre, acerca da importância da cultura indígena como identidade histórica, intimamente ligada à natureza, onde se destaca as atividades dos artesões, de cultivadores de legumes, especialistas em caça e pesca, os pajés, historiadores, cantadores e médicos, que constituem a base de formação dos rituais indígenas e dos povos da floresta.

Cerca de 80% da prática cultural indígena está ameaçada, em virtude da falta de apoio à preservação dessas crenças e costumes tradicionais, que garantem, também, a preservação da floresta tropical da Amazônia Ocidental, onde a floresta se apresenta como de fundamental importância à sobrevivência da comunidade indígena e de sua cultura.

Cumprir destacar a visão cultural das comunidades indígenas antigas, cuja formação fundamentava-se nas áreas de economia, saúde e educação, com a prática de crenças e costumes tradicionais, a partir dos 3 anos de idade, com os próprios pais, e ao completar 07 anos, concluíam a etapa da formação pelos pajés. Aos 20 anos, a formação curricular era concluída na área da economia, saúde e educação, nos conhecimentos científicos da diversidade biológica, sem a necessidade de estudar a teoria, na escola. Festejavam as crenças e costumes tradicionais, com muita fartura de caça e pesca, gozando de muita saúde, harmonia e felicidade, em seus lares.

Sendo assim, contamos com a compreensão dos nobres Pares, á aprovação do presente projeto de lei, que objetiva à preservação da cultura indígena, como garantia à identidade do povo indígena e da população brasileira.

Sala das Sessões, 19 de março de 2003. – **Mariângela Duarte**, Deputada Federal, PT/SP.

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

.....

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

.....

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

§ 3º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.639, de 9-1-2003)

.....

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências.

.....
(À Comissão de Educação.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 110, DE 2005
(Nº 3.685/2004, na Casa de origem)

Altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos do Código Civil referentes aos direitos da personalidade e à constituição de fundações.

Art. 2º Os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação, transformando-se o atual parágrafo único do art. 62 em § 1º:

“Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral ou contrária à ordem pública e aos bons costumes”.(NR)

“Art. 62
§ 2º Não poderá ser constituída fundação com fins lucrativos. (NR)”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.685, DE 2004

Altera os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta lei altera dispositivos do Código Civil referentes aos direitos da personalidade e à constituição de uma fundação.

Art. 2º Os arts. 11 e 62 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral. (NR)”

“Art. 62.
Parágrafo único. Não poderá ser instituída fundação com fins lucrativos (NR).”

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

As propostas de alteração dos arts. 11 e 62 do novo Código Civil, que ora apresento à Casa, são oriundas da Comissão de Altos Estudos da Justiça Federal.

No art. 11, cuida-se de mitigar a indisponibilidade dos direitos da personalidade, ao prever que o seu exercício poderá sofrer limitação voluntária, desde que não seja permanente nem geral.

Ou seja, passa a ser lícito que a pessoa disponha do exercício dos direitos da personalidade, desde que o faça em caráter temporário e que a limitação fique adstrita a um atributo específico da personalidade.

Cuida-se, pois, de o legislador admitir que a indisponibilidade dos direitos da personalidade é relativa.

Com relação ao art. 62, trata-se de explicitar com maior precisão o objetivo da norma constante do parágrafo único, que, ao cingir a constituição de fundações para determinados fins, busca, no fundo, vedar a constituição para fins lucrativos.

Contamos com o apoio de nossos Pares para a aprovação deste projeto de lei, visando ao aprimoramento do novo diploma civil pátrio.

Sala das Sessões, 1º de junho de 2004. – **Gustavo Fruet.**

*LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA
PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA*

LEI Nº 10.406, DE 10 DE JANEIRO DE 2002

Institui o Código Civil.

.....
Art. 11. Com exceção dos casos previstos em lei, os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo o seu exercício sofrer limitação voluntária.

.....
Art. 62. Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la.

Parágrafo único. A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.

.....
(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.)

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 111, DE 2005
(Nº 3.796/2004, na Casa de origem)

Dispõe sobre a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde e dá providências correlatas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Orientação, Combate e Controle dos Efeitos Danosos da Exposição ao Sol à Saúde a ser desenvolvida, articulada e conjuntamente, pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º O atendimento ao disposto no **caput** deste artigo, na forma e amplitude reguladas em ato próprio do órgão competente, compreenderá pelo menos a observância das seguintes metas:

I – definição das situações-alvo para implementação da política objeto deste artigo, a partir de abordagem abrangente, sujeita a atualizações ou revisões periódicas dos órgãos competentes;

II – realização de campanhas de divulgação e esclarecimento, descrevendo os riscos e características dos problemas e moléstias decorrentes ou agravados pela influência do referido agente, a conveniência da adoção de precauções e a necessidade de tratamentos adequados, com a indicação, quando couber, de eventuais cuidados adicionais;

III – implantação de sistema de controle e de acompanhamento para coleta de dados e informações de interesse para a gestão e para o aprimoramento científico das atividades de prevenção e tratamento de seus quadros;

IV – assinatura de convênios com órgãos públicos, entidades, associações e empresas para a elaboração de trabalhos, em regime de cooperação, envolvendo estudos, pesquisas ou atividades compatíveis com a execução desta lei.

§ 2º Observado o disposto no § 1º deste artigo, dentro dos critérios de ênfase e oportunidade apropriados a cada caso, estarão abrangidas pelo disposto no **caput** deste artigo, sem prejuízo de outras, ocorrência e patologias associadas em sua evolução ou controle aos efeitos do agente solar ou da fotossensibilidade a seguir discriminadas:

I – para fins de prevenção – queimaduras, câncer de pele, catarata e outros danos oculares, alergias e alterações imunológicas;

II – para fins de controle – varicela e Lúpus Eritematoso Sistêmico – LES.

Art. 2º Por meio dos programas pertinentes, será proporcionada aos segmentos da população que constituem a clientela dessa política a assistência médica, diagnóstica e terapêutica, extensiva à disponibilização de medicamentos demandados em cada caso.

§ 1º Para efeito do disposto no **caput** deste artigo, são considerados medicamentos os bloqueadores, filtros e protetores solares de uso imprescindível ao controle ou à prevenção de problemas ou moléstias a que se refere o § 1º do art. 1º desta Lei.

§ 2º A União, os Estados e o Distrito Federal poderão, isolada ou coletivamente, alterar a tributação desses produtos, com vistas na redução dos custos correspondentes, com vantagens para as partes integrantes desse processo, em apoio aos objetivos deste diploma legal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

PROJETO DE LEI ORIGINAL Nº 3.796, DE 2005

Dispõe sobre a Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico, e dá providências correlatas.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituída a “Política Nacional de Conscientização e Orientação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico”.

Parágrafo único. A política a que se refere o **caput** será desenvolvida de forma integrada e conjunta entre a União, os Estados e os municípios, através do SUS.

Art. 2º A “Política de Conscientização e Orientação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico” compreende as seguintes ações, dentre outras:

I – campanha de divulgação sobre o LES – Lupus Eritematoso Sistêmico, tendo como principais metas:

a) elucidação sobre as características da moléstia e seus sintomas;

b) precauções a serem tomadas pelos portadores da moléstia;

c) tratamento médico adequado;

d) orientação e suporte familiar;

II – implantação, através dos órgãos competentes, de sistema de coleta de dados sobre os portadores da moléstia, visando a:

- a) obtenção de elementos informadores sobre a população atingida pela moléstia;
- b) detecção do índice de incidência da moléstia;
- c) contribuição para aprimoramento das pesquisas científicas do setor;

III – firmar convênios com outros órgãos públicos, entidades, associações e empresas de iniciativa privada, sempre que necessário, a fim de estabelecer trabalhos conjuntos acerca do LES – Lupus Eritematoso Sistêmico.

Art. 3º O SUS propiciará ao portador do LES – Lupus Eritematoso Sistêmico, o acesso a todo medicamento necessário ao controle da moléstia.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no **caput**, são considerados medicamentos os bloqueadores, filtros e protetores solares, cujo uso é imprescindível ao portador do LES – Lupus Eritematoso Sistêmico.

Art. 4º O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Artigo 5º As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Justificação

O Lupus Eritematoso Sistêmico – LES é uma doença crônica de causa desconhecida, onde acontecem alterações fundamentais no sistema imunológico da pessoa.

Uma pessoa que tem LES, desenvolve anticorpos que reagem contra as suas células normais, podendo, conseqüentemente, afetar a pele, as articulações, rins e outros órgãos.

Não é uma doença contagiosa, infecciosa ou maligna.

Não há um remédio para o Lupus que funcione da mesma forma que um antibiótico funciona para acabar com uma infecção. O tratamento do LES engloba uma série de medidas, entre medicamentos e normas.

As manchas, lesões e úlceras orais são provocadas pela sensibilidade ao sol e luz. Os pacientes com fotossensibilidade devem evitar a exposição ao sol e fazer uso diário e intermitente de filtros solares.

Os filtros solares, exceto em São Paulo, são considerados cosméticos, e não medicamentos.

Considerando que o uso dos filtros e protetores solares é imprescindível ao portador de LES, e que os mesmos funcionam como medicamento necessário ao controle da doença, cabe a substituição da qualidade de cosmético para medicamento propriamente dito.

Na qualidade de medicamento, os portadores de LES poderão adquirir esses produtos com desconto e/ou recebê-los gratuitamente nos hospitais públicos, quando não tiverem condições financeiras para obtê-los.

A Lei de Conscientização sobre o LES – nº 10.215, de 19-1-1999 do Estado de São Paulo, prevê essa correção.

Proponho, portanto, estender o alcance protetor desta norma jurídica a todos os brasileiros em geral.

Sala das Sessões, 15 de junho de 2004. – Deputada **Laura Carneiro**, PFL/RJ.

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.)

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O **Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 2005**, vai à Comissão de Assuntos Sociais; os de **nºs 107 e 109, de 2005**, à de Educação; os de **nºs 108 e 110, de 2005**, à de Constituição, Justiça e Cidadania; e os de **nºs 106 e 111, de 2005**, vão às de Constituição, Justiça e Cidadania e de Assuntos Sociais.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

Of. Nº 543/5/PS-GSE

Brasília, 26 de outubro de 2005

Assunto: envio de proposição à sanção presidencial

Senhor Secretário,

Comunico a Vossa Excelência que foi aprovado nesta Casa o Projeto de Lei nº 6.386, de 2002, do Senado Federal (PLS 233/01), o qual “Denomina de Palmas/TO – Brigadeiro Lysias Rodrigues’ o Aeroporto de Palmas, no Estado do Tocantins”.

Na oportunidade, informo a Vossa Excelência que a referida proposição foi, nesta data, enviada à sanção.

Atenciosamente, – **Inocência Oliveira**, Primeiro-Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – O expediente que acaba de ser lido será juntado ao processado do PLS nº 233, de 2001 e vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

Of./4SEC/128/05

Brasília, 27 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Venho, através deste, solicitar a Vossa Excelência a retificação de meu voto referente a votação do Projeto de Lei de Conversão nº 28, o qual contemplava, entre outras coisas, uma área de livre comércio no Amapá, proposta pelo senador José Sarney. Votei equivocadamente contra, quando minha vontade era votar a favor da referida proposição.

Respeitosamente, – **Eduardo Siqueira Campos**,
4º Secretário

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

OF. Nº 25/05-CN/Ofício nº 1.068/GP

Brasília, 28 de outubro de 2005

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 20, **caput**, da Lei nº 11.178, de 20 de setembro de 2005 – Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006, informo a Vossa Excelência que não há, na Proposta Orçamentária de 2006 desta Corte, obra cujo valor total ultrapasse R\$10.500.000,00 (dez milhões e quinhentos mil reais).

Reitero a Vossa Excelência votos de elevada consideração. – Ministro **Edson Vidigal**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 11.178, DE 20 DE SETEMBRO DE 2005

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2006 e dá outras providências.

Art. 20. Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal encaminharão à Comissão Mista de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição, até 30 (trinta) dias após o envio do projeto de lei orçamentária ao Congresso Nacional, demonstrativo com a relação das obras que constaram da proposta orçamentária de 2006, cujo valor total ultrapasse sete

vezes o limite estabelecido no art. 23, inciso I, alínea c, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, contendo:

I – especificação do objeto da etapa ou da obra, identificando o respectivo subtítulo orçamentário;

II – estágio em que se encontra;

III – valor total da obra;

IV – cronograma físico-financeiro para sua conclusão;

V – etapas a serem executadas com as dotações consignadas no projeto de lei orçamentária e estimativas para os exercícios de 2006 a 2008; e

VI – demonstração de que os custos da obra atendem ao disposto no art. 112 desta lei.

§ 1º Quando a obra estiver prevista para realização integral no exercício de 2006, as informações solicitadas deverão ser apresentadas em relação àquelas de valor superior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais).

§ 2º No caso do orçamento de investimento das empresas estatais, os demonstrativos conterão apenas as obras cuja dotação represente mais de 5% (cinco por cento) do total de investimentos da entidade no exercício, desde que superior ao valor previsto no *caput* deste artigo.

§ 3º A falta de encaminhamento das informações previstas neste artigo implicará a não-inclusão da obra na Lei Orçamentária de 2006.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC)

– O expediente que acaba de ser lido vai à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

OF.GLPMDB Nº 417/2005

Brasília, 1º de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, comunico a Vossa Excelência a indicação da Senadora Íris de Araújo, como membro titular, em substituição ao Senador Maguito Vilela na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a apurar as denúncias de recebimento de quaisquer vantagens patrimoniais e/ou pecuniárias indevidas por membros do Congresso Nacional, com a finalidade de aprovar as matérias de interesse do Poder Executivo e, as acusações do mesmo teor nas deliberações da Proposta de Emenda à Constituição

nº 1/1995, que dispõe sobre a reeleição para mandatos executivos.

Renovo, na oportunidade, votos de consideração e apreço. – **Ney Suassuna**, Líder do PMDB.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Será feita a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido pela Srª 1ª Secretária em exercício, Senadora Heloísa Helena.

É lido o seguinte:

Ofício nº 318/2005 – GLDBAG

Brasília, 1º de novembro de 2005

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico o Senador Magno Malta, para integrar, como Suplente número 1, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

Aproveito a oportunidade para apresentar-lhe minhas Cordiais saudações. – **Delcídio Amaral**, Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – A Presidência designa o Senador Magno Malta como membro da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, nos termos do ofício que acaba de ser lido.

O SR. PRESIDENTE (Leonel Pavan. PSDB – SC) – Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o competentíssimo Senador Mão Santa.

S. Exª dispõe de dez minutos, e mais dois minutos de prorrogação, se necessários. Sabemos que o assunto que o traz à tribuna é importantíssimo, portanto, certamente dez minutos não serão suficientes para explaná-lo à população brasileira.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, Senador Leonel Pavan; Senadoras e Senadores aqui presentes; brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado; Sr. Presidente, Senador Leonel Pavan, nos ensina a sabedoria popular que, às vezes, “o feitiço vira contra o feiticeiro”. Pois não é, Senador Paulo Paim, que o PhD, o mestre, o Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, professor em greve, não sabe como acabar com ela?

É, Lula, ensinastes a fazer greve, e agora? Aqui estou para pedir a Sua Excelência... Senador Paulo Paim, qual é o nome do Ministro da Educação?

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Ministro Fernando Haddad.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – A Senadora Heloísa Helena assoprou o nome do Ministro.

A Srª Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Inclusive, S. Exª precisa encaminhar os recursos para cumprimento das emendas na área de educação do Estado de Alagoas, em vez de enviá-los apenas para a base de bajulação deste Governo desmoralizado. S. Exª tem de mandá-los para Alagoas para melhorar a vida e a dignidade do povo de lá. E, inclusive, instrumentos para garantir a educação pública gratuita e de qualidade, como merece e quer o povo alagoano. Desculpe-me, Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Agradeço-lhe, Senadora Heloísa Helena o aparte, que já está inserido em meu discurso.

É uma lástima! Senador Paulo Paim, agredimos o período revolucionário. Senador Leonel Pavan, eu fazia universidade quando iniciou o período militar. Naquela época, não havia esse negócio de greve, não. Nós estudávamos! Aliás, cheguei até aqui com as pernas do estudo e do trabalho, Senador Leonel Pavan!

Hoje, as universidades federais, Presidente Lula, estão no 71º dia de greve. Portanto, há três meses elas estão em greve.

A universidade federal devia dar o bom exemplo.

O Imperador Pedro II, Senador Leonel Pavan, em seu reinado, criou o Colégio Pedro II. E ele, inclusive, assistia às aulas, Lula! Do Colégio Pedro II se irradiava o exemplo de educação para o Brasil. Estudei Biologia, Botânica e Zoologia – sabem V. Exªs que sou professor e médico – nos livros de Valdemiro Potti, professor do Colégio Pedro II. Este era o ideal do Imperador Pedro II: que a escola pública fosse um modelo e o irradiasse.

A universidade federal do nosso País, hoje, completa três meses de greve. Lula ensinou a fazer greve e não sabe como terminar com ela! Aí está a mocidade estudiosa prejudicada em todo o Brasil.

Senadora Heloísa Helena, disse Napoleão Bonaparte, o imperador francês: “Os instantes perdidos de uma mocidade são uma grande probabilidade de desgraça no futuro”. A nossa mocidade estudiosa, Senador Leonel Pavan, está há três meses sem aula! A universidade federal, que deveria ser exemplo para as demais – para isso foi criado o ensino público no Brasil por Pedro II –, há três meses está sem aula.

Imaginem V. Exªs: 42 entidades paralisadas durante três meses em todo o País, nos seus 27 Estados, em greve! E o pai da greve, o professor da greve não sabe como acabar com ela. Ó, Lula, vamos acabar com a greve!

Evidentemente, eu sei que o destino não possibilitou ao Presidente da República cursar uma universidade.

Senador Leonel Pavan, eu era prefeitinho, não como V. Ex^a, que é prefeitão. Tenho diante de mim um livro: **O Líder**, que é a autobiografia do mais famoso prefeito de Nova York, de Rudolph W. Giuliani. Eu acho que V. Ex^a deve também escrever um livro: “Leonel Pavan, o Líder, o Mais Aprovado Prefeito do Brasil”. Três vezes Prefeito. Eu fui uma vez e, como prefeitinho de Parnaíba, minha cidade, eu fui à Alemanha, a convite de uma multinacional. Eu estava com o Professor Basedau, visitando Heidelberg, cidade alemã e fiquei perplexo, Presidente Leonel Pavan, porque a Alemanha tombou diante de duas guerras mundiais, e todas as cidades estão modernizadas, foram reconstruídas, com edifícios modernos, como Frankfurt. Mas Heidelberg não, é antiga. Aqueles prédios, com aquelas arquiteturas que lembram castelos antigos, telhados. Eu sofri um impacto com essa diferença. E o Professor Basedau nos disse – atentai bem Lula! –: “Essa é a universidade mais velha da Europa”. O mundo, em duas guerras, respeitou Heidelberg. Não soltaram uma bomba sobre a cidade, em respeito – onde estudou Einstein – à universidade. E o Lula está acabando com as nossas universidades, que vão completar três meses de greve.

Ó, feiticeiro, cuida do teu feitiço. Se nasce a greve, não sabe como acabar com ela. Colocaste, irresponsavelmente, um meninote para ser Ministro. Eu não sei o nome dele, hoje é que eu aprendi porque soube a metade do nome: Ministro Haddad. Então, tiraste Cristovam Buarque, símbolo do saber, da sabedoria, da experiência, para colocar um meninote, permitindo três meses de greve. Um Ministro mal-educado, que não atende aos professores. Onde estamos? É neste País?

Lembro, Senadora Heloísa Helena, Bilac: “Criança! Não verás nenhum País como este!”. O que diria hoje Bilac? Universidades fechadas?

Senador Leonel Pavan, aqui estão. O que querem os sindicatos? Há a Fasubra – Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras; a Andes – Associação Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. Agora, eles criaram outra, para ser subserviente, um tal de Proifes, para atender ao Governo do PT, ao Presidente Lula, ao Ministro, e não atender aos professores, desconsiderando essa entidade representativa que, ao longo dos anos, garantia os funcionários da Federal.

Mas isto é o que quero dizer: só no Piauí, para que tenham noção, 14 mil alunos estão em greve; 518 professores, mestres, doutores, aguardam angustiados uma solução por parte do Governo Federal e do Presidente Lula, que representou, nas últimas décadas, a esperança de melhores dias para o mundo acadêmico

e hoje representa uma ameaça real para a sobrevivência das instituições públicas do ensino superior. Só no Piauí, 14 mil estudantes em greve! Paim, pesquise o Rio Grande do Sul. Leonel Pavan, pesquise quantos jovens estão em greve em Santa Catarina. Cadê a Líder do PT? No Piauí, 14 mil. Heloísa Helena, lá, na sua Alagoas, quantos milhares estão em greve?

O que é que eles reivindicam, Senadora Heloísa Helena? São esses cheques-refeição, Pavan, cujo valor é de R\$126,00, para comer o mês inteiro. Eles querem um aumentinho. Que hipocrisia de Fome Zero, se não se atualiza nem o cheque-refeição dos professores, que é de R\$126,00?! Eles pedem apenas, Senador Leonel Pavan, que seja equiparado.

Senador Paulo Paim, há outros auxílios. Graças a Deus, chegou a professora Ideli Savatti. Professora Ideli Salvatti, estou com inúmeros *e-mails* do País todo, querendo uma solução para a greve. Eles querem, pelo menos, uma melhoria no tíquete-alimentação. Citam eles que as outras instituições têm. É isso. E nós esperamos que consigam sensibilizar o Governo Federal.

Senadora Heloísa Helena, quero agradecer-lhe pela consultoria sobre o trabalho de Padre Antônio Vieira, outro dia. Naquele, era o bom ladrão. Pela corrupção que predomina neste País, hoje eu diria a frase de Padre Antônio Vieira. Ele diz, Senadora Heloísa Helena – e para o Lula também –, referindo-se aos pregadores, aos que falavam, aos oradores da sua igreja: “Ó, Pregadores! São muitos, mas pouco trazem para conquistar para o Igreja de Cristo”. Falam, falam, falam, mas vocês não dão o exemplo. Falam com palavras, mas o exemplo fala mais alto, o exemplo arrasta. É o caso do nosso Presidente da República: fala, fala, fala, mas tem de dar o exemplo. Primeiro, mostrando que sabe terminar uma greve. Começar todo o País sabe, porque ele era bom iniciante, mas tem de terminar essa greve, nem que seja antes do Dia de Finados. Assim, finado será logo o seu Partido, o seu Governo, por quem vamos rezar amanhã.

Padre Antônio Vieira, Senadora Heloísa Helena, disse: “O bem nunca vem só”. Mas também o mal nunca vem só. Uma desgraça vem sempre acompanhada. Além dessa greve, de todas as universidades em geral, só no Piauí – está aqui o *e-mail* que recebi –, são 14 mil estudantes e 518 professores. Mas uma desgraça nunca vem só: há também os hospitais universitários. Aí é que chamo pela sensibilidade de Lula, de Marisa, da mãe e do pai, de quem tem sensibilidade. Conheço, porque sou médico. Esses hospitais universitários são de alta resolutividade, de grande competência e prestam serviços, atendendo à população pobre que os buscam, que não tem plano de saúde, que não tem

dinheiro, que não tem UTI no ar. Procuram os hospitais universitários, que estão parados.

Eu estava com uma bursite. Sou médico, Senador Leonel Pavan, e me senti mal com as filas daqui de Brasília, que é uma cidade que encanta, a cidade-poder, a cidade poderosa. Senti-me mal, Senador João Alberto, sendo atendido por um colega meu de turma, que tinha um filho. Mas, as filas, os bancos, o sofrimento, a indignação! Está tudo parado, Lula. Lula, te manca! Venha, chame seu meninote e acabe essa sua greve. Essa greve é uma vergonha, como diz o Boris Casoy.

Essas são as nossas palavras. Mas, para que não fique só no pessimismo, agradeço aqui ao Senador Wellington Salgado por um projeto de uma universidade federal no meu Piauí, um **campus** avançado, João Paulo dos Reis Velloso, do tempo da revolução, que acaba de passar pelas Comissões de Economia, de Constituição, Justiça e Cidadania e, por último, de Educação, para ser transformado em universidade. Mas espero, Senadora Heloísa Helena, que quando isso ocorra tenha acabado essa greve.

Essas são as nossas palavras, Senador João Alberto. V. Ex^a veio do Maranhão, de São Luís, a “Athenas do Brasil”, simbolizando o local onde começou a primeira universidade, o Academus de Platão, que ensinava o que aprendeu com Sócrates, continuado por Aristóteles. Ele formava e ensinava seus alunos. Para os que concluíam o primeiro ano, Heloísa Helena, havia uma mensagem: “Seja ousado”. Para ficar impregnado na mente dos que concluíam o segundo ano, estava lá outra mensagem, Senador João Alberto: “Seja ousado cada vez mais”. E para aqueles que iam terminar o terceiro ano do Academus de Platão estava escrito: “Seja ousado, não em demasia”. Ousadia com prudência era o ensinamento de Platão em sua universidade. Que chegue então, no mínimo, essa mensagem, já que o nosso Presidente não frequentou universidade: seja ousado para terminar a greve das universidades federais brasileiras. Essas são as nossas palavras.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Leonel Pavan, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João Alberto Souza, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, por permuta com o Senador Pedro Simon, por dez minutos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presi-

dente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero começar de onde terminou meu querido amigo Senador Mão Santa, na linha da greve dos professores universitários, que já dura cinquenta dias.

As principais reivindicações dos professores são: a valorização do trabalho docente; a defesa da universidade pública, gratuita, autônoma, democrática, laica e de qualidade; o aumento da dotação orçamentária para o ensino superior visando contemplar o reajuste de 18% como parte de recomposição salarial; a incorporação das gratificações; a retomada dos anuênios e a realização de concursos públicos para reposição das vagas.

Sr. Presidente, gostaria que V. Ex^a desse como lido, na íntegra, este meu pronunciamento. Sei que hoje, no Ministério da Educação, haverá uma nova reunião entre o Ministro e o comando de greve dos professores. Estou torcendo para que haja efetivamente o entendimento, o acordo, que os professores tenham suas reivindicações atendidas e que a greve chegue a um bom termo. Acredito na força do diálogo, na sensibilidade do Governo dos trabalhadores e que, no que diz respeito à greve, com a participação das Lideranças já do Congresso, se chegue a um grande entendimento.

Esse é o pronunciamento que faço em primeiro lugar.

Sr. Presidente, quero também hoje cumprimentar o Senado da República e o País. Neste dia, estamos realizando uma grande campanha pela doação de sangue, o que é muito importante. Doar sangue significa salvar vidas, crianças, adultos, idosos, enfim, permitir que pessoas que estão precisando do sangue não percam o direito à vida por falta de sangue. Hoje é um dia muito importante.

Cumprimento a Secretaria de Recursos Humanos do Senado pela iniciativa de convocar todos os servidores e Parlamentares a doarem sangue no dia de hoje em defesa da vida.

Sr. Presidente, também quero dizer que segunda-feira, às 8 horas, fiz uma visita ao Incor do DF. Esse hospital foi implantado com a mesma filosofia do Instituto do Coração do Hospital das Clínicas de São Paulo, instituição reconhecida internacionalmente, referência mundial em cardiologia que atua na promoção, na prevenção, no diagnóstico, no tratamento e na reabilitação de cardiopatias.

O Incor-DF, integrado ao Hospital das Forças Armadas, tem capacidade para atender 96 mil pacientes por ano, realizar oito mil e 400 cateterismos, um mil e 400 cirurgias, colocar 700 marca-passos e ainda realizar outros tantos atendimentos na área da pediatria.

O atendimento de emergência do Incor-DF é feito 24 horas por dia. Toda semana atendem cardiologia, clínica geral e cirurgia.

Nessa visita, Sr. Presidente, fui recepcionado pelo Dr. Andrei e pela Patrícia, que me mostraram as instalações. Fiquei perplexo e comentei o fato de, no mundo real, as filas serem tão grandes para as pessoas terem direito a um leito hospitalar. E num hospital como esse, de Primeiro Mundo! Porque todos os aparelhos e a estrutura são de Primeiro Mundo. Ele disse: Temos tudo isso, Senador, estamos dispostos a atender a toda a população, mas é preciso que o Governo Federal e o Governo do DF encaminhem a possibilidade de aumentar o número de pacientes que poderemos receber.

Sinceramente, entendo a apreensão do Dr. Andrei, que quer salvar vidas; só não entendi por que não há uma política de entendimento entre o Secretário de Saúde do DF e o Ministro da Saúde no sentido de permitir que milhares de pessoas sejam atendidos, já que ele diz que a estrutura está toda lá. Agora, precisa a liberação, para que ele possa atender pelo SUS, enfim, por convênios.

Pareceu-me, Sr. Presidente, – Dr. Andrei não usou esse termo – que há um certo boicote. Isso que estou dizendo é de minha responsabilidade, não é do Dr. Andrei. Em nenhum momento ele falou isso. O que ele disse é que é inacreditável que, com um aparato como esse, montado em Brasília, construído com o dinheiro público, os leitos estejam todos vazios. E os médicos, especialistas, formados na França, nos Estados Unidos, na Itália, vindos de São Paulo, Senador Mão Santa, estão lá com a disposição de atender a população, e parece que há um tipo de boicote não querendo que o Incor-DF dê certo. Considero um absurdo! Isso vai contra a filosofia que falávamos há pouco que doar sangue é em defesa da vida. E um hospital de Primeiro Mundo está lá, prontinho, e me parece que há aí uma certa discordância com Pedro, Paulo, ou João. O Dr. Andrei Sposito foi muito diplomático, muito delicado e não fez críticas a ninguém, mas disse que alguns problemas não permitem que a população seja atendida devidamente, não por falta de médicos, não por falta de enfermeiros, não por falta de aparelhos, não por falta de capacidade. Há um certo desentendimento na forma de encaminhar os pacientes para o Incor-DF.

Então, Sr. Presidente, usei meu tempo hoje para defender a vida – e defender o Incor-DF é defender a vida. Espero que a notícia não seja verdadeira, que não esteja havendo um boicote, e os pacientes possam livremente ser atendidos no Incor-DF.

Sr. Presidente, para concluir, falo da minha satisfação, devida ao Senador Renan Calheiros e ao Deputado Aldo Rebelo, Presidente do Senado Federal e da Câmara dos Deputados respectivamente, e a um encaminhamento feito na época em que o Presidente Sarney presidia esta Casa – sei do carinho que V. Ex^a tem pelo Senador José Sarney, assim como todos o temos nesta Casa. Enfim, a Comissão Mista Especial foi criada para debater uma política permanente de salário mínimo foi aprovada numa sessão do Congresso Nacional e, felizmente, agora, a estamos instalando. Conversei nesta semana com o Líder do Bloco de Apoio, Senador Delcídio Amaral, e também com o Senador Renan Calheiros, e a Comissão será instalada, no mais tardar, na semana que vem.

É uma comissão composta de sete Deputados e sete Senadores, que terá o dever de discutir uma política permanente de recuperação do salário mínimo e também dos benefícios dos aposentados e pensionistas.

Sr. Presidente, todos sabem que a minha marca no Congresso é muito forte nessa área do salário mínimo. Aproveito este momento para dizer que, na Feira do Livro que está sendo realizada em Porto Alegre, no dia 11 de novembro próximo, às 15 horas, lançarei o livro chamado **Salário Mínimo – Uma História de Luta**, com apresentação de Márcio Pochmann e Luiz Antônio Queiroz, do Diap, e, ainda, com a participação especial de todos os presidentes da República posteriores ao Golpe Militar. Há uma página escrita pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, pelos ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Fernando Collor de Melo e José Sarney.

Agradeço, de público, a todos os ex-presidentes da República. Realmente, agradeço a todos, porque, quando se fala em Fernando Collor de Melo, noto que é como se ele não tivesse sido presidente – e ele foi presidente por dois anos. Todos enfim escreveram uma página sobre a nossa caminhada e a luta pelo salário mínimo. Votei aqui pelo afastamento dele, mas não desconheço que ele foi presidente por dois anos.

Então, o livro tem uma página, sim, escrita por Luiz Inácio Lula da Silva, atual Presidente, e por todos os ex-presidentes da República do período pós-ditadura: Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Fernando Collor de Melo e José Sarney, que foi Presidente desta Casa também até pouco tempo atrás.

Sr. Presidente, com certeza, quando lancei, no ano passado, nessa mesma feira o livro **Cumplicidade**, mais de três mil pessoas lá estiveram para receber o livro com a nossa participação, com autógrafos e a homenagem que cada cidadão merece.

Tenho certeza de que, no dia 11, mais de três mil pessoas estarão no centro de Porto Alegre, numa fila enorme, mas gostosa, porque as pessoas vão lá, falam da caminhada, falam da luta dos aposentados e pensionistas. Nesse livro, provamos que é possível, sim, que o salário mínimo ultrapasse o valor dos R\$400,00 já no próximo dia 1º de maio; provamos que a Previdência é superavitária, com dados do Siafi, da Anfip, da Fenafisp, da Cobap, e, ainda mais: que podemos, com tranquilidade, estender o mesmo percentual de reajuste a todos os aposentados e pensionistas.

É claro que vou remeter uma cópia desse livro, que foi impresso, porque é um trabalho parlamentar aqui do Senado da República, que não é cobrado – de custo zero. Ninguém paga, Sr. Presidente, um centavo pelo livro. Vou destinar a cada Senador, a cada Deputado uma cópia desse livro que venho escrevendo há mais de um ano.

Depois do livro **Cumplicidade**, lançado exatamente em novembro do ano passado, na Feira do Livro, resolvi lançar, em novembro deste ano, **Salário Mínimo – uma História de Luta**. Neste, há uma fala de Leonel Brizola sobre a nossa caminhada, aqui no Congresso, em prol da recuperação do salário mínimo. Há também a fala do falecido Presidente Getúlio Vargas, quem deu o primeiro passo para que o salário mínimo fosse uma realidade em nosso País. Por que não lembrar neste momento também de Juscelino Kubitschek? Na sua época, o salário mínimo foi o mais alto em toda a história desta República.

Enfim, são depoimentos muito interessantes, Sr. Presidente, e que mostram a batalha aqui no Congresso Nacional praticamente durante 20 anos, sem esquecer o mérito daqueles que já faleceram e que deram a sua contribuição para que o salário mínimo no Brasil seja uma realidade concreta, um instrumento de distribuição de renda, um instrumento de combate à pobreza.

Por isso, estou muito esperançoso, Sr. Presidente, de que esta Comissão Mista instalada, composta por sete Deputados e sete Senadores, para a qual fui indicado pelo meu Líder, construa uma proposta concreta, objetiva, que garanta a valorização do salário mínimo. Repito sempre esse dado e duvido que alguém aqui me conteste: isso interessa, no mínimo, a 100 milhões de pessoas, muitas que nem ganham o salário mínimo. Neste País, 100 milhões de pessoas têm renda **per capita** de zero a um salário mínimo. Se eu dissesse que, neste País, 100 milhões de pessoas têm renda **per capita** igual a um salário mínimo não seria verdade. Menos de 50 milhões de pessoas ganham isso; os outros 50 milhões de pessoas ficam naquela faixa de zero a meio salário mínimo. Por isso, o Brasil é considerado o país mais drástico, o pior país

em distribuição de renda de toda a América Latina. Esse é um dado concreto.

Por isso, espero que o debate sobre o salário mínimo e o livro que escrevi tragam uma contribuição à questão, Sr. Presidente. Há depoimentos de uma página de ex-presidentes, da Cobap, da Anfip, do Diap. Márcio Pochmann, economista respeitadíssimo, faz a apresentação do livro, em que relato, fato por fato, tudo o que aconteceu dentro do Congresso Nacional nesses 20 anos em que estou aqui, 16 anos como Deputado e praticamente já 3 anos, indo para o quarto ano, como Senador da República.

Obrigado pela tolerância de V. Ex^a, que tem sido sempre muito gentil quando preside esta Casa, honrando muito o Estado de V. Ex^a.

Parabéns a V. Ex^a!

Era o que eu tinha a dizer.

SEGUE, NA ÍNTEGRA, PRONUNCIAMENTO DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apinhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estamos aqui, novamente, para tratar da Comissão Mista Especial para debater uma política permanente de reajuste do salário mínimo.

Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de ter dos senhores a certeza de que não mediremos esforços para que possamos encontrar a melhor proposta para o trabalhador.

Entretanto, gostaria de informar que de acordo com o Ato nº 3 de 2005, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados foi criada a Comissão Mista Especial para debater uma política permanente do Salário Mínimo.

Considero legítima e importante a decisão tomada pelos Presidentes das duas casas do Congresso Nacional, com a qual congratulo-me, lembrando que apresentei em 2004 um requerimento no mesmo sentido.

Sobre a criação da Comissão Especial que ora apresentei, foram indicados os membros aqui no Senado Federal, desde a data que apresentei o requerimento, enquanto que os membros da Câmara dos Deputados só foram indicados em 16 de maio de 2005. Desde então, o requerimento encontra-se pronto para a pauta do Plenário para designação da Comissão.

Sr^{as} e Srs. Senadores, quero elogiar à iniciativa deste ato conjunto dos Presidentes das duas Casas, mesmo porque a finalidade dele é a mesma do requerimento que apresentei em dezembro de 2004 e aprovei, por unanimidade, na seção do Congresso do dia 02 deste mesmo mês e ano.

O que posso dizer é que me sinto contemplado com esta atitude, e fico contente que finalmente teremos um foro privilegiado para debater um tema de tamanha relevância de alcance social e econômico. Espero apenas que esta Comissão criada por meio deste ato, cumpra seu papel para termos uma política permanente de recuperação do salário mínimo.

Faço questão de participar deste grande debate, porque o principal beneficiário dele será o trabalhador brasileiro. Não me interessa de quem foi a iniciativa desta Comissão, o que me importa mais é que o trabalhador brasileiro seja o vencedor deste debate, que nós sejamos apenas o instrumento para este ganho.

Eu gostaria ainda de ver neste foro privilegiado ser debatido exaustivamente o Projeto de Lei nº 314, que apresentei em 2005 para vigorar no exercício de 2006. A proposta garante um salário mínimo de R\$400,40; estendendo os mesmos percentuais aos aposentados e pensionistas.

Este debate do reajuste dos benefícios dos aposentados e pensionistas tem que ser enfrentado, caso contrário no máximo em 06 anos todos estarão recebendo somente 01 salário mínimo. Dessa forma gostaria de ver incluindo no debate desta Comissão a questão dos reajustes dos aposentados e pensionistas.

A defesa do salário mínimo é uma bandeira histórica em minha vida pública. Essa tem sido uma luta permanente a qual não abandonarei, até que tenhamos um salário mínimo justo, capaz de atender as necessidades básicas, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, como preceitua a nossa Constituição Cidadã!

Quero aproveitar este momento para convidar a todos, Senhoras e Senhores Senadores, a estarem presentes, no dia 11 de novembro próximo, às 15:00 horas, na feira do livro em Porto Alegre/RS, na Praça da Alfândega, Centro, onde estarei lançando o livro de minha autoria que leva o nome de **Salário Mínimo – Uma história de luta**, o qual tem apresentação de Márcio Pochmann e Luiz Antônio Queiroz do DIAP, e ainda a participação especial do atual Presidente da República, Luiz Antônio Inácio Lula da Silva e dos Ex-Presidentes da República, Fernando Henrique Cardoso, Itamar Franco, Fernando Collor de Mello e José Sarney.

Por fim, eu gostaria de fazer um agradecimento especial ao Presidente do Senado Federal Senador Renan Calheiros e ao meu Líder, Senador Delcídio Amaral, que indicaram o meu nome para compor a Comissão Mista Especial que irá discutir o salário mínimo, e porventura a designação da relatoria desta

comissão, que debaterá um tema que venho lutado há décadas.

Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Senadores, o segundo assunto é o seguinte: “Quem faz o Senado tem compromisso com a vida.”

Com este slogan o Senado Federal abre hoje (1º de novembro) uma campanha de doação de sangue, que integra o Programa de Responsabilidade Social do Senado Federal.

Doar sangue é um ato de solidariedade, pois quem precisa de sangue depende obrigatoriamente de um doador, de alguém que lhe forneça esse importante tecido humano, pois o sangue não pode ser produzido em laboratório.

Doar sangue é doar um pouco de si para alguém que agoniza e sofre, é colaborar para que os hemocentros e hospitais continuem a realizar suas atividades e a salvar vidas humanas.

O sangue doado atende pacientes internados e emergências médicas. Uma bolsa de sangue pode salvar a vida de até quatro pessoas.

É importante a conscientização da sociedade para a doação voluntária, pois essa é a única forma de manter vivo um cidadão ou cidadã que necessita de sangue.

Quero parabenizar a Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal pela iniciativa e convocar todos os servidores e parlamentares para firmarem, hoje, o seu compromisso com a vida.

Doem sangue! Salvem o nosso bem maior! Salvem vidas!

Aproveito a oportunidade para divulgar neste plenário a implantação do Incor/DF, com a mesma filosofia do Instituto do Coração do Hospital de Clínicas de São Paulo – Incor/HC. Uma instituição reconhecida internacionalmente e referência mundial em cardiologia, que atua na promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento e reabilitação de cardiopatias.

O Incor/DF, integrado ao Hospital das Forças Armadas, tem capacidade para atender 96.000 pacientes por ano, realizar 8.400 cateterismos, 1.400 cirurgias, e colocar 700 marcapassos, e ainda realizar outros tantos atendimentos na área de pediatria.

O atendimento de emergência cardiovascular é fornecido 24 horas por dia, sete dias por semana, e cobre todas as especialidades cardiológicas clínicas e cirúrgicas.

O Incor/DF é um centro de excelência, com tecnologia de ponta, com padrões tecnológicos comparáveis aos melhores centros do mundo.

Ele está diretamente interligado ao INCOR do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, e os pacientes contam com

o mais moderno sistema de prontuário eletrônico, com um corpo clínico altamente especializado e com equipes de profissionais com permanente atualização.

Quero parabenizar a direção da Instituição e dizer, ainda, que Brasília está de parabéns, e o Incor/DF está de portas abertas para atender a população do Distrito Federal.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, como o último assunto, eu gostaria de dizer que tenho recebido inúmeros e-mails de professores das instituições federais de ensino superior que estão em greve há mais de 50 dias e esperam que o governo apresente uma proposta satisfatória.

Fazem parte da pauta de reivindicações: a Valorização do trabalho docente; a defesa da Universidade Pública, Gratuita, Autônoma, Democrática, Laica e de Qualidade; o aumento da dotação orçamentária para as Instituições Federais de Ensino Superior visando contemplar: o reajuste de 18% como parte de recomposição salarial; a incorporação de gratificações; a retomada dos anuênios e a realização de concursos públicos para reposição de todas as vagas nas Instituições.

É evidente a necessidade de investimentos na área educacional. Precisamos investir em nossos professores, na sua qualificação, nas nossas instituições de ensino.

Segundo dados divulgados pela Unesco, o Brasil investe 4,2% do Produto Interno Bruto na educação, realmente é muito pouco.

Sabemos que nações de baixo desenvolvimento humano reservam em média 4,8% do PIB para a área educacional; enquanto que nas de alto desenvolvimento humano a média é de 5,3% do PIB.

Destinar recursos à educação é investir no futuro de nossas crianças e jovens. É promover o desenvolvimento econômico e social, diminuindo as desigualdades.

Sr. Presidente, a greve traz desgastes e prejuízo a todos: Categoria, Governo, alunos e população em geral.

O momento é crítico e a situação já compromete o semestre letivo.

Acreditamos na força do diálogo, na sensibilidade do Governo, dos trabalhadores em greve e das próprias lideranças do Congresso para que auxiliem nas negociações para encontrarmos um consenso.

A beleza das pessoas está na capacidade de cultivar a esperança e enquanto houver esperança poderá haver entendimento!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Mesa atenderá a solicitação de V. Ex^a, de-

terminando a transcrição nos Anais da Casa da parte não lida do pronunciamento de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Ney Suassuna, Líder do PMDB da Paraíba.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

Em seguida, falará o Senador José Jorge.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDB – PB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, volto a esta tribuna para falar de um tema que me constrange: a seca nos Municípios do Nordeste. No meu Estado, hoje, a Paraíba, os jornais estampam em suas manchetes que a população de cem municípios não tem água para beber.

É constrangedor que, no Séc. XXI, século da tecnologia, Senador Mão Santa, o século de tantos milagres tecnológicos, os habitantes desses municípios não tenham água para beber. Alguns municípios pegam água a 70, 80 quilômetros de distância. Se é, Senadora Heloísa Helena, que podemos chamar “água” aquele caldo esverdeado, aquele fundo de açude que, com certeza, está trazendo parasitas e problemas gastrointestinais. Hoje fui ao Ministério da Integração Nacional pedir que comecem aquele tratamento rotineiro: carropipa, Bolsa-Família, frente de trabalho.

Eu não sei quando vamos parar, qual vai ser o dia em que vou ter a glória de chegar aqui e dizer que resolvemos o problema. A estiagem não acaba, é um fenômeno, sabemos, que não temos como eliminar, mas, pelo menos, podemos minorar os problemas e evitar a humilhação do brasileiro que mora no interior da Paraíba, no interior do Piauí, no interior de Alagoas ou no interior da Bahia de ter que tomar aquele caldo, que, na verdade, é um caldo para acabar com a saúde do cidadão, ainda que seja o que se pode fazer por enquanto.

Antes de vir para cá, a Senadora Heloísa Helena me proibiu de falar sobre transposição (ela está sorrindo!!!). Não vou falar de transposição, mas não resta dúvida de que seria uma solução. A verdade é que, lamentavelmente, voltamos à rotina. Eu queria registrar o meu protesto e a necessidade...

A Senadora Heloísa faz um aparte fora do microfone e, como não é permitido aparte em palavra de Líder, vou reverberar o que ela está falando: é sim, às margens do São Francisco, quilômetros adiante, e de novo está lá o povo morrendo de sede. Quer dizer, mesmo onde há água corrente, falta a ação para minorar o sofrimento das populações. Parece que nós, nordestinos, somos cidadãos de segunda categoria, parece que o tratamento é este: deixa lá, já estão acostumados, deixa sofrer, não faz mal. Isso nos revolta.

É revoltado que ocupo esta tribuna neste momento para, mais uma vez, registrar a seca em inúmer-

ros Municípios do Nordeste. Só no meu Estado, são cem Municípios.

Muito obrigado.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Antonio Carlos Magalhães, do PFL da Bahia.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem.) – Havendo a inscrição do PFL para que eu fale pelo Partido, eu gostaria de me pronunciar logo após o Senador José Jorge.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Logo após o pronunciamento do Senador José Jorge, concederei a palavra ao Senador Antonio Carlos Magalhães, com muito prazer.

Concedo a palavra ao Senador José Jorge, do PFL de Pernambuco pelo prazo de dez minutos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o Governo Lula não consegue realizar os investimentos públicos nas áreas sociais mais relevantes. Levantamento recente da execução orçamentária em áreas como educação, segurança pública, transporte e reforma agrária demonstram descaso do Governo petista para com as causas que sempre disseram defender.

Até a área de reforma agrária, que sempre foi o xodó do Presidente Lula quando ainda era candidato, vê seus recursos minguarem na atual gestão. Dos R\$3,7 bilhões previstos no Orçamento de 2005, apenas R\$600 mil foram liberados até agora, faltando dois meses para o final do ano. Uma realização de 16,3% em relação ao que foi prometido.

A meta amplamente divulgada nas propagandas oficiais de assentar 115 mil famílias dificilmente ultrapassará os 50 mil beneficiários, ou seja, não alcançará nem 50% do previsto.

Mas é na área de educação onde o Governo tem demonstrado maior incompetência. E não se trata apenas de contingenciamentos para a educação básica ou para as universidades.

Também no âmbito legislativo, o Governo Lula nada faz para melhorar o caótico quadro da educação. Em meio a uma greve de professores universitários, que já dura mais de dois meses, e três ministros de educação depois, a Casa Civil da Presidência da República devolveu ao Ministério da Educação o projeto de lei que previa mudanças no ensino superior sob a alegação de que faltam recursos para a implementação das ações previstas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, essa notícia é de hoje. Esse projeto de reforma universitária

teve uma primeira versão modificada; uma segunda versão foi à Casa Civil e uma terceira versão, Senador Mão Santa, foi devolvida ao MEC e, portanto, não será encaminhada ao Congresso. Como o Governo já está entrando no seu último ano e estamos às vésperas das eleições, certamente não é o momento de se aprovar nada. Essa era a terceira tentativa de fazer uma reforma universitária neste mandato. Nesse ritmo e considerando a atipicidade do próximo ano, é muito provável que o Governo Lula chegue ao final sem que sua promessa de reformar o ensino superior se concretize.

Até o Presidente Nacional da União Nacional dos Estudantes, o Sr. Gustavo Petta, que é tão governista, disse o seguinte: “Uma coisa era mudar o projeto ou perder o texto dentro do Congresso por causa da pressão dos donos de faculdades ou dos aliados do Palocci. Mas o governo se acovardou e por isso estendo a responsabilidade também a Lula”.

Essas são palavras do Presidente da UNE, que é governista.

Mas não só a educação superior foi lançada às traças. O ensino fundamental está ameaçado pela inação do Executivo quanto à emenda constitucional em tramitação na Câmara dos Deputados, que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – Fundeb.

A emenda que poderá reservar R\$4,3 bilhões para o ensino infantil, fundamental e médio nos próximos quatro anos não avança por pressão da equipe econômica do Governo.

Com a indefinição sobre o Fundeb, o Orçamento de 2006 acabou por não contemplar os recursos para o Fundo. Esse descaso com a educação é mais um exemplo do distanciamento do Lula candidato para o Lula Presidente da República.

Esse projeto do Fundeb, na forma como foi encaminhado, é polêmico. Era um projeto, Sr. Presidente, para ser encaminhado ao Congresso no primeiro ano de governo, exatamente para que o Governo tivesse prazo para implementá-lo. Agora, penúltimo ano de mandato, esse projeto não vai ser aprovado, porque é uma emenda constitucional, está na Câmara ainda – ainda está na Comissão Especial – e já estamos no último mês do ano – do mês de dezembro só se pode contar com os primeiros quinze dias. O projeto só poderá ser implantado um ano depois de ter sido aprovado, porque ele envolve Orçamento etc., então, se ele for aprovado no ano que vem, ele só será implementado no ano de 2007, quando o Presidente Lula, espero, não estará mais à frente da Presidência da República. Então, é um Governo querendo legislar para o outro, criando um fundo que não vale para o

governo dele, só vale para o próximo, o que não deixa de ser um absurdo. Se ele não for aprovado este ano, ele tem de esperar que o próximo Governo veja o que ele quer fazer nessa área, e não aprovar um projeto de um governo para ser executado por outro.

Enquanto o Brasil patina, a Venezuela, que é a mais nova paixão do Presidente Lula, anuncia ser um “território livre do analfabetismo”. Na semana passada, o Presidente Chávez fez uma solenidade para declarar que não há mais analfabetos na Venezuela. Pesquisa realizada pela Unesco verificou que só há menos de 1% de analfabetos, sendo, portanto, território livre do analfabetismo.

Quando o Governo Lula assumiu, e o Senador Cristovam Buarque era Ministro da Educação, foi anunciado um grande programa para acabar com o analfabetismo no Brasil, mas desse programa ninguém mais ouviu falar. O programa simplesmente não foi posto em prática: quem era analfabeto continua analfabeto e, a cada dia, vão se juntando mais analfabetos funcionais aos analfabetos que não conhecem nenhuma letra. Na verdade, o Governo não tem nenhum programa para acabar com o analfabetismo no Brasil.

O que resta ao governo é trombetear o programa Bolsa-Família como sendo um programa de compromissos educacionais.

Essa fantasia petista foi plenamente desmentida por um dos criadores do Bolsa-Escola, o Senador Cristovam Buarque. Em artigo publicado no jornal **O Globo**, nosso colega do Distrito Federal demonstrou que o Programa implantado no Distrito Federal e depois estendido por todo País pelo Presidente Fernando Henrique é conceitualmente muito diferente do Programa Bolsa-Família que o antecedeu.

Segundo Cristovam, professor, ex-reitor e Ministro da Educação no início do Governo:

O Governo Lula mudou tudo isso. Substituiu Escola por Família, retirou a execução do programa do MEC, transferindo-o para a assistência social, dando-lhe um perfil totalmente diferente do objetivo educacional. O próprio Presidente, na comemoração do segundo aniversário da Bolsa-Família, afirmou que não importa se o programa é assistencialista ou não.

Na verdade, o que a Bolsa-Escola permitia era que as crianças e as famílias subissem na vida. A Bolsa-Família garante apenas que continuem vivas. Por isso elas continuarão conhecidas como as “Famílias da Bolsa”, permanentemente dependentes.

Na realidade, essa mudança parece uma coisa simples. O Programa Bolsa-Escola já tinha mais de seis

milhões de famílias atendidas e tinha um fundamento educacional, era administrado pelo MEC. Assim, podia-se aumentar o valor, R\$50,00, R\$80,00, R\$100,00, quanto se pague, mas dentro de uma finalidade educacional que permitiria às crianças, no futuro, não precisar mais dessa Bolsa-Escola.

O Presidente Lula, no entanto, quando assumiu, modificou o programa, transformando-o no Bolsa-Família e tirando-o da administração do MEC. Ou seja, o programa deixou de ter uma finalidade educacional, e passou a ser um programa de assistência social – tudo bem! – e, principalmente, um programa eleitoral.

Ontem, a **Folha de S. Paulo**, segundo pesquisa eleitoral que fez, publicou que o lugar onde Lula tem mais votos é exatamente entre os beneficiários do tal Bolsa-Família.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Com prazer, ouço V. Ex^a.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Quero fazer minhas as suas palavras. Já fiz um pronunciamento a esse respeito e estarei fazendo outro, daqui a pouco, nessa mesma linha que V. Ex^a, com muita propriedade e conhecimento, externa da tribuna neste instante. Sem dúvida nenhuma, penso que todos nós, brasileiros – assim como V. Ex^a –, deveríamos ter a educação como meta prioritária, no sentido de dar dignidade às gerações futuras. E V. Ex^a está colocando o assunto com a maior propriedade: não somos contra o atendimento emergencial dos necessitados, já dissemos e repetimos isso. Isso é dever de cada um de nós. No entanto, somos contra a perenização da miséria, que é o que está sendo feito com o programa da forma como está sendo conduzido. Quero só realçar as suas palavras para que toda a Nação brasileira tome conhecimento da forma inadequada e eleitoralista como estão sendo usados esses recursos.

O SR. JOSÉ JORGE (PFL – PE) – Muito obrigado. V. Ex^a tem absoluta razão.

Enquanto a educação sofre, os jornais de hoje destacam o “sucesso do superávit fiscal”. Segundo a Receita do Brasil, graças aos sucessivos recordes de arrecadação, o acumulado em nove meses alcança R\$86,5 bilhões e supera, com três meses de antecedência, o valor previsto para 2005.

Como apoiador e participante da aprovação de Lei de Responsabilidade Fiscal, não sou contra que o Orçamento Federal apresente superávit, muito pelo contrário. Mas o que não pode acontecer é o contingenciamento excessivo de áreas prioritárias como saúde, segurança, infra-estrutura e educação.

Os valores alcançados já ultrapassam os limites exigidos pela LDO para 2005, e só podem ser explicados pelo interesse do Governo Lula em agradar o mercado financeiro e o Fundo Monetário Internacional.

O povo sofrido não pode ficar à mercê da boa vontade dos burocratas do Ministério da Fazenda, que, como já fizeram no passado, querem fazer primeiro crescer o bolo para depois reparti-lo entre os menos favorecidos.

Portanto, Sr. Presidente, o fato de ter um superávit primário alto é positivo do ponto de vista de que esses recursos são utilizados para pagar juros, bilhões de reais. Mas temos programas que são fundamentais para o País, e que não são programas caros, como o combate à febre aftosa, a questão da educação, que citei, a questão do petróleo, cujos estudos básicos não estão sendo realizados; tudo isso tem que ser priorizado.

O melhor não é simplesmente não gastar o dinheiro, mas gastar o menos possível da melhor maneira.

O Governo Lula, infelizmente, trabalha para aumentar o superávit primário e, ao mesmo tempo, gasta mal os recursos que arrecada. No caso da febre aftosa, no fundo, uma economia de milhares de reais está trazendo um prejuízo de milhões ao Brasil. Na área de petróleo, se não se derem recursos para a ANP fazer os estudos básicos, vai acontecer a mesma coisa: vamos ter dificuldades em encontrar petróleo por conta de milhares de reais e, assim, vamos deixar de economizar bilhões de reais.

Portanto, Sr. Presidente, gostaria de encerrar o meu discurso dizendo que lamento que, neste Governo, a educação seja tratada como assunto de terceira classe.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra, o Senador Antonio Carlos Magalhães, da Bahia, pela Liderança do PFL.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos, ou de quantos minutos mais desejar.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela Liderança do PFL. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, prezado amigo Senador João Alberto, Sr^{as} e Srs. Senadores, há tempos pairam suspeitas sobre os investimentos dos fundos de pensão das estatais.

Recentemente, principalmente com as investigações promovidas pelas Comissões Parlamentares de Inquérito, essas suspeitas foram se transformando em certezas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, é importante que o cidadão tenha uma idéia mais precisa do que acontece nos fundos de pensão. Por exemplo, os investimentos dos

fundos de pensão das estatais alcançavam, até abril, a impressionante cifra de R\$260 bilhões. São dados oficiais da Secretaria de Previdência Complementar.

Os fundos de pensão, na atualidade, são os maiores investidores do Brasil.

Mas, se V. Ex^{as} observarem, mesmo na Comissão de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, terão uma idéia – uma triste idéia – de que o baixo nível do empenho dos investimentos caiu de 50,7%, acumulado até setembro de 2004, para 30,2% no mesmo período de 2005. Já foram pagos R\$60 bilhões com juros e encargos da dívida, enquanto se gastou apenas R\$1,814 bilhão em investimentos, o equivalente a 8,2% do autorizado.

Ora, Sr. Presidente, somente o maior deles, o Previ, do Banco do Brasil, possui participação em mais de uma centena de empresas, totalizando cerca de R\$70 bilhões.

Além disso, os fundos atuam fortemente nos mercados de ações, imóveis e finanças.

Aí está o problema: a forma pela qual os fundos têm atuado. Os critérios que têm norteado seus investimentos são todos políticos, feitos por maus políticos. As CPI vêm demonstrando que as motivações são inconfessáveis e, todas elas, tipificadas no Código Penal. Isso é inaceitável!

Não por acaso, a quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos fundos de pensão foi saudada pelo colunista Élio Gaspari como “a melhor notícia do ano”.

Mas meu objetivo, neste momento, é abordar, em especial, o relatório produzido pelo Tribunal de Contas da União sobre irregularidades na gestão desses fundos.

Este relatório que tenho em mãos é um trabalho notável do Procurador Lucas Furtado. Não posso pedir sua publicação por seu caráter sigiloso, mas demonstra como o País está caminhando a passos largos para a sua própria destruição.

Este relatório foi possível graças ao excelente trabalho que desenvolve o Procurador-Geral do Ministério Público junto ao TCU, Dr. Lucas Furtado, que acabo de citar, que resultou na representação ao Tribunal para que apurasse irregularidades na Previ, Funcef, Centrus e Petros, fundos ligados, respectivamente, ao Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Central e Petrobras.

Pela qualidade e importância do trabalho desenvolvido pelo Dr. Lucas Furtado e pelo Tribunal peço à Mesa que o entregue aos Senadores, já que é sigiloso e não posso entregá-lo. Mas como o recebi na Comissão de que faço parte, sou obrigado a dizer que ele existe e que é grave.

Sr. Presidente, as conclusões do TCU vêm confirmar todos os piores pressentimentos: a gestão dos recursos desses fundos mistura a lambança administrativa e a má-fé, o aparelhamento político, o clientelismo e a visão patrimonialista e já esperada do tal Partido dos Trabalhadores.

O relatório é incisivo:

- existem fortes indícios de irregularidades quanto à atuação no mercado de capitais, nas aquisições imobiliárias e nos investimentos financeiros;
- quem deveria fiscalizar os fundos de pensão foi negligente. A saber, a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e a Secretaria de Previdência Complementar – SPC, subordinada ao Ministério da Previdência;
- também foram lenientes as entidades patrocinadoras, pois igualmente lhes compete a aferição das contas dos fundos e sua fiscalização;
- há evidentes lacunas em prestações de contas, curiosa e especialmente no que se refere a prejuízos em investimentos financeiros e imobiliários.

Assim, com base em jurisprudência firmada pelo próprio Tribunal de Contas da União e seguindo entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal de que “indícios vários e concordantes são provas” – estamos, portanto, com provas –, o Tribunal apontou a necessidade de apurações complementares quanto aos investimentos danosos efetuados pelas entidades fechadas de previdência, razão pela qual determinou várias diligências.

Ora, é preciso dizer, com todas as letras, que a Comissão de Valores Mobiliários e a Secretaria de Previdência Complementar não realizaram a contento o trabalho devido!

É bom lembrar o alerta do Senador Heráclito Fortes: os dirigentes da CVM e da SPC guardam proximidade com o Chefe do Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Será que isso não irá atrapalhar as diligências ora recomendadas?

Mas não somente a CVM e a SPC devem ser cobradas! A Polícia Federal no Rio de Janeiro também deve informar sobre os possíveis crimes financeiros cometidos pelo Sr. Sérgio Ricardo Rosa, dirigente da Previ.

Também a Polícia Civil daquele Estado deve informar a respeito de notícia-crime impetrada em desfavor do mesmo dirigente, com vistas, ainda uma vez, a apurar possíveis crimes financeiros.

Mas tem mais!

Um outro item, ainda mais agudo, constava das denúncias investigadas pelo TCU: o financiamento de campanhas eleitorais.

Não se trata, por óbvio, Sr. Presidente, de financiamento direto, mas de operações triangulares, envolvendo compra de ações de empresas que, posteriormente, contribuíram para a campanha de candidatos petistas.

Sr^{as} e Srs. Senadores, vai-se tornando claro, a cada dia que passa, que o PT serviu-se o quanto pôde de suas indicações políticas no comando dos maiores fundos de pensão do País. Ah! Gushiken quanta gente você indicou! Quanta gente está servindo mal ao País!

É necessário que se intensifiquem as investigações, nas CPIs e fora delas, para que se punam, exemplarmente, todos os responsáveis e todos os beneficiários.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Mais um minuto, Sr. Presidente.

A administração dos fundos de pensão, esteio de tantas famílias de trabalhadores, deve ser moralizada e profissionalizada.

Tudo deve ser investigado. Desde as operações de compra e venda de participações em empresas, de empreendimentos imobiliários, de contratação de consultorias, até os esquemas de rapinagem pura e simplesmente.

Não podemos nos esquecer de que se trata de crime organizado. A lógica dos negócios escusos é singela na aparência, mas complexa nos métodos, nas ramificações, sobretudo nos disfarces. Os investigadores precisam, pois, atuar em rede, porque os malfetores contam com essa complexidade para se safarem.

Precisamos fechar as torneiras que o PT abriu ou ampliou e que irrigam a corrupção e os acordos políticos reprováveis.

Não podemos permitir que o pecúlio conseguido, às duras penas, por milhares de famílias de trabalhadores, seja malversado por quem alçou-se ao poder prometendo defendê-las.

Essa situação, Sr. Presidente, é grave. Ainda bem que V. Ex^a, na Presidência desta Casa, tomará as providências devidas. Os fundos não podem continuar dessa forma. Por isso, a CPMI dos Correios está fazendo um grande trabalho em relação aos fundos das estatais, que deixará orgulhosa esta Casa e a Câmara dos Deputados e mostrará ao País o que existe de fato com relação a esses fundos.

Sr. Presidente, a situação é muito grave, tão grave que peço a atenção de V. Ex^a para o relatório do Dr. Lucas Furtado. Ao lê-lo, V. Ex^a ficará estarrecido, como eu e como, certamente, ficará a Nação brasileira.

Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro, do PSDB do Pará.

S. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, chamou-me atenção ontem, segunda-feira, 31 de outubro, uma breve notícia publicada pelo jornal **Folha de S. Paulo**, que se referia a um relatório preparado por uma organização não-governamental dedicada a avaliar o desempenho dos países na área social.

Segundo o periódico, o relatório põe o Brasil, no que diz respeito ao desenvolvimento social, no mesmo nível de países muito mais pobres, muitas vezes assolados por problemas que estamos longe de conhecer, como guerras civis ou profundas divisões étnicas. De acordo com a avaliação dessa ONG, a Social Watch, o Brasil é um País de baixo nível de desenvolvimento social.

Por coincidência, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, no dia anterior, domingo, dia 30 de outubro, Senador Paulo Paim, a revista **IstoÉ Dinheiro** havia publicado uma entrevista concedida pela representante do Unicef no Brasil, Sr^a Marie-Pierre Poirier, na qual ela diz, literalmente, que, na sua avaliação, “a agenda social não está sendo cumprida”.

As notícias, tristemente, se complementam para nos apresentar um quadro melancólico. Por um lado, temos um nível de desenvolvimento social mais baixo do que seria de esperar de um país com estabilidade política e econômica semelhante à nossa. Por outro, não estamos fazendo o que a situação exige, em termos de esforços para mudá-la. Estamos mal, mas parece que não fazemos nada para melhorar.

Vejam, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, que, em ambos os casos, as avaliações partiram de observadores estrangeiros. Não foi nenhum político da Oposição, Senador Mão Santa, não foi ninguém que se poderia acusar de estar movido por interesses eleitorais.

O que esses observadores viram é algo que salta aos olhos de qualquer um: a inépcia, o imobilismo, a falta de efetividade deste Governo decepcionante, que se esforçou durante quase três anos para chegar onde está hoje, ou seja, se debatendo na lama.

Não que esse imobilismo seja fruto da atual crise: desde o início não faltou quem chamasse a atenção para o fato de que este Governo que aí está só demonstrava algum lampejo de competência quando se tratava de aparelhar o Estado ou de contingenciar os recursos do Orçamento.

Hoje, terça-feira, dia 1º de novembro, os jornais dão destaque ao fato de que o Governo Lula cumpriu, Senador Antonio Carlos Magalhães, em nove meses, a meta anual de aperto fiscal. Certamente, a notícia não deixa de ser boa, mas de nada adianta ser mais realista do que o rei. O preço que se paga para esse sucesso pode ser alto demais, se implicar o sacrifício do desenvolvimento social do País. Com cidadãos ignorantes, doentes e sem assistência, o superávit fiscal é estéril e dificilmente se traduzirá em prosperidade real e duradoura.

Infelizmente, Sr. Presidente, muitas vezes parece que a meta do superávit é um fim em si mesmo, que se sobrepõe a todo o resto e domina nossas prioridades.

Tomemos como exemplo, brevemente, Senadora Heloísa Helena, a Emenda Constitucional nº 29, que diz respeito à aplicação de recursos na área da saúde.

Há várias discussões em torno da melhor maneira de interpretar as exigências dessa Emenda, no que se refere ao financiamento das ações de saúde. Sistemáticamente, no entanto, este Governo vem-se valendo de brechas no texto normativo e de artifícios, cujo resultado é, no final das contas, diminuir os recursos aplicados em ações especificamente voltadas para sanar os problemas da saúde, ao incluir, por exemplo, como já foi o caso, recursos do Fundo de Combate à Erradicação da Pobreza para fins do cumprimento da Emenda nº 29 ou ao tomar ações típicas de assistência social, como transferência direta de renda, e considerá-las ações e serviços públicos de saúde.

Se é assim, Sr. Presidente, que conseguimos nosso superávit fiscal, então nossas razões para comemorar o alcance da meta anual ficam tristemente reduzidas.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não se combate a pobreza, não se supera a nossa iníqua desigualdade se não for por meio de investimentos consistentes no desenvolvimento social. Não é com assistencialismo populista que conseguiremos mudar essa situação, mas com investimentos em educação, saúde pública, infra-estrutura e saneamento. Não há verdadeiro desenvolvimento social se não lhe forem garantidas condições de sustentabilidade. Ações que não visem ao desenvolvimento sustentável não passarão de paliativos, cujo efeito, no final das contas, mais ajuda a manter do que a mudar o **status quo**.

Para terminar, Sr. Presidente, volto à entrevista da Sr^a Marie-Pierre, a que já me referi no início deste meu pronunciamento.

Como representante do UNICEF, sua preocupação está, naturalmente, voltada para a situação das crianças. Mas suas considerações, creio, podem ser

generalizadas e estendidas. Eu gostaria de citar uma passagem da entrevista que me chamou particularmente a atenção, pela justeza de uma observação daquela senhora: “Todas as pesquisas mostram que o país que investe no social consegue impacto no crescimento econômico. Não é só com o crescimento econômico que vamos repartir o bolo, mas com a escolha da agenda social como prioridade nacional; o desenvolvimento humano ao lado do social. Investir na criança não é uma coisa do coração, de carinho, é uma escolha estratégica para o futuro. É uma questão de escolha política”.

Portanto, não haverá prosperidade econômica se não conseguirmos garantir o investimento nas pessoas.

Este Governo, infelizmente, frustrou as esperanças dos milhões que nele depositaram sua confiança três anos atrás. Teria ainda um ano pela frente se não tivesse se transformado, por força da crise que ele próprio alimenta, em uma espécie de morto-vivo, motivado pela vã perspectiva de que as eleições do próximo ano operem uma ressurreição milagrosa.

Em três anos, as políticas sociais não conseguiram avançar significativamente, em comparação com a base estabelecida pelo Governo anterior. A predominância do assistencialismo, aliás, pode até resultar em retrocesso. Falta ainda um ano – pouco para reverter o fracasso, muito, porém, para quem vive na pobreza. Esperamos que esse ano que falta seja o último desse triste capítulo da história recente do Brasil e que 2007 nos traga de volta melhores perspectivas para o futuro.

Sr. Presidente, ao esgotar os poucos minutos que me restam, quero aqui dizer da alegria e da honra que o Estado do Pará teve, nesse final de semana, em receber o Senador Paulo Paim, que lá esteve para proferir uma palestra no Encontro dos Trabalhadores no Comércio do Pará e do Amapá.

O Senador Paulo Paim, de forma brilhante, proferiu sua palestra e foi bastante ovacionado pelos companheiros que lá estavam defendendo suas posições. Tive a honra de estar presente na abertura do encontro e constatei que todos nós que fazemos a política nacional temos um único objetivo: trazer melhor qualidade de vida a todos os brasileiros.

Concedo um aparte, com muita honra, ao Senador Paulo Paim.

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – Senador Flexa Ribeiro, eu já falei ontem, da tribuna, da minha alegria de ter ido ao Pará. Estivemos na abertura do encontro juntos. V. Ex^a fez uma belíssima intervenção naquele plenário, inclusive fazendo uma saudação à minha ida ao Pará. Foi aplaudido de forma intensa por

mais de mil dirigentes que lá estavam, o que mostra o prestígio de V. Ex^a junto ao povo paraense. Na minha fala, eu disse que ficava muito alegre de ver a sua presença naquele evento tão importante que unia os Estados do Pará e do Amapá. Estavam lá delegados dos dois Estados. V. Ex^a fez uma defesa tranqüila das suas posições, uma comunicação tranqüila...

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O Sr. Paulo Paim (Bloco/PT – RS) – ... com os delegados presentes. Em seguida, falei um pouco da conjuntura, citando a importância de que um momento como aquele se repetisse também aqui no Congresso Nacional. Estavam lá um Senador do PSDB e um Senador do PT defendendo praticamente as mesmas posições, ou seja, defendendo o melhor para o País. Quero dizer que fiquei muito feliz com a sua presença lá, como Parlamentar daquele Estado, que representa com competência aqui no Senado da República. Com certeza, voltarei outras vezes. Quero agradecer também a V. Ex^a pela forma como colocou à disposição a sua estrutura para, se eu precisasse, movimentar-me dentro do Estado do Pará. É uma alegria enorme poder retribuir, neste momento, aqui no plenário do Senado, a forma gentil como V. Ex^a colaborou para que a minha palestra fosse positiva no seu Estado. Parabéns!

O SR. FLEXA RIBEIRO (PSDB – PA) – Tenho a honra de agradecer a ida de V. Ex^a ao meu Estado, o que espero que se repita várias outras vezes.

Ao encerrar, Senador Paulo Paim, quero dizer que a demonstração que todos deram naquele momento me faz plagiar Luther King. Eu também “tive um sonho”; o sonho de ver o segmento laboral e o segmento patronal trabalhando de mãos dadas para o desenvolvimento econômico e social deste nosso querido Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra à Senadora Lúcia Vânia, do PSDB de Goiás.

S. Ex^a tem dez minutos, prorrogáveis por mais dois.

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente. Vou procurar reduzir ao máximo o tempo do meu discurso.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais uma vez, o Congresso Nacional demonstra sua preocupação com a crise enfrentada pela maioria dos Municípios brasileiros, que chegam ao final do ano sem saber como encerrarão as suas contas.

A emenda que aprovou o parcelamento em até 240 meses das dívidas dos Municípios junto ao INSS, e pela qual batalhei desde que iniciei meu manda-

to nesta Casa, demonstrou o grau de preocupação dos Parlamentares com as Prefeituras do nosso País. Igualmente, o Governo se sensibilizou com a solicitação dos Srs. Prefeitos e promoveu com eles um entendimento, permitindo, dessa forma, que esse pleito, que representava o anseio de todos os Prefeitos deste País, fosse atendido.

Exemplo recente do prejuízo que os Municípios estão sofrendo em seus direitos constitucionais é a dívida que o Governo acumulou com Estados e Municípios desde junho de 2003, relativa aos tributos arrecadados pela Receita Federal desde a criação do País. Esse programa de parcelamento de débitos fiscais, mais conhecido como Refis II, começou a gerar receita em junho de 2003. Desde então – e até o mês de agosto de 2005 –, as empresas que a ele aderiram já pagaram à Receita Federal cerca de R\$6,1 bilhões em impostos e contribuições em atraso. Desse total, 60% correspondem a Imposto de Renda e IPI, dos quais 22,5% devem ser repassados aos Municípios e 21,5%, aos Estados. Isso significa que, no mínimo, só de atrasados, Estados e Municípios têm direito a R\$1,6 milhões.

O Tribunal de Contas da União, em uma auditoria na Fazenda, constatou a retenção desses recursos pelo Governo e determinou o repasse imediato do mesmo – aliás, o Tribunal de Contas da União determinou o repasse desse recurso em 60 dias.

O prazo final dado pelo Tribunal de Contas da União encerra-se em 5 de dezembro, o que certamente dará um fôlego extra às Prefeituras, uma vez que, acredito, o Governo deverá atender a essa determinação do Tribunal de Contas, e as Prefeituras terão naturalmente condições de fechar as suas contas e pagar o 13º salário com essa solução já determinada pelo Tribunal de Contas da União.

Chamo a atenção desta Casa para que estejamos atentos a essa determinação do Tribunal de Contas da União. Que ela seja cobrada e que seja efetivamente passada aos Municípios, que se encontram na situação a que me referi.

Os jornais publicam notícia, hoje, de que a meta do superávit fiscal, prevista para este ano em 4,25%, deve ficar em 4,8% e 5% do PIB. Segundo o Governo, essa meta já está sendo atingida, porque o aperto fiscal foi suficientemente forte, levando União, Estados e Municípios a economizarem, até o mês de setembro, R\$86,502 bilhões para o pagamento de juros da dívida.

Segundo notícia do jornal **Folha de S. Paulo**, nos primeiros nove meses do ano, a economia feita pelo setor público foi equivalente a 6,10% do PIB, o nível

mais elevado já registrado desde que o Banco Central passou a calcular essa estatística em 1991.

O questionamento que Parlamentares começam a fazer – e me incluo entre eles – é se a retenção dos recursos do Refis II, devidos a Estados e Municípios, não teve o propósito de fazer caixa para o superávit primário do Governo. Porque, se foi este o propósito, o Governo cometeu mais uma infração contra a Constituição, uma vez que está na Lei Maior que, de tudo o que o Governo arrecada em IPI e Imposto de Renda, 22,5% devem ser repassados aos Municípios e 21,5%, aos Estados.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Nesse sentido, ao concluir o relatório, o Ministro Benjamin Zymler, do Tribunal de Contas da União, escreveu que a situação que perdurava desde 2003 era uma “grave infração da norma legal”.

Encerro o meu pronunciamento esperando que o Governo acate a determinação do TCU, cumpra a Constituição e que, até o dia 5 de dezembro, faça o repasse de recursos aos Municípios, conforme a recomendação daquela Corte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora Lúcia Vânia, V. Exª me permite um aparte?

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Pois não, Senador Flexa Ribeiro.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Senadora, o pronunciamento de V. Exª é perfeito por trazer ao conhecimento da Nação brasileira, por meio da área de comunicação do Senado – da Rádio Senado e da TV Senado – a forma como o Tribunal de Contas verificou a não-transferência de recursos constitucionais. O Governo faz superávit com diversos recursos, como ainda há pouco tive oportunidade de me referir. Todavia, os recursos oriundos das parcelas do Refis e do País, devidas ao Imposto de Renda, são constitucionais e estão sendo retiradas dos Estados e dos Municípios, que lutam com grande dificuldade pela diminuição dos fundos de participação tanto dos Estados quanto dos Municípios. V. Exª traz agora – eu até diria – esta denúncia. Espero que o Governo, como determinou o Tribunal de Contas da União, faça essa transferência no prazo de 60 dias – como disse V. Exª, até 5 de dezembro – e que não seja criado um novo precatório para que esses recursos sejam transferidos para outros exercícios e outros governos. Parabéns pelo pronunciamento de V. Exª, Senadora Lúcia Vânia!

A SRA. LÚCIA VÂNIA (PSDB – GO) – Agradeço ao Senador Flexa Ribeiro. O aparte de V. Exª enriquece o meu pronunciamento.

V. Ex^a, como eu, estive presente na reunião dos Prefeitos. Pudemos sentir, nas suas pessoas, a aflição de seus Municípios hoje. Muitos deles não têm condições sequer de pagar o 13º salário, e alguns estão com a folha de pagamento atrasada.

É muito duro vermos o País criando superávit acima do que foi pactuado com a retenção do dinheiro que é de direito dos Estados e dos Municípios, fazendo com que a população mais pobre seja a mais atingida com essa atitude. Menos educação, menos saúde, mais dificuldades para os programas sociais não têm preço.

O Governo tem de entender que o superávit não pode ser atingido com o sacrifício dos que mais são punidos, que é a população mais pobre, que depende dos serviços públicos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy, do PT de São Paulo.

S. Ex^a dispõe de dez minutos, prorrogáveis por mais dois minutos.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de informar ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, que, como irei falar a respeito das palavras que ontem S. Ex^a proferiu, gostaria de solicitar a sua presença neste Plenário. Então, até que S. Ex^a aqui chegue, sugiro a V. Ex^a conceder a palavra ao próximo orador inscrito; falarei após. Agradeço-lhe desde já. Iria avisar a S. Ex^a, mas fui surpreendido ao ver que chegou a minha vez de falar.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Senador Eduardo Suplicy, posso fazer a permuta com a Senadora Heloísa Helena.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Com o maior prazer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Consulto a Senadora Heloísa Helena se poderia permutar com o Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senadora, é que eu pedi para o Senador Arthur Virgílio estar presente.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu posso falar agora, minha flor. Entretanto, o Senador Pedro Simon, que chegou antes de mim, também está inscrito. Assim sendo, falarei depois do pronunciamento do Senador Pedro Simon.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Deixe-me esclarecer, Senadora Heloísa Helena: o Senador Pedro Simon não estava no momento em que foi chamado. Então, houve a permuta do

Senador Pedro Simon com o Senador Paulo Paim. Então, eu...

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Sr. Presidente, que fale o Senador Eduardo Suplicy; a Senadora Heloísa Helena e eu ficamos em nossos respectivos lugares de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Suplicy. Em seguida, concederei a palavra à Senadora Heloísa Helena e, depois, ao Senador Pedro Simon.

Com a palavra V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Senador João Alberto Souza; Sr^{as} e Srs. Senadores; Senadora Heloísa Helena, assim como eu, também V. Ex^a não estava presente à sessão de ontem. Por isso, novamente, gostaria de pedir a presença do Senador Arthur Virgílio, Líder do PSDB, porque resolvi comentar as palavras proferidas por ele, ontem, neste Plenário, especialmente no ponto em que S. Ex^a teria sido informado que estariam querendo pagar a essa pessoa que o informou para encontrar qualquer coisa que pudesse atingir a vida de S. Ex^a ou a de seus filhos. O Senador ficou tão indignado que resolveu reagir da seguinte maneira:

Mexer comigo é a mesma coisa que passar a mão no bumbum da mulher do Mike Tyson [...] Se eu identificar quem é, vou dar uma surra nele, pessoalmente. [...] Se ameaçasse o meu filho eu daria uma surra, pessoalmente, no Lula.

Ora, fiquei chocado com o procedimento do Líder do PSDB, por quem tenho estima e respeito. Sou seu companheiro no Congresso Nacional desde a Câmara dos Deputados – ambos fomos Deputados em 1983. Será essa a melhor maneira de procedermos? Poderá um Senador ou um Deputado dizer, Sr. Presidente, que “vai dar uma surra” no Presidente da República?

Sr. Presidente, estou ciente da instituição “imunidade parlamentar”, consagrada no art. 53 da Constituição, que diz respeito à inviolabilidade civil e penal do Parlamentar por quaisquer opiniões, palavras e votos.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permita-me V. Ex^a um aparte, Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Senador Demóstenes Torres, permita-me concluir a reflexão principal.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Trata-se, portanto, de uma garantia do Parlamento, prevista no art. 53 da Constituição Federal; uma garantia dada desde a gloriosa Revolução de 1688.

Podemos aqui relembrar as importantes palavras de Voltaire: “Não concordo com uma só palavra do que dizes, mas defenderei até a morte o direito de dizê-las”.

Então, claro que está assegurada ao Líder do PSDB, Senador Arthur Virgílio, a liberdade de expressão. Mas pondero: se o Senador Arthur Virgílio fosse um cidadão comum, sem imunidade parlamentar, teria de responder pelas palavras que, ontem, proferiu, não por crime contra a honra, mas por crime de ameaça, previsto no art. 147 do Código Penal.

A questão, Senador Demóstenes Torres, está na destemperança. Qual é a consequência de estarmos, aqui, destemperando? A perda da condição de respeito, de urbanidade, de cortesia, necessárias à atividade política. Se vamos, aqui, transformar o nosso oponente não mais em adversário, mas em inimigo de guerra, então, teremos de nos utilizar da força física?! Ora, o Senador Arthur Virgílio se dispõe a dar uma surra utilizando-se de quais instrumentos? Não sei se a especialidade de S. Ex^a é o Judô, o *Box*, o Caratê ou outra especialidade.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – É a verbal.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– A de V. Ex^a, nós a sabemos: é o *Box*.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Será que eu vou ter de entrar em forma novamente para tentar conter o Senador Arthur Virgílio?

Se olharmos o nosso oponente como um inimigo, o ambiente de diálogo, Senador Antonio Carlos Magalhães...

Outro dia, conversava informalmente com o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e disse a Sua Excelência: “Olha, Presidente, outro dia dialogava com o Senador Antonio Carlos Magalhães, que, muitas vezes, tem demonstrado estima, carinho e respeito por Vossa Excelência. Disse ao Senador que talvez ele pudesse ter uma palavra de carinho e de respeito por Vossa Excelência”. Penso que o Senador Antonio Carlos Magalhães terá maior influência dependendo da forma como agir, ou seja, terá maior influência sobre o que acha que o Presidente deva fazer se usar uma forma mais construtiva e carinhosa do que a forma com que, às vezes, tem usado da tribuna.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – O Senador Antonio Carlos hoje é ternura, pura ternura.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Hoje S. Ex^a começou o dia, logo pela manhã, com

muita ternura. Percebi isso em relação ao Senador José Sarney, lá na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Portanto, quero fazer uma recomendação ao Senador Arthur Virgílio: para que tenha um pouco de ternura e respeito. Lembro-me de que, muitas vezes, fiz críticas ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Nunca perdi o tom sincero, assertivo, mas com muito respeito a ele. E eu gostaria, inclusive, de aqui lembrar que o Senador Arthur Virgílio, na condição de Deputado Federal e Líder do Governo no Congresso, certo dia, quando o Deputado Jair Bolsonaro propôs o fuzilamento do Presidente Fernando Henrique Cardoso, bem naquela oportunidade, o Deputado Arthur Virgílio foi à tribuna da Câmara e pediu a cassação do Deputado Jair Bolsonaro: “Imaginem, quer fuzilar o Presidente!” Uma palavra agressiva. E, agora, o Senador Arthur Virgílio quer dar uma surra no Presidente!

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Permita-me, Senador. Deixe-me fazer uma intervenção. Permita-me, V. Ex^a...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Ou não eram pra valer as palavras dele?!

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– V. Ex^a está exagerando.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Atenção! Atenção! Senador Antonio Carlos Magalhães, eu quero que o orador conceda o aparte.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) –

Certo. Eu vou conceder, com muita honra, delicadeza e ternura. Primeiro, ao Senador Demóstenes Torres; em seguida, ao Senador Antonio Carlos Magalhães e à Senadora Heloísa Helena, com toda certeza.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Eduardo Suplicy, também estou na fila.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – E ao Senador Alvaro Dias.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Pois não.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – V. Ex^a talvez não estivesse presente no momento...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP)

– Eu não estava ontem presente. Mas me impressionou, porque os jornais hoje refletem...

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – O nosso Líder Arthur Virgílio, em momento algum, disse que faria isso com o Presidente da República. S. Ex^a contou uma história de que estava sendo ameaçado – sua família, seus filhos –, e que S. Ex^a, na hipótese de acontecer alguma coisa com seus filhos, seria capaz de dar uma surra até no Presidente da República.

Quer dizer, todos nós sabemos da ferocidade que tem o nosso Líder Arthur Virgílio, mas é uma ferocidade verbal. Tanto é que o art. 147 jamais poderia ser utilizado em relação a S. Ex^a, porque S. Ex^a não ameaçou ninguém. Ameaça tem de ser um mal injusto, grave e atual e tem de haver possibilidade. Ninguém consegue nem chegar perto do Presidente da República. E o que o Senador Arthur Virgílio quis dizer é o seguinte: “Quero evitar que o Presidente da República caia naquela frase do Millôr Fernandes: ‘Chegou ao limite de sua ignorância; não obstante, prosseguiu’”. Então, era isso. O Senador Arthur Virgílio disse: “não extrapolem em relação a mim”. O exemplo do Presidente Lula foi apenas um exemplo utilizado. Em momento algum, S. Ex^a atacou a honra, a dignidade ou ameaçou a integridade física do Presidente. O que S. Ex^a quis dizer, disse com todas as palavras, com a veemência que lhe é habitual, é o seu estilo, assim como o de V. Ex^a é bastante conhecido e agradável a todos nós. Então, não tenho procuração para defendê-lo, mas quero dizer que o Senador Arthur Virgílio não procedeu dessa forma como V. Ex^a está se referindo a ele. S. Ex^a disse, com toda certeza...

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Espero que não, Senador Demóstenes Torres. Mas aqui leio, entre aspas, o que disse o Senador Arthur Virgílio.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Pois não.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – “Se alguma coisa acontecer com a minha família...”

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Exatamente.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – ...eu seria capaz de bater na cara do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva ou de qualquer pessoa”.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Exatamente.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Serial!

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Então, o senhor conhece bem o Português, o vernáculo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Veja só, mas eu gostaria... Bem, Senador Antonio Carlos, vou conceder o aparte a V. Ex^a, mas só quero fazer uma recomendação que sempre faço, até a fiz aqui ao Presidente George Walker Bush, quando estava para iniciar a guerra contra o Iraque, lembrando algo de uma pessoa que, acredito, V. Ex^a também tenha como uma grande figura da humanidade, e as palavras de recomendação valem para o George Walker Bush e para o Senador Arthur Virgílio, nesta situação. E daí eu passo a palavra a V. Ex^a:

Não vamos satisfazer nossa sede de liberdade bebendo do cálice da amargura e do ódio. Precisamos sempre conduzir nossa luta no plano alto da dignidade e da disciplina.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Atenção, Senador, por gentileza.

Quero dizer a V. Ex^a que estou vendo que quase todo o Plenário quer aparteá-lo. E tenho aqui inscritos a Senadora Heloísa Helena, o Senador Pedro Simon, o Senador Leomar Quintanilha; em seguida, o Senador Cristovam Buarque, o Senador Rodolpho Tourinho, o Senador Alberto Silva e, por último, o Senador João Batista Motta. V. Ex^a já extrapolou seu tempo em dois minutos. Façamos um acordo: concederei ainda mais cinco minutos a V. Ex^a para que inclusive incorpore os apartes. Fica bem assim?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou ser disciplinado.

Não podemos deixar nosso protesto criativo degenerar em violência física. Todas as vezes e a cada vez nós precisamos alcançar as alturas majestosas e confrontar a força física com a força da alma.

Senador Antonio Carlos, gostaria que aqui pudessemos usar a força da alma muito mais que a força física. V. Ex^a tem o aparte.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – V. Ex^a é sempre uma força física inigualável. V. Ex^a é um atleta que já derrubou muita gente. Agora, pense bem: se alguma coisa acontecesse ao Supla, o que aconteceria com o Senador Eduardo Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Ah! Ficaria bravo.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA) – Coloque-se nessa situação e veja a posição do Arthur Virgílio. Daí um excesso ou outro, que passa a ser natural em virtude do ambiente. De modo que V. Ex^a está colocando bem, mas precisa levar em conta que o Senador Arthur Virgílio fez essa questão considerando que o filho dele corre perigo de vida, porque foi contratado um sicário por R\$100 mil para matá-lo. De maneira que, esse assunto, V. Ex^a deve respeitar, e cada um de nós que tem filho e que ama, como é natural, o filho.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a ponderação de V. Ex^a. Quero dizer que também solicito ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, que tome as medidas necessárias para averiguar se está havendo qualquer ameaça ao filho ou ao Senador Arthur Virgílio, porque isso é inadmis-

sível. Então, neste ponto eu sou solidário. Mas quero também recomendar ao Senador Arthur Virgílio que aqui possamos utilizar mais da palavra assertiva; a crítica severa, quando se faz necessário, mas com formas de respeito. V. Ex^a sabe que eu próprio sugeri ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva vir aqui dialogar conosco. Mas imaginem agora. Sua Excelência vai me dar razão: “Puxa, eu vou lá e vão querer até me bater fisicamente”. Pois bem, eu fiz a sugestão ao Presidente Lula e Sua Excelência, por enquanto, ponderou, e eu disse: “No momento que Vossa Excelência considerar adequado”. Eu disse a Sua Excelência que tinha convicção, até por ter conversado com V. Ex^a e diversos Senadores e a Senadora Heloisa Helena, que, com certeza, e muitos aqui me disseram, o tratariam com todo o respeito. Quero até encorajá-lo a vir aqui, mas fiquei preocupado com essa reação. O Presidente falou: “Puxa, imaginem se quiserem me bater”.

Senador Alvaro Dias.

O Sr. Demóstenes Torres (PFL – GO) – Vamos receber bem o Lula aqui.

O Sr. Alvaro Dias (PSDB – PR) – Senador Suplicy, o Presidente é corajoso, não iria ficar com receio de apanhar, não. Vamos deixar o pugilato de lado e colocar as coisas com clareza. O Senador Arthur Virgílio fez uso da força de expressão e não da força física. Quis dar ênfase à sua indignação, que extrapola os limites do que é normal, exatamente por se tratar da família. Quando se trata da família, a dimensão é outra. Quando se trata do filho, certamente é outra a dimensão. V. Ex^a conhece o Senador Arthur Virgílio, um esgrimista da palavra. S. Ex^a usa força de expressão, figura de retórica, para retratar com maior fidelidade e expressão o seu pensamento. E, ontem, o que quis retratar, dando ênfase, foi a sua indignação. V. Ex^a conhece bem: a cada ação corresponde uma reação naturalmente proporcional. Imagino que o Senador Arthur Virgílio tentou reagir de forma compatível com uma ação despropositada empreendida, colocando em risco a sua própria família. Ele não poderia reagir de outra forma. Mas, certamente, o Senador Suplicy entendeu a força de expressão utilizada pelo Senador Arthur Virgílio.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço a V. Ex^a.

Senador Romeu Tuma e Senadora Heloisa Helena, estou com receio de descumprir o que acordei com o Presidente João Alberto.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Só uma informação como Corregedor, se V. Ex^a permitir.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Romeu Tuma.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – V. Ex^a disse que o Ministro tem de tomar providências. Como Corregedor, ontem, comuniquei ao Senador Arthur Virgílio, que ainda se encontrava na tribuna... É claro que qualquer um de nós, quando sente o filho ameaçado, mostra que não tem limites na defesa. Cada um gradua de acordo com a sua reação de alma e coração. V. Ex^a também faria o mesmo. Mas imediatamente tomei as providências necessárias. Hoje, estive pessoalmente com o Dr. Paulo Lacerda. Já mandei um ofício pedindo que ele ouça o Gilmar Reis Barbosa, que foi a pessoa abordada e que comunicou, por meio de um terceiro que aqui se encontrava. De forma que as providências da Corregedoria foram tomadas junto à Polícia Federal.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – V. Ex^a também recomendou ao Senador Arthur Virgílio que use mais a força da alma do que a força física como procedimento. Pelo menos, essa é a minha recomendação.

O Sr. Romeu Tuma (PFL – SP) – Cada um use o seu direito de se manifestar de acordo com a reação do seu coração.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Estou de pleno acordo com a sua providência.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – V. Ex^a me permite um aparte?

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Senador Flexa Ribeiro, estou premido aqui.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Eu também quero fazer um aparte.

O Sr. Flexa Ribeiro (PSDB – PA) – Serei breve, Senador Eduardo Suplicy. Penso que todos os Senadores e Senadoras que me antecederam já colocaram a posição correta da forma de interpretação. São fatos e versões. Todos sabemos da formação do Senador Arthur Virgílio, e V. Ex^a muito bem colocou aqui. Se tivesse a sua família sofrendo ameaça, também teria uma reação a essa altura. Ainda mais que V. Ex^a foi traído no instante em que estava na tribuna, quando o Senador Antonio Carlos Magalhães se referiu a sua *expertise* em boxe, e V. Ex^a disse: “Será que vou ter que voltar a treinar?” Ou seja, já estaria também colocando em xeque a própria palavra do Senador Arthur Virgílio. Só para mostrar a V. Ex^a que, como bem disse o Senador Alvaro Dias, trata-se de força de expressão. Permita-me V. Ex^a. Todos conhecemos a índole do Senador Arthur Virgílio. Deve, realmente, ter sido motivada por uma agressão ou por uma ameaça de agressão a sua família.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço, Senador Flexa Ribeiro.

Senadora Heloísa Helena, para concluir, porque tenho que prometer ser breve, e já estou abusando.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Eu gostaria de um aparte, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Vou me empenhar para que todos sejam brevíssimos.

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Gostaria, primeiro, de deixar o testemunho na Casa de como conheço o Senador Eduardo Suplicy. Sei que essas ressalvas que está fazendo não são ressalvas simplesmente ao Senador Arthur Virgílio porque, várias vezes, quando eu ainda era militante do PT, em muitos momentos, em função da minha forma de falar, da minha forma de reagir, em muitos momentos, o Senador Eduardo Suplicy, tanto nas reuniões de Bancada, nas reuniões de diretório e aqui mesmo no plenário, já fez ressalvas em relação a, digamos, um comportamento mais belicista de algumas pessoas. Portanto, faço questão de deixar aqui o claro testemunho, porque, muitas vezes, na própria tribuna em que ele está – falando do Senador Arthur Virgílio – ele já falou de mim, achando que eu tinha um comportamento exagerado, belicista. Então, V. Ex^a tem aquilo que a gente diz de “autoridade” para fazer a ressalva. Eu não poderia também – até porque me conheço profundamente – jamais ficar aqui no plenário de forma silenciosa, hipócrita. Eu me sentiria hipócrita se não fizesse o aparte; e aí não conjugaria o verbo no pretérito. Eu o conjugaria no presente: “eu sou capaz”. Do mesmo jeito, se tocar em um filho meu, Senador Romeu Tuma, pode colocar logo na Corregedoria; se tocar num filho meu, nem sei, acho que não tem nada a ver com o Presidente Lula – que tem todos os defeitos de traição de classe e outras coisas – ameaçar o filho do Senador Arthur Virgílio. Quero deixar aqui registrado, para não me sentir hipócrita, que se tocarem em um filho meu – pode ser Senador, Presidente da República ou quem quer que seja – eu viro onça. Não é “eu seria capaz”, é “eu sou capaz”. V. Ex^a tem autoridade de falar do mesmo jeito. Já passei por circunstâncias na Casa que foram difíceis. É por isso que digo que tem gente que pode criticar aquele diálogo nem um pouco civilizado ou nem um pouco sofisticado, do ponto de vista do vernáculo, que eu tive com o Deputado do PT na Câmara dos Deputados. Preferia não ter. Agora, pode me criticar V. Ex^a, pode me criticar uma mulher ou um homem que aceite que um vigarista diga para ele uma palavra de baixo calão e ele fique calado. Eu não fico. Então, V. Ex^a tem toda a autoridade de fazer a ressalva. Espero que ninguém vá fuxicar para o Senador Arthur Virgílio, dizendo uma coisa diferente, porque várias vezes já o fizeram. Mas quero deixar absolutamente registrado:

não tenho nem tamanho, nem físico. Aliás, uma vez eu dizia ao Senador Pedro Simon que acho que é por isso que Deus me deu uma estrutura bem minguada, que eu não consigo derrubar nem uma mosca, até para eu não ter a arrogância do tipo físico que possibilita que você o seja. Agora, V. Ex^a tem toda a autoridade para fazer a ressalva, de resgatar, porque, com todos os Parlamentares, sempre fez isso. Entretanto, eu me sentiria hipócrita se ficasse silenciosa, porque infelizmente eu não seria capaz. Eu sou capaz. Então, pelo amor de Deus, não toquem num filho meu, porque aí viro onça. Eu posso ser uma gatinha boazinha e manhosa para qualquer um, mas se tocar num filho meu, viro onça. Portanto, foi só por isso que fiz o aparte, ressaltando para a Casa que sei que V. Ex^a tem toda a autoridade, porque a conduta sempre foi essa, em qualquer espaço: no movimento sindical, no Partido, nas Comissões ou aqui. Muitas vezes já briguei com gente aqui porque achava que tinha condutas ofensivas e intolerantes a V. Ex^a, e V. Ex^a agia não com a acomodação, mas com a coragem dos que também reagem de forma mais civilizada, o que não é o meu caso. Só por isso fiz o aparte, meu querido Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Agradeço. Suas palavras mostram que há situações em que o ser humano acaba tendo que usar daquilo que não gostaria em circunstâncias excepcionais. Acho que V. Ex^a demonstrou bem, assim fazendo com que possamos compreender melhor as palavras do Senador Arthur Virgílio.

Concedo o aparte à Senadora Lúcia Vânia e, em seguida, ao Senador Tasso Jereissati.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza PMDB – MA) – Pela ordem, Senador Antonio Carlos Magalhães.

O SR. ANTONIO CARLOS MAGALHÃES (PFL – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Quero informar a V. Ex^a que existem Parlamentares da Câmara e do Senado, mas principalmente da Câmara – e incluo o Deputado ACM Neto –, já comprovadamente sendo grampeados pela Abin. É a quebra da privacidade, inclusive dos Parlamentares. Isso é uma vergonha para este Governo. E o Deputado ACM Neto não vai se intimidar com essa atitude da Abin, vai continuar investigando e já tem provas suficientes para desmoralizar este Governo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Considero inteiramente condenável tal procedimento da Abin, se verdade for.

Ouçõ o aparte da Senadora Lúcia Vânia.

A Sr^a Lúcia Vânia (PSDB – GO) – Sinto discordar da Colega Heloísa Helena. Eu esperava que V. Ex^a subisse a essa tribuna e iniciasse seu discurso com a resposta que V. Ex^a deu à Senadora Heloísa Helena, dizendo que todos, nesta Casa, sabem perfeitamente qual foi a reação do Senador Arthur Virgílio ao usar uma frase de efeito forte, mas que expressava sua angústia e a sua indignação ao ver sua família exposta a uma situação como esta. Este era um momento importante – e V. Ex^a tem autoridade para isso – para, desta tribuna, dizer para toda a Casa quais foram as atitudes do Governo em relação à denúncia que S. Ex^a fez ontem; que tipo de proteção o Governo demonstraria a boa vontade de adotar em relação ao que S. Ex^a está passando com sua família. Dessa forma, V. Ex^a desarmaria os ânimos, e nós estaríamos muito mais predispostos a trabalhar na Casa. É humanamente impossível se pensar em trabalhar com o clima e a insatisfação que toma conta de todos nós. Muito obrigada.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senadora Lúcia Vânia, a lembrança de V. Ex^a é correta. Solidarizei-me com o pedido ao Ministro da Justiça para que seja feita a devida averiguação. Espero que, até o final desta sessão, possamos nós do PT esclarecer inteiramente a providência tomada.

Ouvirei o Senador Tasso Jereissati, depois a Senadora Ideli Salvatti e encerrarei minha fala.

O Sr. Tasso Jereissati (PSDB – CE) – Senador Eduardo Suplicy, quero apenas situar no devido lugar as palavras do Senador Arthur Virgílio, que todos conhecemos, homem dotado de extraordinária capacidade verbal e afetiva. A capacidade afetiva de S. Ex^a fica ainda mais evidente no amor que ele tem pelos seus filhos. Quando, com sua sensibilidade, percebe um filho seu, de alguma maneira, sendo ameaçado em função da sua atuação política, coloca-se disposto a qualquer coisa. Essa expressão que utilizou, de que chegaria até esse ponto, demonstra bem sua revolta. Evidentemente, não é uma expressão literal que signifique algum tipo de ataque físico ou algo assim, mas demonstra sua revolta. Tenho certeza de que V. Ex^a agiria da mesma maneira se visse um de seus filhos sendo ameaçado em função de suas atitudes políticas. V. Ex^a já foi crítico contundente de outras administrações, de outras políticas e de outros políticos. Se visse, um dia, um filho seu sendo ameaçado em função de sua atitude política, tenho certeza de que a revolta atingiria o mesmo nível.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (Bloco/PT – SP) – Senador Tasso Jereissati, quem sabe essa reflexão tenha sido importante, para que todos nós tornássemos mais clara a intenção do Senador Arthur Virgílio. No entanto, reitero a minha recomendação de sempre

– inclusive eu, em qualquer momento – usarmos mais a força da alma do que a força física.

Senadora Ideli Salvatti, para concluir, então.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Eduardo Suplicy, em primeiro lugar, registro que não pude ter acesso à fala do Senador Arthur Virgílio, o que me causou profunda apreensão. Tentei pegar nas notas taquigráficas a íntegra do pronunciamento feito ontem, mas estas foram retiradas para revisão. Espero que, na revisão, o próprio Senador Arthur Virgílio – tenho a certeza disto – vai ponderar a respeito da força de expressão que, indiscutivelmente, apareceu como uma expressão de força, algo que não é compatível, inclusive, com o respeito adequado que deve existir entre os dois Poderes. Obviamente, trata-se de exigências corretas e legítimas de qualquer pessoa que sofra algum tipo de ameaça, com a gravidade que o Senador Arthur Virgílio reportou, aqui da tribuna. Exigir providências também é legítimo e deve ser feito, com força. No entanto, as expressões de força usadas, como “dar uma surra no Presidente da República”, são absolutamente insustentáveis nesta tribuna. Por isso, tenho a certeza e a convicção de que o Senador Arthur Virgílio deverá retificar suas palavras. Parece-me de bom-tom, inclusive numa situação como esta que estamos vivenciando, em que os nervos estão à flor da pele e os fios estão desencapados, que tenhamos calma e tranqüilidade para lidar com toda exacerbação de qualquer situação. Quero dizer isso de forma muito tranqüila, porque tive minha vida varrida durante mais de três meses, tive meus filhos monitorados e minha filha com ameaça de arma na cabeça, e não subi à tribuna, inclusive porque havia indícios de onde estavam partindo as investigações, pelas insinuações que aparecem, vira e mexe, em pronunciamentos na tribuna, nas CPIs, na imprensa, tentando me envolver com determinadas situações. Em nenhum momento, por ouvir dizer, por “parece que”, “será que”, levantei qualquer tipo de situação, como ocorreu aqui ontem. Por isso, Senador Eduardo Suplicy, considero de profunda validade que, nesta situação, façamos aquilo que é necessário. O que é necessário neste momento? Tomar as providências para que a denúncia do risco da família, dos filhos do Senador Arthur Virgílio seja investigada; que tenhamos, de imediato, ainda no dia de hoje, um pronunciamento, uma resposta do Ministro Márcio Thomaz Bastos à denúncia de grampo. Penso assim: todo e qualquer grampo tem de ser investigado até as últimas conseqüências, punindo quem quer que tenha realizado grampo ilegal. Então, todas as denúncias que aparecem aqui têm de ter, da parte do Congresso Nacional, do Senado da República, todas as providências. Agora, as expressões de força não

cabem, não devem ser colocadas; elas devem ser combatidas, porque acabam retratando situações que não queremos mais neste País. As expressões de força sempre são vieses que lembram o autoritarismo e lembram períodos da história brasileira que queremos varrer. Por isso, Senador, registro o meu apelo: que a revisão do Senador Arthur Virgílio seja, efetivamente, para retirar as expressões de força, que, do meu ponto de vista, S. Ex^a infelizmente utilizou, legitimamente, por estar numa situação delicada, de preocupação com a sua família e com os seus filhos.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Comprometo-me, com a sua colaboração, Senadora Ideli Salvatti, a ainda hoje dialogar com o Ministro Márcio Thomaz Bastos e com o Ministro General Félix para procurar dar uma informação a respeito do que foi levantado.

Senador Mão Santa, como último aparte, muito breve, pela compreensão do Presidente João Alberto Souza.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Presidente João Alberto, lá naquele livro **O Pequeno Príncipe** diz: “A linguagem é uma fonte de desentendimento”. Sou testemunha ocular, eu estava aqui. E outro filósofo, Ortega y Gasset diz: “O homem é o homem e suas circunstâncias”. E o mais pacífico dos homens, na história da humanidade, não foi o Suplicy e muito menos o Lula “paz e amor”. O mais pacífico dos homens que veio aqui para pregar “Ama o próximo como a ti mesmo”, foi agredido em sua casa, como o Senador sentiu-se agredido em seu Estado, na privacidade da grandeza de sua família. Cristo puxou o chicote; ele apenas teve, inspirado em Cristo, uma reação em defesa de sua casa, de sua propriedade e de sua família.

(Interrupção do som.)

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Sou testemunha ocular do fato. O homem é o homem em suas circunstâncias. As circunstâncias fizeram com que ele reagisse firmemente – firmeza, aliás, que este Senado precisa ter como exemplo.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Obrigado, Senador Mão Santa, por aqui nos lembrar dos ensinamentos e do comportamento de Jesus Cristo.

Obrigado, Sr. Presidente, pela tolerância.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza-PMDB-MA) – Srs. Senadores, eu peço desculpas, principalmente ao Senador Antonio Carlos Magalhães que reclamou, pois o Senador Suplicy realmente ocupou

a tribuna por quarenta minutos, prejudicando, evidentemente, alguns Senadores que estão inscritos.

Depois da Ordem do Dia, vamos dar seqüência à lista de oradores. A primeira oradora será a Senadora Heloísa Helena.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Ofício nº 146/2005-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 26 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004, de autoria do Senador Valdir Raupp, que “Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 – Código Eleitoral, para disciplinar o voto do eleitor que se encontrar fora de seu domicílio eleitoral” que tramita em conjunto com o Projeto de Lei do Senado nº 195, de 2002, Projeto de Lei do Senado nº 339, de 2004, e o Projeto de Lei do Senado nº 361, de 2004.

A matéria será incluída na pauta da próxima reunião, para apreciação em turno suplementar, nos termos do disposto no art. 282, combinado com o art. 92, do Regimento Interno do Senado Federal.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração. – Cordialmente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – A Presidência comunica ao Plenário que, no prazo estabelecido no ofício que acaba de ser lido, poderão ser oferecidas emendas ao substitutivo ao **Projeto de Lei do Senado nº 207, de 2004**, perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania até o encerramento da discussão da matéria perante aquele colegiado.

A matéria volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não chegou ao conhecimento da Presidência informação sobre acordo de lideranças para apreciação do item 1.

Está encerrada a Ordem do Dia.

São os seguintes os itens adiados:

1

**PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO
Nº 27, DE 2005**

*(Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos
do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relator revisor:
Prazo final: 18-11-2005

2

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 477, DE 2005**

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno.)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.

3

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

4

**SUBSTITUTIVO À PROPOSTA DE EMENDA
À CONSTITUIÇÃO Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

6

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 59, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

7

**PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004
– COMPLEMENTAR
(Votação nominal)**

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e
– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

8

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI
DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o seguro de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência*.

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

9

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra*.

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional)*.

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí*.

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará*.

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia*.

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

15

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 370, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

16

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal The New York Times, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em

Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator *ad hoc*: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

18

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

19

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Volta-se à lista de oradores.

Com a palavra a Senadora Heloísa Helena, do P-SOL de Alagoas, pelo tempo de vinte minutos improporáveis.

A SRA. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Não quero entrar novamente na polêmica, Sr. Presidente, até porque não é para isso que estou aqui, mas quando algumas pessoas faziam apartes ao Senador Eduardo Suplicy, trataram das expressões de força e, então, lembrei de uma expressão de força de que fui vítima. Não foi o linguajar, a expressão de força de que fui vítima partiu do comando da Polícia Federal do Gabinete Civil do Presidente Lula, que, objetivamente,

bateu em mim e em outros militantes – à época nem existia P-SOL, absolutamente nada. Faço o registro porque me chama a atenção o fato de que, às vezes, pessoas que não têm autoridade moral para tanto, apresentam críticas com grande contundência, o que não é o caso do Senador Eduardo Suplicy.

Faço o registro para esclarecer as coisas e tenho certeza, Sr. Presidente, de que V. Ex^a não acatará nenhuma sugestão no sentido de retirar dos pronunciamentos de nenhum Senador determinadas expressões contundentes que dão conta de uma atitude de repulsa a um determinado momento vivenciado. É só para deixar aqui registrado que nem sempre as expressões de força se relacionam à utilização da gramática, do verbo, do linguajar. Há outras expressões de força, como a expressão de força covarde do Governo Lula que bateu inclusive em mim. Aliás, não é à toa que a Polícia Federal do Brasil todo, não apenas do Estado de Alagoas, mas a Federação dos Policiais Federais, a Polícia Federal do Brasil todo soltou nota de repúdio à clara expressão de força covarde do Governo Lula quando utilizou um comando específico do Gabinete Civil para bater em mim e em meia dúzia de mulheres idosas que estavam no prédio do INSS.

Sr. Presidente, ontem eu não estava aqui, mas acabei acompanhando pela imprensa um debate que aqui foi colocado sobre a matéria da **Veja** sobre um suposto dinheiro de Cuba.

Eu não acho que teve o dinheiro de Cuba não. É lógico que tudo tem de ser investigado, mas, se teve o dinheiro, traíram até o Fidel porque estão fazendo um governo completamente de direita. Eu não acho que teve essa história de dinheiro, mas respeito aqueles que, fazendo uma crítica conseqüente, levantam a questão. Faço a ressalva, porque tem gente que, independentemente de se reivindicar da direita ou da esquerda, é honesta intelectualmente e faz crítica a qualquer desrespeito à ordem jurídica vigente, a caixa 2, a crime eleitoral, seja do PT, do PSDB ou de qualquer outro partido. Tem gente que faz essa crítica honesta, essa crítica conseqüente em relação a isso.

Quero, porém, tratar de um debate que acaba sendo muito utilizado por alguns setores da direita, que ficam o tempo todo tentando introduzir um debate ideológico, tentando estabelecer semelhanças políticas entre o Governo Lula e Cuba, Venezuela, as Farc. Não tem nada a ver com isso.

Infelizmente, nós não temos como fazer um grande debate, ideologizado e programático, em relação ao que é, de fato, a esquerda e a direita no País. Eu não vou fazer referências históricas sobre a concepção da esquerda ou da direita, da Roma antiga, da tradição cristã, da Revolução Francesa. Não se trata disso. O

problema é que, se nós quisermos ser honestos intelectualmente e fazer o debate sobre o que é direita e esquerda no Brasil, temos de mexer nas questões ideológicas, no modelo econômico, nas concepções políticas.

O que existe hoje? Qual o debate que existe? Existem duas direitas: a direita conservadora e reacionária que tem alguns representantes na oposição ao Governo Lula e a direita cínica e dissimulada e igualmente reacionária do ponto de vista econômico que está dentro do Governo Lula, que é o Governo Lula, que é a expressão do Governo Lula. Sendo assim, torna-se impossível fazermos um grande debate ideologizado e programático no País.

Alguns tentam, inclusive a revista **Veja** e alguns representantes da direita reacionária, dar uma sofisticação ideológica à corrupção patrocinada pelo Governo Lula e pela cúpula palaciana do PT, que, de sofisticação ideológica, nada tem.

Como militante de esquerda, nada me irrita mais do que ver alguém tentar dar algumas explicações, trazendo concepções sofisticadas do ponto de vista filosófico: leninista, gramsciana ou até maquiavélica. Não tem nada disso. O que está acontecendo é a roubalheira mais chula de qualquer pocilga de corrupção, seja ela reivindicada por qualquer outro partido. Não tem nada de sofisticação ideológica. Vamos acabar com essa história de dizer: “Não, eles estão lá porque os fins justificam os meios”.

Não tem nada disso. Não tem nenhum fim! Não tem nem a causa, porque o que eles estão fazendo é o mesmo projeto, que condenamos ao longo da história com veemência e ferocidade, feito pelo Governo Fernando Henrique. Não tem nada.

Não é a toa que é o atual Governo... Do mesmo jeito que uma parte da Direita, reacionária e conservadora, tem a revista **Veja** para fazer essa disputa ideológica; a outra, cínica e dissimulada, igualmente reacionária economicamente, tem o Governo Lula para expressar o triunfo neoliberal. O PT, que era o maior Partido de Esquerda, hoje é a ferramenta da propaganda triunfalista do neoliberalismo. Legitimou no imaginário popular toda a verborragia da patifaria neoliberal: do superávit; da responsabilidade fiscal, que de fato é irresponsabilidade fiscal; da desvinculação de receita da União, que de fato é autorizar o Estado brasileiro a roubar 20% da saúde, da assistência social e da previdência pública para jogar no superávit e encher a pança dos banqueiros, dos parasitas sem pátria, dos gigolôs do Fundo Monetário Internacional do capital financeiro. De fato é isso.

Perdemos a oportunidade, porque quanto à roubalheira patrocinada pelo Governo Lula e pela cúpula

la palaciana do PT, começam dar a essa roubalheira chula, típica de qualquer pocilga, um eivo de interpretação sofisticada, filosófica, leninista, gramsciana, que nada tem. Respeitemos, por honestidade intelectual, ao menos tudo que foi construído do ponto de vista ideológico, filosófico, programático, por milhares de militantes.

Isso não quer dizer que exista necessidade de transposição mecânica – porque isso seria burrice administrativa, inseqüência administrativa e desonestidade intelectual – de qualquer experiência em qualquer lugar do mundo para o Brasil. Não se trata disso.

Então, é apenas para deixarmos isso claro. Infelizmente, não temos a oportunidade de fazer o debate. Em função dessa pusilanidade política e eleitoral, determinadas palavras que nada de revolucinarário têm – soberania nacional, democratização do Estado brasileiro, desenvolvimento econômico e sustentável e inclusão social –, tudo isso virou quase que palavra revolucionária em função da absoluta incapacidade deste Governo.

Então, é apenas para deixar aqui registrado que nada existe de sofisticação ideológica, gramsciana, leninista ou qualquer outra em relação a essa corrupção que está aí viabilizada.

E quero dizer mais uma vez, e agora vou me dedicar mais a esse debate, porque como existe a Direita contra a Direita... É isto: de um lado, uma parte da Direita reacionária, conservadora e neoliberal, que está na Oposição; e, de outro, uma Direita cínica, dissimulada e igualmente reacionária, conservadora e neoliberal, que tem a representação do Governo Lula como o tributo do triunfo neoliberal. E acabam criando uma falsa polêmica aqui no Congresso Nacional, nos meios de comunicação e em outros espaços da sociedade.

Então, ao menos para zelarmos pela honestidade intelectual, é bom deixarmos absolutamente claro que em tudo isso que está acontecendo, não há nada de sofisticado do ponto de vista ideológico e filosófico. É a pocilga da corrupção, em qualquer representação política onde ela esteja apresentada. E ao menos respeitemos tantas concepções que foram produzidas às custas do sangue, das lágrimas e das lutas de milhares de militantes da Esquerda socialista e democrática espalhados pelo mundo.

Portanto, apenas para registrar isto, da mesma forma que a Direita reacionária e conservadora tem a revista **Veja** para fazer a sua disputa ideológica e programática; a Direita cínica, dissimulada, reacionária e conservadora tem o Governo Lula e a cúpula palaciana do PT para fazer a expressão mais perversa dos dois palanques, dos dois projetos, que nada mais fazem do

que a disputa política eleitoralista, mas que representam a mesma concepção neoliberal.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, do PMDB do Rio Grande do Sul.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr. Presidente, peço inscrição como Líder do PSDB. Poderia falar pelo art. 14. Contudo solicito minha inscrição como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – V. Ex^a será inscrito e falará logo após o Senador anunciado, Pedro Simon.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, na verdade, na verdade, o que a Senadora Heloísa Helena quis dizer nesta tribuna? Prestei atenção ao seu pronunciamento desde o início. O que S. Ex^a quis dizer?

Que coisa interessante uma Líder da competência, da capacidade da Senadora Heloísa Helena, de repente, vir aqui, como se fosse professora, para nos dar uma aula para dizer o que é o PT!

O mais importante é que, na verdade, na verdade, ficamos nos perguntando: É o PT o que diz a Senadora? Em caso negativo, gostaria que a Senadora por Santa Catarina, que topa a parada, dissesse o que é o PT. Seria muito interessante isso.

O SR. EDUARDO SUPLYCY (PT – SP) – Eu posso falar.

A SR. HELOÍSA HELENA (P-SOL – AL) – Você não fala nada.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Não seria conveniente que fosse o Senador Eduardo Suplicy a fazer tal discurso, porque, quando se refere ao PT, S. Ex^a fala o que é o PT que gostaria que fosse – e estamos todos de acordo com isso. Aliás foi uma pena S. Ex^a não ter ganhado aquela prévia do Lula, que na época parecia um absurdo. Caso isso tivesse ocorrido, hoje as coisas estariam bem diferentes.

O que é o PT? A maior organização partidária que semeou a maior esperança na vida do Brasil. A maior organização que teve origem, povo, idéias, conteúdo, que sacudiu, que mexeu, que veio das bases clericais, das bases sindicais, do bairro, da vila, que reunia gente, discutia e analisava, que apresentava propostas, idéias. Foi o PT. Os outros Partidos, até o meu PMDB, o velho PTB, tínhamos grandes nomes como Alberto Pasqualini, um homem fantástico, extraordinário. Suas idéias daquela época valeriam hoje para o mundo inteiro. Mas o Pasqualini não era o PTB. Era uma pessoa que pouca gente no PTB conseguia apoiar. O PTB se

identificava mais com as idéias do Sr. Leonel Brizola, que, na verdade, eram as idéias da época, da situação em que ele se encontrava. O PT, não. E olha que o PT tinha um punhado de intelectuais, jovens, cientistas e religiosos, que eu ficava com inveja.

Eu... O PMDB do Rio Grande do Sul me olhava com certa mágoa: “Por que tu não vais para lá então?” Porque eu pensava que o PT estava a caminho de fazer uma transformação social no Brasil. Eu achava. Mas, agora, acho que tem razão a Senadora Heloísa. Eu não dou as respostas que S. Ex^a dá, mas eu fico nas perguntas. Afinal de contas, o que é o PT? Qual é o papel do PT? O que ele representa? Teríamos de perguntar hoje quem é o PT. Frei Betto não tem mais nada que ver com o PT. Se pegarmos a linha progressista da Igreja, a igreja dos índios, etc e tal, ela não tem mais nada que ver com o PT. Se pegarmos um punhado de líderes de primeira grandeza – a Heloísa Helena aqui, mais lá na Câmara dos Deputados –, não têm mais nada que ver com o PT. Quem ficou? E o que defende quem ficou?

De repente, ainda hoje, uma notícia espetacular. O que se esperava completar até o fim do ano se completou hoje. Quer dizer, o arrocho fiscal mais espetacular da história do Brasil. E eu, que passei anos aqui falando mal do Delfim! O Delfim era quase um socialista, comparado ao Ministro que está lá hoje.

O que quer o PT? Que coisa impressionante! O PT foi a memória ética deste País; foi o Partido que apontou. Às vezes, ele era rígido demais, era duro, e eu era favorável. Às vezes, os procuradores, o Francisco, vinham com uma linha ultra-radical e eu era favorável, porque achava que tinha de ser feito assim. Afinal, somos um país em que só vai para cadeia ladrão de galinha; um país em que não acontece nada, nada, nada; um país em que as instituições são de mentirinha...

Cá entre nós, com todo o respeito, e o nosso Congresso Nacional? Se olharmos, acho que não há, no mundo, Parlamentar quem tenha as vantagens que temos. O Senado é uma maravilha, com televisão, memorial... Temos o que há de melhor no Parlamento no mundo inteiro. Mas o que decidimos? O que conseguimos votar? O que conseguimos resolver a favor do social e a favor da ética, da dignidade e da seriedade neste País? Olhem que muito Parlamentar é homem de bem, homem sério, homem responsável, mas caímos num faz-de-conta, de mentirinha, que é o que, de certa forma – perdoem-me –, está acontecendo agora com a CPI. Eu me nego a comparecer à CPI, porque é um absurdo. O cara mente com a cara mais deslavada, e o Supremo Tribunal Federal se dá ao desplante de conceder um **habeas corpus** para o

cara vir aqui e não precisar dizer a verdade! Eu nunca vi em outro lugar do mundo acontecer coisa dessa natureza. O Congresso Nacional não pode prender, não pode matar, não pode fazer coisa nenhuma. Ele vem e fala. É só isso que pode acontecer. Não, ele vem com um **habeas corpus**, que não precisa dizer a verdade. Num país em que já ninguém diz a verdade, o cara ainda vem com um **habeas corpus** do Supremo Tribunal Federal, dizendo que não precisa dizer a verdade. Ele diz: “Mas eu já não dizia, não sei por que está me dando isso”. Então, o que estamos fazendo, o que queremos e para onde nós vamos?

O Lula está numa posição igual à de Fernando Henrique Cardoso. Lá pela tantas, Fernando Henrique queria a reeleição. Para que, não sei, mas queria a reeleição. E passou a viver em função da reeleição. Parou tudo e comprou votos, tantos quantos necessários, na Comissão da reeleição e fez a reeleição.

O Lula agora começou a etapa da reeleição. Numa situação muito pior que a de Fernando Henrique. Porque Fernando Henrique, quando estava na etapa da reeleição, não estava no chão como está o Lula. Pois o Lula agora liberou a sua gente para trabalhar pela reeleição.

Olha, penso que, se este Congresso tivesse realmente peso e autoridade, que coisa boa se terminássemos com a reeleição, se tivéssemos categoria e classe para fazer um referendo! Não fizemos um referendo para as armas? Vamos fazer um referendo para ver se o povo quer reeleição ou não quer. Esse seria um referendo sério, para valer.

Olha, meus irmãos, esse negócio de Cuba, em primeiro lugar, sempre ouvi falar disso. Cá entre nós, sempre ouvi falar que Cuba havia remetido dinheiro. Acho quase impossível que alguém prove alguma coisa hoje. Passado esse tempo, acho realmente impossível provar-se algo, pois já existem muitas irregularidades em relação ao Governo. Havendo essas irregularidades em relação a este Governo e aos governos anteriores, tenho medo de que ocorra um baita acordão, e vamos ficar falando sozinhos. Vamos chegar aqui, de repente...

É claro que vão cassar o Chefe da Casa Civil e essas pessoas que estão nos jornais, porque também... O cara vai até a sede do Banco Rural, num **shopping center**, no nono andar, para pegar dinheiro, ou vai a um quarto de hotel, ao quarto da secretária, para pegar dinheiro com a mala. Tinha de ser e vai ser cassado. Agora, fora isso, quanto aos assuntos mais sérios, com mais conteúdo, mais profundidade, tenho medo de que haja um grande acordão: “Não convoque o fulano, e nós não convocamos o filho do Presidente”, “Tira fora o filho do Presidente, e nós tiramos fora

o fulano de tal”, “Não entre nesse terreno, e nós não entramos naquele”.

Essa situação é exatamente a mesma que ocorreu na Comissão do Banestado. O Sr. Deputado José Mentor teve a coragem de apresentar um relatório final que não mencionava o Banco Rural e não tinha uma vírgula sobre o atual Presidente do Banco Central. O Banco Central era uma organização 1000%. Demolia o Fernando Henrique, demolia o Banco Central do Governo anterior e trazia horrores do Governo anterior. Porém, sobre o atual Governo, não havia nada. Aí vem o Presidente da Comissão e faz um voto em separado. E pega a outra metade. Tudo aquilo que o Mentor botou fora, ele buscou do lixo e fez o parecer dele. E tudo aquilo que o Mentor tinha posto, ele tirou fora. Então, nós temos dois pareceres que se complementam. O que eu fiz? Eu peguei os dois pareceres e disse: eu quero dizer que o Sr. Mentor tem razão, tudo o que ele diz é verdade. E quero dizer que o Presidente da Comissão também tem razão, tudo o que ele diz é verdade. Por isso, estou apresentando este parecer aqui. O que se fez? Pegaram os três, botaram no lixo, e a Comissão não concluiu nada.

E o dossiê? Foi o maior dossiê da história do Congresso Nacional. Foi a primeira vez que conseguimos que a Justiça americana enviasse para nós caixas com os comprovantes das CC5. E dizem que os primeiros nomes são nomes conhecidíssimos, inclusive nesta Casa, por isso não andou. Por isso não andou! Estão lá na gaveta, se é que não roubaram. E não se fez nada.

Na verdade, houve um grande acordão. Do Presidente do Banco do Brasil do Fernando Henrique passou-se uma perna em cima, e do atual Presidente do Banco Central, do Presidente Lula, passou-se uma perna em cima. Eu sinto no ar um cheiro de que essas coisas vão acontecer.

Mais agressivo que fica o tom, mais dura que fica a matéria, eu sinto no ar que essas coisas vão acontecer. Eu até estou vendo um **gran finale**, que é uma grande e bonita reconciliação como começou o Governo.

O Governo começou com um grande entendimento do Fernando Henrique e da sua equipe de transição com o Lula. Vai acontecer aqui. Vamos encerrar, e esses indecentes Senadores e Deputados que pegaram dinheiro, essa coisa toda, esses estão fora. Agora, o Governo não. O Governo é sério. Os Correios são uma instituição séria. Os fundos de pensão são instituições mais do que sérias. A Petrobras, pelo amor de Deus, é uma instituição seriíssima. Os parentes do Governo, do Presidente, estão acima do bem e do mal.

E não é que no PSDB também há gente muito séria. Gente séria! O Fernando Henrique é seriíssimo. Aliás, o Lula deve até dizer: “Ô, Fernando, eu copieie o teu governo, eu copieie o teu governo e procurei até melhorá-lo um pouco; eu até tive mais elogio do que tu no Banco Mundial; eu até tive muito mais elogio do que tu do Fundo Monetário; eu paguei muito mais juros do que tu; tu achavas que era o líder mundial do pagamento de juros da dívida, pois eu paguei muito mais do que tu”. Esse é o Governo do Dr. Lula – campeão de pagamento de dívida.

Eu não sei quem é o PT e o que quer o PT. Eu confiei na tese do Tarso Genro. Achei-o um pouco aventureiro, um pouco sonhador. O que ele queria? Ele queria fazer uma lavagem interna. Vamos nos reunir e fazer uma depuração, uma autocrítica aberta, e o que tem que se dizer que se diga, o que tem que se colocar para fora se bote, e o que tem que expulsar que se expulse. Vamos recriar o PT, se é alguma coisa realmente importante, porque reconhecer as culpas antes de ser apeado do Governo e fazer a moralização por dentro é algo importante.

Coitado do meu amigo Tarso, ficou falando sozinho. Pelo que ele falava, dava a entender que tinha a cobertura total do Lula, que tinha conversado com o Lula, que lhe dizia: esse é o caminho. De repente, quando se falou em tirar o José Dirceu, tiraram o Tarso.

E o PT é esse que está aí. Tem coisa interessante. Há duas figuras que vejo com o maior respeito: Maria do Rosário e Raul Ponte. Um é primeiro vice, o outro, secretário, terceiro vice. Quero ver o que Raul Ponte e Maria do Rosário vão fazer nessa Executiva. Quais são as propostas do Sr. Raul Ponte e da Sr^a Maria do Rosário? Não tenho a mínima idéia. Sinceramente, não tenho a mínima idéia. Sei que o Sr. Raul Ponte não é homem de levar desaforo para casa. Ele é de uma linha enérgica, dura. O seu linguajar é respeitoso, mas no limite da tolerância. Não sei para onde ele vai, o que vai dizer, o que vai apresentar. Só sei que estamos caminhando num sentido: na eleição do ano que vem, não vamos ter que buscar a terceira via, vamos ter que buscar a segunda via, porque vamos ter a primeira via A e a primeira via B. E vai haver uma certa disputa. O Fernando Henrique vai querer defender a primeira linha A, que o PSDB começou primeiro, e aí o Lula vai responder: “não, a primeira linha A é o PT, que é quem está no poder. Se eu estou no poder, sou a primeira linha”. Mas os dois representam a mesma coisa.

Outro dia eu vi o programa do PT. Achei corajoso o programa do PT, mas corajoso mesmo! Não foi o Duda quem fez. Não sei quem fez. Mas quem fez não tomou conhecimento de nada do que está acontecendo no Governo, pois foi no Governo mais íntegro, mais

sério, mais puro, mais honesto, mais decente e mais digno que se começou a mostrar as realizações do Governo. O Governo que mais construiu casa popular, que mais distribuiu bolsas de estudo, que mais olhou para o social, que mais fez não sei o que foi o do PT. Quando vi aquele programa, passei a entender. Vamos ter uma eleição no ano que vem com a mesma cara-de-pau da eleição passada. Os partidos vão defender as mesmas idéias, com a mesma cara-de-pau e com a mesma firmeza.

Olha, eu não creio que isso chegue a um resultado. Eu estou rezando para que o meu MDB, com todos os seus erros e equívocos, consiga apresentar – e ele tem nome de respeito –, em uma prévia, uma terceira via. E eu espero que a esquerda – V. Ex^a, Senadora Heloísa Helena; V. Ex^a, bravo Senador Cristovam Buarque – faça o que nunca fez: se entender. Entender-se no sentido de oferecer uma proposta com o mínimo de conteúdo. E, nessa altura, não precisa ser uma proposta mágica.

Eu me lembro das palavras do Primeiro-Ministro da Espanha Adolfo Suárez, no início do socialismo de seu governo, quando ele tinha uma credibilidade enorme e teve uma reeleição espetacular. Ele dizia em seu discurso inaugural que, candidatando-se novamente, conseguiria a maioria no Congresso para ser primeiro-ministro. O povo, diz ele, não quer milagre; o povo não quer que se prometam coisas espetaculares.

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Já encerro, Sr. Presidente.

O povo não quer que se saia em uma corrida rumo à felicidade e ao desenvolvimento social. O que o povo quer é que a gente seja firme no falar e que o passo seja para a frente. Ainda que devagar, mas sem recuar, para a frente. É o que o meu Partido está fazendo, dizia ele. É o que, de certa forma, a gente terá que fazer.

Prometer Fome Zero, Lula já prometeu; prometer 15 milhões de empregos, Lula já prometeu; prometer não sei quantos milhões de habitações, Lula já prometeu. Creio que ninguém vai conseguir prometer mais do que Lula, nem Sua Excelência mesmo. Bandalheira e vigarice ninguém conseguirá fazer mais do que se está fazendo agora.

Creio que o povo haverá de ter um sentimento de abrir os olhos para conseguir ver além da mentira, além da hipocrisia e da falsidade de uma imensa maioria de políticos brasileiros. Confio nisso, Sr. Presidente.

A imprensa está dizendo que, hoje, o candidato do PSDB está com 40% e o candidato do PT está com 40%. Que os dois, em si, resolveram o problema. Já

assisti a esse filme no Rio Grande do Sul. Já sei qual é o resultado. É muito provável que o resultado seja o mesmo para o Brasil. Cada um falará do outro a pura verdade. Tudo o que o PT disser do PSDB é verdade. Tudo o que o PSDB disser do PT é verdade.

Muito obrigado e agradeço pela tolerância de V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, do PSDB do Amazonas, pela Liderança. Em seguida, fará uso da palavra o Senador Leomar Quintanilha, do Partido Comunista do Brasil, de Tocantins.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela Liderança do PSDB. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje tive o meu nome bastante citado, a partir de um discurso do Senador Eduardo Suplicy, um discurso elegante, comedido, com apartes, que agradeço, dos Senadores Flexa Ribeiro, Heloísa Helena, Antonio Carlos Magalhães, duas vezes, lembrando o episódio de grampo em telefones de seu neto, o Deputado Antonio Magalhães Neto, Lúcia Vânia, Alvaro Dias, Romeu Tuma, Tasso Jereissati e Ideli Salvatti.

Acabei de receber um telefonema do Ministro Márcio Thomaz Bastos, um dileto amigo pessoal. O telefonema veio tarde, porque deveria ter vindo ontem, e a providência, portanto, está atrasada em vinte e quatro horas, pois o dever do Ministro é acionar a Polícia Federal para prender o bazofeiro ou o criminoso em potencial que precisa ser chamado a explicar se está fazendo isso por ser um bazofeiro – e aí bazofeiro é bazofeiro – ou se tem ordens de qualquer pessoa. O fato é que ele fala em R\$100 mil como quem – vou ter que citar o nosso filósofo Roberto Jefferson, referindo-se a Marcos Valério – como quem está falando de brincadeira, de bombom, de chocolate. Dei o nome do sindicalista abordado, citei o Deputado Pauderney Avelino, que me trouxe a informação, dei o nome do empresário abordado, que sabe da história.

Sr. Presidente, antes de entrar no cerne do meu pronunciamento, porque não vou falar o tempo todo sobre isso, eu gostaria de me reportar ao aparte da Senadora Ideli Salvatti para esclarecer a S. Ex^a que tenho por hábito, método meu de trabalho no gabinete, retirar todos os meus pronunciamentos para revisão, porque, às vezes – é raro, pois o corpo de taquígrafos da Casa é completamente competente e aplicado –, pode ocorrer um equívoco da Taquigrafia e outras vezes falta nexos entre uma frase e outra e julgo que é melhor que se publique no **Diário do Congresso** com os nexos corretos. Mas dou uma ordem terminativa ao Gabinete: ninguém altera palavra nenhuma do que digo da tribuna. Então, quando me referi à surra, referi-me à

surra. Eu disse que, se alguém fizesse mal a um filho meu – e aí vou parafrasear a Senadora Heloísa Helena –, poderia ser o Presidente de uma nação intergaláctica, poderia ser o Presidente da República do Brasil, poderia ser o Néstor Kirchner, qualquer um, poderia ser o Lula... Eu falei surra, s-u-r-r-a. Falei surra. Ele não tem o direito de ameaçar meu filho. Eu coloquei a hipótese de. Se a hipótese é essa, se isso se confirma, ele está arriscado a isso mesmo. Estou falando com a maior tranquilidade, vinte e quatro horas depois. No meu dicionário não tem essa história de retirar coisa nenhuma, não. Meu carro é muito Fórmula 1. Ele não tem marcha a ré, ele só anda para frente.

Portanto, é papel de um presidente governar, e eu critico a forma como ele governa. É papel de um presidente governar com integridade, e eu critico o baixo padrão ético do Governo dele. É um direito e é um dever meu. Não é papel dele, sob nenhuma maneira, permitir que adversários seus sejam espionados, chantageados, ameaçados, muito menos as famílias dos seus adversários. Quero crer que não é ele, e foi nesse sentido que falei. Se for, por que eu faria isso com Seu Zé da esquina, se ameaçasse meu filho, e não faria com o Presidente da República? Faria, sim. Ele deixa de ser Presidente ano que vem. Faria, sim. Vamos deixar bem claro: não tem essa história de marcha a ré, panos quentes. Não tem marcha a ré comigo, não. Até porque ele não tem o direito. A questão primária é essa. Ele não tem o direito, Senador Flexa Ribeiro, de não saber. Já chega de não saber.

Eu disse ao Ministro Márcio Thomaz Bastos* agora: “Márcio, eu gosto de você, sou seu amigo. Quero me certificar de que não tem dedo oficial nisso. Não pode ter dedo oficial nisso”. Ele disse: “Não, mas não tem. Eu lhe asseguro que não tem”. Eu disse: “Muito bem, então trata-se de algum vagabundo de nono escalão”. E se fosse alguém manipulado pelo Governo Federal, seria também um vagabundo de décimo escalão. Seria em qualquer circunstância.

Esqueci de citar o Senador Mão Santa, que foi muito gentil no seu aparte, falando de Ortega y Gasset: “eu sou eu e as minhas circunstâncias”. Em se tratando dos meus filhos, eu sou eu e as piores circunstâncias. Ninguém tenha qualquer ilusão. Eu não quero iludir ninguém; aliás, não gosto de iludir ninguém mesmo.

Eu disse: “Eu quero ter certeza, Márcio, de que não tem dedo oficial nisso”. E já chega de não saber, meu prezado Eduardo. Você leu, como eu li, como todo mundo nesta Casa leu, o Presidente da Transparência Internacional dizendo que a nova forma de se abordar a Administração Pública prevê a obrigação de saber. Já chega de “eu não sabia”! Já chega de “ah, eu me decepcionei”! Chega disso! O responsável é quem

nomeou. Então, a obrigação de saber é que coloca a todos nós, homens públicos, em cheque em se tratando das nossas vidas, que são públicas e que devem, portanto, ser discutidas publicamente pelos meios lícitos e constitucionais e não pela abordagem de governos a sicários ou a quem quer que seja, porque, se um Governo sai disso e vai para o sicário, ele me autoriza a reagir do jeito que eu puder.

Mas o fato é que não se mexe impunemente com um filho meu. Não se mexe. Eu não mexo... Qualquer pessoa que me conhece sabe como eu tenho resistido a discutir essa questão envolvendo o filho do Presidente Lula. A Senadora Lúcia Vânia sabe disso, meus companheiros de Partido todos sabem disso e os meus companheiros de Oposição sabem disso.

Certa vez, travei um debate duro na Executiva do Partido, porque queriam trazer determinado fato envolvendo uma filha do Presidente. Eu disse que não aceitava. Travei um debate, que foi arbitrado pelo então Presidente José Serra, indo a meu favor. Eu disse: “Perco mil eleições, mas não me envolvo nessas coisas”. A imprensa me questiona às vezes. Vários jornalista já sabem que certos assuntos podem abordar comigo e que outros nem precisam falar com o Arthur Virgílio porque ele não gosta de falar sobre assunto que envolve família. Os mais chegados a mim já sabem que é assim.

Então, não é possível mesmo que eu fique achando que há, no Governo brasileiro, alguma sorte de caráter, no caso ruim, capaz de imaginar, um absurdo, que existe alguma coisa que não seja uma tesoura que corte a minha língua. Só uma tesoura. Não há outra hipótese. Não há outra forma de me calar.

Eu estava vendo ali com o Senador Alvaro Dias que falei, pedindo a palavra para uma questão de ordem, umas mil vezes nestes três anos de mandato. Presumo que, em oito anos de mandato, vou falar umas quinze mil vezes. Não nasci para ninguém me intimidar. Não é possível. Diz o primeiro artigo da minha constituição pessoal que ninguém me intimida. É cláusula pétrea. E o segundo artigo é que sou super-sensível a negociação política, a acordo, a dramas pessoais, a dramas humanos, mas me intimidar não é possível. O General Médici não conseguia, o General Figueiredo cortou um dobrado comigo e com V. Ex^a, Senador Eduardo Suplicy. Então, não é agora, na democracia, que vão conseguir.

Certa vez, o Deputado Vicentinho fez uma brincadeira. Ele não era Deputado, mas estava por aqui. Iria haver aquele ato tradicional do 1º de Maio e ele me perguntou: “Arthur Virgílio, você não quer ir?” Respondi: “Quero ir, sim, Vicentinho”. E o que é pior: eu fui, Eduardo, ao 1º de Maio do Vicentinho. E subi no carro

dele, sozinho, lá em São Paulo. Ele disse: “Puxa, mas aqui você pode ser agredido”. E eu falei: “Mas não é problema meu, Vicentinho. É problema seu. Você me convidou; eu aceitei e estou aqui. Se eu vou ser agredido, é problema seu. Eu não estou preocupado com isso”. E depois tentaram me agredir mesmo, quando eu dei uma entrevista e fui salvo pelos repórteres, que me acompanharam até o carro.

Eu fui de Brasília para São Paulo, não me deixaram falar, alegando que eu ia se vaiado. Eu disse que não havia nenhum problema. “Mas, pelo amor de Deus, há vaias que são consagradoras. Isso para mim é um gesto tão bom, tão bonito. Estou tão reconfortado em saber que consegui pegar uma passagem, vir aqui, aceitar o seu convite. Podem vaiar à vontade. Quanto a agredir, é você que me garante, Vicentinho”.

Aí ficamos rodando no carro, ele não sabia o que fazer comigo; e ficamos ali, nós e os *punks*, sem orientação, rodando naquela Avenida Paulista para cima e para baixo, num caminhão da CUT. Eu, lá em cima do caminhão, Senador Pedro Simon, esperando que eles me colocassem no palanque, onde ia falar o Governador Brizola, onde ia falar o João Amazonas, onde ia falar o Lula e onde eu ia falar. Eu ia justificar a política salarial do Governo de Presidente Fernando Henrique, coisa que eu fazia da tribuna. Por que eu o não faria lá? Com medo de quem eu não faria? Eles não me deixaram falar, me pediram para eu não falar. Disseram que seria pior. “Atenda o nosso apelo”. Eu disse: “Está bem, Vicentinho. Vou sair daqui frustrado. Mas nunca mais me convide”. Convite, eu levo a sério. Se dizem “Vá ao batizado do meu filho”, eu vou. Só não vou se não puder ir. “Vá ao ato de 1º de maio”, eu vou. E fui para o ato de 1º de maio. Fui. E pronto. E não me arrependo. Se me convidarem de novo, eu fui.

O rapaz da UNE veio aqui outro dia, muito gentilmente, e me convidou para ir à posse da UNE. Eu fui à posse da UNE. Estava lá o Berzoini. Quando me viu, ficou com a bochecha inchada, trocou de cor. Não sei se estava falando mal do PSDB, mas começou a falar mal só do PFL depois que eu cheguei. Saiu. Assim que ele saiu, perdeu a chance de me dar um abraço, enfim, levando a política na base da raiva. A minha tia Lindalva, com 96 anos, que faleceu, tinha raiva do Berzoini, e o Berzoini, raiva de mim. Aí ele saiu.

Eu ocupei a cadeira do Berzoini, me deram a palavra, e eu disse “Estou estranhando o Dr. Berzoini sair com tanta raiva de mim, enfim. Agora, vim dizer à UNE que tenho discordâncias dela; que não concordo com essa passeata a favor da corrupção; que não concordo com essa passeata que não é de estudante, que é de idosos políticos. Você pode ser idoso, como era Barbosa Lima Sobrinho, e ser um jovem político.

Não concordo. Agora, tenho tanto respeito pela UNE, que embalou tantos sonhos da minha geração, que vim aqui para dizer que é gratificante para mim participar de um momento, enfim, prestigiar um ato, em que sei que as pessoas não professam o meu credo”. E assim falei. Foram supereducados. Lá existe uma certa facção que é tucana, mas os aplausos foram mais dos que os dos tucanos. Eu ouvi. Percebi as palmas. Havia poucos tucanos. O pessoal do PCdoB aplaudiu também, Senador Cristovam. Fiquei feliz e agradecido. Mas fui. Ele me convidou para ir, ele me deu um convite para ir, e eu fui. Fui, porque fui convidado. Não penetrei, não. Não tem nada de penetra. Eu fui.

Então, quero ser bem claro, muito claro, nas minhas coisas. Ninguém tem o direito de ameaçar a família de ninguém e ninguém tem o direito de ameaçar a minha – aí, eu digo muito especificamente a minha, porque estou falando da minha. Sou supercauteloso e supercuidadoso com essas coisas de família. Estou me referindo a um episódio grave como esse do filho do Presidente Lula. Nesse, eu tenho sido um freio – o Senador Tião Viana é testemunha de que tenho sido um freio nesse episódio, no meu Partido, na Oposição.

Quando percebo um biltre, oficial ou não; quando percebo um cafajeste, oficial ou não; quando percebo um criminoso, oficial ou não; quando percebo um desqualificado, oficial ou não; quando percebo um lambão, oficial ou não; quando percebo um desonesto, oficial ou não; quando percebo um mau caráter, oficial ou não; quando percebo um araponga, oficial ou não; quando percebo uma figura desprezível, oficial ou não, eu reajo. Não sei quem é.

O fato é que passei a entrar em casa com mais cuidado. Tenho um filho que mora só. Eu dizia, Senadora Heloisa Helena, que minha filhota menor, quando eu cheguei de madrugada, ontem, sem dormir, de Manaus para cá, num vôo da madrugada, ela estava brincando na porta de casa, esperando a hora de ir para escola. O que eu faço? Ela não vai brincar mais? Porque tem um lambão, oficial ou não; tem um sujeito nojentão, oficial ou não; tem um vagabundo, oficial ou não, dizendo que joga US\$100 mil para quem consiga fazer mal a mim ou à minha família.

Não retiro uma palavra do que disse, nenhuma. Não retiro nenhuma palavra do que disse e estou acrescentando estas outras: o biltre não tem como fazer mal a minha família. Preciso identificá-lo. Se eu souber quem é ele e se essa história é fato, conforme me trouxe uma pessoa que parece ter credibilidade, como sindicalista da Força Sindical, eu dou uma surra no biltre. Se eu soubesse que se tratasse de uma orientação do Presidente – não quero acreditar que fosse –, eu daria uma surra no Presidente mesmo. Estou re-

petindo, novamente, para não ter essa conversa mole: nele, no Kirchner, no Chávez, em qualquer um.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Já permitirei, Senador Suplicy.

Aliás, vi V. Ex^a falando, com a elegância de sempre. O Senador Flexa Ribeiro foi extremamente inteligente quando disse que V. Ex^a perguntava se precisava entrar em forma. V. Ex^a, se quiser, eu viro o seu *personal trainer*. Há uma academia maravilhosa aqui no Senado, muito pouco usada, que devia ser usada pelos Senadores para tirar o *stress*. Enfim, viro seu *personal trainer*, de graça. Não tenho autorização para cobrar nada. V. Ex^a deve entrar em forma não para me conter, porque quando tem um filho meu em jogo, ninguém me contém – ninguém, ninguém. Há 90 milhões de homens no País, e nenhum me contém se houver um filho meu em jogo.

V. Ex^a deve entrar em forma pela sua saúde, pela sua noiva, pelos seus filhos, pela sua vida pública, que é tão estimada por nós. Deve entrar em forma porque queremos V. Ex^a com vida longa. Deve entrar em forma por isso. Só por isso.

Concedo o aparte ao Senador Eduardo Suplicy.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Quem sabe possamos fazer um exercício para estarmos sempre na melhor forma possível? Senador Arthur Virgílio, pedi a palavra para fazer uma ponderação, porque tenho a convicção de que o Presidente Lula jamais autorizaria um procedimento de espionar V. Ex^a e de prejudicá-lo, sobretudo a seus filhos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Então, ele está livre dos meus punhos. Não precisa se preocupar com isso.

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – Conforme a ponderação da Senadora Lúcia Vânia, seria importante que eu colaborasse para o esclarecimento vir logo à tona. Comprometi-me a ligar para o Ministro Márcio Thomaz Bastos, que informou a V. Ex^a que as providências estão sendo tomadas, para que seja inteiramente esclarecido esse episódio. S. Ex^a já teve a oportunidade de comunicar-lhe, conforme V. Ex^a esclareceu há pouco, que não há, de maneira alguma, por parte do Governo, do Presidente Lula, do Ministro da Justiça, a intenção de realizar qualquer espionagem sobre a vida de V. Ex^a e de sua família. Portanto, pondero que tenhamos sempre um procedimento de respeito e de civilidade entre nós, até porque imagino que, por exemplo, no dia 15 de fevereiro, no último ano de sua gestão, o Presidente Lula possa comparecer ao Congresso para trazer sua mensagem à Nação. Sabe V. Ex^a que eu inclusive sugeri a ele que viesse aqui

para dialogar conosco, e tenho a convicção de que a atitude de cada...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Suplicy (Bloco/PT – SP) – ...de cada Senador e Deputado será sempre de respeito com a figura do Presidente. Foi este o sentido – penso que todos compreenderam, sobretudo V. Ex^a –, o sentido de ponderar a V. Ex^a a importância do respeito entre os membros do Congresso e o Presidente, que deve ser mútuo, e, portanto, do Presidente com V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Senador, pretendo estar aqui, se o Presidente vier, para recebê-lo com respeito, com o acatamento que não deve faltar para com o chefe da Nação. Seria um belo gesto o Presidente retornar ao Congresso nesse episódio. O que é preciso, para mim, é ficar bem claro que o Presidente não está mesmo nesse desespero de confundir as coisas com os seus adversários. Ou seja, para repetir bem claro, com meus filhos não se mexe. Como acredito que ninguém mexa com...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Meu Líder, peço que conclua, por gentileza.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador Arthur Virgílio?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não. Se V. Ex^a me permite, Sr. Presidente, cederei o aparte à Senadora Ideli Salvatti.

Antes, porém, gostaria de agradecer ao Senador Demóstenes Torres. Eu omiti o nome de S. Ex^a, sendo precisamente ele o primeiro que aqui falou procurando colocar nos devidos termos minha declaração de ontem. Agradeço, de maneira fraterna, a esse querido amigo, brilhante Senador e jurista de Goiás, que é o Senador Demóstenes Torres.

Ouçõ a Senadora Ideli Salvatti e, em seguida, encerro meu pronunciamento.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Senador Arthur Virgílio, em primeiro lugar, qualquer pessoa que tem seus filhos ameaçados toma todas as atitudes devidas e até indevidas a fim de proteger sua prole. E gostaria de registrar, assim como fiz em meu aparte, que quando tive meus filhos recentemente ameaçados também tomei todas as medidas que estavam ao meu alcance e fora do meu alcance para protegê-los.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Infelizmente, só soube disso depois. Se soubesse, teria estado muito perto de V. Ex^a nesse momento.

A Sr^a Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – O procedimento adotado foi o seguinte: como eu não tinha como provar de onde estavam partindo as ameaças, apesar de haver fortes indícios, apesar de ter quase certeza absoluta de onde vinham, tomei as providências sem

fazer alarde de onde eu imaginava que vinham as ameaças. Por isso, eu me sinto muito próxima, por ter vivido há bem pouco tempo uma situação em que, repito, minha filha esteve com a arma apontada na cabeça. Não foi qualquer coisa, não foi uma ameaça verbal que eu ouvi, não. Aconteceu, efetivamente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Foram razões políticas ou assalto?

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Com fortes suspeitas de que pudesse ter vinculação.

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Quando fiz minhas ponderações – sei que V. Exª é uma pessoa extremamente cuidadosa com o que fica registrado de suas falas – foi porque entendo que V. Exª tem todo o direito de bater em quem estiver envolvido com esse ato de ameaça a seus filhos. Eu faria a mesma coisa. Mas o que está colocado aqui, sem qualquer prova, porque V. Exª diz “oficial ou não, oficial ou não, oficial ou não”, ou seja, todas as reportagens estamparam, foi esse o destaque, foi essa a manchete, que V. Exª daria uma surra no Presidente Lula, partindo do pressuposto de que o Presidente Lula esteja envolvido com isso. E aí, Senador Arthur Virgílio, sou testemunha...

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Sr. Presidente, peço mais um pouco de complacência.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mas peço a V. Exª, Senadora Ideli Salvatti, que tenha também. Há uma série de companheiros, colegas querendo falar. Fui muito complacente. Inclusive o Plenário reclamou da complacência que tive com o Senador Eduardo Suplicy, mas agora já foi extrapolado o tempo em vários minutos. Peço a V. Exª que conclua.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Posso também pedir a palavra pela liderança, posteriormente, mas prefiro fazer na forma de aparte ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, V. pode concluir, por gentileza.

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – Quando V. Exª, Senador Arthur Virgílio, diz que dá surra no Presidente, colocando de forma muito clara essa vinculação, de que não tem prova, é uma suposição, é pressupor que aquilo que já tive oportunidade inclusive de elogiar desta tribuna, da preocupação que V. Exª tem, e já demonstrou inúmeras vezes, com situações de familiares de outras personalidades políticas, inclusive do Presidente Lula, esse mesmo tipo de comportamento decente e altivo, o Presidente Lula não teria com os filhos de V. Exª. Veja bem, Senador, o Presidente Lula

já deu demonstrações, inclusive inequívocas, reiteradas pela imprensa, nos dias de hoje, estão nos registros, quando foram apresentados dossiês sem consistência, falaciosos, ele, de pronto, repudiou. Ou seja, o Presidente Lula já deu demonstrações exaustivas de altivez política, para não ter, da parte de V. Exª, qualquer tipo de sombra de dúvida, que o Presidente Lula pudesse estar envolvido com um ato infame de tentar prejudicar a família de V. Exª. Por isso, faço a ponderação – volto a fazer –, porque quando V. Exª fala que daria uma surra até no Presidente Lula, não é porque daria surra em toda e qualquer pessoa que possa estar envolvida, porque deve dar mesmo, surra e mais o que for necessário em qualquer pessoa que o esteja ameaçando, mas é porque V. Exª está colocando a dúvida em um homem público, que já deu demonstração, também da mesma forma que V. Exª, à exaustão, de não ter esse tipo de ato tão desumano e tão aviltante na conduta política de qualquer pessoa. Por isso, Senador Arthur Virgílio, quando estamos travando este debate, temos que tratar o Presidente da República com o respeito que as figuras políticas têm que ter de todos, pela história, pela biografia, pelo comportamento, e deixar de lado a crise política que estamos vivenciando. Porque tenho certeza absoluta, Senador Arthur Virgílio que, pelo respeito, pelo conhecimento e pelas comprovadas vezes em que o Presidente Lula já demonstrou espírito público e dignidade no trato, na relação de respeito...

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ...para com as personalidades políticas e as respectivas famílias, se não houvesse crise, V. Exª não teria usado a expressão que usou. Por isso, fiz o apelo, e o reitero. Repito, ainda, que a questão dos grampos telefônicos é tão grave quanto a denúncia que V. Exª colocou. Já houve experiências de grampos que, infelizmente, não foram devidamente investigadas. Mas o mesmo viés aparece de novo nos grampos. Existe grampo. Está sendo grampeado o Deputado ACM Neto. Vamos investigar, obviamente. Mas, **a priori**, já se diz quem está fazendo o grampo. Já houve grampos de tantas formas no País, em períodos tão recentes. Então, vamos fazer as investigações, vamos punir, vamos ser rigorosos. Mas, também, Senador Arthur Virgílio, pelo respeito que V. Exª sempre colocou no trato, inclusive com os familiares, o que testemunhei inúmeras vezes...

(Interrupção do som.)

A Srª Ideli Salvatti (Bloco/PT – SC) – ...é que faço o apelo do reconhecimento, do mesmo comportamento que V. Exª tem para com os familiares do Presidente Lula, que também reconheça que seria inimigável o

Presidente Lula ter um comportamento que pudesse colocar em risco a família de V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Agradeço o aparte, Senadora Ideli Salvatti, e concluo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Se V. Ex^a me permite, meu Líder, V. Ex^a já está com 29 minutos. O aparte da Senadora Ideli Salvatti foi de cinco minutos. V. Ex^a quer quantos minutos para concluir o pronunciamento?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Um minuto, um minuto e pouquinho...

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pois não, V. Ex^a terá.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Responderei à Senadora, dizendo, com muita tranquilidade, que me atenho aos fatos.

O tal cidadão abordou o sindicalista oferecendo-lhe R\$100 mil. Dizia que o estava fazendo em nome do PT Nacional. O sindicalista vai ser ouvido pela Polícia Federal. Um dos líderes da Força Sindical está aqui, o Sr. Carlos Lacerda. O sindicalista está disposto a confirmar tudo que aqui estou dizendo. Por isso, se há envolvimento do PT, se há envolvimento do Presidente, realmente, V. Ex^a passa a dar-me razão porque, aí, diz que teria o direito de fazer o que quisesse. Seria natural. Não gostaria, nunca, de ter feito esse discurso. Gostaria, menos ainda, que me tivessem dado um pretexto para fazê-lo. O rapaz procurou o sindicalista dizendo: “Você tem R\$100 mil. Tenho dinheiro bastante para fazer o que quiser. Em último caso, partirei para cima da família do Senador.”

É importante que fique esclarecido, porque considero, mesmo, reles e baixo que o Presidente da República se dê a esse desplante. Considero lamentável que um Partido possa levar o antagonismo político a esse nível, coisa que não faria jamais.

Sobretudo, deve ficar bem claro que nesse ponto – e tenho até que trocar de gênero – não serei um leão, mas uma leoa, para defender a minha prole, os meus filhos. É impossível alguém fazer mal a um filho meu impunemente se eu souber de quem se trata, seja quem for! É impossível alguém fazer mal a um filho meu impunemente, seja quem for! Direta ou indiretamente, mandado ou mandante. Portanto, quero um esclarecimento. É o Ministro Márcio Thomaz Bastos que vai me dar um esclarecimento. Espero que sejam convincentes. Quero ver esse biltre preso para que possa acarear-se comigo.

Muito obrigado.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Gostaria de saber se está presente o Senador Leomar Quintanila. (Pausa.)

Está inscrito em seguida o Senador Marco Maciel.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, concedo a palavra ao Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Pela ordem, concedo a palavra ao Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUP LICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para dizer que conversei com o General Félix, da Abin. Ele me disse que comunicou ao Deputado Antonio Carlos Magalhães Neto, ao Senador Antonio Carlos Magalhães, que aquela Agência não tem responsabilidade sobre qualquer forma de gravação telefônica ou interferência nos telefones do Deputado ACM Neto e que está fazendo as devidas averiguações, para as quais solicitou do Deputado ACM Neto as informações necessárias. Então eu queria esclarecer esse ponto.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Eduardo Siqueira Campos.

O SR. EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS (PSDB – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{es} e Srs. Senadores, peço a atenção dos meus Pares ao mesmo tempo em que me dirijo aos telespectadores da TV Senado, que atinge grande parte do meu Tocantins, e também aos da Rádio Senado, por Ondas Curtas, para dizer que estive na tribuna desta Casa – e fico feliz em encontrar o plenário com muitos dos meus Pares que estavam aqui naquela data, e vejo chegar o Senador Edison Lobão –, com o Diário Oficial do Estado do Tocantins na mão, do qual retirei o embasamento para o pronunciamento que fiz, Senador Antonio Carlos Valadares.

Vou ter que reprisar aqui para chegar ao cerne do meu pronunciamento, Senador Pedro Simon – V. Ex^a que tem uma larga experiência em Parlamento, em tribuna –, para dizer que, no Diário Oficial do meu Estado, encontrei uma dispensa de licitação para contratação de um prédio para o qual se mudaria um órgão chamado Banco da Gente, o banco do povo do Estado do Tocantins.

Como o prédio estava alugado, há seis meses, pelo Governo do Estado e não estava sendo usado,

procurei, no **Diário Oficial**, a modalidade usada pelo Governador para o aluguel do referido prédio. Foi a dispensa da licitação.

Não me satisfiz com aquilo e fui ao Cartório de Registro de Imóveis, tudo coisa pública, e requeri uma certidão. Encontrei que o prédio era de propriedade da Sr^a Ana Rosa Guimarães Fonseca e de seu marido. E pasmem, Sr^{as} e Srs. Senadores: a Sr^a Ana Rosa Guimarães Fonseca é irmã do Governador do Estado. Mais do que isso: ela é diretora administrativa e financeira do órgão que alugou o prédio, ou seja, ela é locadora e locatária de um prédio que está alugado, há seis meses, para o Governo do Estado de Tocantins sem que esteja sendo utilizado. Ou seja, o Governador nomeia a sua irmã como diretora administrativa e financeira de um órgão. Ela dispensa a licitação e aluga um prédio. Aliás, Senadores Pedro Simon e João Alberto Souza, o início da data do aluguel, de que já decorrem sete meses, é 1º de abril, coincidência ou não, o dia da mentira.

Fiz questão, meus nobres Pares, de buscar todos os Diários Oficiais, e não há uma só palavra do que eu tenha expressado nesta tribuna que não esteja escrita e assinada pelos próprios autores dos atos.

E o que faz o Governador? S. Ex^a explica, em primeiro lugar, que o prédio não é dela, é do marido dela, com quem ela é casada em comunhão de bens, e o cartório atesta que é de propriedade dos dois. Pior do que isso: são sete meses do dinheiro jogado fora porque ela é locadora e locatária, mas quem paga é o povo do Tocantins.

E, Sr^{as} e Srs. Senadores, sabem V. Ex^{as} qual foi o resultado desse discurso meu? Reunidos no Palácio Araguaia, os Deputados Estaduais que apóiam o Governador foram para a Assembléia e moveram uma ação de repúdio, dizendo que minha atuação leviana, desequilibrada nesta Casa desonrava o povo do Estado do Tocantins. Disseram que eu deveria perder o mandato porque o Tocantins não mereceria ter gente desse nível usando a tribuna.

Sr. Presidente e meus nobres Pares, eu não havia visto ainda uma instituição respeitada de um Estado novo, como é a Assembléia do meu Estado, ter diminuído tanto seu papel, esquecendo-se daquela frase que entendo ser basilar, “ao rei tudo, menos a honra”. Que bajulem S. Ex^a o Governador, que apóiem S. Ex^a o Governador, que recebam os empregos que o Governador está dando.

E hoje encontro explicação de grande parte do que está aqui, reunida na coluna de um jornalista respeitado no Tocantins inteiro, Cleber Toledo, a quem eu fiz um telefonema. E ele me disse: “Senador, o bom jornalista não revela fontes, mas foi um dos Deputados

que participou da reunião que me atestou tudo o que está aqui escrito”. E o que diz ele? Que os Deputados se reuniram com o Governador Marcelo Miranda e que o resultado da reunião foi muito prático: os ocupantes de cargos em comissão que não se mantiverem fiel ao governo, na região dos Deputados, serão trocados, pelos próprios Deputados, por quem se dispuser a oferecer fidelidade ao Governador Marcelo Miranda.

Então, lá no Tocantins, nesses últimos sessenta dias, o **Diário Oficial** registrou a contratação de mais de dois mil funcionários. Há páginas em que constam quinze ex-Vereadores, a ex-Primeira-Dama e o ex-Prefeito, em um só diário. Por onde passa, o Governador angaria possíveis apoiadores para a sua campanha à reeleição.

Sr. Presidente, não posso dizer que me sinto atingido pelo voto de repúdio movido pela Assembléia, porque fico imaginando que, para o povo do Tocantins, esse voto de repúdio deveria ser ao Governador, por permitir que uma integrante de sua família, ninguém menos do que sua irmã, receba por um aluguel de um prédio que não está sendo utilizado, na modalidade de dispensa de licitação. Logo ela, diretora financeira e administrativa do órgão. Está tudo no **Diário Oficial**.

Agora, no dia em que o Parlamentar não tiver a responsabilidade... E não é uma denúncia, como ele se refere, leviana, desairosa, que desmerece o mandato que tenho, e que sou – e está na nota de repúdio – um Senador desequilibrado e que o Senado da República receberia essa moção de repúdio. Fico pensando, Sr. Presidente, se não teria sido o papel da Assembléia fazer uma moção de repúdio ao Governo do Estado por permitir jogar pelo ralo o dinheiro que está faltando à saúde, pelas duas mil contratações – publicado no **Diário Oficial** nos últimos 60 dias – de pessoas lotadas na Secretaria de Governo, que não possui espaço para mais que 40, 30 pessoas.

Fico pensando quem está ofendendo quem. Estaria eu ofendendo o povo do meu Estado? Estaria eu denegrindo a honra do Estado conquistada em muitos anos, mais de 20 anos de mandato, em luta travada no plenário da Câmara dos Deputados e depois na Assembléia Nacional Constituinte? Muitos dos Senadores aqui presentes votaram a criação do Tocantins, Estado que vem obtendo os melhores índices na Secretaria do Tesouro Nacional, pelo seu desempenho. De repente, essas coisas começam a ocorrer.

E se imagina o Governador e se imaginam os Deputados que assinaram o documento! Um dos Deputados que, ao longo da sua história, sempre me fez oposição – particularmente por ser da cidade que considero a minha cidade natal no Tocantins, a cidade de Colina –, o Deputado Santana, do Partido dos Tra-

balhadores, que estava na Assembléia, foi à tribuna e disse: “Não assino a nota e não voto o repúdio, porque não encontro, em nada do que aqui está escrito, alguma coisa que venha a denegrir a imagem do Senador Eduardo Siqueira Campos”. E deixou de votar.

Cito aqui os outros Deputados – Raimundo Moreira, Cassildo Vasconcelos, Vicente Alves, Fabion Gomes – e outros que deixaram de assinar, porque tenho certeza, Sr. Presidente, que ali estava o descumprimento da missão do Parlamentar. Eu esperava que S. Ex^{as} fossem à tribuna defender o Governador dizendo: “Olha, o senhor cometeu um equívoco, o prédio está sendo utilizado”. Não, o prédio está, há sete meses, sendo reformado com dinheiro público porque o aluguel está sendo pago desde o dia primeiro de abril. Eu esperava que o Governador mandasse cancelar o contrato de aluguel imediatamente para cessar a sangria do dinheiro público e que determinasse uma sindicância e punisse os culpados. Seria uma atitude digna. Eu esperava que S. Ex^{as} levassem o tema à tribuna da Assembléia, dentro do debate democrático, e dissessem, Senador, V. Ex^a está equivocada. E se ela não fosse irmã do Governador, o fato seria da mesma gravidade porque quem quer que seja que tenha responsabilidade de ser diretor administrativo e financeiro de um órgão não pode alugar algo de sua propriedade para o próprio governador, sem ter que responder por isso, ainda mais para não utilizar, porque até o presente momento, decorridos sete meses, o prédio continua desocupado.

Isso está inscrito como improbidade administrativa, desrespeito ao dinheiro público. Esse ato é que mereceria o repúdio da Assembléia.

Mas hoje, o jornalista Kleber Toledo afirma que os Deputados se reuniram com o Governador e disseram que os funcionários que não oferecerem fidelidade ao Governo serão demitidos. A bem da verdade, o Governador já demitiu 7 mil funcionários; como disse, contratou mais de 2 mil nos últimos 60 dias. E lamento porque são pessoas que conheço ao longo da história do Tocantins. Em um mesmo **Diário**, o ex-Prefeito e a ex-Primeira-Dama; diversos ex-Vereadores; diversos Líderes; ex-Prefeitos que têm caminhonetes de cabine dupla, que têm fazendas e que não vão trabalhar estão lotados aqui, por exemplo, na representação de Brasília. Alguns jornalistas ligaram para a representação de Brasília para saber se o ex-Prefeito estava lá trabalhando, e a moça disse: “Não, ele nunca botou os pés aqui.” Mas consta na folha; ele está ganhando R\$5 mil por mês. São atos de improbidade administrativa; são atos de falta de respeito ao dinheiro público praticados por S. Ex^a, que depois diz que estou atingindo a honra dele.

Depois do meu discurso, Senador João Alberto, ele demitiu oito parentes em primeiro grau que estavam ocupando as seguintes Secretarias: sua tia, irmã de seu pai, Secretária da Ação Social; sua esposa, Secretária Extraordinária de Políticas Públicas; seu primo, Secretário Extraordinário de Gestão... Eu não me recordo aqui o nome de cada um deles, mas só no Primeiro Escalão eram sete secretários extraordinários. E a imprensa denunciou dois dias depois que ainda restavam mais de 30 parentes, todos lotados no Primeiro Escalão da Administração Pública tocantinense. Quem registra isso é a imprensa do meu Estado.

Diga-se de passagem, a jornalista que fez essas matérias está respondendo a 18 processos movidos pelo Governador. Para felicidade da jornalista, existe justiça neste País. O Governador não consegue condená-la porque ela se baseia no **Diário Oficial**. E o Governador se revolta com quem traz o **Diário Oficial** com atos praticados por S. Ex^a e diz que essas pessoas estão ofendendo a honra do Estado, das nossas lideranças, da sua família.

Sr. Presidente, diante dessa informação, eu me vejo na obrigação de dirigir mais uma representação ao Ministério Público Federal Eleitoral para que esses Deputados possam confirmar se vai ser esta a prática no Tocantins: se apóia o Governador, fica no cargo; se não apóia, vai ser demitido.

Quero citar um caso concreto em relação a alguns Prefeitos. O Prefeito da capital pioneira de Tocantins, Prefeito Júnior Evangelista, me ligou hoje, dizendo que recebeu do Banco do Brasil a informação de que 50% do seu ICMS tinha sido bloqueado pelo Governador do Estado, em função de débitos da Administração anterior. O Governador resolvera agora determinar o bloqueio. Coincidentemente, Sr. Presidente, esse Prefeito é do PSDB; esse Prefeito recebeu um emissário do Governador com nome, sobrenome, data da visita e que pediu ao Prefeito: “Prefeito, venha para o Partido do Governador que seus problemas serão todos resolvidos”. O Prefeito não foi e tem agora 50% da sua receita de ICMS cancelada por perseguição, uma vez que os débitos são da Administração anterior.

Tem mais: em uma solenidade pública, paga pelo contribuinte tocantinense, realizada na cidade de Gurupi, à luz do dia, transmitida pela emissora oficial, o Governador do Estado abre o evento de sua visita ao Município, tudo pago com recurso público, encontra lá o Prefeito do PSDB e diz, diante das câmeras e de todos aqueles que foram assistir ao Governo itinerante: Prefeito, deixe o PSDB que a sua vida vai melhorar, para nós trabalharmos juntos. O Prefeito, constrangido, não respondeu. Mas, no outro dia, Sr. Presidente, perdemos esse Prefeito do PSDB. E no outro dia um

convênio de 4 milhões foi assinado com a cidade de Gurupi.

Conhecendo o Prefeito João Lisboa da Cruz, sabendo da sua seriedade, imagino que ele, entre a filiação partidária e perda do recurso para o seu Município em época tão difícil quanto esta, resolveu se desfiliar do PSDB e assinou o convênio. Mas isso foi feito à luz do dia. O Governador pediu a desfiliação em um palanque pago com recursos públicos, em uma solenidade oficial, diante das câmeras de televisão, da imprensa. E ainda publica no *site* oficial do Estado – pago pelo contribuinte e à disposição de qualquer um que acesse o *site* da Secom do meu Estado e queira pesquisar sobre filiação: “Governador conquista mais uma adesão para o PMDB”. Como se o contribuinte tocantinense fosse obrigado a pagar pelo *site* oficial do Estado a divulgação de atividade política partidária.

Sr. Presidente, é um absurdo a pressão sofrida pelos Prefeitos, a perseguição pela qual estão passando os nossos companheiros do PSDB. É de tal sorte odiosa que não vou retroceder um só instante. Tenha a certeza, S. Ex^a, o Governador do meu Estado, que não me interessam os seus assuntos particulares, familiares e pessoais. Não me sinto atingido pelo que S. Ex^a pediu a seus Deputados. Certamente, muitos deles, com o coração dolorido, votaram contrariados, sem motivação. Os atos por eles praticados no **Diário Oficial** estão lá, e a população do meu Estado está assistindo a todos esses atos. Não deixei de utilizar, para nenhuma das minhas afirmações, o **Diário Oficial do Estado do Tocantins**. Portanto, dizer que são levianas as minhas acusações é desmerecer o que o próprio Governador assinou.

Sr. Presidente, quero dizer que não deixarei de exercer o meu mandato. Eles usaram a palavra “delírio”, dizendo: “O Senador, nos seus delírios, tira a dignidade de um mandato que deveria estar a serviço do povo”.

Tenho certeza de que os meus eleitores saberão dizer como é o exercício do meu mandato e a forma como atuo nesta Casa. Os meus Pares, Sr. Presidente, e os eleitores do meu Estado saberão dizer se sou um Senador destemperado, desequilibrado, que faz acusações e usa a tribuna sempre de forma desequilibrada. Não, Sr. Presidente. Desequilibrado está o Governador do meu Estado, que está agindo de forma irresponsável. Ele deveria chamar a sua família, saber separar o público do privado e mandar cancelar o ato de aluguel daquele prédio.

Refiro-me apenas a esse episódio, para não ocupar os meus Pares com dezenas de outros atos lesivos ao patrimônio público do Tocantins.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sr^{as} e Srs. Senadores, já que precisamos encerrar a sessão, eu gostaria de fazer um acordo com V. Ex^{as}. Ainda estão inscritos para falar os Senadores Cristovam Buarque, Demóstenes Torres, Alberto Silva, Romeu Tuma e, pela Liderança, Antonio Carlos Valadares.

Portanto, gostaria de saber se seria possível cada um usar por apenas cinco minutos a tribuna? Seria possível?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Estou inteiramente de acordo com V. Ex^a.

Eu gostaria de falar como Líder do PSB, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Então, Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos, daria? Senador Alberto Silva? Senador Romeu Tuma?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Mas V. Ex^a poderá prorrogar a sessão.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Mesmo que eu prorogue para as 18 horas e 30 minutos, teremos 38 minutos e há seis oradores inscritos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP) – Dá para falar sem apartes, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sem apartes, então.

Concedo a palavra ao Senador Antonio Carlos Valadares, como Líder do PSB, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF) – Não seria eu, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Permita-me, Senador Cristovam Buarque, S. Ex^a é Líder e tem preferência.

Em seguida, falará V. Ex^a, Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, na próxima semana, eu farei aqui uma manifestação de apoio à liberdade de imprensa no Estado de Sergipe, que, de certo modo, está sendo ameaçada pelo comportamento inadequado das instituições governamentais daquele Estado.

Há uma pretensão, não só minha como de outros Parlamentares, em trazer para o Congresso Nacional o ambiente que está sendo criado no Estado de Sergipe contra Parlamentares, jornalistas ou repórteres que se dispõem ou têm coragem de levar a público tudo aquilo que acontece no âmbito da administração estadual.

Mas hoje, Sr. Presidente, venho trazer ao conhecimento da Casa um artigo que considero fundamental para a valorização do processo democrático em nosso País, prestigiando e fortalecendo a imprensa e fortalecendo também a cidadania que, afinal de contas, é a destinatária da ação de qualquer legislação que proteja a liberdade de imprensa e venha engrandecer a nossa democracia.

Trata-se de um artigo publicado na “Carta Aberta” da revista **Carta Capital**, da Professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Unicamp Walquiria D. Leão Rego que, dentre outros comentários, destaca o seguinte:

Pouco antes de sua morte, o filósofo Karl Popper, em resposta a um jornal italiano sobre as relações entre mídia e democracia, não hesitou em afirmar que, em nome do liberalismo, defendia as necessidades das democracias instituírem regulação social sobre os poderes informativos. A informação jamais é imparcial, segundo ela, pois traz consigo inevitavelmente uma interpretação sobre os fatos. Noticiar é um fato de poder. Toda notícia contém uma seleção de seu conteúdo destinado a impactar os leitores. Logo, informar é um modo de educar a cidadania. Portanto, os meios de comunicação possuem grande poder formativo e, como qualquer poder, devem estar submetidos a controles democráticos institucionalizados, eficientes e transparentes. O risco da ausência de contrapesos claros seria a instauração do arbítrio informativo, de um despotismo midiático que feriria os fundamentos do Estado de direito. (...)

Adiante acrescenta:

Em todas as democracias representativas, em especial, nas jovens como a nossa, verifica-se certo mal-estar quanto ao desempenho das agências informativas e de seu agir político, pautado, na maioria das vezes, pela espetacularização da notícia e da defesa subliminar de interesses particularistas. Para os pesquisadores do tema, o poder não regulado dos meios de comunicação de massa tem constituído uma das revelações mais paradigmáticas da desigualdade dos cidadãos. A igualdade política da cidadania é um dos pressupostos constitutivos da vida democrática.

E para não me alongar, obedecendo religiosamente o tempo que foi combinado, concluo:

A apropriação privada da esfera pública, produzida pela monopolização do direito de voz, e a repetição persuasiva nas diversas redes midiáticas dos mesmos conteúdos informativos, impedem a formação de uma opinião pública esclarecida, condição indispensável à democracia. A oligarquização da atividade informativa ameaça a formação política qualitativa da cidadania e os pilares de uma democracia pluralista e civilizada.

Conforme o princípio do equilíbrio dos poderes, todo poder deve ser submetido a controles, caso contrário torna-se esfera privativa de vontade despótica. A ausência de controles democráticos do designado “Quarto Poder” coloca sob sério risco as liberdades fundamentais dos cidadãos, ameaçando mortalmente a própria possibilidade da convivência civil.

Sr. Presidente, faço este comentário aqui, não dizendo que concordo **in totum** com a Professora livre-docente do Departamento de Sociologia, porque na imprensa existem as exceções, existem os órgãos de imprensa, os jornais, as revistas, que trabalham dentro de um ambiente de liberdade e democracia. Mas existem outros que praticam abusos que precisam ser criticados e apreciados, não só pelo Senado, como pela opinião pública nacional.

Em outra oportunidade, iremos discorrer, em pormenores, assuntos que se refiram à democracia, à informação e à liberdade de imprensa, que deveremos defender a todo custo, de qualquer forma, porque, no momento em que faltar a liberdade de imprensa, faltará o processo livre e democrático com o qual nós devemos conviver em nosso País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador.

Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, do PDT do Distrito Federal.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB – MA) – Pela ordem, tem a palavra V. Ex^a, Senador Pavan.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Senador Cristovam Buarque, só um minuto. Hoje há espaço para todos falarem. Concluo em trinta segundos.

Sr. Presidente, os suinocultores de Santa Catarina estão desesperados com relação à febre aftosa. Os grandes suinocultores transportam a carne suína e também os próprios suínos para São Paulo. Infelizmente, não estão conseguindo passar os suínos para São Paulo em função da demora do Governo do

Estado do Paraná, do meu amigo Requião, em dar a liberação, após exame devido, para fazer o relacionamento, para fazer o corredor sanitário Santa Catarina, Paraná e São Paulo.

Quero deixar apenas registrado que os suinocultores de Santa Catarina estão sendo duramente prejudicados por falta de vontade política e agilidade nesse processo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Cristovam Buarque, por cinco minutos.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PDT – DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, as universidades brasileiras estão em greve. Isso significa que os alunos das universidades estão agora, provavelmente, assistindo mais aos programas da TV Senado do que durante o período de aulas. O que será que estão pensando, Senador Mão Santa? – pergunto a V. Ex^a, que falou sobre a greve. O que será que estão pensando os alunos das universidades, sentados em suas casas, impedidos de estudar, assistindo a nossos debates aqui, sobre tapa no Presidente, sobre defesa do Presidente, e nada, nada, nada de concreto sobre como mudar o Brasil? O que será que os jovens estão pensando de nós?

Pior: no mesmo dia em que nós damos esse *show* aos jovens universitários – irritados com razão, porque não podem ir à escola, não sabem quando se formam, e nós aqui falando de outras coisas, salvo um ou outro como V. Ex^a, Senador Mão Santa, que falou sobre a greve –, nesse mesmo dia, os jornais dizem que o Governo decidiu não mandar ao Congresso a proposta de reforma universitária.

Então, vejam que situação: os jovens, em casa, com seu futuro ameaçado, assistindo-nos falar de superficialidades. E o Governo, depois de anos falando em reforma universitária, diz que não vai mandá-la mais. Pior é que não era uma reforma, mas um simples arranjo financeiro de ingresso. Nada de mudança na estrutura.

Sr. Presidente, nestes cinco minutos, quero apenas dizer que está na hora de este Senado acabar com a omissão, diante de um Governo que não faz as coisas que deveria. Mesmo que continuemos falando sobre essas coisas, que falemos também de coisas mais concretas, que repercutem lá na vida de cada um dos cidadãos e cidadãs deste País.

Eu havia preparado um projeto substitutivo de reforma universitária, para apresentar aqui no Senado quando chegasse o projeto do Governo. Eu quero dizer que, diante da decisão do Governo de retirar o projeto, vou dar entrada neste meu projeto, porque,

pelo menos, vou dizer que estamos tentando fazer com que, no Brasil, a universidade dê o salto sem o qual vai ficar obsoleta, superada e vai desaparecer, vai virar convento. Quando a universidade surgiu, foi para preencher um vazio: os conventos não conseguiam acompanhar o pensamento novo que surgia naquela época, pois ficavam presos aos dogmas. Está acontecendo hoje com as universidades, com a diferença de que convento, pelo menos, não fazia greve, e hoje as universidades paralisam suas atividades.

Antes, porém, de dar entrada ao projeto em meu nome pessoal – e acho que isso não é correto –, vou submetê-lo à discussão com outros senadores. Os que estão presentes gostaria que estivessem abertos a isso. Vou apresentar na Comissão de Educação, da qual o meu Partido me retirou, mas hoje, com muita alegria, ouvi que a Minoria me ofereceu lugar, que o PMDB me ofereceu um lugar, e eu já aceitei. Vou ficar na Comissão de Educação, nomeado por outros partidos. O PDT já tem pessoas lá, e acho que não devem sair. Então, vou apresentar lá, em nome da Minoria, em nome, se for o caso, do PMDB, em nome não importa de que partido.

Eu vou querer discutir na Comissão esse projeto de reforma da universidade. Mas uma reforma verdadeira, Sr. Presidente, que mude o conceito de público e de privado, no lugar de estatal e particular; que traga a idéia da educação permanente; que ponha o ensino aberto presente; que mostre a relação que a universidade tem com o setor privado.

Nós precisamos cumprir a nossa função, porque os jovens estão lá assistindo ao que falamos aqui, que nada tem a ver com a greve que eles estão vivendo.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com a palavra o Senador Romeu Tuma, do PFL de São Paulo.

S. Ex^a dispõe de cinco minutos.

O SR. ROMEU TUMA (PFL – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, Senadora Heloísa Helena, V. Ex^a e o Senador Pedro Simon usaram desta tribuna, e fiquei atento, porque eu tenho um carinho especial por V. Ex^a, pela sua forma, pela sua coragem, pela sua disposição de defender os interesses dos menos favorecidos pela sorte.

Senador Pedro Simon, desculpe-me, nem tinha visto que V. Ex^a estava presente. Pensei que V. Ex^a tivesse ido embora e ia pedir o testemunho da Senadora de que me referia a V. Ex^a. Fez aqui V. Ex^a uma exposição tão carinhosa com a sociedade, mas tão sofrida para nós, pelo que vem acontecendo no País.

Hoje é Dia de Todos os Santos, Senador Pedro Simon. V. Ex^a, quando vai à tribuna, sempre me faz

lembrar de meu pai. Hoje, dia 1º de novembro, seria o aniversário dele. Quando ele veio do Oriente, como imigrante, foi parar em Porto Alegre com a mãe, porque o pai fora assassinado durante a viagem de navio, roubado nas suas libras para poder sustentar a família. Então, a minha avó, à época, perdida em Porto Alegre, encontrou um patrício que os levou para Pelotas. Em Pelotas, meu pai aprendeu a profissão de sapateiro e lá viveu sua infância e sua adolescência. E ele sempre dizia: “Eu sou um gaúcho de raça”.

Aprendi com V. Exª, Senador Pedro Simon o que quer dizer gaúcho de raça, até pela fisionomia de V. Exª – é claro que não dá para comparar a idade, pois meu pai faria 105 anos –, pela sua presença tranqüila, por aquela forma de orientar as pessoas naquilo que é digno e respeitoso para com o próximo.

A Senadora Heloísa Helena e o Senador Augusto Botelho estavam lendo a Bíblia agora. Então, fiquei pensando: será que o demônio está querendo tomar conta disto aqui, Senador Pedro Simon, transformando estes nossos objetivos em busca de uma vida melhor para todos aqueles por quem lutamos, e viemos aqui por causa deles? E não sei se V. Exª estava lendo uma carta de Paulo aos Coríntios ou não. Mas eu vi que era tanta atenção à Bíblia que até meu coração pulou de alegria, porque o pensamento em Cristo é importante nesta hora em que achamos que a esperança deve reviver.

O Senador Cristovam Buarque veio aqui trazer de volta a esperança de que a reforma universitária é necessária. Não adianta o Governo virar as costas. Vamos ter que tomar uma providência, porque nós somos Governo também. Dentro da estrutura que se formou na democracia brasileira, o Congresso Nacional é Governo também e tem obrigações dentro de toda a Constituição.

Eu não vou fugir dos cinco minutos, mas eu tinha trazido aqui, Senadora Heloísa Helena e Senador Pedro Simon, uma entrevista do presidente do FBI (Federal Bureau of Investigation). Eu era muito amigo do Presidente anterior, que foi substituído por esse senhor. Ele faz algumas referências sobre como são selecionados policiais para ingressar no FBI e, principalmente, sobre o acompanhamento para que a dignidade da função seja sempre respeitada, para que não haja o perigo de uma corrupção generalizada que traga intranqüilidade à sociedade.

Trouxe aqui também um cumprimento ao Presidente Renan Calheiros, que apresentou uma PEC para que haja o cumprimento constitucional de uma verba permanente ao sistema de segurança.

Como eu já apresentei esse projeto há mais de três anos, espero que os projetos consigam ser enca-

minhados juntos e que o dele tenha preferência, porque ele tem mais prestígio junto ao Governo do que eu. Se o meu está aqui há três anos e não consegue sair da comissão, provavelmente o dele é uma imposição, porque ele é do Partido que apóia o Governo e é respeitado como Presidente desta Casa. Já falei com ele e ele concordou em encaminhar junto.

Então, vou encerrar para não extrapolar o tempo que V. Exª me deu. Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Sou eu que agradeço a V. Exª, Senador Romeu Tuma.

Concedo a palavra agora ao eminente Senador Alberto Silva, do PMDB, do Piauí, terra do Senador Mão Santa.

Depois, teremos ainda, Senador Pedro Simon, João Batista Motta, do PSDB, do Espírito Santo.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo aproveitar estes cinco minutos para tentar resumir o que pensei em dizer na tarde de hoje.

Nós comentávamos, há pouco, que perdemos uma porção de tempo ouvindo problemas relativos às dificuldades existentes entre os Senadores e o Governo. Mas não quero perder tempo nesse particular. Prefiro concentrar os cinco minutos nos dois seguintes assuntos. Primeiro, apresentei ao Governo – para não dizer que o Governo não faz nada –, na pessoa da Ministra Dilma Roussef, uma proposta para que fosse acelerada a reconstrução das estradas. É aquele meu velho plano de câmara de gestão, que não seria possível. A Ministra, porém, anotou o prejuízo que estamos tendo com dois milhões de carretas andando em estradas esburacadas, e o prejuízo se reflete no número de litros de óleo diesel jogados fora. São 4 bilhões de litros que representam R\$6 bilhões. Eu lhe disse que há 12 mil km de estradas contratadas, mas os empreiteiros recebem muito pouco pelas faturas, porque o dinheiro destinado ao Ministério dos Transportes é pouco, não dá para tudo.

Então, S. Exª levou isso em consideração e entrou – não diria na briga – mas numa posição firme por parte do Governo e determinou que as coisas andassem mais depressa. E já tenho notícias de que o processo está sendo acelerado.

Na próxima quinta-feira, estou inscrito e vou citar as estradas que estão sendo aceleradas. Vejo nos jornais que a Ministra está batendo duro em cima do Homem da Fazenda, dizendo: “Quero o dinheiro para executar as obras deste Governo”.

Portanto, quando se fala em superávit primário – o que excedeu a tudo o que já aconteceu – para

pagar dívida, eu quero enviar aqui os meus votos de congratulações com a Ministra e dizer que nós estamos do lado dela, para apoiar o dinheiro, em vez de pagar a dívida, em vez de tudo para dívida, que sobre para os problemas de educação, saúde, segurança e as estradas. Isso número um.

Número dois. Eu tenho brigado aqui pelo problema da mamona para fazer biodiesel e a mamona lá para dar trabalho aos lavradores lá da terra da Senadora Heloísa Helena, do semi-árido nordestino, do Piauí, do Ceará etc. E qual não foi a minha surpresa quando encontrei um negócio que só aqui no Brasil! O problema da mamona está zoneado. Só se pode plantar mamona acima de trezentos metros. O Piauí é uma planície. A metade dos municípios não pode plantar mamona. E agora mamona foi a única coisa que nós encontramos, a única cultura que nós encontramos que é resistente à seca. Ela tem a baga; tem a casca; e tem, se você espremer a mamona, a torta; e tem o pé de mamona que se pode transformar em adubo orgânico.

Então, eu falei ao Ministro, através do nosso Líder Suassuna, que o Ministro da Agricultura que foi que referendou o zoneamento, que abra uma exceção e deixe plantar mamona no Brasil todo, dando trabalho aos lavradores, porque plantar milho não dá resultado, porque o milho quase não tem preço; plantar mandioca, não tem para quem vender; o feijão é o único que existe. Então, vamos plantar mamona e feijão.

Eu já falei sobre isso e faço um apelo ao Ministro da Agricultura que corra, porque só tem um inverno por ano no semi-árido nordestino. Só um. Começa em janeiro e acaba em maio. Se nós não aproveitarmos, vamos esperar outro ano.

E por fim, tem uma seca. Os jornais do Piauí – não sei por artes de quem – descobriram que a maior seca que vai haver é a próxima. Então a mamona agüenta seca. Se vamos ter seca, na próxima vez vou dizer como é que plantamos para resistir à seca.

Estou vendo que a Senadora Heloísa Helena quer dizer algo. Permita-me, Sr. Presidente, um minuto?

A Sr^a Heloísa Helena (P-SOL – AL) – Será bem rápido, até porque já fiz este agradecimento aqui na ausência de V. Ex^a. Mas me sinto, não na obrigação, porque faço com muita alegria, de saudar V. Ex^a, Senador Alberto Silva. Eu tive a oportunidade de estar com V. Ex^a, compartilhando e testemunhando as suas proposições concretas, ágeis, eficazes para os investimentos produtivos, para dinamizar a economia local, gerar emprego e renda, associar àquilo que é da razão de existir do Estado nas políticas públicas, nas políticas sociais. E tive a chance de estar com V. Ex^a junto com o Secretário de Política Agrária de uma cidade do Pontal do Paranapanema e com o nosso querido

militante das lutas pela reforma agrária, o Zé Rainha, uma pessoa que estava aqui conosco discutindo com o Senador Alberto Silva alternativas de dinamização da economia local. O Senador Alberto Silva, com a sua grandeza, a sua generosidade política e a sua competência técnica, apresentou todas as alternativas de como trazer desenvolvimento econômico e política social para os assentamentos. E o Zé Rainha, para tristeza de todos nós, acabou sendo perseguido por uma ação judicial, dizendo que, porque ele participou de uma ocupação de terra, vai ficar dez anos em uma cadeia, preso. Nunca vi um negócio desse. Mas esse é um outro debate, que acompanharemos do mesmo jeito. Mas eu desejo agradecer de coração, porque V. Ex^a usa toda a competência e experiência técnica adquirida ao longo da sua vida e disponibiliza isso para qualquer pessoa, para qualquer Partido, para qualquer experiência administrativa, seja vinculada a uma Prefeitura do PFL, seja viabilizada por meio de uma congregação de associações de militantes do Movimento dos Sem-terra ou de qualquer um outro movimento que lute pela reforma agrária, o MTL ou qualquer outro. Então, eu não podia deixar de agradecer a generosidade política de V. Ex^a em compatibilizar toda a vivência, o conhecimento e a competência técnica e em disponibilizá-los, independentemente das articulações políticas e ideológicas, como V. Ex^a fez. Foi uma manhã toda, discutindo tecnicamente o que podia ser feito, todo o zoneamento, tudo, com a maior clareza técnica e a maior sensibilidade política. Então, meu agradecimento.

O SR. ALBERTO SILVA (PMDB – PI) – Leite de soja etc. Muito obrigado. Agradeço o aparte da Senadora Heloísa Helena.

Sr. Presidente, vou encerrar para não passar do tempo.

Vamos nos preparar para a seca. Vamos pedir que o Ministro da Agricultura, pelo amor de Deus, libere a mamona para todo o Território Nacional, seja a trezentos metros, seja ao nível do mar, para que possamos dar uma oportunidade ao lavrador.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

Proximamente, volto com informações mais detalhadas de como enfrentarmos a seca, sem aquela confusão de todas as vezes, com carro-pipa etc etc.

Muito obrigado pelo aparte e pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Muito obrigado, Senador Alberto Silva.

Com a palavra o Senador João Batista Motta, do PSDB, do Espírito Santo, último orador.

O SR. JOÃO BATISTA MOTTA (PSDB – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, alerto esta Casa e, principalmente, o povo brasileiro, que acompanha, por intermédio da TV Senado, os trabalhos dos Senadores nesta Casa e, portanto, o andamento daquilo que acontece no Governo Federal.

Senador Mão Santa, tenho hoje uma PEC que está na CCJ, que iria ser votada. Entretanto, o PT pediu vistas, transferindo-a para a semana que vem. Mas já estou sabendo que está recebendo o “não” do Governo Federal.

O projeto consiste, Senador Pedro Simon, em cortar 50% dos benefícios dados pela Lei Kandir. Vou repetir: cortar 50% dos benefícios dados pela Lei Kandir para riquezas não renováveis que estão sendo exportadas sem agregar valor e sem gerar empregos no Brasil.

Senador Pedro Simon, não cabe na cabeça de ninguém que exportemos hoje ouro em barra. Não cabe na cabeça de ninguém que exportemos minérios dos mais simples, como o minério de ferro, até os mais nobres, como nióbio, ouro e tantos outros minérios importantes existentes neste País. Não é possível que saiam do Brasil sem haver um beneficiamento, mesmo que fosse algo que agregasse um pouco mais de valor.

Comprei, nesta semana, seis porcas para prender a roda do meu carro. Eu conseguia escondê-las em uma mão: fechava a mão e ninguém as enxergava de tão pequenas que são. Elas custaram R\$200,00, mas nós exportamos uma tonelada desse ferro **in natura** por apenas R\$50,00 ou R\$60,00. Ninguém entende como este Governo consegue ser entreguista da forma como está sendo.

Foram exportados, no ano passado, 218 milhões de toneladas de minério de ferro, mas, na balança de pagamentos do Brasil, só totalizaram R\$4,5 bilhões. A madeira, que ninguém viu ser exportada, chegou a R\$3 bilhões. A soja, que é um bem renovável, atingiu R\$10 bilhões na balança de pagamento. Eu não entendo por que o Governo não quer que cobremos metade daquilo que é devido na hora de exportar riquezas não renováveis de origem mineral e vegetal e de origem extrativista que não tenham nenhum beneficiamento.

O que mais me entristeceu foi o fato de esta Casa ter aprovado, na Medida Provisória nº 255, isenção para que empresas de grande porte, que já não pagam na exportação, também não paguem na importação na hora de comprar máquinas pesadas para aumentar o extrativismo, aumentar a quantidade de retirada de nossas jazidas, que serão exportadas **in natura**.

Para importar máquina que fizesse sapato, que fizesse mesas de granito, que fizesse do minério o aço,

como é o caso da siderúrgica, tudo bem, não devíamos cobrar nenhum tributo. Mas, para importar máquinas americanas, locomotivas da China, vagões, para aumentar a saída de minérios nobres deste País, sem agregar valor, sem gerar emprego? Eu nunca vi isso!

É a mesma coisa que a lei das concessões das florestas. Nós vamos entregar para o capital privado tomar conta, mas quem, qual é o brasileiro que vai conseguir ganhar essas licitações? Nenhum, Presidente! Nenhum, Senador Pedro Simon! São empresas americanas, são empresas estrangeiras que vão ganhar as licitações, e, daí para frente, vão tomar conta das nossas florestas, aquilo que já é um sonho dos americanos há dezenas e dezenas de anos.

E governo nenhum ousou fazer isso. Foi preciso vir um trabalhador, um homem humilde, vir um homem que está tendo êxito no seu Governo para cometer um desatino desses? Que teve a coragem de comprar um avião mais caro do que tudo o que se investe em saneamento público neste País? Que teve a coragem de aprovar essa Medida Provisória nº 255 da maneira como estou falando? Que tem a coragem de propor passar as nossas florestas para o capital estrangeiro? Que tem a coragem de impedir um projeto de nossa autoria para cobrar imposto daqueles que não querem industrializar os nossos minerais?

Não é possível, Sr. Presidente. Quero que o povo brasileiro tome consciência disso e que cerre fileiras. Esta Casa não pode permitir que essa lei não seja aprovada. E ela vem acompanhada de outro bem. Já que entraria dinheiro em maior valor no cofre do Governo, estou propondo, Senador Alberto Silva, que as obras de infra-estrutura, obras públicas, sejam desoneradas de pagamento de tributos.

Não cabe também na cabeça de ninguém que o Governo vá lá fora pegar dois, três bilhões emprestados e que 40% disso vá para o cofre do Governo em forma de tributo. É como se pegasse dinheiro emprestado para jogar no cofre, para financiar bolsa-escola ou para fazer assentamentos pelo Brasil afora. Não tem cabimento uma coisa dessas. Vamos desonerar essas obras públicas de infra-estrutura. A minha proposta é que essa desoneração fosse apenas por dez anos, enquanto a gente conseguisse tapar os buracos das nossas estradas, reaparelhar os nossos portos que estão todos congestionados.

Por último, Sr. Presidente, queria dizer o seguinte: o Presidente Lula sempre mereceu o maior respeito de nossa parte. Infelizmente, hoje, comparo-o ao time do Flamengo: a gente o ama, a gente gosta dele, mas não consegue ganhar uma!

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Não há mais oradores inscritos.

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

Of. Nº 1.960/SGM/P

Brasília, 27 de outubro de 2005

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência os requerimentos das Senhoras Deputadas Laura Carneiro, Jandira Feghali e Sandra Rosado, solicitando a realização de sessão solene do Congresso Nacional, no dia 23 de novembro de 2005, quarta-feira, para prestar homenagem ao Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

Em face do exposto, consulto essa Presidência sobre a viabilidade de realização do evento no plenário do Senado Federal.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os protestos de apreço e consideração. – **Aldo Rebelo**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Romeu Tuma.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 1.236, DE 2005

Requer a convocação de Sessão Especial conjunta do Senado Federal e da Câmara dos Deputados para comemorar o Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos do Art. 199 do Regimento Interno, combinado com o Art. 53 do Regimento Comum, a realização de Sessão Especial Conjunta, no dia 24 de novembro do corrente ano, às 10:00 horas, para comemoração do Dia Internacional para Eliminação da Violência Contra a Mulher.

Justificação

A realização da Sessão Especial Conjunta significará uma demonstração de que o Parlamento Brasileiro não abre mão de sua disposição de lutar contra todas as formas de violência de gênero, em busca de uma sociedade mais justa e harmônica.

Sala das Sessões, em 1º de novembro de 2005

Senador(a) _____

SERYS OLHESSANEIRO

Senador(a) _____

FRANCA CLEIDE

Senador(a) _____

Romeu Tuma

Senador(a) _____

SEN. PAVAN

Senador(a) _____

MARCOS MACIEL

Senador(a) _____

CHRISTOVAN

Senador(a) _____

Senador(a) _____

Senador(a) _____

Senador(a) _____

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – O expediente que acaba de ser lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Com referência aos expedientes lidos, havendo a manifestação de concordância da Câmara dos Deputados, a Presidência convoca sessão conjunta do Congresso Nacional a realizar-se no dia 23 de novembro próximo, às 10 horas, no plenário do Senado Federal, destinada a comemorar a passagem do Dia Internacional para Eliminação da Violência contra a Mulher.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Os Srs. Senadores Leonel Pavan, Juvêncio da Fonseca, Antero Paes de Barros, Reginaldo Duarte e Arthur Virgílio enviaram discursos à Mesa, que serão publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o art. 210, inciso I e o § 2º, do Regimento Interno.

S. Ex^{as} serão atendidos.

O SR. LEONEL PAVAN (PSDB – SC. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, venho à tribuna neste momento para fazer o registro

do artigo intitulado “Palhaçada”, de autoria do articulista Clóvis Rossi, publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, em sua edição de 13 de outubro do corrente.

O artigo destaca que a corrupção no governo Lula “virou um escracho”. Segundo o autor, “primeiro, o próprio presidente da República diz que o uso do caixa dois é sistemático nas eleições brasileiras, mas ele, que deveria ser o primeiro zelador da moralidade pública, não dá a menor bola. Agora vem o vice e até se inclui na lista dos ‘cassáveis’, junto com ‘todo mundo’, pelo mesmo crime”. Isso é uma vergonha.

Sr. Presidente, requeiro que o artigo acima citado seja considerado como parte integrante deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

Era o que eu tinha a dizer.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR LEONEL PAVAN EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CLÓVIS ROSSI

Palhaçada

SALAMANCA - Já escrevi, neste espaço, que, ao aceitar convites para participar de dois seminários, um em Bruxelas e, agora, em Salamanca, a intenção oculta era pôr um oceano de distância com a crise brasileira, enjoativa como ela é. Mas é impossível escapar sempre dela.

O choque causado pela transfiguração do PT — de dono exclusivo da ética pública em campeão de trambiques — é forte demais para não ecoar além-Atlântico.

Ontem mesmo, em uma sessão do 11º Foro Eurolatino-americano de Comunicação, o que me trouxe a Salamanca, María Emma Mejía, ex-chanceler da Colômbia, estava falando sobre negociações comerciais Europa-América Latina, mas não deixou de enfiar no meio o enfraquecimento de Lula e do PT.

Pouco depois, abro o jornal e trombo com o título “Caixa 2 deveria casar todos, diz Alencar”.

Virou escracho. Primeiro, o próprio presidente da República diz que o uso do caixa dois é sistemático nas eleições brasileiras, mas ele, que deveria

ser o primeiro zelador da moralidade pública, não dá a menor bola.

É crime, porque quem recebe pelo caixa dois, ou declara à Receita o que recebeu (coisa que os “mensaleiros” não fizeram) ou está sonogando. Mas o presidente da República, que deveria ser o maior interessado em velar para que a Receita receba tudo o que deve, pouco se importa.

Agora, vem o vice e até se inclui na lista dos “cassáveis”, junto com “todo mundo”, pelo mesmo crime.

Como todos continuam soltos, só se pode concluir que o governo está legalizando o caixa dois.

Afinal, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, já disse que caixa dois é coisa de bandidos. Como o “todo mundo” de Alencar, inclusive ele próprio, ainda está solto, de duas, uma: ou o ministro da Justiça é um tolinho que deveria demitir-se ou caixa dois é coisa de gente fina, não de bandidos. Pelo menos para o governo Lula.

@ → crossi@uol.com.br

O SR. JUVÊNCIO DA FONSECA (PSDB – MS. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna no dia de hoje para comentar o artigo intitulado “O pior do brasileiro”, de autoria da colunista Dora Kramer, publicado no jornal **O Estado de S. Paulo** do último dia 18 de outubro do corrente.

O artigo trata da comemoração do aniversário de Delúbio Soares e do que ele “realmente pensa a respeito dos ‘erros’ cometidos pelo PT na administração política e financeira das atividades do partido nos últimos anos”.

Para a colunista, as declarações do sr. Delúbio Soares deixam claro que “não se trata de aprender com

o castigo, mas de exercitar a capacidade de transformar o crime em razão de pilhéria”. E diz mais: “O governo, aqui traduzido na figura do presidente da República, faz o mesmo”.

Sr. Presidente, solicito que a matéria acima citada seja considerada parte desse pronunciamento, para que passem a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

AG NACIONAL
TERÇA-FEIRA, 18 DE OUTUBRO DE 2005 • O ESTADO DE S. PAULO

**DORA
KRAMER**

dkramer@estadao.com.br

O pior do brasileiro

Na espontaneidade do ambiente familiar e festivo das comemorações de seu 50º aniversário, Delúbio Soares sábado disse o que realmente pensa a respeito dos “erros” cometidos pelo PT na administração política e financeira das atividades do partido nos últimos anos.

“É só ter calma. Em três ou quatro anos tudo será esclarecido e esquecido”, afirmou ao jornalista Expedito Filho, do Estado. Nesse período, confia o ex-tesoureiro ainda militante ativo do PT, as denúncias ora em processo de investigação acabarão virando “piada de salão”.

Portanto, na concepção do ex-tesoureiro, não se trata de corrigir rumos nem de revisar procedimentos a partir da ótica do alegado arrependimento pelos “descuidos” cometidos. Trata-se, isto sim, de lançar mão de toda paciência e esperar que as coisas caiam no esquecimento para que a vida possa prosseguir como dantes na base do vai na valsa neste mundo de meu Deus (nos acuda).

Não se trata de aprender com o castigo, mas de exercitar a capacidade de transformar o crime em razão de pilhéria. Trata-se de brincar e esperar da sociedade a mesma disposição de fazer das próprias deformações motivo de troça.

Afinal, no diapasão de fornecer aos outros países “lições” como o combate ao surto de aftosa e a arte de funcionar com “três CPIs ao mesmo tempo”, o Brasil também possa servir de exemplo no campo da autodepreciação bem-humorada.

Delúbio falou de sua fé numa gente alegre, ligeiramente leviana, muito pouco propensa a se dar ao respeito.

Uma gente de quem se pode abusar porque tem memória curta, não lê, não sabe votar, não sabe discernir, é desinfirmada, se deixa facilmente enganar e, dos governantes, espera mais camaradagem que eficiência, mais “carisma” que seriedade, mais condescendência que firmeza no trato das questões públicas.

Delúbio Soares pretendeu-se, com sua análise das circunstâncias, um observador arguto da alma brasileira.

Diga-se em favor dele – à luz do critério da infração amenizada pela coletivização da prática –, que, assim como no uso do uso do caixa 2 e na ado-

ção do lema segundo o qual “qualquer meio justifica o fim, não está sozinho nessa lógica de conduta e pensamento.

O governo, aqui traduzido na figura do presidente da República, faz o mesmo. Adota valor semelhante, aposta no mito do herói mau-caráter quando quer estabelecer o fim da crise por decreto de vontade unilateral.

Exibe crença inabalável na ausência de princípios quando à vista de malfeteiros que lhe servem com apoio, presta-lhes solidariedade com palavras e cheques em branco sem temer repreensão social.

O ministro Jaques Wagner segue a toada quando compara o uso do caixa 2 ao jogo do bicho, imprimindo a ambas infrações uma inocência que nenhuma das duas têm.

Os chefões do bicho (quem viveu a vida no Rio de Janeiro assistiu de perto à evolução nefasta da leniência com a contravenção) eram celebrados na condição de benfeitores do “samba” e patronos de carreiras políticas, enquanto suas atividades serviam de fachada para lavagem de dinheiro, tráfico e assassinatos.

Foram a matriz da criminalidade tal como se apresenta hoje em seu figurino aterrador, mas em seus primórdios ela foi alimentada pelo mesmo tipo de lassidão vista agora nas considerações em defesa da aceitação tácita dos financiamentos paralelos de campanha.

Nos anos 70 e 80, a condenação moral desse tipo de procedimento também era recebida como manifestação de farisaísmo, bem como a reprovação firme à glamourização do tráfico era interpretada como sinal de conservadorismo, não raro de intolerância social.

O preço (caríssimo) da cumplicidade é pago pelo conjunto da sociedade, que talvez já tenha – ao contrário do que transparece na sem-cerimônia do PT com sua adesão aos atalhos da facilidade – aprendido a pensar diferente.

Ainda é cedo para atestar se Lula, Delúbio e portadores da síndrome de Macunaima em geral (residentes em todos os partidos) estão certos ou errados. O teste da condenação ou aprovação da falta de ética na política não são as pesquisas de opinião.

O desempate dar-se-á ao longo do ano que vem, no desenrolar das campanhas, cujos pontos de interesse de destaque serão definidos conforme a demanda do eleitor.

Poderemos então observar se o brasileiro continuará querendo dar “lições ao mundo” de frouxidão moral, exibindo-se talentoso para rir de seus defeitos, ou se vai dizer chega.

Pode ser que resolva sair do atraso e começar a reforma política pelas próprias mãos. Se for assim, Delúbio Soares terá se equivocado em suas previsões de que seu país é formado por uma maioria de néscios piadistas frequentadores de mal-afamados salões.

Motivações

No fim, ontem não ocorreu a esperada tarde de São Bartolomeu com renúncias em massa. Só 2 desistiram.

Os II restantes tiveram motivos diferentes para ficar. Uns apostam no fim da crise, alguns contam com atenuantes reais, outros confiam no pagamento de favores concedidos no passado, há investimentos na sorte e casos de renúncia à evidência da impossibilidade de voltar pelo voto em 2006. ●

**Em 2006,
eleitor dirá
se o Brasil
ainda aceita
dar ao mundo
lições de
lassidão ética**

O SR. ANTERO PAES DE BARROS (PSDB – MT. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna nesse momento para registrar a matéria intitulada “Receita Federal decide notificar José Dirceu”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 20 de outubro do corrente.

Segundo a matéria, “A Receita Federal vai notificar o deputado José Dirceu (PT-SP) por irregularidades. O nome de Dirceu aparece num grupo de 17 contribuintes que são investigados pela Receita”.

Sr. Presidente, para que conste dos Anais do Senado Federal, requeiro que a matéria acima citada seja considerada como parte integrante deste pronunciamento.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ANTERO PAES DE BARROS EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Receita Federal decide notificar José Dirceu

Coordenador-geral de Fiscalização diz que já foram notificados por sonegação os petistas Genoino, Delúbio e Silvio Pereira, além de Costa Neto, do PL, e Simone Vasconcellos

CRISE NO GOVERNO LULA

Eugênia Lopes
João Domingos
BRASÍLIA

A Receita Federal vai notificar o deputado José Dirceu (PT-SP) por irregularidades. É o que disse ontem o coordenador-geral de Fiscalização da Receita, Marcelo Fisch, em reunião com a CPI dos Correios. Ele contou que a Receita já notificou três ex-dirigentes do PT por sonegação fiscal: José Genoino, ex-presidente da sigla, Delúbio Soares, ex-tesoureiro, e Silvio Pereira, ex-secretário geral.

O nome de Dirceu aparece num grupo de 17 contribuintes que são investigados pela Recei-

PT deve adiar de novo julgamento interno

PARECER: OPT deve adiar mais uma vez o julgamento dos 7 parlamentares acusados de envolvimento no mensalão. A comissão de sindicância criada para recomendar ou não a abertura de processo disciplinar na Comissão de Ética do PT não deverá apresentar parecer conclusivo no sábado, na reunião do Diretório Nacional. “Não sei se vamos terminar o parecer”, desconfiou o coordenador da comissão,

ta. Contra 12 deles, incluindo o petista, já foram encontrados indícios “relevantes de irregularidades”. Sob alegação de que

deputado José Pimentel. “A tendência é adiar ao máximo a decisão. A idéia é não criar fatos que possam prejudicar a defesa dos mandatos na Câmara”, disse um petista.

Compõem a lista dos acusados os deputados José Dirceu (SP), João Paulo Cunha (SP), José Mentor (SP), Professor Luizinho (SP), João Magno (MG), Josias Gomes (BA) e o único a renunciar, Paulo Rocha (PA). ● Mariana Caetano

os dados são sigilosos, Fisch não detalhou que tipo de irregularidade Dirceu praticou.

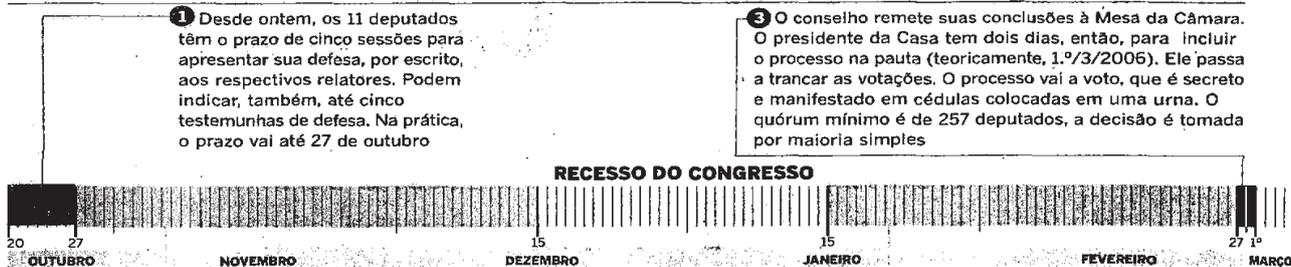
Ele disse que o ex-deputado

Valdemar Costa Neto (PL), que recebeu R\$ 6,5 milhões de Marcos Valério para o PL, e Simone Vasconcellos, gerente-financeira da SMPB, já foram notificados. “Todos os sacadores das contas de Valério estão sendo investigados pela Receita”, disse o sub-relator de movimentação financeira da CPI, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR).

Segundo Fisch, das 71 fiscalizações em andamento, 24 foram abertas com base nos dados de 68 quebras de sigilo enviados pela CPI. Entre elas, as referentes a Genoino, Delúbio, Silvio, Costa Neto e Simone. A Receita ficou de enviar até amanhã à CPI dos Correios o relatório completo com todas as investigações que está fazendo. ●

OS PASSOS DO JULGAMENTO

No calendário, teoricamente, o rito na Câmara pode ir até março



*O prazo pode ser encurtado se a Câmara cancelar as férias ou parte delas

Ética tem 90 dias, no máximo, para instaurar o processo, ouvir o parecer do relator e votá-lo. Teoricamente, esse prazo – interrompido por 30 dias de férias do Congresso, entre 15 de dezembro e 15 de janeiro – terminaria em 27 de fevereiro. *

O SR. REGINALDO DUARTE (PSDB – CE. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, ocupo a tribuna neste momento para comentar a matéria intitulada “Marinho é acusado de ir a orgia paga pela VW”, publicada no jornal **O Estado de S. Paulo** de 21 de outubro do corrente.

A matéria destaca as acusações do ex-funcionário da Volkswagen alemã, Klaus-Joachim Gebauer. Segundo o ex-funcionário que está sendo investigado por enriquecimento ilícito, “o atual ministro do Trabalho, Luiz Marinho, teria participado, em 2001, de uma ‘orgia’ paga pela montadora, em uma viagem à Alemanha. À

época, ele era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e negociou a recontração dos demitidos diretamente com o vice-presidente de RH da VW”.

Sr. Presidente, requeiro que a matéria acima citada seja considerada parte deste pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O SR. SENADOR REGINALDO DUARTE EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A10 NACIONAL

SEXTA-FEIRA, 21 DE OUTUBRO DE 2005 • O ESTADO DE S. PAULO

Marinho é acusado de ir a orgia paga pela VW

Ex-funcionário da empresa diz que ele participou de festa na Alemanha quando era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

INVESTIGAÇÃO

Marina Faleiros

As acusações de Klaus-Joachim Gebauer, ex-funcionário da Volkswagen alemã investigado por enriquecimento ilícito, agora também atingem o alto escalão do Planalto. Em entrevista ao jornal alemão *Die Welt* ontem, ele afirmou que o atual ministro do Trabalho do governo Lula, Luiz Marinho, teria participado, em 2001, de uma “orgia” paga pela montadora, em uma viagem à Alemanha.

Gebauer foi demitido por ser acusado de articular um esquema que movimentou cerca de € 7 milhões com gastos extras para executivos da empresa, o que incluía o pagamento de festas e prostitutas desde 1996. Em setembro deste ano ele passou a dar detalhes sobre o dinheiro usado.

Marinho atravessou o oceano entre os dias 14 e 17 de novembro de 2001 para tentar reverter a demissão de 3 mil trabalhadores na fábrica da montadora em São Bernardo do Campo, na Grande São Paulo. À época, ele

era presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e negociou a recontração dos demitidos diretamente com o vice-presidente de RH da VW.

Na entrevista, Gebauer também acusou o ex-líder de comissões de fábrica, Mário Barbosa, e disse que, “para os altos dirigentes, tudo era organizado com perfeição, com hotéis de luxo e todos os requisitos extras – garotas, inclusive”. Ele afirmou que os líderes sindicais visitaram uma casa noturna em Wolfsburg, sede da VW, às custas da empresa, “Cinco garotas dançaram sobre a mesa, deixando os nossos convidados bastante acesos, tanto quanto qualquer homem ficaria.”

A Volkswagen do Brasil, por meio de um comunicado, disse que a empresa “reserva-se ao direito de não comentar afirmações feitas por um ex-empregado do Grupo Volkswagen, demitido sumariamente sob a acusação de enriquecimento ilícito”. Ressalta ainda que a VW “tem publicamente enfatizado que fará todos os esforços para obter o total esclarecimento dos fatos”. “O departamento de Auditoria

Ministro diz que acusação é falsa e vai à Justiça

NOTA: O ministro do Trabalho, Luiz Marinho, disse ontem que vai acionar na Justiça os responsáveis “pelas calúnias e difamações que atentam contra a sua honra”.

“Essas acusações, falsas e mentirosas, provocaram-me grande indignação e perplexidade”, reagiu o ministro em nota. ●

Interna tem 30 profissionais exclusivamente dedicados a esse trabalho, além de outros 20 auditores externos da KPMG.”

O coordenador de comunicação a empresa na Alemanha, Thomas Mickleit, disse por telefone ao Estado que a matriz também não se pronunciaria. “É preciso ter muito cuidado ao confiar nestas declarações, porque Gebauer não é uma pessoa confiável.” Segundo ele, a promotoria está investigando o caso e ainda não há conclusões sobre outros envolvidos no escândalo. ●

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, todos os fenômenos do mundo têm alguma relação com a Amazônia. Tudo está interligado. O que acontece em outras partes do mundo interfere na Amazônia e a Amazônia interfere em outros fenômenos naturais pelo mundo afora.

Palavras de quem sabe o que diz. Palavras de um cientista do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA. Palavras de um técnico da Amazônica, que conhece a Amazônia, ali vive, ali aprendeu o verdadeiro significado da Região.

São Palavras do pesquisador Geraldo Mendes, especialista em Bioaquática e em ictiologia.

São Palavras de advertência? Sim, são palavras de advertência

Registro aqui, aproveitando esta oportunidade, a elogiável e heróica ação da Prefeita Cildra Andrade, do município de Silves por ocasião da seca de rios do Amazonas.

Ela resolveu acompanhar a equipe médica de Silves, atravessando a pé o Lago do Canaçari, que se transformara em imenso campo alagado durante a vazante.

A Prefeita quis ir, pessoalmente, com a equipe de saúde, para ver de perto o que estava se passando nas áreas mais distantes, atingidas pela seca.

Ela e a equipe faziam diariamente caminhadas de até três horas, carregando equipamentos e medicamentos nas costas. Nos locais atingidos, as equipes procuravam ensinar os ali residentes sobre ações que deveriam ser adotadas para não só enfrentar a difícil situação, como, também e principalmente, quais as medidas profiláticas que deveriam cumprir.

Parabéns à Prefeita Cildra, de Silves. É assim que se faz na hora em que é necessário.

Dou prosseguimento a este pronunciamento, para referir-me a um problema que, não sendo de Ma-

naus, causa prejuízos de vulto às indústrias do Pólo Industrial da Suframa. Refiro-me à pirataria de discos, dvds e produtos eletrônicos contrabandeados e que representam uma movimentação equivalente a 62% do mercado desses produtos no Brasil.

Com a pirataria, são prejudicados também outros segmentos industriais, como o de brinquedos, pela concorrência desleal do contrabando.

Chamo a atenção para o fato, alarmante, de que, com essa ação pirata, já foram fechadas no Brasil 31 fábricas, nos últimos três anos, coincidentemente os três anos do Governo petista do Presidente Lula.

Até quando vai perdurar a passividade do Governo diante desse absurdo comércio pirata, portanto ilegal?

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o segundo assunto eu gostaria de falar sobre Mário Covas, de saudosa memória, além de grande político e administrador, deixou um exemplo na ética política: sempre pôde voltar a sua casa de cabeça erguida, fosse ela a que dividia com os familiares, fosse a sua casa o partido, fosse o Palácio dos Bandeirantes, fosse o Brasil.

Essas expressões foram lembradas pelo Prefeito de São Paulo, José Serra, no dia 24 último, ao participar de solenidade em defesa da ética na política, realizada na sede da Fundação Mário Covas, em São Paulo.

Nessa palestra, o Prefeito paulistano faz uma incursão sobre o conceito de ética na política, texto que incorporo a este pronunciamento, para que passe a constar dos Anais do Senado Federal.

O texto vai em anexo.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

Discurso do prefeito José Serra em 24/10/2005, em São Paulo, em evento da Fundação Mário Covas em defesa da Ética na Política.

A etimologia de “ética”, que remete à palavra grega “ethos”, designa mais do que um conjunto de práticas ou de hábitos. Se formos investigar a palavra, vamos descobrir que ela guarda relação com o domicílio: é o lugar para onde poderemos sempre regressar porque nos acolhe. Mário Covas deixou um exemplo de ética na política: sempre pôde voltar a sua casa de

cabeça erguida, fosse essa casa aquela que dividia com seus familiares, fosse a sua casa o partido, fosse a sua casa o Palácio dos Bandeirantes, fosse o Brasil. Temos de tê-lo sempre como um referencial permanentemente atualizado. Farei agora dez comentários sobre a ética, com minha visão e naquela que considero do PSDB.

Primeiro

A ética na política, hoje em dia, segue estranhos caminhos. Aprendi com Kant que um princípio só é bom se pode ser generalizado. **Ninguém tem licença para ser aético.** Os dias andam turvos. Há aqueles que pretendem ter licença especial para ser aéticos na suposição de que outros já foram antes. **Não querem generalizar o bem; preferem pedir licença para generalizar o mal.**

Segundo

Não pode existir ética na política quem não fundamenta a sua ação para garantir a liberdade, a igualdade e a justiça. Quem torna o povo cativo da falsa caridade, transformando recursos públicos em demagogia eleitoreira, não é ético; quem cria uma sociedade em que alguns são mais iguais do que outros não é ético; **quem solapa as bases do Estado de Direito e, assim pratica injustiça, não é ético.**

Terceiro

Em Aristóteles, vamos encontrar a ética intimamente ligada a duas palavras que eram muito caras a Mário Covas, que são muito caras ao PSDB, que me são muito caras: “perícia” e “sensatez”. Ora, olhemos à nossa volta, pensemos nos dias que correm: quantos são os males que temos vivido porque falta a sensatez? Quantas são as agruras porque temos passado porque falta “perícia”?

Quarto

Transforma-se com frequência, a ética num discurso meramente retórico, quase num diversionismo. Peguemos exemplos: **um conjunto de fatores climáticos deixou seca a maltratada Amazônia. Mas foi a imperícia que levou fome à população ribeirinha. Foi a insensatez que fez com que os recursos não chegassem a tempo.** Ou temos claro que estamos falando de ética, ou não entenderemos que a ética diz respeito ao homem comum. Peguemos o exemplo da aftosa. **O vírus está na natureza. Mas ele só faz adoecer o rebanho se, de novo, a insensatez e a imperícia se juntam contra a ética da administração pública.**

Quinto

Os jornais todos noticiaram que a eleição do presidente da Câmara exigiu, em liberação de recursos do Orçamento, R\$ 1,5 bilhão. Para a seca na Amazônia, foram liberados R\$ 30 milhões. Só pode haver ética onde há perícia. Não têm sido freqüentes, no Brasil, infelizmente, nem uma coisa nem outra.

Sexto

A ética na política, como vêem, não é uma prática ou um discurso que só interesse a políticos. Ao contrário: sua destinação e objetivo primeiros têm de ser o conjunto da população, aqueles que delegam ao Estado parte de seus recursos, por meio de impostos, parte de sua liberdade, por meio das leis, parte de suas esperanças, por meio da militância política e da organização social, para que possamos promover o bem comum. Para que possamos, então, com sensatez, com perícia, promover mais liberdade, mais igualdade, mais justiça.

Sétimo

Infelizmente, o que temos visto é uma justiça que, muitas vezes, parece não ter receio de ser injusta; são os homens públicos que, antes de se regozijar com a liberdade, querem tolhê-la; são governantes que, sob o pretexto de promover a igualdade, aprofundam-na, tentando chamar a indústria de miséria de distribuição de renda. O PSDB tem um papel fundamental nessa história. Está provando que é possível fazer uma outra política. E vamos fazê-la.

Oitavo

Antes, os supostos monopolistas da ética, batiam no peito e depois apontavam o dedo acusador contra o adversário: “Nós somos éticos, vocês não são”. Falavam-no, embora lhes faltasse perícia, embora lhes faltasse sensatez. Caída a máscara, pretendem pôr a mão no nosso ombro, dividindo conosco o fardo, para declarar:

“Somos todos iguais. Não somos, de fato, melhores do que ninguém. Mas também não somos piores” Falso!!!

Não somos iguais coisa nenhuma! Rejeito o parentesco, rejeito a semelhança: o PSDB não aparelhou o Estado; o PSDB não promoveu uma rede de corrupção nas estatais; o PSDB nunca confundiu Estado, Partido e Governo; o PSDB não converteu a prática de caixa 2 num sistema, tampouco recorreu ao dinheiro público para criar uma malha de cooptação no Congresso. O PSDB, sobretudo, sempre admitiu seus defeitos, sempre procurou melhorar e jamais se disse o dono da verdade. Temos, como disse no dia em que venci a eleição, altivez na derrotada e humildade na vitória. Não somos iguais, não. Somos muito diferentes. O PSDB acima de tudo, não procura fazer baixa exploração da crise política, como sempre tentaram fazer conosco, e é até mal interpretado por isso.

Nono

É conveniente que não confundam a nossa disposição para evitar uma crise que pode ser ruim para o Brasil com fraqueza, com tolerância com os que pretendem redigir o seu próprio manual de ética, segundo o duplispensar orwelliano, em que liberdade é escravidão e ética é bandalheira. Porque não conseguirão nos arrastar para tal confusão. O Brasil saberá que é outra a nossa visão do mundo, é outra nossa política, é outra a nossa época.

Décimo

Todos sabem que votei “Sim” no referendo porque acredito que seria melhor para o Brasil. Mas compreendo a reação dos brasileiros. Estão também indignados com a incúria de certas políticas oficiais que só são sensatas na retórica, que só exibem perícia no discurso. A população mandou um importante recado nas urnas: cobra um Estado mais eficiente e que cumpra com mais determinação o que está, em suma, contratado, combinado. Nesse referendo, estive com a minoria. Mas sei reconhecer quando a maioria emite um claro sinal. No fim das contas, ela está cobrando mais sensatez, mais perícia, mais ética. Que o PSDB de Mário Covas e de todos nós saiba entender esse recado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária de quinta-feira, a realizar-se às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

PROJETO DE LEI DE CONVERSÃO

Nº 27, DE 2005

*(Proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005)
(Encontra-se sobrestando a pauta, nos termos do § 6º do art. 62 da Constituição Federal)*

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei de Conversão nº 27, de 2005 (proveniente da Medida Provisória nº 259, de 2005), que altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência

da República e dos Ministérios; autoriza a prorrogação de contratos temporários firmados com fundamento no art. 23 da Lei nº 10.667, de 14 de maio de 2003; altera o art. 4º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e a Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005; e dá outras providências.

Relator revisor:

Prazo final: 18-11-2005

2

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO

Nº 477, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 477, de 2005 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.807, de 2005, da Comissão de Assuntos Econômicos), que aprova a Programação Monetária relativa ao quarto trimestre de 2005.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 70, DE 2005

(Em regime de urgência, nos termos do
Requerimento nº 1.215, de 2005 – art. 336, II)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 70, de 2005 (nº 3.584/2004, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *dá nova redação ao §5º do art. 3º da Lei nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994* (permite que a União crie novas unidades de educação profissional a serem geridas e mantidas pela Administração Federal).

Parecer favorável, sob nº 1.827, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 87, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2003, tendo como primeira signatária a Senadora Fátima Cleide, que *altera o art. 89 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre a carreira dos servidores civis e militares do ex-Território Federal de Rondônia).

Parecer sob nº 1.662, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Mozarildo Cavalcanti, oferecendo a redação para o segundo turno.

5

SUBSTITUTIVO À**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO****Nº 12, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em segundo turno, do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Luiz Otávio, que *acrescenta artigo ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias*. (Dispõe sobre os processos em andamento de criação de novos municípios).

Parecer sob nº 1.663, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho, oferecendo a redação para o segundo turno.

6

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 12, DE 2003**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 12, de 2003, tendo como primeiro signatário o Senador Osmar Dias, que *altera os arts. 21 e 22 da Constituição Federal, para definir a competência da União no ordenamento do Sistema Nacional de Meteorologia e Climatologia*.

Parecer sob nº 466, de 2004, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relatora: Senadora Serys Slhessarenko, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

7

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO**Nº 59, DE 2004**

(Votação nominal)

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 59, de 2004, tendo como primeiro signatário o Senador Arthur Virgílio, que *altera a denominação da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira*.

Pareceres sob nºs 1.130 e 1.605, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Alvaro Dias, 1º pronunciamento (sobre a Proposta): favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece; 2º pronunciamento (sobre a Emenda nº 2-Plen – Substitutivo): favorável.

8

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 162, DE 2004**COMPLEMENTAR**

(Votação nominal)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 162, de 2004-Complementar, de autoria do Senador Augusto Botelho, que *dispõe sobre a atuação das Forças Armadas e da Polícia Federal nas unidades de conservação*.

Pareceres favoráveis, sob nºs 251 e 252, de 2005, das Comissões

– de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Aloizio Mercadante; e

– de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Jefferson Péres.

9

**SUBSTITUTIVO AO
PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 25, DE 2004**

Discussão, em turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 2004 (nº 4.891/99, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio e dá outras providências”, e a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que “dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências”, para dispor sobre o segurado de sociedade conjugal ou de união estável que exerce atividade contínua, sem fins lucrativos, no âmbito de sua própria residência.*

Parecer sob nº 1.670, de 2005, da Comissão Diretora, Relator: Senador Efraim Morais, oferecendo a redação do vencido.

10

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 88, DE 2004

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2004 (nº 6.101/2002, na Casa de origem), que *acrescenta parágrafo único ao art. 31 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, dispondo sobre o direito de examinar o produto no ato da compra.*

Parecer sob nº 1.533, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CMA (Substitutivo), que oferece.

11

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 24, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 2005 (nº 4.465/2001, na Casa de origem), que *altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973 (inclui novo trecho na Relação Descritiva das rodovias no Sistema Rodoviário Nacional).*

Parecer favorável, sob nº 1.534, de 2005, da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, Relator *ad hoc*: Senador Rodolpho Tourinho.

12

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 33, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 33, de 2005 (nº 2.970/2000, na Casa de origem), que *altera a denominação do Porto de Sepetiba, no Estado do Rio de Janeiro, para Porto de Itaguaí.*

Parecer favorável, sob nº 1.535, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Sérgio Cabral.

13

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 44, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 44, de 2005 (nº 5.124/2001, na Casa de origem), que *denomina Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes o Hospital de Messejana, localizado em Fortaleza, Estado do Ceará.*

Parecer favorável, sob nº 1.536, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Reginaldo Duarte.

14

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 47, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 47, de 2005 (nº 2.354/2000, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *exclui uma fração da área da Reserva Extrativista do rio Ouro Preto, localizada nos municípios de Guajará-Mirim e Vila Nova Mamoré, no Estado de Rondônia.*

Parecer favorável, sob nº 1.537, de 2005, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, Relator: Senador Valdir Raupp.

15

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 63, DE 2005

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 63, de 2005 (nº 2.487/2003, na Casa de origem), que *institui o dia 3 de dezembro como o Dia Nacional de Combate à Pirataria e à Biopirataria.*

Parecer favorável, sob nº 1.632, de 2005, da Comissão de Educação, Relator: Senador Eduardo Azeredo.

16

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 370, DE 2005**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 370, de 2005 (nº 1.377/2004, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo sobre Isenção de Taxas e Emolumentos Devidos à Emissão e Renovação de Autorizações de Residência para os Cidadãos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Brasília, em 30 de julho de 2002.*

Parecer favorável, sob nº 1.773, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

17

REQUERIMENTO Nº 759, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 759, de 2005, do Senador Arthur Virgílio e outros Senhores Senadores, solicitando seja consignado voto de solidariedade à jornalista Judith Miller, do Jornal *The New York Times*, presa por defender a liberdade de imprensa.

Parecer favorável, sob nº 1.814, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Eduardo Suplicy.

18

REQUERIMENTO Nº 823, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 823, de 2005, do Senador Arthur Virgílio, solicitando seja concedido Voto de Consternação ao Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília, pela tragédia ocorrida há sessenta anos com o lançamento de bombas atômicas em Hiroshima e em Nagasaki, no Japão, ocasionando a morte de centenas de milhares de pessoas.

Parecer sob nº 1.770, de 2005, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Roberto Saturnino, favorável, com a Emenda nº 1-CRE (Substitutivo), que oferece, que conclui pela apresentação de Voto de Solidariedade para com o povo japonês e todas as vítimas das

bombas atômicas lançadas em Hiroshima e Nagasaki, há sessenta anos; e que esse Voto de Solidariedade seja levado ao conhecimento do Governo do Japão, por intermédio de sua Embaixada em Brasília.

19

REQUERIMENTO Nº 933, DE 2005

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 933, de 2005, do Senador Sérgio Cabral, solicitando seja concedido voto de congratulações a Rádio Tupi, pelos seus 70 anos de fundação.

Parecer favorável, sob nº 1.731, de 2005, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Rodolpho Tourinho.

20

REQUERIMENTO Nº 943, DE 2005

Votação, em turno único, do Requerimento nº 943, de 2005, da Senadora Ana Júlia Carepa, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 86, de 2004, além da Comissão constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Constituição, Justiça e Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. PMDB – MA) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 29 minutos.)

(OS Nº 17438/05)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PSDB – SP) – Com a palavra o Senador Arthur Virgílio por quinze minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, precisamente por levar a sério a revista **Veja** como levo a sério a imprensa brasileira, apresentei à CPI dos Bingos requerimento convocando o Sr. Rogério Buratti, o Sr. Vladimir Poletto, o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares, o Sr. Roberto Colnaghi, dono do avião Sêneca que teria transportado o dinheiro – já

que teve o dinheiro sujo da cueca, esse agora é o dinheiro bêbado que vem em caixa de bebida de Cuba –, o Sr. Roberto Carlos Kurzweil, empresário, dono da locadora que alugou o Ômega preto blindado, o motorista Eder Eustáquio Soares Macedo, a Sr.^a Sueli Ribas Santos, o Sr. Chaim Zaher, o Deputado José Dirceu, que, à época, presidia o PT, e convite para o diplomata Sérgio Cervante, que já serviu em Brasília, já não está aqui, por ser estrangeiro, mas convidado para que ele venha, uma vez que morou tanto tempo no País, prestar a sua homenagem às leis brasileiras. São as providências que devemos tomar.

O Sr. Ney Suassuna (PMDB – PB) – Senador Arthur Virgílio, está convidando e convocando para?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Para a CPI dos Bingos, para esclarecer denuncia séria que, aliás, Senador, é a quinta envolvendo dólares para o PT. Uma que ficou nas brumas do folclore, a de Kadafi. A segunda, a das Farc – o jornal **Correio Braziliense**, em sua primeira página no domingo, denunciou em notas garrafais um treinamento das Farc aos narcoguerrilheiros e aos militantes do MST em uma fazenda no Paraguai, misturando tudo, misturando sem-terra com narcotráfico. Está uma beleza aquilo ali! É um quadro que dá um filme com roteiro de Gabriel Garcia Marques. Mas aqui perto, nas nossas barbas. A terceira foi aquela operação **back to back** – Marcos Valério deposita R\$ 10 milhões via doleiro na sua conta no exterior, a pessoa jurídica do Banco Rural, vai para a conta de Duda no exterior, e aqui eles emprestam o correspondente a isso em reais para o PT. Ou seja, qualquer pé-rapado poderia receber aqui porque não era para ser pago aqui, porque foi pago lá. É a chamada operação **back to back**. A quarta foi aquela denúncia da ex-esposa do Deputado Valdemar Costa Neto, referindo-se ao dinheiro de Taiwan. A quinta é essa de Cuba. A sexta poderá vir aí, estou checando, não quero falar nada levemente, mas já há indícios de uma sexta com implicações de política externa grave. Ou seja, o quadro é de absoluta desmoralização para o Partido que se dizia o dono da verdade, o dono da ética, o dono da moral deste País.

O Planalto anuncia que armou uma estratégia para o confronto com a Oposição e, incrivelmente, também com a imprensa brasileira. Segundo o noticiário, o esquema – para não usar eufemismos – é pura ditadura, ao menos pelo que passa pela cabeça de Lula, que já prometeu seguir a linha do Presidente Hugo Chavez, da Venezuela. Está nos jornais de hoje.

O Brasil já sabia das preferências do Presidente Lula, em que espaço para a democracia significa mera tolice. Agora, aí está a confirmação dita por ele mesmo,

o próprio Presidente Lula. Por não aceitar a democracia, ele e o PT fazem o que supõem ser ameaça...

Não estamos tremendo de medo! Acredite nisso, Presidente Lula! Não estamos tremendo de medo!

Afinal, o quê quer o Presidente? Que a Oposição, a imprensa e o povo brasileiro fiquem calados? Missão impossível! Todo santo dia há um fato delituoso novo. Não é o que estamos vendo?

No final da semana, a reportagem da revista **Veja**, com denúncia de US\$3 milhões vindos de Cuba para a campanha de Lula... A quinta envolvendo dinheiro do exterior para o Partido dos Trabalhadores e suas campanhas. Hoje, na **Folha de S.Paulo**, outra denúncia: a contabilidade paralela na Prefeitura de Ribeirão Preto: o Ministério Público dispõe de documentos que trazem novos indícios de que a segunda gestão petista na Prefeitura de Ribeirão Preto, 2001 a 2004, manteve uma contabilidade paralela que pode ter ajudado a engordar o caixa 2 do Partido em 2002.

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula que tudo isso, que compõe o maior esquema de corrupção jamais visto no Brasil, precisa, no mínimo, ser apurado. Quem devia mandar apurar? O Governo, é claro! Mas não. Lula e os petistas reagem, atiram pedras ocas por toda parte, dizem que a **Veja** seria um panfleto da Oposição e que tudo é mentira. Então é mentira a cueca; é mentira o que disse Roberto Jefferson; é mentira tanta cassação de mandatos, é mentira a queda de José Dirceu. Tudo é mentira, mas tudo aconteceu. Dezenas de demitidos no Poder Executivo, dezenas de Deputados com ameaça de cassação, alguns renunciando. E essa via-crúcis que terminará com a cassação do mandato do ex-Ministro José Dirceu.

É exatamente como nas vezes anteriores: desmentem, mas depois tudo se confirma.

Além de manter-se na retranca, o Governo Lula vem com esses disparates do tipo “partir para o confronto” ou joga essa asneira de seguir a linha Hugo Chávez. Não sei qual é a pior asnice.

Presidente, este País se chama Brasil. Lutamos, inclusive com a sua ajuda, para que nunca mais tivéssemos um ditador por esses nossos meridianos e paralelos. De repente, quem vem com essas idéias mirabolantes? Aquele que um dia ajudou na luta pelo restabelecimento do Estado de direito: o Presidente Lula. Saia dessa, Lula, e saia logo, antes que seja tarde.

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula que o povo brasileiro já não está suportando viver esse clima, esse mal-estar que só aumenta a cada dia acaba se transformando em reação à figura do chefe do Governo atual e de seu Partido. Vamos ser francos, bastante francos, Senador Tasso Jereissati, ninguém agüenta

mais ouvir falar no nome de Lula. Somos até mais pacientes do que a população lá fora. A população lá fora não agüenta mais ouvir falar no nome de Lula. É fato. É o que ouço e recolho das ruas.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Salvo os ouvidos da Senadora Serys...

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – A Senadora nem está aqui. Ainda agora ela fez umas caras esquisitas, enquanto eu cumpria meu dever de denunciar a ameaça a minha família. Não é cara esquisita que vai resolver coisa nenhuma, o que vai resolver mesmo é dizermos ao Presidente que Sua Excelência está enfadando, cansando o povo brasileiro. É, sem dúvida alguma, a figura mais chata da mídia brasileira, não tem ninguém mais; ganha qualquer concurso de chatices. Quando ele aparece, as pessoas dizem: não agüentamos mais, lá vem ele. E com criancinha no colo, beijando velhinha. Ô que coisa mais chata! Ele é um chato! Aqui para nós: é um chato de galochas. E tome a abraçar velhinha, e tome a perceber o repúdio. Ainda tem algum voto naquelas zonas de bolsões onde continuam vigorando os programas sociais que recebeu do Governo anterior, no resto todo ele perde, sinal de que vai perder até lá quando chegar o momento da eleição.

O Sr. Antonio Carlos Magalhães (PFL – BA)

– Faça-lhe justiça. Os programas de pobreza.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Verdade. O Senador Antonio Carlos teve uma participação e forçando a barra para dentro do Governo, isso é verdade mesmo, forçou e provou, faço justiça a V. Ex^a e faço justiça à Ministra Marina, que também exerce destacado papel, infelizmente num Governo frouxo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur, ledo engano. Em Guariba, que foi o ícone, o *marketing*, derrotamos o PT lá facilmente.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – E já construíram os banheiros que prometeram lá? Aqueles banheiros com torneiras douradas?

Como este é o País democrático de hoje, ninguém pensa em derrubar o Presidente. Mas, também e principalmente, ninguém no Brasil democrático de hoje, aceita passivamente esse avanço no dinheiro público; nem aceita dinheiro espúrio para eleger presidente da República brasileira. Repito e acrescento: alguém precisa dizer ao Presidente que a Oposição não é feita de tolos e muito menos o povo brasileiro deve ser considerado assim.

Até aqui este é o cenário deste Governo que aí está. O PT pintou e bordou para em seguida desmentir sem nenhuma cerimônia, soltando faíscas e dizendo que tudo era invenção.

Tudo era invenção, mas só na fala petista.

Tudo, na verdade, se confirmou.

A mais recente história é essa do dinheiro de Cuba. O Brasil todo leu a denúncia publicada por **Veja** com muita precisão jornalística.

Essa e as muitas outras são denúncias sérias, que, por isso, devem e precisam ser apuradas.

Se o Palácio do Planalto reage e se afasta da apuração do mesmo jeito que o diabo foge da cruz, tanto pior.

Aja o Presidente como bem entender, ele e seus amigos petistas. O normal seria uma reação que viesse ao encontro da apuração das denúncias.

Não veio. Então, a Oposição continuará cuidando disso.

Estou mais do que seguro de que a postura da Oposição, que quer apurar tudo tintim por tintim, é a mesma da população brasileira.

E mais: não se iludam Lula e seus já poucos seguidores. Não abriremos mão disso em nome da democracia. A democracia exige que se passe o País a limpo.

A democracia precisa não apenas ser preservada. É necessário também que a democracia brasileira seja digna e não um pano de fundo, um pano sujo, uma cueca de dólar em que o PT e o Presidente Lula se julguem detentores de poderes ilimitados para seguir nessa linha, que não é a nossa e, muito menos, a que a sociedade brasileira deseja.

Olhamos para o País e o que constatamos é uma sintonia geral do nosso povo pela democracia, pela correção na gestão pública e pelo desenvolvimento nacional. Não pensamos em mensalões, em aviões de luxo para os périplos presidenciais, nem, muito menos, em conexões internacionais para fazer caixa dois, caixa três, caixas mil.

Nós, que fazemos uma Oposição séria, estamos muito seguros de que a grande verdade brasileira repele a tática atual, desse Lula que tem duas vias. Com a primeira via, supõe levar o povo a acreditar que tudo vai bem.

Que tática é essa, que prefere distribuir ilusões? Que tática é essa, feita à custa de programas sociais que poderiam ser sérios? E que, em qualquer Governo também sério, também teria lugar garantido.

Mas só como complemento. Em Governo sério.

No Governo Lula, que vai perdendo a seriedade, se é que ainda tem alguma, o complemento é só o que há e é só o que existe.

Sigo na descrição das duas vias.

Agora, a segunda.

O que vem a ser essa segunda via? É o esquema de um grupo comprometido apenas com o Poder.

O esquemão que passa longe de qualquer programa de Governo ou de País.

Só que, de repente, solta-se um parafuso e tudo vem abaixo, deixando o rei nu, tentando se vestir às carreiras e às custas de mais bravatas. Como essa de implantar uma Republiqueta-Chavez para substituir a Grande República Brasileira Democrática de que desfrutamos hoje.

A Grande República Democrática é a que nós queremos preservar. Nós, os da banda lúcida e séria, que pensamos com respeito um povo sério, que imaginamos com seriedade o povo brasileiro.

Não vamos deixar que a outra banda jogue tudo a perder.

Anote em seu caderninho, Presidente Lula. Isso é definitivo. Por isso, repito: anote isso em seu caderninho, em letras de forma.

Estou anexando a este pronunciamento as notícias do dia, do que vem sendo publicado acerca dessas anomalias políticas, cujo sinônimo se chama governo petista do Presidente Lula.

Sr. Presidente, ainda há pouco fiz uma denúncia, e aqui está um alto dirigente da Força Sindical, aliás meu conterrâneo, Sr. Carlos Lacerda. E faço um apelo ao ilustre visitante no sentido de que leve o Sr. Gil, da Força Sindical, a confirmar nome, endereço, procedência de um suposto ex-policia que, na minha terra, Manaus, estaria oferecendo ao Sr. Gil R\$100 mil para que ele dissesse algo que denegrísse a minha imagem como homem público. R\$100 mil! Deve ser dinheiro roubado, deve ser dinheiro do Delúbio. E Gil teria dito algo no sentido de que é isso mesmo, que não tem mesmo o que dizer...

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Senador Arthur Virgílio, posso pedir licença a V. Ex^a?

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Romeu Tuma. PFL – SP) – Como Corregedor da Casa tomarei providências hoje. Já pedi à Polícia Federal que identifique a pessoa e providencie a abertura de processo competente, além das providências que V. Ex^a solicita ao convidado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Nessas coisas, meu prezado Carlos Lacerda, eu sou como o Diogo Mainardi da **Veja**: se confiam em mim, me dizem algo e eu achar que não deve ficar só entre dois, eu passo tudo para a Nação, ou seja, não trabalho em *off* – não sou jornalista; eu trabalho em *on*. Então, até aí não me preocupa, porque vasculhar a minha vida pode até dar a essas pessoas, quem sabe, a sensação de que eles podem recuperar-se, em lidando com a vida de uma pessoa decente.

Seria bom se eles lessem e seguissem o meu exemplo. Agora, disseram coisa pior: que sabiam dos passos da minha família, da minha esposa e dos meus filhos. E eu disse, ainda há pouco, exaltado, e agora repito, sem nenhuma exaltação, tudo o que disse há pouco: duvido que exista neste País uma pessoa – pode ser o Presidente Lula, o Delúbio, os seguranças do Lula, qualquer um – que tenha coragem, ousadia física, de fazer mal a um filho meu, ou a minha esposa, sem que eu cobre do jeito que eu achar que devo, como homem, uma resposta muito drástica para uma afronta desse tipo.

Hoje, ao chegar em casa, minha filhinha de dez anos estava brincando na porta de casa; ela vai continuar brincando na porta de casa, vai continuar andando sem segurança, vai continuar andando como sempre andou. Eu duvido... Na China não teria ninguém com coragem. Imagine aqui, com apenas 180 milhões de brasileiros. Na China, onde há 1,2 bilhão de pessoas, não há ninguém com coragem para isso; imagine aqui, onde só existem 180 milhões de brasileiros e menos de 90 milhões de homens! Então, não há nenhum com coragem para fazer isso – do Lula aos demais.

Peço, meu prezado Carlos Lacerda, nome, endereço e procedência do vagabundo. Espero que não haja dedo oficial nisso. Quero essa figura na cadeia. Não é para se esconder coisa alguma. É para se enfrentar com coragem! Se isso é uma tática para intimidar – que intimida cá e intimida acolá –, eu já disse ainda há pouco que mexer comigo e com os meus valores, sobretudo envolvendo a minha família, é tão grave e dá uma confusão tão feia quanto passar a mão no bumbum da namorada do Mike Tyson em um bar. Eu disse isso ainda há pouco e estou repetindo.

Portanto, Sr. Presidente, estou tranqüilamente me definindo. Sou uma pessoa de definições. Minhas definições são de todos os tipos. Há definição ética, psicológica, política, definição física. Não levo desaforo para casa de ninguém mesmo. Se eu sentir que é para devolver, eu devolvo de qualquer jeito. Quem me conhece sabe que é desse jeito; quem não conhece passa a saber que é assim.

Então, quero mesmo que V. Ex^a tome as providências e sei que V. Ex^a vai tomá-las. Que o Ministro Márcio Thomaz Bastos veja isso – tomara que não tenha ninguém oficial, porque senão será o pior pesadelo da vida deles.

Eu respeitei o filho do Presidente Lula até o presente. Eu evito, falo em Gamecorp, eu evito. Eu respeitei a filha do Presidente Lula. Venci o debate com o deputado lá na Executiva do Partido e fui apoiado nisso pelo então presidente do Partido, hoje novamente presidente, José Serra, dizendo que a moça tinha sofrido

demais, que eu não queria que tocassem para frente aquilo. Então, é uma loucura da parte do Presidente, se ele imagina que pode permitir uma coisa dessas; uma loucura que não me deixaria alternativa a não ser cobrar a resposta, política, jurídica e fisicamente.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Eu vou repetir. Permita-me e me dê tempo. Política, jurídica e fisicamente qualquer tipo de atentado a alguém ligado à minha família.

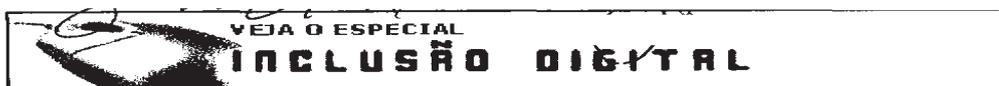
Essa gente, portanto, fique sabendo bem com quem está lidando. Eu vou repetir aquele filósofo ca-

rioca que foi cassado outro dia: "Tem certas coisas que despertam os meus piores instintos". Então, acho muito bom eles saberem até onde vão, porque eu sei até onde vou, desde que não mexam nesses valores que ameaçaram mexer em Manaus. Se mexerem, vão ver que eu próprio não sei até onde vou.

Muito obrigado. Era o que eu tinha a dizer.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)



FOLHAONLINE

31/10/2005 - 09h42

Denúncias sobre "dinheiro de Cuba" ameaçam Lula, afirma "La Nación"

da **BBC Brasil**

O jornal argentino "La Nación" afirma nesta segunda-feira que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está ameaçado por mais uma denúncia —a de que sua campanha presidencial recebeu dinheiro de Cuba.

O jornal argentino afirma que, após alguns dias sem grandes denúncias, tinha-se a impressão de que a crise no governo Lula poderia ter chegado ao fim.

Mas o jornal lembra que a reportagem da revista "Veja" pode servir de munição para uma campanha da oposição.

Já o "Clarín", também de Buenos Aires, afirma que a nova denúncia feita pela revista "Veja" desta semana abre espaço para a oposição pedir um processo contra o presidente.

E o jornal espanhol "El País" destaca declarações do governo cubano de que "tais mentiras visam desviar a atenção do público da visita do presidente americano George W. Bush ao Brasil nos dias 5 e 6 de novembro".

Especial

- [Leia o que já foi publicado sobre o presidente Lula](#)
- [Leia a cobertura completa sobre a crise em Brasília](#)

Endereço da página:

<http://www1.folha.uol.com.br/folha/bbc/ult272u47662.shtml>

Links no texto:

Leia o que já foi publicado sobre o presidente Lula
<http://busca.folha.uol.com.br/search?q=%22Luiz+In%20cio+Lula+da+Silva%22&site=online>

Leia a cobertura completa sobre a crise em Brasília
<http://www1.folha.uol.com.br/foiha/especial/2005/criseembrasil/>

- **ROGÉRIO BURATTI:** TRABALHOU NA PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO - CONFIRMOU A HISTÓRIA À VEJA; FOI CONSULTADO POR RALF BARQUETE, A PEDIDO DE PALOCCI, SOBRE COMO FAZER PARA TRAZER 3 MILHÕES DE DÓLARES DE CUBA
- **VLADIMIR POLETO:** EX-AUXILIAR DE PALOCCI NA PREFEITURA DE RIBEIRÃO PRETO – CONFIRMOU A HISTÓRIA À VEJA; TRANSPORTOU O DINHEIRO PESSOALMENTE DE BRASÍLIA A CAMPINAS; NA OCASIÃO, NÃO SABIA QUE LEVAVA DINHEIRO
- **DELÚBIO SOARES:** EX-TESOUREIRO DO PT – TERIA RECEBIDO O DINHEIRO NO COMITÊ DE LULA NA VILA MARIANA
- **ANTÔNIO PALOCCI:** “NÃO OUVI FALAR NADA SOBRE ISSO. ME PARECE ALGO MUITO FANTASIOSO”
- **SÉRGIO CERVANTES:** JÁ SERVIU COMO DIPLOMATA CUBANO NO RIO DE JANEIRO E EM BRASÍLIA; DIRIGENTE DO PARTIDO COMUNISTA DE CUBA - FICOU COM A GUARDA DO DINHEIRO EM BRASÍLIA
- **ROBERTO COLNAGHI:** EMPRESÁRIO – DONO DO AVIÃO SENECA; É UM DOS SÓCIOS DO JATO CITATION QUE FICAVA A DISPOSIÇÃO DE PALOCCI DURANTE A CAMPANHA DE LULA
- **ROBERTO CARLOS KURZWEIL:** EMPRESÁRIO – DONO DA LOCADORA QUE ALUGOU O ÔMEGA PRETO; TAMBÉM CEDEU OS SERVIÇOS DO MOTORISTA ÉDER MACEDO, À ÉPOCA, SEU FUNCIONÁRIO
- **ÉDER EUSTÁQUIO SOARES MACEDO:** MOTORISTA – AJUDOU A COLOCAR AS CAIXAS COM O DINHEIRO NO ÔMEGA PRETO E DIRIGIU O CARRO DO AEROPORTO DE VIRACOPOS ATÉ SÃO PAULO, ONDE A ENCOMENDA FOI ENTREGUE PARA DELÚBIO SOARES; HOJE TRABALHA COMO MOTORISTA DA REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA NO RIO DE JANEIRO
- **SUELI RIBAS SANTOS:** VIÚVA DE RALF BARQUETE – EM DESABAFO, CONFIRMOU QUE “ELES PEGAVAM DINHEIRO ATÉ DE CUBA”
- **CHAIM ZAHER:** EMPRESÁRIO – OUVIU O DESABAFO DA VIÚVA DE RALF BARQUETE
- **DEPUTADO JOSÉ DIRCEU** – À ÉPOCA, PRESIDIA O PT

*Pontuação
Para Comunicação de Liderança*

O Planalto diz que armou uma estratégia para o confronto com a oposição e, incrivelmente, também com a imprensa brasileira. Segundo o noticiário, o esquema, para não usar eufemismos, é de pura ditadura, ao menos na cabeça de Lula, que já prometeu *seguir a linha do Presidente Hugo Chávez, da Venezuela*. Está nos jornais de hoje.

O Brasil já sabia das preferências do Presidente Lula, em que espaço para a democracia é tolice. Agora, aí está a confirmação, dita por ele mesmo, o Presidente Lula. Por não aceitar a democracia, ele e o PT fazem o que supõem ser ameaça.

Não estamos tremendo de medo, acredite, Presidente Lula. Não estamos tremendo de medo!

Afinal, o que quer o Presidente? Que a oposição, a imprensa e o povo brasileiro fiquem calados? Missão impossível! Tod santo dia, há um fato novo. Não é o que estamos vendo?

No final de semana, a reportagem da Revista *Veja*, com a denúncia dos US\$ 3 milhões vindos de Cuba para a campanha de Lula.

Hoje, na *Folha de S.Paulo*, outra denúncia: a contabilidade paralela na Prefeitura de Ribeirão Preto: o Ministério Público dispõe de documentos que trazem novos indícios de que a segunda gestão petista na Prefeitura de Ribeirão Preto (2001-2004) manteve uma contabilidade paralela que pode ter ajudado a engordar o caixa dois do partido em 2002.

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula que tudo isso, que compõe o maior esquema de corrupção jamais visto no Brasil, precisa, no mínimo, ser apurado.

Quem deveria mandar apurar? O Governo, é claro!

Mas, não.

Lula e os petistas reagem ~~contra~~, atiram pedras ocas por toda a parte, dizem que a *Veja* é um panfleto da oposição e que tudo é mentira.

Exatamente como nas vezes anteriores. E depois tudo se confirma.

Além de se manter na retranca, o Governo Lula vem com esses disparates do tipo *partir para o confronto* ou *joga essa asneira de seguir a linha Hugo Chávez* - Não sei qual é a pior asni-ce.

Presidente, este país se chama Brasil. Lutamos, inclusive com a sua ajuda, para que nunca mais tivéssemos ditador por esses nossos meridianos e paralelos. E, de repente, quem vem com essas idéias mirabolantes? Aquele que, num dia, ajudou na luta pelo restabelecimento do Estado de Direito.

Saia dessa, Lula. E logo, antes que seja tarde.

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula, que o povo brasileiro já não está suportando viver nesse clima. Esse mal-estar, que só aumenta a cada dia, acaba se transformando em reação contrária à figura do Chefe do Governo atual e para o seu partido.

Ninguém agüenta ouvir falar no nome Lula!

Como esse é um país democrático de hoje, ninguém pensa em ~~quer~~ derrubar o Presidente.

Mas, também e principalmente, ninguém, no Brasil democrático de hoje, aceita passivamente esse avanço no dinheiro público. Nem ninguém aceita dinheiro espúrio para eleger *MM* Presidente.

Repito e acrescento:

Alguém precisa dizer ao Presidente Lula que a oposição não é feita de tolos. E muito menos o povo brasileiro deve ser considerado *tolos assim -*

Até aqui – este é o cenário desse Governo que aí está – o PT pintou e bordou, ~~roubou e roubou~~, para, em seguida, desmentir, sem nenhuma cerimônia, soltando faíscas e dizendo que tudo era invenção.

Tudo era invenção, mas só na fala petista.

Tudo, na verdade, se confirmou.

A mais recente história é essa do dinheiro de Cuba. O Brasil todo leu a denúncia publicada pela *Veja* com muita precisão jornalística.

Essa e as muitas outras são denúncias sérias, que, por isso, devem e precisam ser apuradas.

Se o Palácio do Planalto reage e se afasta da apuração do mesmo jeito que o diabo corre da cruz, tanto pior.

Aja o Presidente como bem entender, ele e seus amigos petistas. O normal seria uma reação que viesse ao encontro da apuração das denúncias.

Não veio. A oposição cuidará disso.

Estou mais do que seguro de que a postura da oposição, que quer apurar tudo, Tim-tim por Tim-tim, é a mesma da população brasileira.

E mais:

Não se iludam, Lula e seus seguidores: Não abriremos mão disso, em nome da democracia.

A democracia precisa não apenas ser preservada. É necessário também que a democracia brasileira seja digna e não um pano de fundo – um pano sujo - em que o PT e o Presidente Lula se julgam detentores de poderes ilimitados para seguir nessa linha que não é a nossa, muito menos a que a sociedade brasileira deseja.

Olhamos para o País e o que constatamos é uma sintonia geral do nosso povo pela democracia, pela correção na gestão pública e pelo desenvolvimento nacional.

Não pensamos em mensalões, nem avião de luxo para os périplos do Presidente, nem, muito menos, em conexões internacionais para fazer caixa 2, caixa 3, caixas mil.

Estamos, ^{de quem} nós que fazemos uma oposição séria, estamos muito seguros ~~da~~ grande verdade brasileira repele a tática atual, desse Governo Lula, que tem duas vias.

Com a primeira via, supõe levar o povo a acreditar que tudo vai bem.

Que tática é essa, que prefere distribuir ilusões? Que tática é essa, feita à custa de programas sociais que poderiam ser sérios? E que, em qualquer Governo também sério, também teria lugar garantido.

Mas só como complemento. Em Governo sério.

No Governo Lula, que vai perdendo a seriedade, o complemento é o só o que há.

Sigo nas duas vias.

Agora a **segunda**. O que vem a ser essa *segunda-via*? É o esquemão de um grupo comprometido apenas com o Poder. O esquemão que passa longe de qualquer Programa de Governo ou de País.

Só que, de repente, solta-se um parafuso e tudo vem abaixo, deixando o rei nu, tentando se vestir às carreiras e às custas de mais bravatas. Como essa aí de implantar uma República-Chavez no lugar da Grande República-Democrática.

A Grande República-Democrática é a que nós queremos preservar. Nós, os da banda séria, que pensa sério como o povo sério, que é o povo brasileiro

Não vamos deixar que a outra banda jogue tudo a perder.

Anote em seu caderninho, Presidente Lula. Isso é definitivo!

Por isso, repito, anote isso em seu caderninho. Em letras de forma.

Estou anexando a este pronunciamento as notícias do dia, do que vem sendo publicado acerca dessas anomalias políticas, cujo sinônimo se chama Governo Petista do Presidente Lula.

Era o que tinha a dizer.

ANEXOS

Caixa 2

Oposição quer investigar dinheiro de Cuba em CPI. E o começo seria Duda Mendonça

31 de Outubro de 2005

A oposição deve definir nesta segunda-feira uma estratégia diante da informação de que a campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva recebeu 3 milhões de dólares de Cuba. Deputados e senadores do PSDB e do PFL querem apurar a história convocando todos os envolvidos para depor em uma das CPIs em andamento no Congresso.

A linha de investigação a ser adotada pelos partidos de oposição pretende basear-se em três suspeitas de crime: dinheiro gasto e não declarado, o que contraria a Lei Eleitoral; pagamentos em contas no exterior sem comunicado à Receita Federal, o que indica crime contra a ordem tributária, e um partido, o PT, beneficiado por recursos externos. Essa prática é proibida pela Lei dos Partidos Políticos e prevê como pena a cassação do

registro da legenda.

Para os parlamentares, a lista dos depoentes deverá incluir o ministro da Fazenda Antonio Palocci, um dos coordenadores da campanha de Lula. Em entrevista a **VEJA** desta semana, o ex-assessor Rogério Buratti diz que foi consultado a pedido de Palocci sobre como trazer para o país 3 milhões de dólares de Cuba.

Para muitos parlamentares, a investigação-chave deve concentrar-se nos gastos com publicidade e nos pagamentos feitos ao publicitário Duda Mendonça. Ele admitiu ter recebido 9,5 milhões de dólares por uma offshore nas Bahamas, com conta em Miami. "Duda diz que recebeu no exterior por serviços prestados em 2003 ao PT, não em 2002, durante a campanha presidencial. A investigação completa das contas de 2002 vai mostrar que foram pagamentos para a campanha", disse o deputado tucano Eduardo Paes (RJ), da CPI dos Correios ao jornal O Estado de S.Paulo. Para o tucano, a "oposição foi até agora conivente com a irresponsabilidade do PT e do governo. Blindamos o Lula quando não investigamos o suficiente para mostrar que certas determinações legais foram descumpridas na campanha."

Segundo o senador Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), a representação que a oposição apresentará ao Ministério Público nesta semana pedirá apuração mais ampla sobre as contas de campanha de Lula. Virgílio diz que o MP deve entrar no caso após os envolvidos prestarem depoimento nas CPIs.

O presidente Luís Inácio Lula da Silva e o ministro Antonio Palocci (Fazenda) conversaram por telefone no sábado para discutir a estratégia adotada a partir de agora. A preocupação de Lula é que seu nome seja envolvido de forma mais direta na crise política. Se comprovado o envio de dinheiro de Cuba ao PT, o partido pode ter seu registro cancelado e Lula não poderia concorrer à reeleição no ano que vem.

VEJA - Reportagem de **VEJA** desta semana informa que o comitê eleitoral de Lula recebeu 3 milhões de dólares do governo cubano entre agosto e setembro de 2002. A reportagem descreve ainda qual teria sido o percurso do dinheiro até São Paulo - o transporte foi feito em três caixas de bebida que chegaram a Brasília, foram levadas para Campinas e entregues em São Paulo para o ex-tesoureiro do PT, Delúbio Soares.

As duas fontes citadas na reportagem são Rogério Buratti - que recentemente denunciou um suposto esquema de propinas na prefeitura de Ribeirão durante a gestão de Palocci - e Vladimir Poletto, outro ex-assessor do ministro da Fazenda. O principal articulador do esquema, citado pelos dois, seria o também ex-assessor de Palocci Ralf Barquete, que morreu em junho de

2004, vítima de câncer.

Lula diz a auxiliares que, se opositores criarem "clima de impeachment", partirá para o ataque

Planalto esboça plano para "guerra" contra oposição

**KENNEDY ALENCAR
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA**

Se a oposição insistir em usar a acusação de que Cuba contribuiu para a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva em 2002, o governo vai partir para o confronto.

Quem falou com Lula no final de semana encontrou um presidente contrariado e disposto a referendar uma guerra contra a oposição e setores da mídia.

O presidente acha que a oposição viu que após meses de investigação não encontrou nada de concreto contra ele e tenta agora criar um clima para seu impeachment ou seu eventual afastamento voluntário da sucessão de 2006.

Nas conversas reservadas, Lula disse que, se a oposição levar a sério a tese de impeachment, ele poderia seguir a linha do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, que dividiu o país ao meio ao partir para uma luta direta contra a mídia e a oposição de seu país, que tentou, sem sucesso, tirá-lo definitivamente do poder com um golpe, em abril de 2002.

Na avaliação do Palácio do Planalto, se a oposição voltar a entoar o discurso de impeachment de Lula para valer, o presidente e o PT teriam duas saídas:

- 1) bater duro no caso Eduardo Azeredo, senador tucano que quando candidato ao governo de Minas recebeu recursos de Marcos Valério por meio de caixa dois. A tentativa é mostrar que o mensalão teria origem no PSDB;
- 2) ressuscitar suspeitas de corrupção da gestão FHC que o PT deixou de lado na transição de governo com o PSDB em 2002. Relatórios do período de transição permanecem inéditos até hoje por ordem de Lula, que, à época, preferiu não investigar eventuais suspeitas de corrupção para evitar que a economia sofresse. Quando Lula assumiu, havia risco de volta de forte processo inflacionário e desconfiança dos investidores no novo governo.

As informações de como o governo pode partir para um confronto mais duro com a oposição foram transmitidas à Folha por dois interlocutores de Lula que falaram com ele no final de semana.

Eles comentaram possíveis efeitos políticos da reportagem da revista "Veja" que acusa a campanha de Lula de ter recebido clandestinamente ou US\$ 1,4 milhão ou US\$ 3 milhões de Cuba.

A reação do governo às denúncias será o tema principal da reunião de coordenação, hoje, no Planalto. Segundo um assessor do presidente, o governo estuda duas possibilidades de investigação.

A primeira, caso a avaliação dos ministros seja de que dificilmente surgirão provas concretas para agravar a crise, seria deixar o PT investigar as denúncias.

Caso a avaliação seja de que a repercussão é perigosa e ameaça envolver o Planalto, a opção do governo deverá ser a de acionar a Polícia Federal nas investigações.

"Linha dura"

À Folha um auxiliar direto de Lula afirmou que a oposição, embora não envolvida com a denúncia, vai querer tirar proveito para enfraquecer o governo. Disse ainda que a "linha dura" venceu.

"Linha dura" é o nome de um grupo de auxiliares do presidente e de membros da cúpula do PT que preferem partir para a guerra com a oposição a tentar algum tipo de entendimento que melhore o clima entre os dois lados.

Nesse grupo, estão os ministros Luiz Marinho (Trabalho), muito amigo do presidente, Dilma Roussef, que tem sido durona na Casa Civil até com colegas de governo, Luiz Dulci (Secretaria Geral), que acha que a oposição infla artificialmente a crise, e membros da cúpula do PT, como o presidente do partido, Ricardo Berzoini, e seu antecessor, Tarso Genro.

Esse grupo "linha dura" vem defendendo uma ação ofensiva do governo e do PT. Até a semana passada, essa ala era confrontada pelos ministros Palocci, Márcio Thomaz Bastos (Justiça) e Jaques Wagner (Relações Institucionais).

Wagner deu entrevista à Folha na última quinta, publicada ontem, defendendo um acordo com a oposição para pôr fim ao que chamou de "guerra fratricida" entre PT e PSDB no Congresso.

O articulador político disse que deveria haver acordo para encerrar as investigações das três CPIs do Congresso até 15 de dezembro e encaminhar tudo o que foi apurado à Justiça, ao Ministério Público e à Polícia Federal.

A posição de Wagner refletia o resultado de uma conversa com Lula na qual ele avaliava que seria melhor tentar diminuir a intensidade da guerra política com a oposição, já que acabar com essa animosidade é praticamente impossível em virtude da antecipação do debate sucessório.

Wagner e Lula avaliaram que a nova Executiva do PT estava adotando uma linha muito dura e que só estimularia o conflito. O ministro chegou a telefonar para o senador Azeredo a fim de dizer que o governo não tinha interesse em dificultar sua vida por causa da revelação de que recebeu R\$ 700 mil de Marcos Valério.

No meio da conversa, Azeredo passou o telefone ao líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), que ouviu de Wagner a ponderação de que PT e PSDB tinham elementos comuns na sua origem que recomendavam evitar uma guerra de destruição mútua.

Nas reuniões internas de governo, em maior ou menor grau, Wagner, Palocci e Thomaz Bastos sempre argumentaram que não interessava a Lula e ao PT criar um clima de guerra tão longe da sucessão presidencial de outubro do ano que vem. No entanto, parecem ter sido vencidos pelos fatos e circunstâncias neste final de semana.

Para complicar, o publicitário Marcos Valério vem chantageando o governo. Ameaçou envolver até Lula em lobby fracassado no Banco Central para tentar receber parte dos R\$ 55 milhões que diz ter emprestado ao PT e que são confirmados pelo ex-tesoureiro do partido Delúbio Soares.

ESCÂNDALO DO "MENSALÃO"/ CONEXÃO RIBEIRÃO

Papéis apontam contabilidade paralela na gestão de Palocci e do sucessor dele, também do PT

Ministério Público tem novo indício de fraude em Ribeirão

JOSÉ ALBERTO BOMBIG

ENVIADO ESPECIAL A RIBEIRÃO

ROGÉRIO PAGNAN

DA FOLHA RIBEIRÃO

Documentos em poder do Ministério Público trazem novos indícios de que a segunda gestão petista na Prefeitura de Ribeirão Preto (2001-2004) manteve uma contabilidade paralela que pode ter ajudado a engordar o caixa dois do partido em 2002.

Os papéis, anexados ao inquérito da Promotoria para apurar o caso, revelam movimentações financeiras entre a prefeitura e empresas que não passaram pela contabilidade oficial para o pagamento de serviços - que, segundo a atual administração tucana da cidade, não foram realizados.

Os documentos da contabilidade paralela reforçam a tese de que empreiteiras "laranjas" recebiam da prefeitura e depositavam o dinheiro em outras contas ou repassavam os valores a terceiros, ficando com uma parte a título de comissionamento.

Segundo a revista "Veja", dois ex-integrantes da gestão do ministro Antonio Palocci (Fazenda) na Prefeitura de Ribeirão, Ralf Barquete e Vladimir Poletto, são acusados de terem "operado" na campanha de Lula em 2002. Eles teriam transportado dinheiro de Cuba para o PT. Barquete, morto em 2004, era secretário da Fazenda e Poletto, seu auxiliar direto.

Palocci administrou a cidade entre 2001 e 2002. Deixou o cargo e foi substituído pelo vice, Gilberto Maggioni, que ficou até 2004.

Suspeita

A suspeita do Ministério Público é que o suposto esquema de caixa dois na cidade paulista tenha sido "exportado" para a campanha vitoriosa do petista, da qual Palocci foi coordenador, e drenado recursos da cidade.

No cerne das investigações dos promotores estão dois projetos: Vale dos Rios e Fábricas de Equipamentos Sociais, que consumiram quase R\$ 10 milhões em 2002 sem terem sido concluídos. O TCE (Tribunal de Contas do Estado) deu parecer desfavorável ao primeiro. O segundo ainda não teve as contas analisadas.

Entre os documentos, há notas fiscais seqüenciadas no valor total de R\$ 47 mil, emitidas em cinco datas ao longo de apenas três meses e uma espécie de planilha de contabilidade paralela.

Há ainda um depoimento à Justiça do Trabalho segundo o qual uma das empresas não tinha poder sequer de contratar funcionários, servindo apenas para movimentar recursos financeiros.

Por meio deles, é possível comprovar a relação entre a administração municipal com uma empreiteira que, segundo a atual direção da Coderp (Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto), empresa controlada pelo município e responsável pelas obras, não consta na contabilidade oficial dos projetos.

Em junho de 2002, o empresário Vicente Muñoz Dias enviou à Coderp uma planilha na qual listou pagamentos feitos a ele, em dinheiro, por Augusto Pereira Filho, superintendente do órgão até abril daquele ano.

Os pagamentos em espécie somam R\$ 10.400, entregues, segundo a planilha, por Pereira Filho. "Pelos registros a Coderp não teve qualquer relacionamento com a Muñoz", diz Ruy Salgado Ribeiro, atual diretor da empresa e presidente do PSDB de Ribeirão. "A prefeitura não pode fazer pagamentos em espécie, e muito menos sem registros contábeis", completa o vereador tucano Nicanor Lopes, autor da representação ao Ministério Público.

Planilha

Diaz encaminhou a planilha -que lista ainda outros pagamentos, pelos quais ele teria recebido comissão-, a Roberto Francóí, que substituiu Pereira Filho na Coderp. Ele solicitava o recebimento de honorários que não teriam sido pagos pelo ex-diretor. O pedido foi negado.

Segundo o empresário, a Muñoz havia sido contratada para trabalhar nas Fábricas Sociais. Um dos coordenadores do projeto era Roberto Costa Pinho, ex-secretário de Desenvolvimento de Programas e Projetos do Ministério da Cultura, exonerado por suspeita de favorecimento.

Pinho também aparece no escândalo do "mensalão", acusado de ter recebido do valerioduto. O outro coordenador era o arquiteto João Filgueiras Lima

Uma seqüência de notas do número 51 ao 55, emitidas por Muñoz entre 6 de setembro e 5 de novembro de 2002 -quando os projetos estavam praticamente suspensos -também integra o material em poder dos promotores. Nesse caso, ele também tentava provar que havia prestado serviço a empresa municipal.

Outra nota anexada ao inquérito é da empresa Gianetti Mão-de-Obra e Montagem de Estruturas Metálicas, também supostamente contratada para os projetos. A empresa registra recebimento de R\$ 45 mil, fora da contabilidade oficial, e faz uma observação: "segue planilha anexa". O documento não foi localizado.

D:\Meus Documentos\COMUNICACAO DE LIDERANCA 2A.FEIRA 311005.doc
Arthur.Virgilio@senador.gov.br

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO NA SESSÃO DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2005, QUE, RETIRADO PARA REVISÃO PELO ORADOR, ORA SE PUBLICA.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Pela ordem, Srª Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Com a palavra, pela inscrição, Senador Cristovam Buarque.

Antes, concedo a palavra, pela ordem, ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Com revisão do orador.) – Srª. Presidente, fui procurado, no fim de semana, pelo Deputado Federal Pauderney Avelino, do PFL, do Amazonas, e por um dirigente de uma associação patronal, para usar uma linguagem petista. Há os empregados, os trabalhadores, e os patrões então, patronal. Fui procurado,

Srª Presidente, por um rapaz da Força Sindical, que espero tenha a hombridade de confirmar o que ouviu. Esse rapaz recebeu oferta de dinheiro de um ex-Policial, e eu vou ter o nome disso tudo, do rapaz, o Gil, o do ex-Policial, que não sei se é alguém que saiu da Polícia expulso por ser matador, sei lá o que era, mas que estava a mando do PT nacional, em Manaus, na minha terra, investigando a minha vida,

Até aí tudo bem, porque não é nada mal o PT tomar conhecimento com a vida de gente decente. Até aí, não há problemas. Pode até servir de exemplo. De repente, começam a me imitar, depois ganham a autoridade que eu tenho para falar como eu falo, até porque estribado na minha vida decente. Isso é ótimo. Até aí tudo bem.

O problema é que o rapaz "rosnou", segundo me disse o Deputado Pauderney e segundo me disseram as pessoas em volta, Srª Presidenta...Srª Presidenta, por favor! "Rosnou", "rosnou" ameaças físicas a mim, aos meus filhos – isso é imperdoável, e a minha esposa.

A mim não. Não sei quem ameaça mais quem, se formos só eu e ele, sozinhos! Mas ameaças a minha família?! Portanto, eu queria mesmo... A gente costuma falar aqui, pede providências ao Ministro Márcio Thomaz Bastos, e ele não faz coisa alguma. Eu pedi outro dia garantias de vida ao Sr. Ailton, naquele caso Santo André. Será que o Senado pode me responder se já foi o ofício para o Ministro Márcio Thomaz Bastos, se já foi concedida garantia de vida a um dos poucos sobreviventes daquele caso Santo André? Eu pedi garantia de vida para os irmãos Daniel. Será que ficou por isso? Eu fiz o requerimento e morreu, não fui levado a sério. Daqui a pouco, acontece uma nona morte por enforcamento. Só falta dizer isto: "Assassinado com tiro na nuca... suicidou com um tiro na nuca, ou suicidou com ele próprio se enforcando". Ou será que foi? E que resposta teria dado o Ministro Márcio Thomaz Bastos sobre isso?

O fato é que a coisa chegou em mim. Chegou na pessoa errada. Mexer comigo é a mesma coisa que passar a mão no bumbum da mulher do Mike Tyson em um bar. É a mesma coisa! Eu reajo exatamente como o Mike Tyson reagiria se alguém passasse a mão no bumbum da mulher dele em um bar. Então, é previsível.

Portanto, eu vou saber quem é o vagabundo que está em Manaus. Ele disse que ganhou R\$100 mil para começar esse trabalho. Eu vou saber quem é. Se eu identificar quem é, vou dar uma surra nele, pessoalmente. Eu. Eu, pessoalmente. Não precisa de mais ninguém. Faço eu mesmo. Vou dar-lhe uma surra pessoal e física. Eu mesmo!

Agora, há a questão da minha família, dos meus filhos. Tenho um filho em Manaus. Tenho filhos que vão para Manaus a toda hora, e são menores. Eu quero, portanto, desde já, deixar em alerta esse PT, que falava pela boca do outrora tido como honrado e sei lá o quê, José Dirceu, ao Governo Fernando Henrique, ao dizer que tucano deveria apanhar no voto e nas ruas. Ele tentou corrigir depois, mas disse isso. Então, eu não vou deixar passar nada.

Até pedi minha inscrição como orador, mas para falar de outro assunto. Esse é um assunto menor. Estou agora dizendo que quero que isso seja realmente transmitido ao Ministro Márcio Thomaz Bastos; transmitido a ele. Quero, de verdade, investigação séria e, aliás, que não tenha pessoa do Governo por trás disso. Aliás, eu quero acreditar que não deve ter gente do Governo por trás disso, porque senão, com gente do Governo ou não, a surra pessoal no vagabundo ninguém tira.

Se estivesse sendo ameaçado o meu filho, eu pessoalmente daria uma surra até no Lula, Sr^a Presidente, iria em cima daquelas medalhas do Exército e daria uma surra no Lula. Eu, pessoalmente. Se hou-

vesse ameaça a um filho meu. Ele não se iluda quanto a isso. Nem ninguém se iluda quanto a isso.

Portanto, dentro do que é o meu temperamento... Aliás, eu faço aniversário neste mês; escorpião. As pessoas não devem achar que eu vou desonrar o signo. Está registrado e quero providências. Pedi proteção para o Ailton, e nunca mais a Mesa me disse nada. Daqui a pouco, matam o Ailton, dizem que ele, deprimido, suicidou-se, e ficamos sem saber o que se passou em Santo André. Daqui a pouco, Sr^a Presidente, matam a um e outro daqueles irmãos de Celso Daniel, dizem que se suicidaram também, porque comeram cogumelo.

Estou advertindo, depois de ter ouvido aqui o Senador Antonio Carlos Magalhães, para o fato de que isso parece algo meio consertado. De minha parte, como sempre, estou, completamente à disposição. Lamento não ser o Casanova. Dizem que o Casanova dava a suas amantes toda a satisfação que dou aos meus inimigos, que não podem arrepender-se de serem meus inimigos nunca. Eu sou inesquecível como inimigo. Inesquecível!

Fica, pois, registrado o que disse, e quero saber que providências concretas serão tomadas agora, até porque quero saber se há ou não dedo governamental nisso. A verdade vai aparecer e, se não aparecer, será mais uma demonstração de frouxura de gente frouxa, que não consegue enfrentar a coragem das pessoas corajosas. Eu nasci e vou morrer com coragem para defender as minhas verdades, Sr^a Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Já pedimos à Mesa a verificação dos procedimentos solicitados por V. Ex^a ao Ministro da Justiça.

Esta Presidência defere a solicitação feita pelo Senador José Sarney, por ocasião do seu discurso, que então não havia sido deferida.

Concedo a palavra ao Senador Cristovam Buarque.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC) – Pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko. Bloco/PT – MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Tião Viana.

O SR. TIÃO VIANA (Bloco/PT – AC. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, quanto à preocupação com a família e à indignação justa que teve o Senador Arthur Virgílio por sofrer ameaça de invasão de sua vida pessoal, solicito à Mesa que encaminhe o pronunciamento de S. Ex^a ao Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para as devidas providências de investigação, para saber se está ou não havendo violência aos direitos humanos contra a figura do Senador Arthur Virgílio, que é merecedor do mais absoluto respeito e defesa da sua dignidade pública.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Sr^a Presidente, pela ordem, mais uma vez. E sem aquela história de a Taquigrafia melhorar o que eu disse. Quando eu falei “tapa” foi “tapa”. Tudo o que eu falei é para ficar. Está bem. Muito bem! E é isso o que acontece mesmo. A senhora está apoquentada? Mas não fique não. É isso que vai acontecer mesmo. Porque eu tenho paciência, tenho certo limite, e com essa gente eu estou sem nenhuma.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/ PT – MT) – Eu não estou apoquentada. Só que o senhor já repetiu várias vezes, e já deu para entender.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Mas é que quem é inteligente compreende antes de mim. Mas eu, como sou burro, para ter certeza de que fui entendido, repito, repito e repito. Outro dia, eu chamei-lhe 17 vezes de alguma coisa ali. Hoje, eu posso dobrar para 49. Daqui a pouco, eu vou ter toda a tribuna do mundo à minha disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/ PT – MT) – Todos nós aqui somos muito inteligentes. Concedo a palavra ao nobre Senador....

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – V. Ex^a é mais do que eu, mas tem que me ouvir com respeito, e eu não estou aqui para ficar vendo V. Ex^a fazendo essa cara de muxoxo. Como Presidenta, ou não, senta aí, e me ouve com o respeito que qualquer um tem que ouvir quando está aí.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Já lhe ouvi com todo o respeito e volto a ouvir o senhor novamente com outro aparte. Se o senhor fizer um terceiro aparte eu ouvirei.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só que é sem muxoxo. O Presidente Renan ouve sem muxoxo, o Presidente Antonio Carlos ouve sem muxoxo, é sem muxoxo. Tem que ouvir feito uma pedra. Esqueça o seu partido e ouça como uma pedra.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Em primeiro lugar, eu não o que é muxoxo.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muxoxo é fazer assim: “tchich, thich, thich”.

A SRA. PRESIDENTE (Serys Slhessarenko Bloco/PT – MT) – Concedo a palavra ao nobre Senador Cristovam Buarque, pela ordem de inscrição.

**CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA DE COMISSÕES
SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS**

(*)Repúblicação das Emendas apresentadas em razão de erro na identificação do nº da MP na etiqueta da publicação anterior.

EMENDAS APRESENTADAS PERANTE A COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 262, ADOTADA EM 18 DE OUTUBRO DE 2005 E PUBLICADA NO DIA 19 DO MESMO MÊS E ANO, QUE “ABRE CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO, EM FAVOR DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, NO VALOR DE R\$ 30.000.000,00, PARA O FIM QUE ESPECIFICA”:

CONGRESSISTAS	EMENDA NºS
Deputado ANDRÉ FIGUEIREDO	002, 009.
Deputado ADEMIR CAMILO	011, 012.
Deputado Dr. RODOLFO PEREIRA	001, 003.
Deputado LUIZ PIAUHYLINO	010.
Deputada ROSE DE FREITAS	004, 005, 006, 007, 008, 013, 014, 015, 016, 018, 019.
Deputado ZÉ GERALDO	017.

SSACM

TOTAL DE EMENDAS: 019.

MPV-262
00001

MPV nº 262, de 2005

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **DR. RODOLFO PEREIRA**
UF: **RR** Partido: **PDT**

Inserir ao Anexo de Suplementação Orçamentária da Medida Provisória o Programa: Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres (1027) – 06.182.1027.0678.XXXX no Estado de Roraima, com o crédito no montante de R\$ 6.000.000,00 (Seis Milhões de Reais) para destinar à Brigada de Incêndio Florestal do Estado de Roraima.

ESF F; GND 3; FONTE 300.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo do Programa "Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres" projetada para o Estado de Roraima um alento para as queimadas que estão destruindo parte da floresta amazônica, e que dirigem-se para o Estado de Roraima.

É inaceitável que a inércia perante a eminência seja concretizada, e que vejamos áreas de proteção ambiental, reservas ecológicas e de fauna e flora sejam consumidas por incêndios, enquanto os recursos para as ações preventivas ficam retidos em cofres do Tesouro Nacional.

Por representar os anseios de um Estado inteiro e de sua população, proponho esta emenda.

Sala da Comissão, 20 de Outubro de 2005.


Dep. DR. RODOLFO PEREIRA
PDT/RR

MPV-262
00002

MPV nº 262, de 2005

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **ANDRÉ FIGUEIREDO**
UF: **CE** Partido: **PDT**

Incluir a Funcional Programática 06.182.1029.2B97.0020 – “SOCORRO E ASSISTENCIA AS PESSOAS ATINGIDAS POR DESASTRES (Crédito Extraordinário) - NA REGIAO NORDESTE”, o montante de R\$ 30.000.000,00 (Trinta Milhões de Reais)

ESF F; GND 3; MOD 90; FONTE 300.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004

JUSTIFICAÇÃO

A Região Nordeste do Brasil, assim como a Região Norte, vem *sofrendo com as constantes modificações climáticas ocorridas durante todo esse ano, oscilando entre baixa drástica no nível de rios, riachos, seca de lagos, poços e similares; e enchentes de barragens, açudes e reservatórios de águas, em casos, levando a destruição dos mesmos.*

Todos os Estados da Região Nordeste tiveram municípios com Estados de Calamidade ou Situação de Emergência decretados pelas autoridades responsáveis.

Creemos na eficiência que esse tipo de auxílio irá provir para a população nordestina, onde são incansáveis as reportagens geradas todas as semanas, retratando o sofrimento do povo, com a escassez de água, tanto na forma potável, como sendo meio de sobrevivência via lavoura ou pecuária, até mesmo como forma de transporte, inviabilizando até mesmo condições de ensino e educação para as gerações mais novas.

Esta Emenda visa salvar de mais castigos e injustiças, a população nordestina.

Sala da Comissão, 21 de Outubro de 2005.


Dep. ANDRÉ FIGUEIREDO
PDT/CE

MPV-262
00003**MPV nº 262, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **DR. RODOLFO PEREIRA**
UF: **RR** Partido: **PDT**

Incluir à Funcional Programática 06.182.1029.2B29.0010 – o valor de R\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais) para destinar ao Município de Pacaraima, no Estado de Roraima
ESF F; GND 3; FONTE 300.

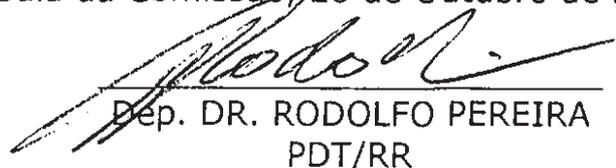
O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo destina-se a implementar ações de solução para calamidade pública que atinge o Município todos os anos, e o qual encontra-se agora com Calamidade decretada pela seca nos poços e reservatórios.

Carente de ação preventiva que bloqueie o castigo à população, especialmente nesta época do ano, a população roraimense aguarda no Governo Federal o socorro eminente por via de um programa como "Prevenção e Preparação para Emergências e Desastres" para que não sofra linearmente das ações da natureza.

Sala da Comissão, 20 de Outubro de 2005.



Dep. DR. RODOLFO PEREIRA
PDT/RR

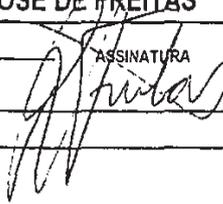
EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-262
00004

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP nº 262	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO
<p>Suplementar Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101 Funcional Programática: 06.182.1027.0678.XXXX Ação: Apoio a Obras Preventivas de Desastre Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Afonso Cláudio - ES GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 300.000,00</p> <p>Cancelar Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101 Funcional Programática: 06.182.1029.2B97.0010 Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 300.000,00</p>

JUSTIFICAÇÃO
<p>O município de Afonso Cláudio, situado no Estado do Espírito Santo, teve nas últimas chuvas da região várias encostas removidas. A presente emenda tem como objetivo promover no referido município a construção de encostas de contenção para evitar que nas próximas chuvas ocorra o mesmo fato que a última ocasionou. Com esta será evitado que a população passe pelos transtornos que teve de enfrentar, e vem sempre enfrentando a cada ano com as chuvas.</p>

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ROSE DE FREITAS	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 25/10/2005	ASSINATURA 		

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS

CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-262
00005

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 262

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática: 06.182.1027.0678.XXXX

Ação: Apoio a Obras Preventivas de Desastre Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Alto Rio Novo - ES

GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 3.000.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática: 06.182.1029.2B97.0010

Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O município de Conceição da Barra, situado no Estado do Espírito Santo, enfrenta hoje um grave problema com a invasão do mar. O referido município necessita de uma construção urgente de contenções de encostas para impedir que o mar continue avançando e tomando, como já ocorre, suas avenidas beira-mar.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ROSE DE FREITAS

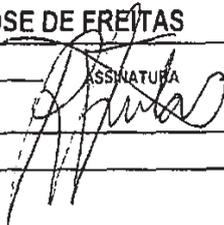
E.S

PMDB

DATA

25/10/2005

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-262
00006

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP nº 262

PÁGINA
01 DE 01

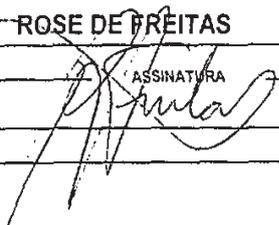
TEXT0

Suplementar
 Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática: 06.182.1027.0678.XXXX
 Ação: Apoio a Obras Preventivas de Desastre Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Brejetuba- ES
 GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 300.000,00

Cancelar
 Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática:06.182.1029.2B97.0010
 Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte
 GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O município de Brejetuba, situado no Estado do Espírito Santo, teve nas últimas chuvas da região várias encostas removidas. A presente emenda tem como objetivo promover no referido município a construção de encostas de contenção para evitar que nas próximas chuvas ocorra o mesmo fato que a última ocasionou. Com esta será evitado que a população passe pelos transtornos que teve de enfrentar, e vem sempre enfrentando a cada ano com as chuvas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROSE DE FREITAS	E.S	PMDB
DATA	ASSINATURA		
25/10/2005			

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-262
00007

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP nº 262	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática: 06.182.1027.0678.XXXX

Ação: Apoio a Obras Preventivas de Desastre Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Conceição da Barra - ES

GND: 4 ; MA: 40 ; Valor R\$ 3.000.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101

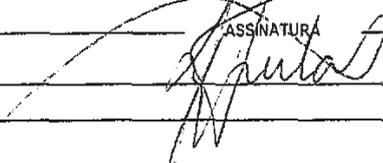
Funcional Programática: 06.182.1029.2B97.0010

Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 3.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O município de Conceição da Barra, situado no Estado do Espírito Santo, enfrenta hoje um grave problema com a invasão do mar. O referido município necessita de uma construção urgente de contenções de encostas para impedir que o mar continue avançando e tomando, como já ocorre, suas avenidas beira-mar.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ROSE DE FREITAS	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 25/10/2005	ASSINATURA 		

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-262
00008

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP nº 262

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

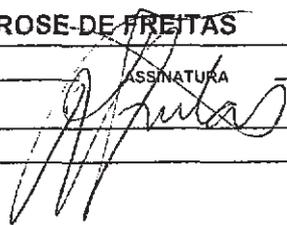
Suplementar
 Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática: 06.182.1027.0678.XXXX
 Ação: Apoio a Obras Preventivas de Desastre Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Boa Esperança- ES
 GND: 4 ; MA: 40 ;Valor R\$ 300.000,00

Cancelar
 Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática:06.182.1029.2B97.0010
 Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte
 GND: 3 ; MA: 90 ;Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

O município de Boa Esperança, situado no Estado do Espírito Santo, teve nas últimas chuvas da região várias encostas removidas. A presente emenda tem como objetivo promover no referido município a construção de encostas de contenção para evitar que nas próximas chuvas ocorra o mesmo fato que a última ocasionou. Com esta será evitado que a população passe pelos transtornos que teve de enfrentar, e vem sempre enfrentando a cada ano com as chuvas.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROSE-DE-FREITAS	E.S	PMDB

DATA	ASSINATURA
25/10/2005	

MPV-262
00009**MPV nº 262, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **ANDRÉ FIGUEIREDO**
UF: **CE** Partido: **PDT**

Incluir a Funcional Programática 18.544.0515.109I.XXXX - "Construção de Açude - Pedra Branca - Ceará" no Programa de Trabalho do Anexo I desta Medida Provisória, o montante de R\$ 2.000.000,00 (Dois Milhões de Reais)

ESF F; GND 4; FONTE 100.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004

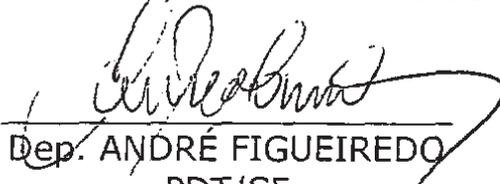
JUSTIFICAÇÃO

O "Açude da Cruzeta" - açude a ser construído no Município de Pedra Branca, no Estado do Ceará, é uma obra de emergencial importância e relevância, tanto para o Município como para os seus arredores, pois o mesmo já encontra-se em Situação de Emergência.

No intuito de atender aos clamores da população, que sofre com a seca impiedosa e ardente, retirando não só das famílias o sustento como também as condições de vida.

Esta emenda visa remediar o sofrimento do povo nordestino, constantemente castigado pela erosão e pelos efeitos naturais e climáticos típicos da região.

Sala da Comissão, 21 de Outubro de 2005.


Dep. ANDRÉ FIGUEIREDO
PDT/CE

MPV-262
00010

MPV nº 262, de 2005	USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO
----------------------------	---------------------------

Nome do Parlamentar: LUIZ PIAUHYLINO UF: PE Partido: PDT
--

Incluir a Funcional Programática 18.544.0515.XXXX.0028 - "Próágua Infra-estrutura - Estado de Pernambuco" no Programa de Trabalho do Anexo I desta Medida Provisória, o montante de R\$ 1.600.000,00 (Hum Milhão e Seiscentos Mil Reais)

ESF F; GND 4; FONTE 100.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

JUSTIFICAÇÃO

O acréscimo destina-se a implementar ações de infra-estrutura hídricas em municípios do Estado de Pernambuco, representadas da seguinte forma:

Município	Ação	Valor R\$ 1,00
Parnamirim	Construção de Barragem - Zona Rural	200.000,00
Ibimirim	Construção de Barragem - Zona Rural	200.000,00
Cedro	Construção de Poços Artesianos - Zona Rural	200.000,00
Belém do São Francisco	Construção de Açudes - Zona Rural	200.000,00
Riacho das Almas	Construção de Barragem - Zona Rural	200.000,00
Manari	Construção de Barragem - Zona Rural	200.000,00
Passira	Construção de Poços Artesianos - Zona Rural	200.000,00
Itaíba	Construção de Poços Artesianos - Zona Rural	200.000,00

Emenda nº**MPV nº 262, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **LUIZ PIAUHYLINO**
UF: **PE** Partido: **PDT**

Entendemos que o proposto por esta Medida Provisória é conceder auxílio à população atingida por desastres, e é sinônima a Emenda que hora apresentamos, tendo em vista os sacrifícios que são submetidas as pessoas que habitam os citados Municípios, em sua maioria vivendo nas zonas rurais, tendo na lavoura e na pecuária a sua fonte de sustento e único meio de vida.

As Ações propostas são iminentes e de extrema urgência, sendo por isso que nos propomos a abordar nesta Medida Provisória, a oportunidade de dar um alento à população pernambucana, e do Nordeste como um todo. 

Sala da Comissão, 21 de Outubro de 2005.


Dep. **LUIZ PIAUHYLINO**
PDT/PE

MPV-262
00011

MPV nº 262, de 2005

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **ADEMIR CAMILO**
UF: **MG** Partido: **PDT**

Incluir a Funcional Programática 18.544.0515.1E08.0002 - "Construção da Barragem Guarda-Mor, no Município de Januária - Estado de Minas Gerais" no Programa de Trabalho do Anexo I desta Medida Provisória, o montante de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais).

ESF F; GND 4; FONTE 100.

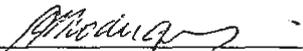
O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004.

JUSTIFICAÇÃO

Esta emenda visa acrescentar recursos para a implementação da Ação "Construção da Barragem Guarda-Mor - Januária - MG", prevista a Lei Orçamentária Anual de 2005 - Lei 11.100, de 2005 - sob a funcional expressa na Emenda.

O Município de Januária, no Estado de Minas Gerais, é um importante centro de conservação geológica e arqueológica, e a economia baseada no agronegócio, sofre regularmente com problemas de secas e enchentes, encontrando-se todos os anos em situação de Calamidade Pública, e atualmente decretada pelas autoridades locais. Com uma população de 63.603 habitantes, torna-se emergencial o envio de recursos extraordinários para construção da Barragem, no intuito de sanar os castigos naturais a que são submetidos os moradores do Município.

Sala da Comissão, 20 de Outubro de 2005.


Dep. ADEMIR CAMILO
PDT/MG

MPV-262
00012**MPV nº 262, de 2005**

USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO

Nome do Parlamentar: **ADEMIR CAMILO**
UF: **MG** Partido: **PDT**

Incluir a Funcional Programática 18.544.0515.5924.0031 - "Construção da Barragem do Peão no Estado de Minas Gerais" no Programa de Trabalho do Anexo I desta Medida Provisória, o montante de R\$ 3.000.000,00 (Três Milhões de Reais) ESF F; GND 4; FONTE 100.

O Cancelamento de dotação para esta realização decorrerá de superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da União de 2004

JUSTIFICAÇÃO

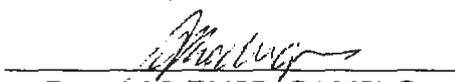
O acréscimo destina-se a implementar a Construção da Barragem do Peão no Município de São João do Paraíso, ora prevista na LOA para o ano de 2005, sob a funcional mencionada junto ao Ministério da Integração Nacional.

O Município de São João do Paraíso, com 9.059 habitantes, é um importante pólo da atividade cerâmica da região norte do Estado de Minas Gerais, compreendido pelo Vale do Jequitinhonha - conhecida região do semi-árido nordestino - duramente penalizada pela seca e enchentes. 75% de sua população vive na área rural praticando agricultura e pecuária de forma precária e rudimentar.

O Programa base desta Medida Provisória é o "Programa de Resposta a Desastres", e visa atender a populações atingidas por calamidades e desastres, como é o caso do Município de São João do Paraíso, que decretou estado de Calamidade Pública.

Para atender aos anseios e angústias da sofrida população do citado Município, propor a construção de barragem para romper com o ciclo de seca e enchentes que castigam a região.

Sala da Comissão, 20 de Outubro de 2005.


Dep: **ADEMIR CAMILO**
PDT/MG

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-262
00013

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP nº 262

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

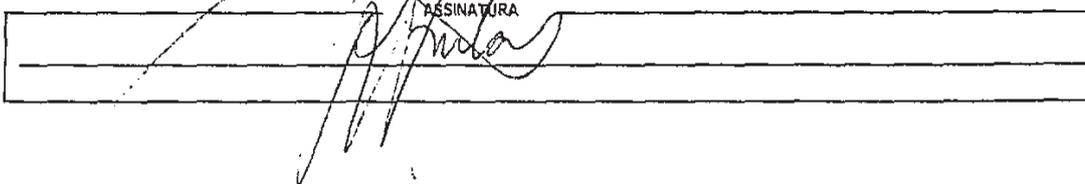
Suplementar
 Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática: 18.544.0515.109H.XXXX
 Ação: Construção de Barragens - Afonso Cláudio - ES
 GND: 4 ; MA: 99 ; Valor R\$ 300.000,00

Cancelar
 Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática: 06.182.1029.2B97.0010
 Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte
 GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Entre diversos problemas enfrentados pelo Estado do Espírito Santo a seca é um dos principais enfrentados por este Estado. A presente emenda tem como objetivo amenizar este problema no município de Afonso Cláudio com a construção de barragens que irá destinar a água da chuva para um reservatório adequado e possibilitar a utilização destas no período de estiagem.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROSE DE FREITAS	E.S	PMDB

DATA	ASSINATURA
25/10/2005	

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-262
00014

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS MP nº 262	PÁGINA 01 DE 01
---------------------	---	--------------------

TEXTO

Suplementar

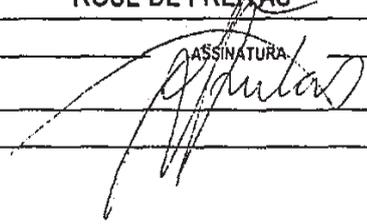
Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática: 18.544.0515.109H.XXXX
 Ação: Construção de Barragens - Alto Rio Novo - ES
 GND: 4 ; MA: 99 ; Valor R\$ 300.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática: 06.182.1029.2B97.0010
 Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte
 GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Entre diversos problemas enfrentados pelo Estado do Espírito Santo a seca é um dos principais enfrentados por este Estado. A presente emenda tem como objetivo amenizar este problema no município de Alto Rio Novo com a construção de barragens que irá destinar a água da chuva para um reservatório adequado e possibilitar a utilização destas no período de estiagem.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR ROSE DE FREITAS	UF E.S	PARTIDO PMDB
DATA 25/10/2005	ASSINATURA 		

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**MPV-262
00015**

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS
MP nº 262

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

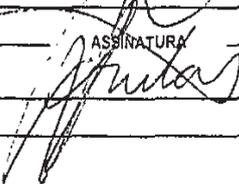
Suplementar
 Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática: 18.544.0515.109H.XXXX
 Ação: Construção de Barragens - Boa Esperança - ES
 GND: 4 ; MA: 99 ; Valor R\$ 300.000,00

Cancelar
 Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000
 Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101
 Funcional Programática: 06.182.1029.2B97.0010
 Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte
 GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Entre diversos problemas enfrentados pelo Estado do Espírito Santo a seca é um dos principais enfrentados por este Estado. A presente emenda tem como objetivo amenizar este problema no município de Boa Esperança com a construção de barragens que irá destinar a água da chuva para um reservatório adequado e possibilitar a utilização destas no período de estiagem.

CÓDIGO	NOME DO PARLAMENTAR	UF	PARTIDO
	ROSE DE FREITAS	E.S	PMDB

DATA	ASSINATURA
25/10/2005	

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-262
00016

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 262

PÁGINA

01 DE 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática: 18.544.0515.109H.XXXX

Ação: Construção de Barragens - Mantenópolis - ES

GND: 4 ; MA: 99 ; Valor R\$ 300.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional - 53000

Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática: 06.182.1029.2B97.0010

Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 300.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Entre diversos problemas enfrentados pelo Estado do Espírito Santo a seca é um dos principais enfrentados por este Estado. A presente emenda tem como objetivo amenizar este problema no município de Mantenópolis com a construção de barragens que irá destinar a água da chuva para um reservatório adequado e possibilitar a utilização destas no período de estiagem.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ROSE DE FREITAS

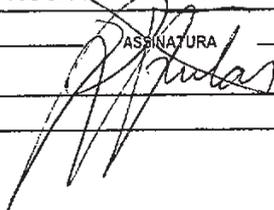
E.S

PMDB

DATA

25/10/2005

ASSINATURA



EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

**MPV-262
00017**

INSTRUÇÕES NO VERSO	MEDIDAS PROVISÓRIAS NÚMERO 262/2005	PÁGINA 1 DE 1
---------------------	---	-------------------------

TEXTO

Acrescenta-se a proposta de Abertura de Crédito Extraordinário, do Programa de Trabalho do Ministério da Integração Nacional, Unidade Orçamentária 53.101, o seguinte subtítulo:

Acrescentar:

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Programa: 1029 – Resposta aos Desastres

Funcional Programática: 06.182.1029.2B97.XXXX

Subtítulo: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Crédito Extraordinário) – No Estado do Pará.

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R\$10.000.000,00

Cancelar:

UO: 53101 – Ministério da Integração Nacional

Programa: 1029 – Resposta aos Desastres

Funcional Programática: 06.182.1029.2B97.XXXX

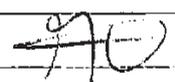
Subtítulo: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Crédito Extraordinário) – Na Região Norte

GND: 3 / Modalidade de Aplicação: 90 / Fonte: 300 / Valor: R\$10.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

A presente emenda visa disponibilizar recursos com a finalidade socorrer a população atingida pela forte estiagem ocorrida no Oeste do Estado do Pará, onde mais de 130 mil pessoas sem água potável, desabastecidas em alimentos e medicamentos.

CÓDIGO 052	NOME DO PARLAMENTAR ZÉ GERALDO	UF PA	PARTIDO PT
----------------------	--	-----------------	----------------------

DATA 25/10/2005	ASSINATURA 
---------------------------	---

EMENDA A MEDIDAS PROVISÓRIAS CRÉDITO EXTRAORDINÁRIO

MPV-262
00018

INSTRUÇÕES NO VERSO

MEDIDAS PROVISÓRIAS

MP nº 262

PÁGINA
01 DE 01

TEXTO

Suplementar

Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – 22000

Unidade : Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - 22101

Funcional Programática:20.604.0359.4842.0001

Ação: Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura - Nacional

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 5.000.000,00

Cancelar

Órgão: Ministério da Integração Nacional – 53000

Unidade : Ministério da Integração Nacional - 53101

Funcional Programática:06.182.1029.2B97.0010

Ação: Socorro e Assistência as Pessoas Atingidas por Desastres (Credito Extraordinário) - Na Região Norte

GND: 3 ; MA: 90 ; Valor R\$ 5.000.000,00

JUSTIFICAÇÃO

Essa emenda justifica-se em função da ocorrência de focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul, que estão provocando perdas nas exportações brasileiras de carne, com rompimento de contratos estabelecidos com os países importadores do referido produto. É necessário que o Ministério da Agricultura adote providências **URGENTES** para combater esse foco, fazendo levantamento sorológico, abate de animais infectados, revacinação do gado na região de fronteira com o Paraguai, bem como constituição de parceria preventiva com países vizinhos para debelar prováveis novos focos da epidemia.

CÓDIGO

NOME DO PARLAMENTAR

UF

PARTIDO

ROSE-DE-FREITAS

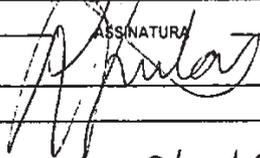
E.S

PMDB

DATA

ASSINATURA

25/10/2005



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL
(52ª LEGISLATURA)

	BAHIA	PFL	Heráclito Fortes
PFL	Rodolpho Tourinho	PMDB	Mão Santa
PFL	Antonio Carlos Magalhães		RIO GRANDE DO NORTE
PFL	César Borges	BLOCO - PTB	Fernando Bezerra
	RIO DE JANEIRO	PMDB	Garibaldi Alves Filho
BLOCO - PT	Roberto Saturnino	PFL	José Agripino
PL	Marcelo Crivella		SANTA CATARINA
PMDB	Sérgio Cabral	PFL	Jorge Bornhausen
	MARANHÃO	BLOCO - PT	Ideli Salvatti
PMDB	Ribamar Fiquene	PSDB	Leonel Pavan
PFL	Edison Lobão		ALAGOAS
PMDB	Mauro Fecury	P - SOL	Heloísa Helena
	PARÁ	PMDB	Renan Calheiros
PMDB	Luiz Otávio	PSDB	Teotônio Vilela Filho
BLOCO - PT	Ana Júlia Carepa		SERGIPE
PSDB	Flexa Ribeiro	PFL	Maria do Carmo Alves
	PERNAMBUCO	PSDB	Almeida Lima
PFL	José Jorge	BLOCO - PSB	Antonio Carlos Valadares
PFL	Marco Maciel		AMAZONAS
PSDB	Sérgio Guerra	PMDB	Gilberto Mestrinho
	SÃO PAULO	PSDB	Arthur Virgílio
BLOCO - PT	Eduardo Suplicy	PDT	Jefferson Péres
BLOCO - PT	Aloizio Mercadante		PARANÁ
PFL	Romeu Tuma	PSDB	Alvaro Dias
	MINAS GERAIS	BLOCO - PT	Flávio Arns
PL	Aelton Freitas	PDT	Osmar Dias
PSDB	Eduardo Azeredo		ACRE
PMDB	Wellington Salgado Oliveira	BLOCO - PT	Tião Viana
	GOIÁS	P - SOL	Geraldo Mesquita Júnior
PMDB	Maguito Vilela	BLOCO - PT	Sibá Machado
PFL	Demóstenes Torres		MATO GROSSO DO SUL
PSDB	Lúcia Vânia	PDT	Juvêncio da Fonseca
	MATO GROSSO	BLOCO - PT	Delcídio Amaral
Sem Partido	Luiz Soarez	PMDB	Ramez Tebet
PFL	Gilberto Goellner		DISTRITO FEDERAL
BLOCO - PT	Serys Slhessarenko	PP	Valmir Amaral
	RIO GRANDE DO SUL	Sem Partido	Cristovam Buarque
PMDB	Pedro Simon	PFL	Paulo Octávio
BLOCO - PT	Paulo Paim		TOCANTINS
BLOCO - PTB	Sérgio Zambiasi	PSDB	Eduardo Siqueira Campos
	CEARÁ	PSB	Nezinho Alencar
PSDB	Reginaldo Duarte	PMDB	Leomar Quintanilha
Sem Partido	Patrícia Saboya Gomes		AMAPÁ
PSDB	Tasso Jereissati	PMDB	José Sarney
	PARAÍBA	BLOCO - PSB	João Capiberibe
PMDB	Ney Suassuna	PMDB	Papaléo Paes
PFL	Efraim Morais		RONDÔNIA
PMDB	José Maranhão	PMDB	Amir Lando
	ESPÍRITO SANTO	BLOCO - PT	Fátima Cleide
PMDB	João Batista Motta	PMDB	Valdir Raupp
PMDB	Gerson Camata		RORAIMA
PL	Magno Malta	PTB	Mozarildo Cavalcanti
	PIAUI	PDT	Augusto Botelho
PMDB	Alberto Silva	PMDB	Romero Jucá

12-9-2005

SECRETARIA DE COMISSÕES		
Diretora	Cleide Maria Barbosa Ferreira Cruz	Ramais: 3488/89/91 Fax: 1095

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO		
Diretor	Wanderley Rabelo da Silva	(Ramal: 3623 – Fax: 3606)
Secretários	Francisco Naurides Barros	(Ramal: 3508)
	Hermes Pinto Gomes	(Ramal: 3510)
	Irani Ribeiro dos Santos	(Ramal: 4854)
	Verônica de Carvalho Maia	(Ramal: 3511)
	José Augusto Panisset Santana	(Ramal: 4854)
	Izaías Faria de Abreu	(Ramal: 3514)
	Angélica Passarinho Mesquita	(Ramal: 3501)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS		
Diretor	Sérgio da Fonseca Braga	(Ramal: 3507 – Fax: 3512)
Secretários	Maria de Fátima Maia de Oliveira	(Ramal: 3520)
	Ivanilde Pereira Dias de Oliveira	(Ramal: 3503)
	Maria Consuelo de Castro Souza	(Ramal: 3504)
	Rilvana Cristina de Souza Melo	(Ramal: 3509)

SUBSECRETARIA DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES		
Diretor	José Roberto Assumpção Cruz	(Ramal: 3517)
Secretários	CAE	Luiz Gonzaga Silva Filho (Ramal: 4605)
	CAS	Gisele Ribeiro de Toledo Camargo (Ramal: 4608)
	CCJ	Gildete Leite de Melo (Ramal: 3972)
	CE	Júlio Ricardo Borges Linhares (Ramal: 4604)
	CMA	José Francisco B. de Carvalho (Ramal: 3935)
	CDH	Altair Gonçalves Soares (Ramal: 1856)
	CRE	Maria Lúcia Ferreira de Mello (Ramal: 4777)
	CI	Celso Antony Parente (Ramal: 4354)
	CDR	Ednaldo Magalhães Siqueira (Ramal: 3517)
	CRA	Marcello Varela (Ramal: 3506)

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) **Comissão Externa, composta de oito Senhores Senadores e Senhoras Senadoras, com a finalidade de acompanhar as investigações sobre o assassinato da missionária norte-americana naturalizada brasileira Dorothy Stang, que vêm sendo desenvolvidas pela Polícia Federal e pela Polícia Militar do Estado do Pará.**

(Ato do Presidente nº 8, de 2005)

Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa – PT/ PA

Vice-Presidente: Senador Flexa Ribeiro – PSDB/PA

Relator: Demóstenes Torres – PFL/GO

Ana Júlia Carepa – PT/ PA
Eduardo Suplicy – PT/SP
Fátima Cleide – PT/RO
Flexa Ribeiro – PSDB/PA
Luiz Otávio – PMDB/PA
Demóstenes Torres – PFL/GO
Serys Shessarenko – PT/MT
Sibá Machado – PT/AC

Prazo Final: 18.3.2005

Designação: 16.2.2005

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS

(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Luiz Otávio – PMDB
Vice-Presidente: Senador Romeu Tuma - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
César Borges – PFL	1. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	4. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. José Jorge – PFL
Romeu Tuma – PFL	6. Roseana Sarney – PFL
Almeida Lima – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Leonel Pavan – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	10. Flexa Ribeiro – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	11. Teotônio Vilela Filho – PSDB
PMDB	
Ramez Tebet	1. Ney Suassuna
Luiz Otávio	2. Hélio Costa
Garibaldi Alves Filho	3. Valmir Amaral
Romero Jucá	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Mão Santa
Maguito Vilela	6. Gerson Camata
Valdir Raupp	7. Papaléo Paes
José Maranhão	8. João Batista Motta
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Ideli Salvatti
Ana Júlia Carepa	2. Aelton Freitas
Delcídio Amaral	3. Antonio Carlos Valadares
Eduardo Suplicy	4. Roberto Saturnino
Fernando Bezerra	5. Flávio Arns
João Capiberibe	6. Siba Machado
Patrícia Saboya Gomes	7. Serys Shhessarenko
PDT	
Osmar Dias	Jefferson Peres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE TURISMO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 18:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE MINERAÇÃO
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Quartas – Feiras às 9:30 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

**1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A
ACOMPANHAR A EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA DOS ESTADOS
(9 titulares e 9 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Quartas – Feiras às 18:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA - LIQUIDAÇÃO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho
Reuniões: Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.
Telefones: 3114605 e 3113516 Fax: 3114344
E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
(21 titulares e 21 suplentes)*

Presidente: Senador Antônio Carlos Valadares - PSB
Vice-Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes – PPS

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. César Borges – PFL
Edison Lobão – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. José Jorge – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. (vago) – PFL
Flexa Ribeiro – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Leonel Pavan – PSDB	8. Alvaro Dias – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	9. Almeida Lima – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	10. Arthur Virgílio – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	11. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
João Batista Motta	1. Hélio Costa
Mário Calixto	2. Ramez Tebet
Valdir Raupp	3. José Maranhão
Mão Santa	4. Pedro Simon
Sérgio Cabral	5. Romero Jucá
Papaléo Paes	6. Gerson Camata
(vago)	7. (vago)
(vago)	8. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Cristovam Buarque
Antonio Carlos Valadares	2. Ana Júlia Carepa
Flávio Arns	3. Francisco Pereira
Ideli Salvatti	4. Fernando Bezerra
Marcelo Crivella	5. Eduardo Suplicy
Paulo Paim	6. Fátima Cleide
Patrícia Saboya Gomes	7. Mozarildo Cavalcanti
Siba Machado	8. João Capiberibe
PDT	
Augusto Botelho	1. Juvêncio da Fonseca
(vago)	2. (vago)

* De acordo com a Resolução nº 1, de 22.02.2005, a composição da Comissão de Assuntos Sociais foi reduzida de 29 para 21 membros.

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO MEIO AMBIENTE
(8 titulares e 8 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO IDOSO
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

**2.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DAS PESSOAS PORTADORAS DE NECESSIDADES ESPECIAIS
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113515 Fax: 3113652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE SAÚDE

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo

Sala nº 11/A – Ala Alexandre Costa.

Telefone: 3113515 Fax: 3113652

E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Maguito Vilela - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Romeu Tuma – PFL
César Borges – PFL	2. Maria do Carmo Alves – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
José Jorge – PFL	5. Rodolpho Tourinho – PFL
Almeida Lima – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	8. Leonel Pavan – PSDB
Osmar Dias – PDT (cedida pelo PSDB)	9. Geraldo Mesquita Júnior – s/ partido (cedida pelo PSDB)
PMDB	
Ramez Tebet	1. Luiz Otávio
Ney Suassuna	2. Hélio Costa
José Maranhão	3. Sérgio Cabral
Maguito Vilela	4. Gérson Camata
Romero Jucá	5. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	6. Garibaldi Alves Filho
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aloizio Mercadante	1. Delcídio Amaral
Eduardo Suplicy	2. Paulo Paim
Fernando Bezerra	3. Sérgio Zambiasi
Francisco Pereira	4. João Capiberibe
Ideli Salvatti	5. Siba Machado
Antonio Carlos Valadares	6. Mozarildo Cavalcanti
Serys Slhessarenko	7. Marcelo Crivella
PDT	
Jefferson Peres	1. Juvêncio da Fonseca

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A ASSESSORAR A PRESIDÊNCIA DO SENADO EM CASOS QUE ENVOLVAM A IMAGEM E AS PRERROGATIVAS DOS PARLAMENTARES E DA PRÓPRIA INSTITUIÇÃO PARLAMENTAR
(5 membros)

3.2) SUBCOMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator: Geral:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Gildete Leite de Melo
Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3113972 Fax: 3114315
E – Mail: sscomccj@senado.gov.br

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR GERSON CAMATA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR AUGUSTO BOTELHO

(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES		
BLOCO DA MINORIA (PFL e PSDB)			
DEMÓSTENES TORRES - PFL	GO-2091/99	1-ROSEANA SARNEY - PFL	MA-3070/4171
JORGE BORNHAUSEN - PFL	SC-4206/07	2-GILBERTO GOELLNER - PFL	MT-2272/2275
JOSÉ JORGE - PFL	PE-3245/47	3-CÉSAR BORGES - PFL	BA-2213/2217
MARIA DO CARMO ALVES - PFL	SE-1306/4055	4-JOSÉ AGRIPINO - PFL	RN-2361/62
EDISON LOBÃO - PFL	MA-2311/13	5-MARCO MACIEL - PFL	PE-5710/24
MARCELO CRIVELLA - PMR (2)	RJ-5225/90	6-ROMEU TUMA - PFL	SP-2051/57
TEOTÔNIO VILELA FILHO - PSDB	AL-4685/1102	7-EDUARDO AZEREDO - PSDB	MG-2321/23
GERALDO MESQUITA - P-SOL (1)	AC-1078/1278	8-SÉRGIO GUERRA - PSDB	PE-2382/2385
LEONEL PAVAN - PSDB	SC-4041/14	9-LÚCIA VÂNIA - PSDB	GO-2038/2844
REGINALDO DUARTE - PSDB	CE-1149/3249	10-TASSO JEREISSATI - PSDB	CE-4846
PMDB			
WELLINGTON SALGADO DE OLIVEIRA	MG-2244/2245	1-AMIR LANDO	RO-3130/3132
ÍRIS DE ARAÚJO	GO-1132/1440	2-GARIBALDI ALVES FILHO	RN-2371/77
VALDIR RAUPP	RO-2252/53	3-(VAGO)	
GERSON CAMATA	ES-1403/3204	4-PAPALÉO PAES (5)	AP-3252/2984
SÉRGIO CABRAL	RJ-2432/34	5-MÃO SANTA	PI-2334/36
JOSÉ MARANHÃO	PB-1892/2231	6-LUIZ OTÁVIO	PA-3050/4393
NEY SUASSUNA	PB-1892/2231	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
GILBERTO MESTRINHO	AM-3104/3106	8-(VAGO)	
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PSB e PL) (4)			
AELTON FREITAS - PL	MG-4740/5067	1-(VAGO)	
PAULO PAIM - PT	RS-5227/5232	2-ALOÍZIO MERCADANTE - PT	SP-1313/5198
FÁTIMA CLEIDE - PT	RO-2391/97	3-FERNANDO BEZERRA - PTB (3)	RN-2461/2464
FLÁVIO ARNS - PT	PR-2402/05	4-DELCÍDIO AMARAL - PT	MS-2451/2455
IDELI SALVATTI - PT	SC-2171/72	5-ANTÔNIO CARLOS VALADARES-PSB	SE-2201/2206
ROBERTO SATURNINO - PT	RJ-4229/4231	6-MAGNO MALTA - PL	ES-4161/1654
MOZARILDO CAVALCANTI - PTB(3)	RR-4078/1160	7-PATRÍCIA SABOYA GOMES - PSB	CE-2301/2302
SÉRGIO ZAMBIASI - PTB (3)	RS-1207/1607	8-JOÃO RIBEIRO - PL	TO-2161/63
PDT			
AUGUSTO BOTELHO	RR-2041/48	1-JUVÊNCIO DA FONSECA (6)	MS-1128/1228

OBSERVAÇÕES:

- (1) VAGA CEDIDA PELO PSDB
- (2) VAGA CEDIDA PELO PFL
- (3) O PTB DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 08/06/05
- (4) O PPS DEIXOU DE INTEGRAR O BLOCO DE APOIO AO GOVERNO EM 24/06/05
- (5) O SENADOR PAPALÉO PAES PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB
- (6) O SENADOR JUVÊNCIO DA FONSECA PASSOU A INTEGRAR A BANCADA DO PSDB

REUNIÃO: 3ª FEIRA ÀS 11:00 HORAS
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES
TELEFONES DA SECRETARIA: 3311-4604/3498
FAX: 3311-3121
E-MAIL: julioric@senado.gov.br

SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 3311-3276

ATUALIZADA EM: 27/10/2005

**4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA
(12 titulares e 12 suplentes)**

**Presidente:
Vice-Presidente:**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3113498 Fax: 3113121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA
(9 titulares e 9 suplentes)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	
TITULARES	SUPLENTES

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Sala nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 311-3276 Fax: 311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO
(7 titulares e 7 suplentes)

4.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE
(7 titulares e 7 suplentes)

**5) - COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE**
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Leomar Quintanilha - PMDB

Vice-Presidente: Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Jorge Bornhausen – PFL
João Ribeiro – PFL	2. José Jorge – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Almeida Lima – PSDB
Alvaro Dias – PSDB	4. Leonel Pavan – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	5. (vago)
Flexa Ribeiro – PSDB	6. (vago)
PMDB	
Ney Suassuna	1. Valmir Amaral
Luiz Otávio	2. Romero Jucá
Gerson Camata	3. (vago)
Valdir Raupp	4. (vago)
Leomar Quintanilha	5. (vago)
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Aelton Freitas	1. Mozarildo Cavalcanti
Ana Júlia Carepa	2. Cristovam Buarque
Delcídio Amaral	3. (vago)
Ideli Salvatti	4. (vago)
Serys Slhessarenko	5. (vago)
PDT	
Augusto Botelho	1. Osmar Dias

Secretário: José Francisco B. de Carvalho

Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.

Telefone: 3113935 Fax: 3111060

E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DESTINADA A FISCALIZAR AS AGÊNCIAS REGULADORAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

**5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE OBRAS INACABADAS
(5 titulares e 5 suplentes)**

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Quartas – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DESTINADA A ACOMPANHAR O PROSSEGUIMENTO DAS INVESTIGAÇÕES REALIZADAS PELA POLÍCIA FEDERAL NO QUE DIZ RESPEITO À DENOMINADA “OPERAÇÃO POROROCA”
(5 titulares e 5 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:
Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3113935 Fax: 3111060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) - COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Juvêncio da Fonseca - PDT
Vice-Presidente: Senador Valmir Amaral - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jorge Bornhausen – PFL	3. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	4. Marco Maciel – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	6. Almeida Lima – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	7. Alvaro Dias – PSDB
Reginaldo Duarte – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Luiz Otávio
Valmir Amaral	2. Maguito Vilela
José Maranhão	3. Mão Santa
Sérgio Cabral	4. Romero Jucá
Garibaldi Alves Filho	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Serys Shessarenko
Fátima Cleide	2. Siba Machado
João Capiberibe	3. Antonio Carlos Valadares
Marcelo Crivella	4. Mozarildo Cavalcanti
Paulo Paim	5. Francisco Pereira
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Osmar Dias

Secretária: Maria Dulce V. de Queirós Campos
Telefone 3111856 Fax: 3114646
E – Mail: mariadul@senado.br .

7) - COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PT
Vice-Presidente: Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. César Borges – PFL
João Ribeiro – PFL	2. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	3. Maria do Carmo Alves – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Rodolpho Tourinho – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Roseana Sarney – PFL
Alvaro Dias – PSDB	6. Tasso Jereissati – PSDB
Arthur Virgílio – PSDB	7. Lúcia Vânia – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	8. Flexa Ribeiro – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Pedro Simon	2. Ramez Tebet
Mão Santa	3. Valdir Raupp
Hélio Costa	4. Valmir Amaral
Gerson Camata	5. Mário Calixto
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Cristovam Buarque	1. Marcelo Crivella
Eduardo Suplicy	2. Flávio Arns
Mozarildo Cavalcanti	3. Aelton Freitas
Roberto Saturnino	4. Ana Julia Carepa
Sérgio Zambiasi	5. Fernando Bezerra
PDT	
Jefferson Peres	1. Osmar Dias

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS
CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR**

(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente: Senador

Vice-Presidente:

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)

Presidente:

Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
PMDB	
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
PDT	

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3113496 Fax: 3113546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

8) - COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente: Senador Alberto Silva - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Antonio Carlos Magalhães – PFL
João Ribeiro – PFL	2. César Borges – PFL
José Jorge – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Marco Maciel – PFL	4. Jorge Bornhausen – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Leonel Pavan – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	8. Almeida Lima – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	9. Arthur Virgílio – PSDB
PMDB	
Gerson Camata	1. Ney Suassuna
Alberto Silva	2. Luiz Otávio
Valdir Raupp	3. Pedro Simon
Valdir Amaral	4. João Batista Motta
Gilberto Mestrinho*	5. Mário Calixto
Mão Santa	6. Romero Jucá
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Delcídio Amaral	1. Roberto Saturnino
Francisco Pereira	2. Paulo Paim
João Capiberibe	3. Fernando Bezerra
Mozarildo Cavalcanti	4. Fátima Cleide
Serys Selhessarenko	5. Sérgio Zambiasi
Siba Machado	6. (vago)
Aelton Freitas	7. (vago)
PDT	
Juvêncio da Fonseca	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

Secretário: Celso Parente
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3114607 Fax: 3113286
E – Mail: cantony@senado.gov.br.

9) - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente: Senador Tasso Jereissati - PSDB
Vice-Presidente: Senadora Ana Júlia Carepa - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Antonio Carlos Magalhães – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
César Borges – PFL	2. João Ribeiro – PFL
Rodolpho Tourinho – PFL	3. Roseana Sarney – PFL
Leonel Pavan – PSDB	4. Reginaldo Duarte – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Teotônio Vilela Filho – PSDB	6. Sérgio Guerra – PSDB
PMDB	
Gilberto Mestrinho*	1. Ney Suassuna
Papaléo Paes	2. Valdir Raupp
Garibaldi Alves Filho	3. Luiz Otávio
José Maranhão	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Leomar Quintanilha
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Ana Júlia Carepa	1. João Capiberibe
Fátima Cleide	2. Delcídio Amaral
Fernando Bezerra	3. Siba Machado
Mozarildo Cavalcanti	4. Sérgio Zambiasi
Patrícia Saboya Gomes	5. Aelton Freitas
PDT	
Jefferson Peres	1. Augusto Botelho

* O Senador Gilberto Mestrinho, indicado em 18.2.2005 pelo Ofício GLPMDB nº 23/2005, encontra-se licenciado de 7.11.2004 a 31.3.2005.

10) - COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente:
Vice-Presidente:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Alvaro Dias – PSDB	1. Reginaldo Duarte – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	2. Lúcia Vânia – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	3. Leonel Pavan – PSDB
Jonas Pinheiro – PFL	4. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	5. Heráclito Fortes – PFL
Roseana Sarney – PFL	6. Rodolpho Tourinho – PFL
PMDB	
Ramez Tebet	1. Hélio Costa
Pedro Simon	2. Mário Calixto
Leomar Quintanilha	3. João Batista Motta
Gerson Camata	4. Mão Santa
Maguito Vilela	5. Valdir Raupp
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PSB, PTB, PL e PPS)	
Flávio Arns	1. Serys Shessarenko
Aelton Freitas	2. Delcídio Amaral
Sibá Machado	3. Francisco Pereira
Ana Júlia Carepa	4. Sérgio Zambiasi
Antônio Carlos Valadares	5. (vago)
PDT	
Osmar Dias	1. Juvêncio da Fonseca

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20/93)

COMPOSIÇÃO

(Eleita na Sessão do Senado Federal de 13/03/2003)

1ª Eleição Geral: 19.04.1995

3ª Eleição Geral: 27.06.2001

2ª Eleição Geral: 30.06.1999

4ª Eleição Geral: 13.03.2003

Presidente: Senador JOÃO ALBERTO SOUZA
Vice-Presidente: Senador DEMÓSTENES TORRES

PMDB					
Titulares	UF	Ramal	Suplentes	UF	Ramal
(Vago)			1. 1. Ney Suassuna	PB	4345
João Alberto Souza	MA	1411	2. 2. Pedro Simon	RS	3232
Ramez Tebet	MS	2222	3. 3. Gerson Camata	ES	3256
Luiz Otavio	PA	3050	4. 4. Alberto Silva	PI	3055
PFL					
Paulo Octávio	DF	2011	1. 1. Jonas Pinheiro	MT	2271
Demóstenes Torres	GO	2091	2. 2. César Borges	BA	2212
Rodolpho Tourinho	BA	3173	3. 3. (Vago)		
PT					
Heloísa Helena (PSOL)	AL	3197	1. 1. Ana Julia Carepa	PA	2104
Sibá Machado	AC	2184	2. 2. Fátima Cleide	RO	2391
(vago)			3. 3. Eduardo Suplicy	SP	3213
PSDB					
Sérgio Guerra	PE	2385	1. 1. (Vago)		
Antero Paes de Barros	MT	4061	2. 2. Arthur Virgílio	AM	1201
PDT					
Juvêncio da Fonseca (PSDB)	MS	1128	1. 1. Augusto Botelho	RR	2041
PTB					
(Vago)			1. 1. Fernando Bezerra	RN	2461
PSB , PL e PPS					
Magno Malta (PL)	ES	4161	1. 1. (Vago)		
Corregedor do Senado (Membro nato – art. 25 da Resolução nº 20/93)					
Senador Romeu Tuma (PFL/SP)					2051

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br; www.senado.gov.br/etica

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO ¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
Senador Hélio Costa (PMDB-MG) ²	1º Corregedor Substituto
Senador Delcídio Amaral (PT-MS)	2º Corregedor Substituto
Senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL)	3º Corregedor Substituto

(Atualizada em 04.10.2005)

Notas:

¹ Eleitos na Sessão Ordinária de 25.03.2003, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

² Afastado em decorrência da posse como Ministro de Estado das Comunicações em 8.7.2005.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senado Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40/95)

COMPOSIÇÃO

Ramez Tebet (PMDB-MS)	PMDB e Bloco de Apoio ao Governo
Demóstenes Torres (PFL-GO)	Bloco Parlamentar da Minoria
Alvaro Dias (PSDB-PR)	Bloco Parlamentar da Minoria
Fátima Cleide (PT-RO)	Bloco de Apoio ao Governo
Amir Lando (PMDB-RO)	PMDB

(Atualizado em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5257
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ
Constituído pela Resolução nº 2, de 2001, oriunda do Projeto de Resolução nº 25, de 1998,
aprovado na Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal do dia 15.3.2001

COMPOSIÇÃO

1ª Designação Geral : 03.12.2001

2ª Designação Geral: 26.02.2003

Presidente: Senadora Serys Slhessarenko
Vice-Presidente: Senador Geraldo Mesquita Júnior

PMDB
Senador Papaléo Paes (AP) - PSDB
PFL
Senadora Roseana Sarney (MA)
PT
Senadora Serys Slhessarenko (MT)
PSDB
Senadora Lúcia Vânia (GO)
PDT
Senador Augusto Botelho (RR)
PTB
Senador Sérgio Zambiasi (RS)
PSB
Senador Geraldo Mesquita Júnior (AC) – PSOL
PL
Senador Magno Malta (ES)
PPS
Senadora Patrícia Saboya Gomes (CE) – PSB

(Atualizada em 04.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5259
sscop@senado.gov.br

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70, de 23.11.1972)

(Regimento Interno baixado pelo Ato nº 1, de 1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Presidente do Senado Federal

Chanceler: Presidente da Câmara dos Deputados

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
<u>PRESIDENTE</u> Deputado Aldo Rebelo (PC do B/SP)	<u>PRESIDENTE</u> Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado José Thomaz Nonô (PFL-AL)	<u>1º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Tião Viana (PT-AC)
<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Deputado Ciro Nogueira (PP-PI)	<u>2º VICE-PRESIDENTE</u> Senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT)
<u>1º SECRETÁRIO</u> Deputado Inocêncio Oliveira (PL-PE)	<u>1º SECRETÁRIO</u> Senador Efraim Morais (PFL-PB)
<u>2º SECRETÁRIO</u> Deputado Nilton Capixaba (PTB-RO)	<u>2º SECRETÁRIO</u> Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
<u>3º SECRETÁRIO</u> Deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO)	<u>3º SECRETÁRIO</u> Senador Paulo Octávio (PFL-DF)
<u>4º SECRETÁRIO</u> Deputado João Caldas (PL-AL)	<u>4º SECRETÁRIO</u> Senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO)
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Deputado Henrique Fontana (PT-RS)	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)
<u>LÍDER DA MINORIA</u> Deputado José Carlos Aleluia (PFL-BA)	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> Senador José Jorge (PFL-PE)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA</u> Deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA</u> Senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA)
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</u> Deputado Aroldo Cedraz (PFL-BA)	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> Senador Roberto Saturnino (PT-RJ)

(Atualizada em 06.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
(13 titulares e 13 suplentes)

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

Presidente: Arnaldo Niskier
Vice-Presidente: Luiz Flávio Borges D'Urso

LEI Nº 8.389/91, ART. 4º	TITULARES	SUPLENTES
Representante das empresas de rádio (inciso I)	Paulo Machado de Carvalho Neto	Emanuel Soares Carneiro
Representante das empresas de televisão (inciso II)	Gilberto Carlos Leifert	Antônio de Pádua Teles de Carvalho
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)	Paulo Tonet Camargo	Sidnei Basile
Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social (inciso IV)	Fernando Bittencourt	Roberto Dias Lima Franco
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)	Daniel Koslowsky Herz	Celso Augusto Schöder
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)	Eurípedes Corrêa Conceição	Márcio Leal
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)	Berenice Isabel Mendes Bezerra	Stepan Nercessian
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)	Geraldo Pereira dos Santos	Antônio Ferreira de Sousa Filho
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Dom Orani João Tempesta	Segisnando Ferreira Alencar
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Arnaldo Niskier	Gabriel Priolli Neto
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Luiz Flávio Borges D'Urso	Phelippe Daou
Representante da sociedade civil (inciso IX)	Roberto Wagner Monteiro	Flávio de Castro Martinez
Representante da sociedade civil (inciso IX)	João Monteiro de Barros Filho	Paulo Marinho

(Atualizada em 04.10.2005)

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002
2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311-5258
sscop@senado.gov.br

CONGRESSO NACIONAL CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389, de 30 de dezembro de 1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1, de 2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

(Conselheiros designados na Reunião do Conselho de Comunicação Social realizada em 4.4.2005)

01 - Comissão de Regionalização e Qualidade da Programação

- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

02 - Comissão de Tecnologia Digital

- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Luiz Flávio Borges D'Urso (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

03 - Comissão de Radiodifusão Comunitária

- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais cinema e vídeo) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Fernando Bittencourt (Eng. com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Eurípedes Corrêa Conceição (Representante da categoria profissional dos radialistas)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

04 - Comissão de TV por Assinatura

- ▪ Berenice Isabel Mendes Bezerra (Representante da categoria profissional dos artistas) - **Coordenadora**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)
- ▪ João Monteiro de Barros Filho (Representante da sociedade civil)

05 - Comissão de Concentração na Mídia

- ▪ Gilberto Carlos Leifert (Representante das empresas de televisão) - **Coordenador**
- ▪ Paulo Machado de Carvalho Neto (Representante das empresas de rádio)
- ▪ Paulo Tonet Camargo (Representante de empresas da imprensa escrita)
- ▪ Fernando Bittencourt (Engenheiro com notórios conhecimentos na área de comunicação social)
- ▪ Daniel Koslowsky Herz (Representante da categoria profissional dos jornalistas)
- ▪ Geraldo Pereira dos Santos (Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo)
- ▪ Dom Orani João Tempesta (Representante da sociedade civil)
- ▪ Roberto Wagner Monteiro (Representante da sociedade civil)

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

Representação Brasileira

COMPOSIÇÃO

16 Titulares (8 Senadores e 8 Deputados) e 16 Suplentes (8 Senadores e 8 Deputados)

Mesa Diretora eleita em 28.04.2005

Presidente: Senador SÉRGIO ZAMBIASI	Vice-Presidente: Senador PEDRO SIMON
Secretário-Geral: Deputado DR. ROSINHA	Secretário-Geral Adjunto: Deputado LEODEGAR TISCOSKI

MEMBROS NATOS

Senador ROBERTO SATURNINO Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal	Deputado AROLDO CEDRAZ Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados
---	--

SENADORES

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB)

JORGE BORNHAUSEN (PFL/SC)	1. JOSÉ JORGE (PFL/PE)
PAULO OCTÁVIO (PFL/DF)	2. ROMEU TUMA (PFL/SP)
SÉRGIO GUERRA (PSDB/PE)	3. EDUARDO AZEREDO (PSDB/MG)

PMDB

PEDRO SIMON (PMDB/RS)	1. SÉRGIO CABRAL (PMDB/RJ)
RAMEZ TEBET (PMDB/MS)	2. LEOMAR QUINTANILHA (PC do B/TO)

BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PSB/PL/)

SÉRGIO ZAMBIASI (PTB/RS)	1.
EDUARDO SUPPLY (PT/SP)	2.

PDT

	1.
--	----

PSOL (Resolução nº 2/2000-CN)

	1. GERALDO MESQUITA JÚNIOR (PSOL/AC)
--	--------------------------------------

DEPUTADOS

<u>TITULARES</u>	<u>SUPLENTES</u>
------------------	------------------

PT

DR. ROSINHA (PT/PR)	1. MANINHA (PSOL/DF)
MAURO PASSOS (PT/SC)	2. TARCÍSIO ZIMMERMANN (PT/RS)

PMDB

EDISON ANDRINO (PMDB/SC)	1. OSMAR SERRAGLIO (PMDB/PR)
--------------------------	------------------------------

Bloco PFL/Prona

GERVÁSIO SILVA (PFL/SC)	1. JOÃO HERRMANN NETO (PDT/SP) (cessão)
-------------------------	---

PSDB

JÚLIO REDECKER (PSDB/RS)	1. EDUARDO PAES (PSDB/RJ)
--------------------------	---------------------------

PP

LEODEGAR TISCOSKI (PP/SC)	1. CELSO RUSSOMANO (PP/SP)
---------------------------	----------------------------

PTB

FERNANDO GONÇALVES (PTB/RJ)	1. ARNALDO FARIA DE SÁ (PTB/SP)
-----------------------------	---------------------------------

PL

WELLINGTON FAGUNDES (PL/MT)	1. MIGUEL DE SOUZA (PL/RO)
-----------------------------	----------------------------

PPS

JÚLIO DELGADO (PSB/MG)	1. CLÁUDIO MAGRÃO (PPS/SP)
------------------------	----------------------------

(Atualizada em 06.10.2005)

Secretaria: Câmara dos Deputados - Anexo II - Sala T/28 - 70160-900 Brasília - DF / Brasil

Telefone: (55) (61) 3216-6875 Fax: (55) (61) 3216-6880

cpcm@camara.gov.br

www.camara.gov.br/mercosul

CONGRESSO NACIONAL
COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE
INTELIGÊNCIA

(Art. 6º da Lei nº 9.883, de 1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Senador ROBERTO SATURNINO

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
<u>LÍDER DA MAIORIA</u> HENRIQUE FONTANA PT-RS	<u>LÍDER DA MAIORIA</u> NEY SUASSUNA PMDB-PB
<u>LÍDER DA MINORIA</u> JOSÉ CARLOS ALELUIA PFL-BA	<u>LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA</u> JOSÉ JORGE PFL-PE
<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> AROLDO CEDRAZ PFL-BA	<u>PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL</u> ROBERTO SATURNINO PT-RJ

(Atualizada em 05.10.2005)

SECRETARIA-GERAL DA MESA
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 311-4561 e 311- 5258
sscop@senado.gov.br
www.senado.gov.br/ccai

CONGRESSO NACIONAL
CONSELHO DO “DIPLOMA DO MÉRITO EDUCATIVO DARCY
RIBEIRO”

Constituído pela Resolução nº 2, de 1999-CN, regulamentada pelo Ato Conjunto dos
Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados nº 2, de 2001

Composição

(AGUARDANDO DESIGNAÇÃO)

Presidente: RENAN CALHEIROS⁽¹⁾

Deputados	Senadores
	Renan Calheiros ⁽²⁾

Atualizada em 24.2.2005

Notas:

⁽¹⁾ Presidência exercida pelo Presidente do Congresso Nacional, até que o Conselho realize eleição para esse fim, nos termos do art. 3º e parágrafo único da Resolução nº 2, de 1999-CN.

⁽²⁾ Membro nato, nos termos do art. 3º da Resolução nº 2, de 1999-CN.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Subsecretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SSCOP)
Telefones: 311-4561 e 311-5255
sscop@senado.gov.br

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

CNPJ 00.530.279/0005-49
Avenida N/2 S/Nº Praça dos Três Poderes – Brasília DF – CEP 70165-900
Fones: 311-3803 ou 311 3772 – Fax: (061) 224-5450

DIÁRIOS DO CONGRESSO NACIONAL PREÇO DE ASSINATURA SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 31,00
Porte do Correio	R\$ 96,60
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 127,60

PREÇO DE ASSINATURA ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 62,00
Porte do Correio	R\$ 193,20
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 255,20

OBS: Caso sejam feitas as assinaturas dos Diários do Senado e da Câmara dos Deputados, receberá **GRACIOSAMENTE** o Diário do Congresso Nacional

NÚMERO AVULSO

Valor do número avulso	R\$ 0,30
Porte avulso	R\$ 0,80

ORDEM BANCÁRIA

UG - 020055	GESTÃO 00001
--------------------	-------------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de Nota de Empenho a favor do FUNSEEP ou fotocópia da Guia de Recolhimento da União-GRU, que poderá ser retirada no site: http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp, código de recolhimento apropriado e o número de referência 28815-2 e 00002 e o código da Unidade favorecida – UG/gestão: 020055/00001 preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS.: NÃO SERÁ ACEITO PEDIDO ATRAVÉS DE CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCNs.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 311-3803 e 311-3772, fax: 224-5450
Serviço de Administração Econômico - Financeira/Controle de Assinaturas, falar com Mourão ou Solange.



EDIÇÃO DE HOJE: 212